

PUBLICATIO UEPG

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

APPLIED SOCIAL SCIENCES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA/PONTA GROSSA STATE UNIVERSITY

REITOR/PRESIDENT

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/DEAN OF RESEARCH AND GRADUATE STUDIES

Osnara Maria Mongruel Gomes

DIRETORIA DE DIVISÃO DE PESQUISA/RESEARCH OFFICE DIRECTOR

Maristella Dalla Pria

EDITORA UEPG

UEPG Publishing house

EDITOR/EDITOR

Lucia Cortes da Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PONTA GROSSA STATE UNIVERSITY

PUBLICATIO UEPG

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

APPLIED SOCIAL SCIENCES

Editora
UEPG

Copyright by Editora UEPG

Editoração eletrônica: Marco Wrobel
Secretaria: Francieli Lunelli Santos; Jáder Hernando Mejía Cano, Karoline
Coelho de Andrade e Souza

Coordenadora: Prof. Dra. Jussara Bourguignon
Editoras: Francieli Lunelli Santos; Jáder Hernando Mejía Cano, Karoline
Coelho de Andrade e Souza

Comitê Editorial / Editorial Committee

Adriano José Pereira – Universidade Federal de Santa Maria
Alberto Pucci Jr - Faculdade Metropolitana de Curitiba
Alzira Mitz Bernardes Guarany – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ana Paula Machado Velho – Universidade Estadual de Maringá
Augusta Pelinski Raiher – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Betania Maciel – Universidade Federal de Pernambuco
Carlos Alberto de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Carlos Ubiratan da Costa Schier – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cesar Eduardo Abud Limas – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cid Olival Feitosa – Universidade Federal de Alagoas
Claudia Regina Magnabosco-Martins – Universidade Estadual do Centro Oeste
Clara Cruz Santos – Universidade de Coimbra
Cristian Damian Maneiro - Universidad de la República/Uruguay
Denis Porto Renó – Universidad Del Rosario/Colombia
Edina Schimanski – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Enrique Pastor Seller – Facultad de Trabajo Social Universidad de Murcia
Greicy Mara França – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Guillermo Meléndez Hevia – Universidad Zaragoza

Jamerson Viegas Queiroz – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Jandir Ferrera de Lima – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Jasmine Cardozo Moreira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
João Irineu de Resende Miranda – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Jorge Pedro Sousa – Universidade Fernando Pessoa/Portugal
Luiz Fernando de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Marcio Henrique Coelho – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Maria Rita Milani – Universidade Federal de Alagoas
Marilisa do Rocio Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Mônica Solange de Martino – Universidad de la República/Uruguay
Paula Melani Rocha – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Pedro Russi – Universidade de Brasília
Raphael Moroz – Universidade Tuiuti do Paraná
Rosiléa Clara Werner – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Solange Aparecida B. de Moraes Barros – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Tomas Sparano Martins - PUC/PR
Walfrido Nunes Menezes – Faculdade Estácio do Recife
Zadoque Alves Fonseca Filho – FAMA - Escola Superior de Marketing

Avaliadores (as) da Edição

Bruna Alves Lopes – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cid Olival Feitosa - Universidade Federal de Alagoas
Cleide Lavoratti - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Flávia Carvalho - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Leonel Monastirsky - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Luana de Oliveira Billerbeck – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Lucimar Coneglian – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Marco Stancik - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Nei Alberto Salles Filho – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Sandra Scheffer - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Vanderlei Schneider de Lima - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Vitor Hugo Bueno Fogaça – Universidade Estadual de Ponta Grossa / Faculdade de Telêmaco Borba

PUBLICATIO UEPG: Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Estadual de Ponta Grossa, v.1, n.1,
(1993)- Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

Trimestral.

Subdividiu-se da Revista Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas,
Linguística, Letras e Artes, v. 18, n.2, (2010) .

2017, v. 25, n. 1

ISSN 2238-7552 - versão impressa

ISSN 2238-7560 - versão online

1-Ciências sociais aplicadas. I.T.

CDD: 300

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

REVISTA INDEXADA EM:

GeoDados <<http://geodados.pg.utfpr.edu.br>>

FUNPEC (Sumários de Revistas Brasileiras) <www.sumarios.org>

CLASE (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades) da Universidade Nacional Autónoma de México
- UNAM <dgb.unam.mx/clase.html>

Base de Dados do Acervo de Bibliotecas do Paraná

LATINDEX (Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)

Permutas - e-mail: ersouza@uepg.br ou fone: (42) 3220-3409

Vendas - Editora e Livrarias UEPG - Fone: (42) 3220-3306 - e-mail: vendas.editora@uepg.br / livraria@uepg.br - <http://www.uepg.br/editora>

SUMÁRIO
SUMMARY

EDITORIAL: SAÚDE, DEFICIÊNCIA E CIDADANIA.....	7
“ECHANDO HUMO CON LA PIPA”, UNA ETNOGRAFÍA SOBRE SUPERVIVENCIA URBANA, ECONOMÍA ILEGAL Y FORMAS DE CONSUMO DE PASTA BASE DE COCAÍNA EN LA CIUDAD DE QUITO-ECUADOR.....	9
“ECHANDO HUMO CON LA PIPA”, AN ETHNOGRAPHY ABOUT URBAN SURVIVAL, ILLEGAL ECONOMY AND CONSUMPTION PATTERNS OF “PASTA BASE DE COCAÍNA” IN THE CITY OF QUITO-ECUADOR	
FUMANDO COM CACHIMBO, ETNOGRAFIA SOBRE SOBREVIVÊNCIA URBANA, ECONOMIA E FORMAS DE CONSUMO INDEVIDO DE PASTA BASE DE COCAÍNA EM QUITO, NO EQUADOR	
• William Alvarez	
A CAPACIDADE CIVIL NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: IGUALDADE E OS DESAFIOS DA EFETIVIDADE NOS TRIBUNAIS.....	27
LEGAL CAPACITY ON BRAZILIAN’S DISABLED PEOPLE’S STATUTE: EQUALITY AND CHALLENGES TO EFFECTIVITY IN COURTS	
• Jacqueline Lopes Pereira	
• Lígia Ziggotti de Oliveira	
DIREITO AO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	37
RIGHT TO WORK OF THE DISABLED PERSON IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM	
• Mariana Camilo Medeiros Rosa	
• Hermano Victor Faustino Câmara	
• Eduardo Amorim Ricarte de Oliveira	
LOGO, EU EXISTO! ENTRE REPRESENTAÇÕES E AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DE IMAGENS DA MÍDIA.....	51
BETWEEN IDENTITY REPRESENTATIONS AND AFFIRMATIONS: IMAGES AND DEMONSTRATIONS OF PERSONS WITH DISABILITIES IN MODERN MEDIA	
• Maura Regina Petruski	
• Regiane Ranieri Dias	
A EDUCAÇÃO DOS SURDOS DE TELÊMACO BORBA NA ESCOLA PAROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO (1987-2012) E NO COLÉGIO ESTADUAL WOLFF KLABIN (2013-2015): UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	61
LA EDUCACIÓN DE LOS SORDOS EN TELÊMACO BORBA EN LA ESCUELA PARROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO (1987-2012) Y EN EL COLEGIO ESTATAL WOLFF KLABIN (2013-2015): UN ANÁLISIS COMPARATIVO	
• Marcelo Rodrigues	
• Natalie Mayara Pratkan	
• Francieli Lunelli Santos	

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE (1964-2016).....	73
PUBLIC POLICIES IN THE VIEW OF HUMAN RIGHTS OF WOMEN IN MOZAMBIQUE (1964-2016)	
• Zeferino Barros José	
A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NA OBRA CANCIONEIRA DE HEITOR VILLA-LOBOS (1917-1937): “UIRAPURU” E O “DESCOBRIMENTO DO BRASIL”.....	89
THE INDIGENOUS REPRESENTATION IN THE HEITOR VILLA-LOBOS CANCIONEIRA (1917-1937): “UIRAPURU” AND THE “BRAZILIAN DISCOVERY”	
• Lucimeire Severo da Silva Lima	
• Verônica Karina Ipólito	
POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM PALMEIRA	101
MUNICIPAL PUBLIC POLICIES FOR THE PRESERVATION AND PROTECTION OF HISTORICALHERITAGE IN PALMEIRA	
• Inez Kuhn	
• Elizabeth Johansen	
A GESTÃO DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016).....	115
THE MANAGEMENT OF MACROECONOMIC POLICIES BY THE GOVERNMENT DILMA ROUSSEFF (2011-2016)	
• Gustavo Henrique Leite de Castro	
• Marcia Regina Gabardo da Camara	
O BRASIL EM UM MINUTO: CULTURA E SOCIEDADE EM UMA ABERTURA DE TELENOVELA DE 1988.....	133
BRAZIL IN A MINUTE: CULTURE AND SOCIETY IN AN OPENING OF BRAZILIAN SOAP OPERA.	
• Fabiano Pereira de Ramos	
• Cláudio Luiz DeNipoti	
NORMAS EDITORIAIS PARA TRABALHOS	155

EDITORIAL: SAÚDE, DEFICIÊNCIA E CIDADANIA

É com grande satisfação que trazemos ao público interessado uma nova edição da *Revista Publicatio – Ciências Sociais*.

A temática aqui privilegiada em forma de dossiê versa sobre *Saúde, Deficiência e Cidadania*, assuntos francamente interligados e que nos levam a refletir sobre tópicos diversos: os limites do direito, a organização do mundo do trabalho, a mobilidade, o lazer, as condições e modos de vida experienciados pelas pessoas com deficiência, entre outras questões. Nesta edição, os autores aprofundam a discussão sobre o consumo de drogas, a capacidade civil da pessoa com deficiência, o direito ao trabalho, a educação de surdos, as políticas públicas para as mulheres vítimas de violência, as representações midiáticas sobre a deficiência.

Saúde, deficiência e cidadania constituem campos temáticos com tradição e vigor em reflexões acadêmicas desde a década de 1960¹; esses domínios especulativos, nas lidas universitárias, seguem candentes no século XXI, como bem revelam os artigos aqui publicados. Os textos expostos demonstram, cada um a sua maneira, como os temas saúde, deficiência e cidadania se entrelaçam como demandas cotidianas, para diversos atores sociais, em variados e diferentes contextos.

“*Echando humo com la pipa*”, texto em espanhol, abre esta edição. De autoria do pesquisador William Andres Alvarez, da Universidade Federal de São Carlos, traz uma etnografia que descreve a economia política existente no consumo de pasta base de cocaína na cidade de Quito, Equador. No caminho percorrido pelo autor, estratégias de sobrevivência dos moradores de rua do bairro *El Paraíso*, classificado no texto como espaço interétnico, no qual os atores investigados vivenciam o vício, a violência e, por conseguinte, uma fraca ou mesmo uma ausência de cidadania.

Jacqueline Lopes Pereira e Lígia Ziggiotti de Oliveira, pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, assinam o artigo “A capacidade civil no Estatuto da Pessoa com Deficiência: igualdade e os desafios da efetividade nos tribunais”. As autoras avaliam não apenas as mudanças relativas à capacidade jurídica da pessoa com deficiência a partir do texto expresso no Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas também ponderam sobre a interpretação dos tribunais a respeito da capacidade de tais sujeitos, em dois casos julgados em julho de 2016, nos quais identificam a concepção de capacidade plena da pessoa com deficiência.

“Direito ao trabalho da pessoa com deficiência no sistema jurídico brasileiro”, produzido por Mariana Camilo Medeiros Rosa, Hermano Victor Faustino Câmara e Eduardo Amorim Ricarte de Oliveira avalia, através de uma pesquisa exploratória, os fundamentos jurídicos da inclusão das pessoas com deficiência ao trabalho, à luz do direito e da igualdade. Os autores destacam o patamar adiantado em que se encontra o país com relação ao sistema de normas que garantem direitos para a pessoa com deficiência; porém, apontam a carência de políticas públicas para sua efetivação.

“Logo, eu existo! Entre representações e afirmações identitárias das pessoas com deficiência a partir de imagens da mídia”, revela resultados de pesquisa desenvolvida por Regiane Ranieri Dias, sob orientação de Maura Regina Petruski. O texto busca examinar a inclusão da pessoa com deficiência a partir da mídia contemporânea, inquirindo dois casos específicos em sua análise, quais sejam: as repercussões nas redes sociais sobre o perfil dos integrantes de uma banda de punk finlandesa (PNK); da mesma feita, analisam as reverberações de um editorial de moda que contou com a participação de pessoas com mobilidade reduzida.

A análise da implementação de duas escolas para pessoas com surdez, entre 1987 até 2015, na cidade de Telêmaco Borba, é o objeto de reflexões de Marcelo Rodrigues, Natalie Pratka e Francieli Lunelli Santos, no artigo “A educação dos surdos de Telêmaco Borba na Escola Paroquial Perpétuo Socorro (1987-2012) e no Colégio Estadual Wolff Klabin (2013-2015)”. Partindo da análise da experiência realizada na primeira escola e a mudança para o referido colégio estadual, os autores, via História Comparada, tecem diferenças entre os dois estabelecimentos; no primeiro, a história da comunidade surda, perpassada pela cultura oralista; no segundo, analisam a implementação da LIBRAS e a incorporação da cultura surda.

¹ BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press, 2002.

Zeferino Barros José, Pesquisador do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, assina texto intitulado “Políticas Públicas na ótica dos Direitos Humanos das Mulheres em Moçambique (1964-2016)”. No caminho percorrido pelo autor emergem as estratégias implementadas pelo governo de Moçambique em relação aos Direitos Humanos das mulheres, a partir de dispositivos como a Lei da Família e a Lei sobre Violência Doméstica, ambas criadas após a proclamação da independência nacional, ocorrida em 1975.

Na seção de Temas Livres, “A representação indígena na obra cancionista de Heitor Villa-Lobos (1917-1937): Uirapuru e o Descobrimento do Brasil” é o título do texto assinado por Lucimeire Severo da Silva Lima e Verônica Karina Ipólito. As autoras verificam o papel de destaque dado ao indígena, presença constante nas composições de Villa-Lobos. Mais especificamente, se debruçam sobre a análise de “Uirapuru” como fundo musical do filme Descobrimento do Brasil, de 1937.

Em “Políticas Públicas municipais para preservação e proteção do patrimônio histórico em Palmeira - PR”, Inez Kuhn e Elizabeth Johansen apresentam uma reflexão sobre patrimônio no município de Palmeira. Identificam as diretrizes e leis municipais que regem ações colaborativas do município junto ao Estado para a preservação e proteção do patrimônio tombado, bem como analisam a aplicabilidade e a concretude destas intervenções.

Gustavo Henrique Leite de Castro e Marcia Regina Gabardo Camara fazem uma análise sobre o comportamento das políticas monetária, fiscal, além de outros aspectos econômicos e sociais do Governo Dilma, entre 2011-2016. Em “A gestão das políticas macroeconômicas do governo Dilma Rousseff (2011-2016)”, os autores defendem que as medidas tomadas a respeito da política macroeconômica, naquele período, resultaram no aprofundamento de uma crise econômica no país.

Por fim, Fabiano Pereira de Ramos e Cláudio Luiz DeNipoti assinam o artigo “O Brasil em um minuto: Cultura e sociedade em uma abertura de telenovela de 1988”, no qual discorrem sobre a vinheta de abertura da telenovela *Vale Tudo*, da Rede Globo. Os pesquisadores analisam as relações entre as imagens presentes na vinheta e as representações que circulavam no contexto daquela sociedade. O país preparava-se para sua primeira eleição direta para presidente da república, após o período da ditadura militar, pleito ocorrido em 1989.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Prof. Dr. José Augusto Leandro
Coordenador do Núcleo de Ensino e
Pesquisa em Saúde Pública, Doença e Assistência em Saúde
Janeiro-Abril de 2017

“ECHANDO HUMO CON LA PIPA”, UNA ETNOGRAFÍA SOBRE SUPERVIVENCIA URBANA, ECONOMÍA ILEGAL Y FORMAS DE CONSUMO DE PASTA BASE DE COCAÍNA EN LA CIUDAD DE QUITO-ECUADOR

“ECHANDO HUMO CON LA PIPA”, AN ETHNOGRAPHY ABOUT URBAN SURVIVAL, ILLEGAL ECONOMY AND CONSUMPTION PATTERNS OF “PASTA BASE DE COCAÍNA” IN THE CITY OF QUITO-ECUADOR

FUMANDO COM CACHIMBO, ETNOGRAFIA SOBRE SOBREVIVÊNCIA URBANA, ECONOMIA E FORMAS DE CONSUMO INDEVIDO DE PASTA BASE DE COCAÍNA EM QUITO, NO EQUADOR

William Alvarez*

RESUMEN

Esta etnografía describe la economía política que existe detrás del consumo de pasta base de cocaína en un barrio considerado peligroso en la ciudad de Quito (Ecuador), las formas en que esta droga se consume y la fuerte adicción que produce. Todo esto logrado por medio del relato de vida de Fabián, un joven habitante de calle afroecuatoriano. Esta investigación busca situar un mejor conocimiento sobre el ascendente consumo de pasta base de cocaína en Ecuador, exponer las estrategias de supervivencia de los habitantes de calle, y los argumentos sociales y emocionales que han determinado su vinculación al mundo de la droga, la calle y la violencia.

Palabras clave: Pipa, pistola, pasta base/polvo, habitus, etnografía

ABSTRACT

This ethnography describes the political economy that exists behind the consumption of “pasta base de cocaina” in a neighborhood considered dangerous in Quito (Ecuador), the ways in which this drug is consumed and produced strong addiction. All this achieved through the life story of Fabian, a young Afro-Ecuadorian homeless. This research seeks to place a better understanding of the increasing consumption of “pasta base de cocaína” in Ecuador, exposing the survival strategies of homeless and social and emotional arguments that have determined their relationship with the world of drugs, street and violence.

KeyWords: Pipe, “pistola”, “pasta base/polvo”, habitus, ethnography

RESUMO

Esta etnografia descreve a economia política que existe por trás do consumo de pasta de cocaína em um bairro considerado perigoso, na cidade de Quito (Equador), as formas em que esta droga é consumida e produzida forte vício. Tudo isto conseguido através da história de vida de Fabian, um jovem morador de rua afro-equatoriana. Esta pesquisa pretende colocar uma melhor compreensão do

* Sociólogo por la Universidad del Atlántico (Colombia), Maestría en Antropología por FLACSO-Quito (Ecuador), cursa doctorado en Sociología por la Universidad Federal de São Carlos (UFSCAR)/São Paulo (Brasil). Williamlogia@gmail.com

aumento do consumo de cocaína base no Equador massas, expondo as estratégias de sobrevivência dos moradores de rua e argumentos emocionais e sociais que determinaram sua relação com o mundo das drogas, rua e violência.

Palavras-chave: Cachimbo, pasta base, habitus, etnografia

INTRODUCCIÓN

El trabajo que van a leer a continuación hace parte de una investigación mucho más extensa que realicé para obtener el título de Maestría en Antropología¹. La investigación se realizó en Quito (Ecuador), en un barrio ubicado en el centro histórico de la ciudad. El método que usé para recopilar los datos fue la descripción etnográfica. Durante un año seguí de cerca la vida de microtraficantes y consumidores callejizados de drogas ilícitas, viviendo con ellos la violencia de las calles y el racismo. Observé sus estrategias de supervivencia, sus acciones criminales y su consumo compulsivo de pasta base de cocaína² (en adelante pasta base/polvo).

El barrio donde hice la investigación se llama El Paraíso³. Cuando me mudé ahí en julio del 2012 en mi segunda noche conocí a Richard⁴, un joven afroecuatoriano⁵ quien se convertiría (casualmente) en el interlocutor clave de toda mi investigación, fue él quien me abrió las puertas a conocer el mundo ilícito, criminal y violento de las calles de El Paraíso. Su ayuda también me brindó la seguridad que necesitaba para deambular las calles del barrio muy tarde en la noche, relacionarme con sus amigos microtraficantes,

conocer de cerca prácticas ilegales y especialmente desentrañar las lógicas de distribución y venta de drogas al interior de este barrio. Pero luego de seis meses siguiendo y conviviendo participativamente con Richard y sus amigos, me interesé por los usuarios callejizados de pasta base/polvo⁶ a quienes él proveía diariamente.

Por lo tanto, me hice a la tarea de rastrear los lugares donde el consumo de esta droga tenía mayor repercusión. De ese modo comencé a frecuentar un callejón en medio del barrio conocido por ser un refugio de drogadictos y habitantes de calle⁷, fue ahí que conocí al interlocutor con el cual desarrollé esta etnografía: Fabián⁸. El trabajo que leerán a continuación describe una de las tantas formas de entrar al mundo de la economía ilegal/informal, a la criminalidad, pero especialmente al consumo de pasta base de cocaína. Es por ello que el objetivo principal de este artículo es el responder a la pregunta, ¿cuáles son esas otras posibilidades que llevan a un individuo a convertirse en un adicto⁹ a este tipo de drogas y ser habitante de calle?

Precisamente son estas diferentes formas de convertirse en adicto o criminal las que tengo

¹ De forma resumida, la hipótesis principal de mi tesis, era el de explicar; cómo un proceso de violencia estructural (Galtung, 1969) y segregación étnico/racial condicionado por una administración de población (Guerrero, 2010) blanca/mestiza durante el siglo XIX y mediados del XX, produciría en las minorías étnicas, especialmente afroecuatorianos, una tendencia fuerte hacia oficios y estrategias de supervivencia por medio de prácticas económicas informales e ilegales.

² Es una droga de bajo costo similar al crack elaborada con residuos de cocaína y procesada con ácido sulfúrico y queroseno. En ocasiones suele mezclarse con cloroformo, éter o carbonato de potasio, entre otras cosas. Es el residuo o la *basura* restante del proceso de elaboración de cocaína. En países de América Latina por ejemplo Colombia se conoce como bazuco, o en Argentina como *paco*. En Ecuador con el nombre de *polvo*. Para este trabajo he optado por denominarla como *pasta base/polvo*.

³ He puesto este nombre para no dar pistas a las autoridades de la ubicación de los interlocutores que hacen parte de este texto.

⁴ Para una mejor comprensión de este personaje, véase el capítulo I de la tesis de: Alvarez, William (2014). "Sobreviviendo con la pipa" Drogas, violencia y conflictos Inter-étnicos en el Barrio El Paraíso. Quito: FLACSO-Ecuador. Aún sin publicar.

⁵ El barrio está compuesto étnicamente por: blanco/mestizos, indígenas, afrodescendientes y migrantes (en su mayoría colombianos y peruanos).

⁶ Vale la pena señalar que en cada país Suramericano la percepción y aceptación social y cultural de ciertas drogas cambia considerablemente, por ejemplo en Colombia para la clase media el consumo de esta droga es censurado social y moralmente, sin embargo en Ecuador el consumo de la misma no tiene las mismas restricciones sociales y morales como en Colombia, esto hace que su consumo sea más frecuente y aceptado.

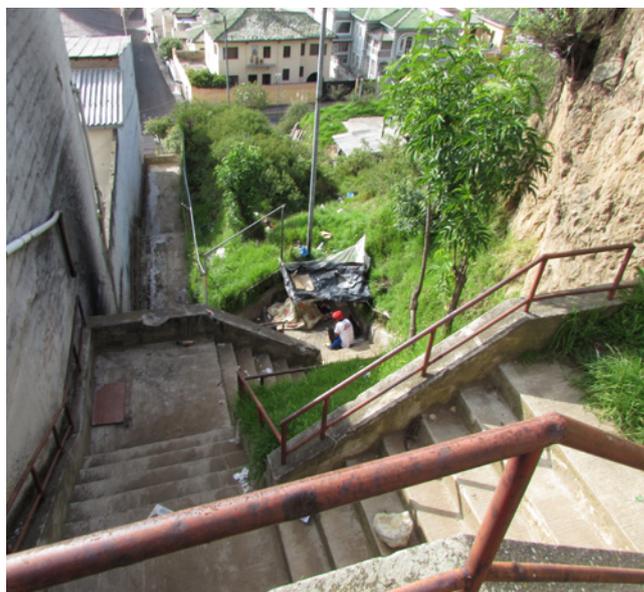
⁷ Para los habitantes del barrio es una zona de tránsito prohibida por el historial de asaltos a su alrededor durante el día y la noche.

⁸ Pseudónimo.

⁹ En el trabajo de investigación con el cual se sustenta este artículo, hago una diferencia entre usuario y consumidor de drogas ilícitas. Un usuario puede conectarse o desconectarse regular o irregularmente del uso de sustancias tóxicas, lo que lo diferencia del consumidor, quien sostiene regularmente el consumo de tóxicos como parte de su rutina, pero quien aún tiene un cierto control y conciencia sobre sí mismo y su cuerpo. Pero en el caso de los habitantes de calle ambas categorías no se ajustan a su condición. Es por ello que a lo largo de este trabajo voy hacer uso del término *consumidor consumado* para explicar y describir el alcance que produce el consumo en exceso de la pasta base de cocaína, la dependencia, la adicción, la pérdida de conciencia sobre el sí mismo y el valor del cuerpo. Los consumidores consumados son diestros y expertos sujetos dedicados día y noche a dedicar su vida al consumo y, metafóricamente consumirse en la pasta base de cocaína.

como objetivo describir en este artículo para de esa manera de-construir los discursos e imaginarios sociales de clase que posicionan este tipo de acciones como consecuencia de la pobreza, estableciendo una relación directa entre precariedad material e ilegalidad desconociendo la heterogeneidad de factores estructurales que empujan a los individuos ocupar este espacio social de degradación humana, o como se verá con el relato de vida de Fabián, por una coyuntura emocional y no un condicionamiento estructural. Pero al mismo tiempo su vida describe las frágiles fronteras entre ser usuarios de drogas, delincuente o criminal cuando un individuo entra en este universo de sobrevivir en la calle.

En estas fronteras emergen estrategias y acciones variadas para conseguir los recursos materiales con lo cual comprar pasta base/polvo, cigarrillos, comida, pagar un cuarto de hotel, intercambiar bienes de consumo, incluso robar o matar para así continuar manteniendo el *habitus*¹⁰ y adicción a esta droga. Estas estrategias y acciones son las que constituyen la perspectiva de economía política de esta etnografía, con lo cual la trayectoria excepcional de Fabián en este mundo callejero ofrece una panorámica heterogénea de una cultura y un grupo social urbano invisibilizado en las públicas locales/nacionales de Ecuador, pero también en la literatura antropológica sobre esta área de estudio desde hace más de dos décadas.



Autor: William Alvarez, (El callejón)

“YO NO ME SIENTO MEJOR... ESTOY PEOR”

La expresión del título surgió una noche en que me encontré a Fabián en el callejón fumando polvo incansablemente, en su mano izquierda tenía una herida infringida días antes en una pelea que él no buscó, tenía vendado su mano y desde la última vez que nos topamos me pareció verle curado, de modo que lancé la siguiente expresión; “te veo mejor Fabián”. Él me quedó viendo pensativo, “¿mejor dice usted?”, exclamó, -sí... Luces mejor, respondí yo. Aclaro que con esa expresión me refería a la herida de su mano, pero para él este comentario se dirigía más a su condición de vida que a la herida en sí misma. Con ello lo único que pude forjar en Fabián, sumada la excitación que la droga le infringía fue un sentimiento de culpa, sufrimiento y frustración que durante la noche desahogó en mi compañía.

La iniciación al consumo de pasta base/polvo tiene muchas características, entradas, acercamientos, incluso niveles de consumo complejos de establecer; a este respecto el consumo depende esencialmente del *habitus* y el espacio social que incluye diferencias de clase, etnia y género, además del territorio¹¹. Por lo tanto las mencionadas categorías son las que en buena parte repercuten en la producción de un *habitus*

¹⁰ El *habitus* se define como un sistema de disposiciones durables y transferibles -estructuras estructuradas predispuestas a funcionar como estructuras estructurantes- que integran todas las experiencias pasadas y funciona en cada momento como matriz estructurante de las percepciones, las apreciaciones y las acciones de los agentes cara a una coyuntura o acontecimiento y que él contribuye a producir. (Bourdieu, 1972: 178)

¹¹ Sobre la categoría de territorio quiero hacer referencia a los espacios social y geográfico (provincias) que conforman las partes de la Nación-Estado, pero que a su vez se encuentran en desventaja estructural respecto otros territorios.

que por lo general, se inscribe dentro o fuera de una sociedad funcional-estructurada¹². Sin embargo, un consumidor de pasta base/polvo no solo responde a un espacio social de producción de habitus de forma estructural, de ser así caeríamos en el simplismo reduccionista de la teoría de la desviación y la ceguera de la criminología clásica, como también en el cliché de la cultura de la pobreza de Oscar Lewis (1966).

Por lo tanto, los consumidores de pasta base/polvo no se les puede generalizar aduciendo que es el resultado de condiciones estructurales de violencia, marginación, familia disfuncional, tendencias psico-adictivas, entre otras razones de la modernidad; sino también, a posibles coyunturas emocionales en ocasiones pasadas por alto en el discurso de la antropología urbana. Para Xavier Andrade (1993) buena parte del consumo de drogas, alucinógenos y estimulantes encuentran su uso en espacios de socialización colectiva donde la pertenencia a un grupo y su identidad, como ser hinchas de un equipo de fútbol o una pandilla (Rodgers, 2000), requiere de ciertos rituales de iniciación, identificación, afinidades, experimentación o adicciones que se agudizan en el uso/abuso de ciertas sustancias ilícitas que en el espacio urbano de la coexistencia ciudadana incide, o produce interacciones violentas. Con ello quiero hacer énfasis en la trascendencia que el espacio social en el cual se inscribe el sujeto puede conducirlo a cierta clase de consumo de drogas.

Fabián es relativamente nuevo en el mundo del consumo, se inició hace 4 años. Nació en la provincia de Esmeraldas¹³ en el seno de una familia “no tan

¹² Digo fuera porque la realidad latinoamericana tiene otras características que le hacen sociedades distantes del marco normativo institucional, industrial y cultural que la gran teoría sociológica euroanglosajana pretendía abarcar homogenizando los procesos histórico-sociales globales. La teoría de la dependencia es una respuesta contra hegemónica a dicha dominación teórica, exponiendo que las ciudades latinoamericanas emergieron como satélites periféricos a los centros industriales replicándolos, pero estos procesos no homologan la diversidad cultural latinoamericana, respecto a la institucionalización del sujeto europeo.

¹³ Ecuador está compuesto por 25 provincias con sus respectivas capitales. *Provincia* se puede entender como categoría territorial que para su comprensión, es homologa la categoría de Estados en Brasil o departamentos en Colombia. La provincia de Esmeraldas se ubica en la región Costa y está poblada en su mayoría por población afrodescendientes, pero su condición estructural, económica y social, en relación con la región central donde se ubica la mayor parte de la población blanco/mestiza está por debajo del índice nacional, como se dice a continuación: “Si bien la incidencia de la pobreza en el país es de 38.3% en el 2005-2006, existen grupos sociales que son más pobres. El análisis de la pobreza según grupo étnico permite detectar dos grupos que presentan una incidencia de pobreza mayor que la observada a nivel nacional. Estos dos grupos son: los indígenas y los afroecuatorianos. Dentro de la población indígena 7 de cada diez se encuentran por debajo de

humilde” según sus palabras. Concluyó sus estudios escolares, incluso hizo estudios técnicos en labores mecánicas en un centro de estudios privados. Su aspecto, lenguaje, estilo de comunicación hacen de él una persona que resalta entre otros consumidores consumidos de pasta base/polvo que exhiben cicatrices, desaseo, ausencia de dientes o reacciones violentas a falta de droga o al tenerla.

Él es un joven afrodescendiente que migró a la ciudad de Quito en búsqueda de mejores condiciones de trabajo y las encontró en una microempresa dedicada a producir todo tipo de publicidad en papel. A su llegada a la ciudad le costó obtener reconocimiento para ganarse su puesto de trabajo, luego de vencer sus limitaciones respecto al ritmo laboral, cultural, además de la discriminación racial; él se volvió un referente técnico en el área de impresión mecanizada, tanto fue su éxito que otros empresarios de la publicidad lo disputaban, dado su excelente desempeño y eficiencia.

Luego de haberse consolidado en el manejo de la maquinaria publicitaria, el dueño de la imprenta le respaldó aumentando su sueldo; lo que se tradujo en ganancias que triplicaron su básico inicial de 250 a 800 dólares mensuales. En realidad, sumando el trabajo extra y esporádico, la suma rodeaba los 1000 a 1200 dólares mensuales. En ese año la abundancia económica le cobijaba por lo cual intentó formar una familia con una joven quiteña con quien tuvo una hija. Durante ese periodo de prosperidad aun Fabián no hacía uso de ningún tipo de drogas, de hecho evitaba los lugares y personas que en el barrio Miraflores (centro de Quito) tenía algún vínculo con ese mundo, su habitus estaba focalizado en el trabajo y la familia.

Sin embargo, la estabilidad conseguida comenzó a tambalearse cuando una mañana la maquinaria que frecuentaba usar se averió, imprevisto que le forzó a tomarse el resto del día aprovechando la ocasión. Fabián regresó a recoger a su hija para llevarle al jardín, tarea que hacía su esposa, pero él no pudo abrir la puerta debido a que estaba bloqueada por dentro, ni tampoco respondieron al timbre, aspectos que le preocuparon, razón que le obligó a introducirse anómalamente a su casa por medio de un pasillo lateral

la línea de pobreza, lo que representa casi el doble de los niveles presentados a nivel nacional. En la población afroecuatoriana aproximadamente 5 de cada 10 son considerados pobres. Este análisis revelaría que la pobreza se concentra mayoritariamente en los grupos étnicos mencionados” (SIISE- STMCDs, 2006: 14-15)

el cual se saltó. Ya adentro, Fabián encontró a su mujer teniendo relaciones sexuales con un vecino conocido. El impacto de aquella escena caló tan hondo en él que lo único que pudo responder fue un “te amo” con la voz entrecortada y a punto de llorar, referido a quien consideraba en ese momento su esposa. Desde ese día Fabián no volvió a ser él mismo, comenzando así un progresivo declinamiento social, personal y humano, que me reclamó justamente aquella noche “trikiado¹⁴” en exceso por el polvo; “no diga que estoy bien pana ¡Mírame!, me encuentro peor” (Fabián, entrevista: 2013).

Este suceso lo ha llevado a consumirse en sí mismo encontrando en el polvo una posible sanación, en su caso: al olvido. Pero recurrir a la pasta base/polvo fue lo último en que pensó y cuando le conoció tuvo un proceso de subidas y bajadas hasta llegar a ser lo que considero en mis propios términos: un *consumidor consumado*.

La historia de Fabián desmiente aquel imaginario negativo que relaciona droga con pobreza o marginación. Su llegada al mundo del consumo callejero se originó por acontecimientos particulares que las estadísticas sobre uso de drogas¹⁵ no contemplan en sus variables, pero que en muchos casos es el principal potencializador de un habitus de consumo. Al salir de su casa después de encontrar a su mujer con otro hombre, Fabián anduvo en la calle presto hacer lo que fuera por desvanecer aquella imagen dolorosa, de modo que cuando alguien le ofreció marihuana, no dudo en fumarla.

El consumo de drogas en la calle es polifónico al igual que su venta, lo que hace variada la oferta de la misma en la ciudad y en el uso que le dan los usuarios, quienes pueden consumir en los espacios de consumo: marihuana, polvo, licor, cocaína, al mismo tiempo en una sola jornada individualmente o en colectivo, lo que explica el por qué un consumidor callejizado de drogas no tiene una preferencia única sobre una droga.

En varias ocasiones a Fabián le habían ofrecido fumar pasta base/polvo, pero las circunstancias ni las ganas se manifestaron hasta una noche en que él fue a buscar marihuana donde un brujo conocido del

barrio Miraflores y éste le ofreció un porro (tabaco de marihuana) con polvo (maduro, pecos) argumentando que le iba sentar “rico”. A partir de esa noche Fabián comenzó a comprar a menudo pasta base/polvo, en promedio de 10-20 dólares por día. El comprar drogas con frecuencia en un lugar e ir a fumar en otro espacio urbano (parques, escaleras, callejones) reconocido para ello, crea consigo un vínculo “amistoso¹⁶” con otros usuarios. Dicho vínculo en el caso de Fabián alimentaba su vacío emocional. Con el tiempo se hizo de un grupo de conocidos que le buscaban al trabajo en horas de almuerzo y a su salida para irse a “vacilar”. Poco a poco conoció a más personas de todo tipo de clase social, también consumidoras de polvo con quienes pasaba las noches. En este punto su consumo dejó de ser esporádico y limitado al pasar de 10-20 a 50-100 dólares en gastos diarios de pasta base/polvo. Ya no hacía falta que le buscaran al trabajo, él salía en búsqueda de otros usuarios para consumir y hacer parte de la cultura callejera nocturna del centro de la ciudad.

Sin embargo, conforme él se adentraba más en el consumo de polvo, los problemas en su trabajo comenzaron a emerger, sobre todo por las llegadas tardes, ausencias y bajo rendimiento. Hasta que un día la situación llegó a su fin una mañana en que su jefe tuvo que ir a buscarle a las diez de la mañana porque él no había abierto el negocio a la hora normal. Las noches de consumo de Fabián se alargaban hasta a las 5-6 A.M. No obstante, su jefe le consideraba motivándole a que regresara a la casa de su familia en Esmeraldas. Todo el proceso anterior tuvo un periodo de tiempo alrededor de un año.

Como habrán podido observar en este relato de vida, el proceso de degradación humana y el consumo callejizado de pasta base/polvo en Fabián ha sido progresivo, tiempo a su vez invertido en la adquisición de códigos: lenguaje, prácticas, estrategias, lugares, personajes (brujos, brujitos¹⁷) funcionales al consumo de polvo, es decir: un habitus con un capital adquirido que no necesariamente trasgrede el capital cultural heredado con anterioridad por parte de su familia,

¹⁴ Expresión utilizado por los consumidores para hacer referencia al estado alterado que produce consumir pasta base/polvo. “Embale”, también es una expresión muy utilizada.

¹⁵ Para ello véase la siguiente investigación: *Adolescentes Infractores, territorialidad y libertad*. Informe sobre los CAI-Ecuador 2011. CONSEP: Quito.

¹⁶ Pongo entre comillas amistosas porque desde el punto de vista del consumidor consumado, los vínculos sociales se construyen poco en relación a la otredad, sino del objeto de deseo, es decir: la droga. La sustancia es la que forja o destruye los vínculos sociales de la calle.

¹⁷ Brujos y brujitos son dos categorías empleadas en Ecuador para nombrar a los sujetos encargados de vender cualquier tipo de drogas. Se puede entender como “dealer”.

territorio, etnia, educación. A este respecto cabe mencionar la preponderancia ética que produce dicho capital cultural aún en condiciones precarias o autodestructivas como el consumo de pasta base/polvo. Fabián es consciente de ello, lo que lo hace atípico en referencia a las estrategias de supervivencia y la economía callejera de los consumidores consumados tal y como un compañero de andanzas alguna vez le hizo referencia tratándolo como el mejor ladrón:

William: Fabián... ¿Tú robas?

Fabián: (Fumando pipa) Una vez Felipe comentó que yo era el mejor ladrón del barrio.

William: ¿Cómo que el mejor?

Fabián: (Preparando la pipa) ¡Sí (riéndose); porque no robo!

William: ¿¿Entonces no!?!... Pensé que lo hacías.

Fabián: Veras, hay otras formas de rebuscarse, a mi esa no me gusta porque aún mantengo los valores que aprendí en mi casa (Fabián, entrevista: 2013).

La brecha entre una vida social, digamos “normalizada” dentro del sistema ético de producción de mentalidades, cuerpos, oficios (Foucault, 2011), prácticas económicas legales y habitar marginalmente la calle, en realidad es muy estrecha; pero esto se agudiza dependiendo de las múltiples variables que circunscriben al sujeto de forma particular. En el caso de Fabián su decaída progresiva social y moral lo justifica en el daño emocional sufrido al encontrar a su compañera teniendo relaciones sexuales con otro hombre. Este desgarramiento emocional produjo en él un vacío que ansiaba olvidar. Sin embargo aún no lo ha conseguido, en cambio ha suplido su dolor y frustración interior en la felicidad efímera del consumo de pasta base/polvo.

Antes que nos encontráramos y me relatara de golpe todo lo anterior, además de querer engañarme (para sacarme dinero) y bajar su nivel de ansiedad; su pretensión era desahogarse del recuerdo provocado de golpe por la visita inesperada de un conocido de su ex compañera, quien vino al callejón a buscarle:

William: Después de todo lo pasado, ¿ella vino a buscarte?

Fabián: No pana, mandó una pinta, no sé si sea su novio o marido nuevo, me dijo que me quería ver.

William: ¿Qué le contestaste?

Fabián: (Con rabia) Le dije, ¡lárgate de aquí chucha tu madre y dile que no se le ocurra venir a buscarme porque la mato, soy capaz de matarla!

William: Me doy cuenta que aún te duele recordarla.

Fabián: ¡Cómo no pana si ya no puedo ni ver a mi hija!

William: Y desde que vives en la calle, ¿le has visto?

Fabián: Al principio sí, me sentía digno, no estaba tan basureado como ahora. Cuando me siento triste la espero fuera del colegio y le veo de lejos, es duro no querer acercarme (Fabián, entrevista: 2013).

Fabián lleva sobre sí una doble carga moral. 1) Por un lado el suceso traumático de ver a su mujer con otro hombre y 2), el peso moral de su auto censura humana, así como el impedimento que éste le provoca para encarar a su familia. Estos aspectos constituyen las bases de la economía moral de su práctica individual, es decir, el cómo enfrentar su condición auto determinada por él mismo como “enfermo”, el sentir y pensar de los otros sobre él agudizan su auto aislamiento y el cómo manifiesta dicha presión moral en su cotidianidad y en quiénes se apoya moralmente (otros consumidores), potencia las condiciones auto excluyentes, sumado las prácticas económicas subterráneas que facilitan la permanencia de vivir en la calle y consumir pasta base/polvo, produce de ésta forma, la acepción funcional normativa-punitiva de paria social (Wacquant, 2001)

RE-BUSCÁNDOSE PARA CONSUMIR

El imaginario común que se recrea socialmente en la ciudadanía sobre los consumidores consumados; es su relación con la violencia y el delito para suplir su habitus de consumo ilegal. Pero esto no necesariamente es cierto porque como sucede con Fabián, el robo no es una virtud capital ni un recurso óptimo de conseguir recursos económicos. La visita recurrente al callejón sitiado por los consumidores consumados, ha sido un referente importante para desentrañar la economía política del rebusque que estos consumidores materializan en su cotidianidad urbana. Al igual que los microtraficantes (brujos, brujitos) como Guacho¹⁸, también tienen estrategias

¹⁸Para una mejor comprensión de este personaje, véase el capítulo II de la tesis de: Alvarez, William (2014). “Sobreviviendo con la pipa” Drogas, violencia y conflictos Inter-étnicos en el Barrio El Paraíso. Quito: FLACSO-Ecuador. Aún sin publicar.

de supervivencia heterogéneas: legal, ilegal, formal e informal, además del azar misterioso de la cotidianidad que suple sus necesidades. Pero, ¿qué tipo de necesidades buscan suplir los consumidores consumados en la calle y cómo lo consiguen?

En varias ocasiones he podido seguir de cerca la cotidianidad de Fabián desde su despertar. Una mañana le fui a buscar para invitarle desayunar, lo encontré durmiendo bajo unas casetas que a su vez están debajo de un puente que circunda el barrio. Él guardó las cobijas y dobló su colchón improvisado haciendo un bulto que luego dispuso bajo unas cajas. Junto las casetas hay varios negocios de costura, como siempre Fabián saludó amablemente a sus dueños y luego entró al baño público a lavarse la cara. El pan y el yogurt que le ofrecí, Fabián no lo comió de inmediato sino después¹⁹. Él conoce prodigiosamente la periferia comercial del barrio a pesar de ser nuevo²⁰ en El Paraíso, pero a diferencia de otros consumidores consumados Fabián ha consolidado una red de solidaridad o benevolencia con los comerciantes, dueños de negocios, vendedores ambulantes, quienes le facilitan alguna moneda, comida²¹, incluso algún cruce o favor especial.

El respeto con que Fabián trata a las personas que le rodean entablando diálogos de igual a igual no es un hecho común entre los consumidores dado que desde el punto de vista del consumidor consumado que he conocido, la auto segregación es una práctica cargada con cierta vergüenza hacia sí mismo por estar realizando acciones fuera del marco cotidiano de la moralidad católica de la cultura religiosa quiteña. No es casual que el lugar de consumo, aunque haga parte del barrio, funciona como una zona gris (Auyero, 2007) adueñado simbólicamente por la apropiación que han tenido los consumidores consumados, pero que en base al imaginario lúgubre que éste representa en la ciudadanía produce una violencia simbólica la cual aleja y previene a los no consumidores a que no transiten por ese espacio. Por lo tanto, esto agudiza aún más que dicha zona gris (o zona de confort²²) se

convierta en un lugar aislado, intransitable, peligroso, además de ser considerado un espacio de degradación humana.

Fabián es consciente que sus prácticas difieren de otros que están a su vez consumados en la calle, pero a diferencia de los otros, él discierne sobre el estado en que se encuentra lo que ha hecho transformar la lástima, la vergüenza y la pena en dignificarse sin importar su condición de paria. Mirar a la cara y saludar cordialmente con buenos días/tardes/noches a todo aquel que le observa, le conozca, hasta los vecinos cerca al callejón ha hecho que lo vean de forma diferente, lo que se traduce en afectos de solidaridad: alguna moneda, ropa usada, alimentos. Sin embargo, aunque en un principio su economía callejera tenga visos de dependencia solidaria por su condición de callejizado, su economía va más allá y denota estrategias bien elaboradas de subsistencia o rebusque adquiridos en la calle. A esto lo podemos considerar como un capital cultural adquirido, incluso heredado de formas de sacar provecho de los insumos materiales presentes en lo urbano.

La recolección de basura es una de las prácticas frecuentes que desarrollan los consumidores consumados para conseguir dinero. Saben muy bien dónde encontrar objetos de valor o comida en la basura. De hecho cuando Fabián recién comenzaba a vivir en la calle se encontró con otros como él que le señalaban los lugares estratégicos como restaurantes y hoteles en los cuales podía hallar comida en buen estado, ropa, sábanas y enceras desechables. Según explica Fabián, muchas de éstos desechos son arrojados a la calle de buena fe por sus dueños con el fin de proveer necesidades materiales y vitales a los recicladores (consumidores).

De modo que la noche o la madrugada se convierten en el tiempo propicio de muchos consumidores para rebuscarse y encontrar en la calle elementos para sobrevivir. Cabe apuntar que esta búsqueda hace parte del tiempo de consumo consumado en su cotidianidad que a su vez responde al tiempo de consumo al que su cuerpo se ha inscrito. Digamos, el que se rebusca en la noche no responde a preferencias horarias, sino al efecto atemporal en que su cotidianidad responde al consumo. Hay que indicar que para los consumidores consumados

¹⁹ Mientras se está consumiendo pasta base/polvo, se pierde el hambre.

²⁰ Esta categoría se ha convertido en un signo de distinción, no obstante lleve cerca de dos años en el barrio, para los otros consumidores consumados él sigue siendo nuevo.

²¹ La dueña de una panadería le regala pan todas las mañanas

²² Desde el punto de vista del usuario de drogas, consumir en el espacio del callejón es mucho más tranquilo que hacerlo en la calle. Por lo general el consumidor consumado busca lugares que le dejen tomarse el tiempo necesario

para el ritual de consumo.

no hay un tiempo límite de consumo, existe por lo tanto una dependencia crónica a la pasta base/polvo que lleva al cuerpo/sujeto distorsionar el tiempo biológico haciendo del tiempo de consumo: una acción interminable.

Además de considerar al reciclaje una estrategia económica de supervivencia, también construyen estrategias para adquirir drogas ilícitas sin invertir un solo centavo. Los favores a brujos son frecuentes en la relación vendedor-comprador. Es muy común que los compradores esporádicos desubicados al llegar a la periferia de El Paraíso no sepan a quién dirigirse, lo que les obliga pedir ayuda a quienes les parecen conocedores de esa dinámica. A Fabián le pasa con frecuencia y aprovecha estas circunstancias para mediar ante el comprador y el brujo, ganando así alguna papeleta de pasta base/polvo, crédito o retribución especial. Por lo tanto, en el mundo del consumo de pasta base/polvo la reciprocidad material de dar representa al igual un contra don dentro de una económica moral callejera que salvaguarda la tenencia de la sustancia, o el consumo individual cuando se está en un espacio de consumación como lo es el callejón.

Este punto es importante de resaltar puesto que a pesar que su consumo individual mute y se respete la escases o la excesiva abundancia de sustancia por parte de algunos, suele manifestarse solidaridad o reciprocidad cuando con anterioridad un consumidor consumado ha sido convidado por otro. Pero no solo existe solidaridad o intercambios de la sustancia, sino en todos los elementos que constituyen el ritual ceremonial del consumo.

La suerte o azar como bien he dicho anteriormente hace parte de la cotidianidad del consumidor consumado, aunque también puede hacer parte de las estrategias de supervivencia que agudizan la observación del consumidor en los detalles minúsculos que un ciudadano del común no alcanzaría observar en su cotidianidad. Cuando andaba con Fabián y también con otros consumidores de pasta base/polvo (Alvarez, 2014), me era frecuente observar en ellos una búsqueda insistente casi obsesiva por encontrar droga en el suelo o sobre las veredas (andenes).

Recolectan colillas de cigarrillo y sí la suerte les acompaña encuentran alguna papeleta de pasta base/polvo comprimida al extremo, probablemente arrojada con anterioridad por algún brujo para evitar

requisas policiales, como dicen ellos “descargarse de la mercancía”, o una pérdida por descuido dado que muchos brujos optan por no cargar cantidades mayores al permitido por la ley. De esa forma pasan como consumidores. Mimetizar la pasta base/polvo en lugares estratégicos de la calle (suelo) para que pasen como basura, es una estrategia de disuasión muy utilizada por los brujos. Esto suelen hacerlo cuando la cantidad sobrepasa los diez gramos.

Dichas estrategias disuasivas usadas por los brujos son conocidas por los consumidores consumados, quienes en el caso de Fabián han encontrado cantidades exorbitantes de polvo en la calle. La cotidianidad desarrollada en la noche por los consumidores de pasta base/polvo no ha sido estudiada en la antropología ecuatoriana, -la llamada “antropología de la noche”-, a excepción de la investigación sobre el sueño de los zaparas (Bilhaut, 2011), pero este estudio se reduce al espacio de la alta amazonia. Muy poco se sabe de la cotidianidad nocturna, de qué es lo que se desarrolla, qué tipo de economía opera, qué sujetos transitan las calles en la noche. Por ejemplo Phillipe Bourgois (2010) desde el mundo anglosajón nos aproxima a esta dinámica describiendo los acontecimientos callejeros violentos de sus interlocutores Primo y Candy en el Harlem. En la noche, por lo tanto, suceden muchas cosas imposibles de observar durante el día, incluso buena parte de sus estrategias de supervivencia y re-busque se generan en la noche.

Además, la noche es el tiempo más propicio para pasar desapercibido de la observación policial y ciudadana, no obstante lo que provoca el nomadismo nocturno urbano presente en El Paraíso, es que la economía ilícita no se detiene, al contrario, se disminuye y especialmente, se deslocaliza²³. Por ello, andar en la calle resulta ventajoso para los consumidores consumados de pasta base/polvo como Fabián, debido a la demanda de la misma por personas provenientes de otras zonas de la ciudad.

Mientras otros consumidores pueden estar robando o intimidando a personas en lugares como la calle Amazonas²⁴, plaza Marín, o el barrio La Ronda.

²³ Con esto me refiero a la venta de pasta base/polvo. Hay varios puntos en el barrio que a ciertas horas de la noche es imposible conseguir, pero en otros sectores aledaños la venta se reaviva. En algunos espacios del centro siempre suelen haber brujos.

²⁴ Cuando hago referencia a la calle Amazonas, tomo esta descripción de

La economía política de Fabián desentraña y produce otras redes económicas fuera de lógicas violentas o criminales para satisfacer su consumo personal. Puede que alguna noche consiga hacerse amigo de alguien que le convide fumar subido en un automóvil dando vueltas en la ciudad o haya encontrado un teléfono obsoleto en la basura, lo arreglara y vendiera a alguna persona. Ambas situaciones son reales y en mencionados relatos de Fabián han hecho parte de su historia de vida desde que habita la calle. Sin embargo, aunque Fabián declare abiertamente que no sirve para robar, cabe preguntarse ¿el estar en condición de calle, ser un consumidor consumado de drogas ilícitas conlleva a producir violencia cotidiana? (Scheper-Hughes: 1997).

Es conveniente responder a ello porque las acciones violentas urbanas suelen encasillar a los jóvenes en delinquentes, por lo general pobres y muchas veces drogadictos. Los consumidores consumados cargan con ese estereotipo sobredimensionado socialmente, pero las actitudes, aspecto visual de los consumidores también agudizan dichos estereotipos. De responder a tal pregunta afirmativamente caería en una suerte de esencialismo haciendo referencia a la antropología posmoderna sobre la interpretación etnográfica, argumentando que el observador y su interpretación de la realidad sobredimensiona textualmente los hechos ocurridos, o siendo más concreto haría una omisión política-ideológica del sufrimiento, el hambre, las ansias, el descontento, la soledad, la tristeza o la felicidad esporádica de los consumidores consumados.

En una ocasión le pregunté a Fabián si robaba para sobrevivir, él aludió la respuesta con otra historia, pero nunca contestó afirmativo-negativo. Meses después una tarde le encontré en el callejón preparando una pipa con otros dos jóvenes. Me acerqué a él recibéndome con un gran abrazo y una pipa cargada hasta el tope convidándome a fumar, a sabiendas que no lo hago.

William: ¿Qué tal Fabián?

Fabián: (Abrazo) ¡Ohh hermano!, necesitaba hablar con usted, ¿se acuerda lo que le dije aquella vez de esta chica?

William: ¡Si claro!... ¿Qué ha pasado?

Fabián: (Insiste con la pipa) ¡Me intentaron apuñalar hermano!

William: ¿Qué ha pasado?

Fabián: (Prendiendo la pipa para otro) Arriba estaba con dos manes y ella que me pasa la pipa llena con un hachís gomoso, cuando le prendí olía a caucho y no carburaba, así que no fumé, pero como me cayó la sospecha le pasé la pipa a los otros dos. Como yo venía caliente por lo del Toni, alegué con ella y el otro que estaba ahí me sacó un cuchillo para darme, pero él estaba intoxicado, no daba con el cuerpo, entonces la vi a ella y me dieron ganas de encenderla a puñete. ¡Hermano! yo no sé cuál es su afán de joderme siempre.

William: ¿La chica no te dio hachís?

Fabián: (Fumando pipa) No pana, yo no sé qué era eso, pero yo estaba reputo hermano, y sí no llega la policía quién sabe qué hubiera pasado. Vieron el cuchillo en el piso y me quisieron llevar preso porque la otra estaba inventando que yo era el que le iba apuñalar (Fabián, entrevista: 2013).

Al concluir este dialogo Fabián me contó que sintió igual de nervios como cuando robo por primera vez un teléfono a alguien en la calle. Visto de ese modo la etnografía prolongada desmiente omisiones que los sujetos tratan de omitir moralmente por sentirse juzgados. Pero el hecho que Fabián sí robara no quiere decir que lo tenga como una práctica recurrente de supervivencia al igual que alguna vez Richard, Guacho o la Belleza recurrieron en momentos de crisis económica. En el caso de Fabián o muchos otros consumidores consumados lo hacen cuando se presenta la ansiedad de la ausencia (pos-consumo) de pasta base/polvo.

Sobre este aparte, la violencia/delincuencia que se produce en la calle, buena parte de ésta tiene relación con las ansias o el estado de agitación de muchos consumidores consumados que en un nivel álgido de excitación o desesperación recurren a la intimidación, el robo y el delito, como una forma de conseguir lo que necesitan para seguir en el “vacile” de la pipa, y cuando estas circunstancias se presentan, dependiendo del nivel de consumo que lleve el sujeto y la ausencia de dinero y las posibilidades de conseguirlo de formas menos cruentas: la violencia en la calle es más latente. Pero con frecuencia los robos que se pueden producir son recreados en conjunto, casi nunca en solitario

los vendedores y consumidores que moran en El Paraíso. Dichas prácticas delictivas no se reducen solo a esa calle, sino a toda la zona (rosa) que le circunda.

y esto con el fin de asegurar el motín, la seguridad personal y al final la celebración conjunta, volviendo al continuum callejero del consumo de pasta base/polvo.

ENTRE LA PISTOLA Y LA PIPA: LOS MODOS DE CONSUMIR-SE

Los relatos que he recolectado sobre la historia del barrio describe que en los años noventa se presentaba una situación muy diferente al periodo actual, en particular desde las intervenciones de la última década hecha por el distrito para mejorar la fachada, calles y movilidad urbana. Según Felipe, quien lleva cerca de 30 años consumiendo pasta base/polvo, el uso de esta droga era de mayor frecuencia en el barrio. La violencia e indignancia hacían de El Paraíso un referente de peligro en la ciudad; “uff ñaño, en El Paraíso nadie se metía, esto estaba lleno de bandidos y fumones”, me diría él una tarde.

Para Felipe la venta de drogas en el barrio siempre ha estado presente en su cotidianidad, lo que quiere decir que durante los 30 años que ha estado consumiendo polvo, ésta se puede observar en la estética de los brujos. El mejor polvo en El Paraíso lo surte un brujo con más de 60 años, quien no se mueve de su casa, por lo que hay que llamarle para hacer pedidos de un rango de cinco dólares en adelante. La generación de brujos que ofertan en esa zona periférica están en tres franjas: jóvenes, adultos mayores y tanto género como origen étnico es variado, aunque el mayor porcentaje de brujos se concentra entre mestizos y hombres afrodescendientes.

La presencia de adultos mayores describe, además, el afianzamiento histórico que han tenido en el espacio porque en los márgenes del barrio hay micro espacios de venta de droga distribuidos mediante jerarquías consolidadas en el tiempo dentro de un espacio urbano que produce mayores ganancias, movilidad y menos visibilidad ante los controles policíacos. Mientras los brujitos jóvenes deben situarse ambiguamente entre espacios no territorializados por los brujos, rotar lugares o suplir espacios ya consolidados por otros momentáneamente.

Pero así como el historial sobre venta de drogas en El Paraíso deviene de cerca de 30 años²⁵, al igual,

el historial sobre consumo está a la par. En varias ocasiones caminando el barrio con Fabián él me relataba sus encuentros con personas que en el día lucen como serios hombres de hogar. Sin embargo, a la noche se los encontraba fumando pasta base/polvo, inclusive le invitaban a fumar o le fomentaban ir a comprar más droga.

William: Entonces... ¿todos fuman en el barrio?

Fabián: ¡Vera! No le puedo responder con un si esa pregunta, pero lo que le puedo decir es que me he encontrado con muchos hombres que en el día pasan con sus familias en carros mirándote por encima del hombro y luego a la noche los ves prendidos en la calle.

William: ¿!Seguro!?

Fabián: ¡Si compita para que le voy a mentir!, ¿con cuántos de esos no me he puesto a fumar y me han hablado de su juventud en el barrio? Vea, el que tú menos piensas ha fumado o fuma discretamente, el polvo es una droga con que todos conviven en Paraíso (Fabián, entrevista: 2013).

Lo descrito por Fabián lo he podido observar cuando le he acompañado en el callejón. El tránsito esporádico de adultos mayores en ese lugar con el único propósito de fumarse una pistola dista mucho del imaginario hegemónico que se tiene sobre los jóvenes como la única franja consumidora de este tipo de drogas. Hombres y mujeres mayores pasaban con frecuencia por el callejón, pero para evitar cualquier situación engorrosa o problemática con los consumidores jóvenes ellos prefieren consumir a la distancia, no se mezclan con jóvenes y suelen hacerse solos o acompañados con alguien de su misma edad, por lo general la modalidad empleada para consumir polvo es mediante la pistola.

Otro día, temprano en la mañana me detuve en el callejón para saludar a Fabián, en aquel momento él se preparaba una pipa, la tenía cargada de polvo (amarillo) y justo en ese momento pasaba una vecina tomada de la mano con su hija, en mis adentros sentí algo de vergüenza de que su hija nos viera sentados entre basura, Fabián le saludo formalmente como suele hacer siempre.

William: ¡He sentido un poco de vergüenza con la señora que acaba de pasar!

²⁵ Felipe tiene 45 años, comenzó a consumir pasta base/polvo desde los 15

años.

Fabián: (Sonriéndose) Fresco loco, esa señora ahí donde la ve es una fumona veterana.

William: ¿Me estás hablando enserio?

Fabián: A lo bien... crea en lo que digo, se acuerda que le hablé de la casa de un señor que el primer piso parece un basurero, ya varias veces me he encontrado con ella ahí.

William: Con razón no le da miedo pasar por acá, a lo mejor le gusta el olor.

Fabián: Para que vea como es la gente acá, esa señora fuma que no se imagina, se encierra toda la tarde y se puede gastar hasta cincuenta dólares en polvo, ella me conoce, por eso me saluda. ¡Vea! usted no me va creer, pero una vez que estaba ahí fumando con ellos, en un momento ella se metió en un cuarto, se encerró y luego me llamó... cuando yo abrí la puerta, la vieja me recibió en toalla, se arrojó a la cama mostrándome su paquete enorme.

William: ¡Aja!, y al final qué hiciste... ¿estuviste con ella?

Fabián: ¡Usted no va creerme!, pero no pude, o no quise... creo que no tenía ganas (Fabián, entrevista: 2013).

El encuentro de Fabián con aquella mujer describe dos hechos a resaltar. El primero en relación al espacio de la mujer en la esfera del consumo de pasta base/polvo, ¿Quiénes son, qué hacen para sobrevivir, por qué y dónde ellos consumen pasta base/polvo? Son preguntas necesarias para entender las diferencias y experiencia cotidiana de la mujer en el mundo del consumo. No obstante haya presencia de mujeres en el callejón, ésta no se compara en número al de los hombres. Su estar en ese espacio marca grandes cambios dentro de la socialización masculina.

Lo interesante en ese caso es la prevalencia de situar el consumo de drogas en las mujeres en el espacio privado, donde la comodidad y seguridad prevalecen por encima de la inseguridad y violencia presente en la calle. Aspecto sugerente que nos lleva a preguntarnos: ¿el consumo de pasta base/polvo en el espacio privado tendrá mayor volumen de consumo que en lo público? Y como segundo lugar, el hecho que Fabián no haya querido estar sexualmente con la mujer describe los efectos colaterales de la sustancia en el cuerpo, efectos que en el hombre se reflejan en la inapetencia sexual (Epele, 2011) y en ellas, en mayor excitación según las experiencias relatadas de varias mujeres consumidoras en el callejón.

Aunque existan diferencias estructurales entre los consumidores, es decir, consumos diferenciados con base en su condición de clase social, con ello, el hecho de consumir pasta base/polvo en una serie de lugares y bajo otras condiciones que las dispuestas en la cotidianidad del consumidor consumado (la calle), como el fumar en una casa con todas las comodidades a solas o en grupo, discotecas, zonas de ocio o en autos, esto marca distancias sustanciales frente a las condiciones de consumo callejizado. Sin embargo, esta diferencia es solo de forma, porque al fumar pasta base/polvo toda diferencia estructural/simbólica queda deshecha ante los efectos casi homogéneos que genera la droga en el cuerpo. En el fondo, esta práctica recrea un ritual que consta de varios elementos, a su vez, casi sagrados para su consumación. Pero también lo podemos considerar ceremonial dado el carácter colectivo de su consumación. Por lo tanto, merece la pena detenernos en las diferentes formas con que es consumida la pasta base/polvo.

La pistola

Notas de campo: 2 de agosto 2012

Al llegar al barrio a eso de las 9 pm no contaba encontrarme con nadie, pues los conocidos que frecuentan la esquina ya no estaban. Sin embargo, tuve suerte, antes de llegar a mi puerta Richard y Patricio venían caminando del fondo de la calle, no dudé en llamarles, enseguida ellos me hicieron la venia. Durante esa noche que vivimos no me quedaba claro aún si Richard era un vendedor o un consumidor habitual de polvo. Por lo que he visto no fuma con frecuencia, lo hace circunstancialmente en compañía de sus amigos, Patricio es uno de ellos. Éste último fue quien propicio económicamente el polvo que consumieron toda la noche.

Aquella mercancía duro poco, luego Richard nos pidió lo esperamos fuera de una puerta de metal medio abierta que dejaba ver un pasillo infinito y oscuro ¡Me parecía increíble que a pocos metros de mi casa se pudiera conseguir droga tan fácil! Al rato salió él y trajo consigo varias papeletas. De ahí caminamos a un parque, pero pasó la policía y nos advirtieron salir de ahí. Richard dice que ellos no joden, que los policías son jóvenes y no hacen nada, sin embargo tuvimos que movernos a una tienda cercana a comprar fósforos y durante el recorrido ellos se fumaron todo. Esta ha sido mi primera incursión nocturna en el barrio (William, notas de campo: 2012).

Recién ubicado en el barrio como he descrito en mi nota de campo, escuché por primera vez el término pistola, plasmado en el siguiente diálogo:

Patricio: ¡Vamos a echar humo Colombia! (refiriéndose a mi)

William: ¿¡Cómo!?

Richard: (Riéndose) Patricio quiere decir hacernos unas pistolas.

William: No entiendo, ¿es que van a matar a alguien?

Patricio: ¡No Colombia! Con la pistola es que nos fumamos el polvo (William, notas de campo: 2012).

Luego de Richard haber comprado diez dólares en pasta base/polvo aquella noche caminamos en dirección a una tienda que durante la noche pasaba abierta. Richard me preguntó si cargaba cigarrillos conmigo, los que él traía ya se habían terminado. Hasta ese punto no comprendía la relación de los cigarrillos y el polvo por lo que me hice el entendido. Se compraron los cigarrillos, fósforos y caminamos de regreso a la calle donde comenzamos. Richard pidió un cigarrillo y lentamente comenzó a desmigajar el tabaco hasta dejar poco menos de la mitad, abrió la papeleta donde se guardaba el polvo y poco a poco fue rellenando el resto del tabaco vacío con dicha sustancia de color amarillo y textura arenosa.

Cuando llenó a gusto el cigarrillo apretó la punta, sacudió y macizó para apear/comprimir el polvo con el resto del tabaco, luego cerró la punta enrollándola con la yema de los dedos índice y pulgar. A continuación retiro parte del filtro con los dientes, prendió un fosforo el cual paso de lado a lado del cigarrillo reluciendo así una sombra pegajosa que trasapaba la tonalidad blanca del papel cigarrillo.

Richard: ¿Si vio cómo se hizo?, ¿esto es una pistola!

William: Yo pensaba que el polvo se fumaba en pipa.

Richard: También, pero a mí la pipa no me gusta, con esa fuman los desechables (Richard, notas de campo: 2012).

Como habrán notada en la descripción, el proceso de armar la pistola es un ritual que va desde el momento de la compra del polvo, el cual debe saber a quién comprarse, dado que la calidad no suele ser la misma entre brujos. Hasta el lugar y la hora son también circunstancias importantes al momento de conseguir algo de calidad. Luego tener los cigarrillos, los fósforos, moldear la papeleta con polvo para que sea práctica su extracción, remover el filtro, incluso, el fumarlo dispone de un especial y cuidadoso estilo.

Al observar a Patricio y Richard absorber con mayor presión la pistola se hizo evidente el porqué de la expresión “echar humo”, la cantidad del mismo es



Autor: William Alvarez, Flor Castello (Secuencia armando y fumando Pistola)

exorbitante en comparación a un cigarrillo cualquiera y su olor, una mezcla similar a la gasolina o caucho quemado se hace perceptible a la distancia, motivo por el cual se busca fumarlo en lugares despejados o solitarios u aislados del tránsito peatonal. Más aun cuando se hace en lugares en que se es conocido. Pero esto de “echar humo” tiene sus desventajas cuando se hace en lugares como el callejón, ya que el humo de la pistola es más visible que el de la pipa, lo que hace reconocible el lugar del fumador, especialmente de noche, situación peligrosa atrayente de policías.

La duración de la pistola varía según se consuma individualmente o en colectivo. En aquella ocasión Patricio y Richard se rotaron la pistola en más de tres oportunidades cada uno, pero a cada bocanada mojaban de saliva la punta del dedo para nivelar el nivel de quemado del papel. A este tipo de cuidado es al que me refería con antelación. El consumidor debe estar al tanto de cómo “carbura²⁶” la pistola con el fin de evitar el desperdicio o maximizar el aprovechamiento del mismo. En otras ocasiones cuando el grupo de amigos de Richard salían de jugar billar de La Villa del Rolo, de forma fugaz se preparaban varias pistolas fumándolas entre 5-6 personas precavidas y nerviosas de ser sorprendidos por la policía. La prolongación de cada bocanada de humo se reducía a un par por persona, pero apenas se terminaba una ya la otra estaba rodando.

En esa ocasión Genaro (primo de Richard) cargaba consigo cinco fundas de quina (5 dólares) que le había dado el brujo colombiano para vender. Sin embargo, las ansias y las varias cervezas que bebimos durante los juegos de billar pudieron más que la posibilidad de ganar algo de dinero vendiendo aquella mercancía.

Richard: (Riéndose) ¡Oye Genaro! ¿Qué le vas a decir al colombiano sobre su merca?

Genaro: (Armando la pistola) Pues que me cogió la policía.

Richard: Noo... eso no te lo va creer así nomás.

Genaro: ¡Familia! Le voy a decir que me cayó la interpol cuando le estaba vendiendo alguien en el mercado, que tuve que negociar con ellos dando las quinas y 40 dólares porque me querían llevar.

Richard: (Riéndose) ¡Bien familia! eso sí suena creíble (Richard, entrevista: 2012)

La mayoría de los migrantes afroesmeraldeños con quienes entablé vínculos aprueban las oportunidades casuales de vender pasta base/polvo, pero no lo toman como una estrategia consistente de supervivencia, a excepción de Guacho, quien a diferencia de otros brujos no consume ni le gusta la sensación del polvo, la cual puede provocar náuseas, euforia, ganas de vomitar o excretar, tal y como le ocurrió esa noche a Calidoso (refugiado colombiano ex adicto al juego) que al fumar a la par de los demás palideció vomitando, pero quien luego volvió al ritmo de consumo.

Los efectos que produce la pistola son inmediatos, tras cada bocanada las ansias, la aceleración que se produce en los consumidores es perceptible. Expresiones como “este polvo esta bueno”, “me durmió la lengua”, “tiene buen sabor”, son con frecuencia exclamadas por los consumidores y por lo general genera una fuerte reacción de seguir fumando. Esto es lo que lleva a muchos consumidores a seguir deambulando la calle tarde en la madrugada para conseguir polvo.

Sin embargo, hay una diferencia grande en quienes fuman en pistola y quienes lo hacen en pipa. Ninguno de los inmigrantes afroesmeraldeños a quienes entrevisté prefiere fumar en pipa porque en un principio no les gusta al considerar ésta una categoría de consumidor despreciable y por ende fuera de sus prácticas que ellos consideran vacilables. La violencia simbólica de portar una pipa representa en los jóvenes afroesmeraldeños no consumidores de polvo, una carga de consumación despreciable: la cual no entra dentro de sus códigos morales y culturales.

Consumir pasta base/polvo en el caso de Richard, Genaro o la Belleza, consiste en “no volverse un vicioso” o como relata Richard, “todo está en la cabeza, tú mismo pones los límites. ¡Vea socio! tú sabes que esta droga es peligrosa, pero uno es más fuerte”(Richard, entrevista: 2011). De hecho cuando alguno de sus amigos es visto o actúa de manera decadente se le llama la atención. Este control moral hace parte del concepto de “familia” que ellos usan para tratarse entre sí, aunque los lazos de parentesco no tengan ninguna consanguinidad.

²⁶ Así es como muchos consumidores de polvo nombran al acto de absorber la pipa cuando se va a fumar de la misma.

LA PIPA

En mis etnografías tempranas de la ciudad de Quito la visibilidad del uso de la pipa llamó mucho mi atención. En una entrevista a una joven consumidora de polvo (Álvarez: 2013) a quien conocí porque fumaba bajo el techo de un edificio abandonado a dos casas de la mía, me dijo en esa ocasión mientras le acompañaba a buscar a su novio también consumidor: “a la pipa se le hace el amor”. Esta expresión marcó un referente para entender las dinámicas y diferencias en las formas heterodoxas de consumir este tipo de drogas.

Esta misma inquietud se la planteé a Richard, Genaro y la Belleza, quienes consumían polvo con frecuencia o esporádicamente. Para ellos representa otro nivel ético y moralmente lejano a su condición cultural y personal. La económica moral de esta posición forjaba construir límites a ciertas prácticas consideradas bajas. Bajas en un sentido de clase claramente determinado como el lugar social al cual no quisieran aproximarse aludiendo al andar fumando con pipa, porque la representación de ese habitus expone grados de decadencia moral al que no pretenden estar inscritos.

El determinante que ha llevado a Richard plantear la idea de no vender pasta base/polvo, aunque su situación económica se complique, tal y como varias noches me ha dejado saber; “ñaño, yo no vendo polvo porque ahora que tengo un hijo, a mí no me gustaría que alguien le ofreciera” (Richard, entrevista: 2012). El núcleo moral que la familia representa en los jóvenes afrodescendientes propicia en buena medida restricciones sobre el consumo de drogas, restricciones limitantes en cuanto lo que está bien o mal. Motivo por el cual Richard se angustia más que los propios consumidores consumados al exponer su habitus particularmente nocturno de lo privado a lo público. La referencia del qué dirán, de ser expuesto a críticas vecinales, de sus parejas, hijos, familia: sí les importa. Por lo tanto, esto explica el hecho de preferir fumar polvo mediante pistolas que empleando la pipa.

En cambio el uso acérrimo que le da Fabián a la pipa describe el otro lado de la venta de pasta base/polvo, señalando el final de toda una cadena de producción-distribución de drogas que tiene como objetivo crear consumidores dependientes a la sustancia para seguir manteniendo el funcionamiento

de la económica ilegal que perpetua barrios y periferias urbanas, espacios de consumo consolidados y socialmente diversos en las ciudades.

La pipa en los consumidores consumados se convierte en un elemento indispensable en su cotidianidad, le cuidan, le reparan, le intentan conservar el mayor tiempo posible, dado que entre más se acumule el hachís en sus cavidades esto se traduce en mayor placer, pero para lograr una mínima cantidad deben haberse consumido cantidades considerables, digamos, de cinco a diez gramos de polvo, que dependiendo del consumidor puede lograrse en un día, como durante una semana de consumo. Pero el hachís no es la única condición para conservar la pipa prolongado tiempo, sino también para evitar las molestias que representa no tener con qué consumir cuando las ansias agudizan dicha intención.

En mis muchas estancias compartiendo con Fabián y sus homólogos en el callejón he visto todo tipo de pipas: pipas artesanales, pipas de boutique, pipas hechas por ellos mismos con materiales reciclados (tapas de botella, de Colgate, bolígrafos, pedazos de plástico, bolsas plásticas, latas), hasta verduras y frutas como: papas, zanahorias, manzanas y batatas. Y lo común de todo ello es que el proceso de consumación del polvo al igual que la pistola, constituye un ritual en el que todas las partes confluyen en un todo, desde los fósforos y el sisco²⁷, ambos de suma importancia que sin ellos, aunque se tenga diez gramos de pasta base/polvo, no se llegarían a consumir las ansias por consumir. Por lo tanto, el cuidado de ambos se mide con cautela.

²⁷ Término utilizado para hacer referencia a las migas de tabaco extraídas del cigarrillo.



Autor: William Alvarez, Flor Castello, (Fabián armando y fumando en su pipa)

Muchas veces les observé tarde en la noche subiendo del callejón a buscar colillas de cigarrillo en la calle, incluso, con las pipas cargadas mendigar a transeúntes alguna moneda para comprar fósforos. Dicha ausencia se agudiza cuando ninguno de los consumidores frecuentes en el callejón dispone de sisco. Los niveles de ansiedad entre ellos aumentan, más aún en la madrugada cuando todas las tiendas están cerradas. De no conseguir sisco, ni fósforos, tal ausencia fuerza el habitus del consumidor a detenerse forzosamente²⁸.

El consumidor consumado protege su pipa como si ésta se tratara de un bienpreciado. Es común, para evitar los encuentros policiales esconder las pipas en lugares cercanos al callejón, fisuras del concreto, basura o maleza dentro del mismo espacio. Cuando un consumidor consumado se le practica una requisita policial y les encuentran alguna papeleta de polvo, tal y como le ocurre con frecuencia a Fabián; les arrojan, destruyen las pipas y la droga. Si bien la intención policial no sea evitar que sigan consumiendo, les genera rabia y malhumor a los consumidores porque les resta facilidades de acceso a su habitus. Este es el tipo de violencia simbólica efectuado por la policía.

De acuerdo con mis observaciones, la diferencia que observé entre un usuario esporádico y uno consumado depende de con qué instrumento se fuma

la paste base/polvo. La pipa es un indicador del tipo de consumidor y quien la porta, en especial sí es una hecha por el mismo usuario suele estar en la categoría más baja de consumidores: “lumpen”, indigente, desechable, vagabundo. Buena parte de la política que representa el consumidor consumado re-produce el imaginario social negativo sobre su condición de paria proclive al crimen y la ilegalidad con que se les asocia comúnmente en la región andina (Fad, 2011). Fabián lleva consigo esa condición, carga día/noche su pipa, aunque no tenga con qué comer.

Observarle preparar su pipa para fumar impresiona por el alto grado de dedicación empleada para lograr una pipa perfecta. La recursividad de conseguir las partes de la pipa en la basura en que se rodea, la cazoleta (base de la pipa) donde va el sisco y el polvo, la boquilla con que se aspira el humo (hecha de mina de bolígrafo o un bolígrafo recortado), además de la forma con que se acondiciona la pipa con el sisco. No es solo llenar la pipa con polvo y fumar. Para lograr el mejor efecto primero se acondiciona la cazoleta con un colchón (como ellos llaman) de sisco que se le quema antes de agregar el polvo. El sisco y las cenizas restantes del primer fogonazo, luego se le agrega el polvo, pero, incluso, hasta con el polvo se maneja otro ritual.

Cuando Fabián se dispone a prender su pipa agrega el polvo con cautela sacudiendo sobre ésta la papeleta o funda de plástico con pasta base/polvo. Rellena toda la pipa procurando no desperdiciar, así,

²⁸ El no disponer de fósforos o sisco para prender la pipa, ha sido el único motivo que he observado por parte de los consumidores consumados de no seguir fumando.

la economía del consumo proporciona otros pipasos a futuro. Antes de consumir el ritual observa de lleno el contenido de la pipa, con un fósforo encendido²⁹ (sin aspirar aun de la pipa) circula el polvo para comprobar su calidad, si el polvo se granula o derrite y emite su olor característico, se le fuma con mayor o menor gusto. “Cuando le quemo es para secarlo, el polvo seco mejora la sensación” (Fabián, entrevista: 2013), dice Fabián.

A diferencia de la pistola, la cual se puede rellenar con una sola papeleta de polvo, misma cantidad que puede dar de 3 a 4 pipasos³⁰. Esto hace de la pipa la forma de consumir pasta base/polvo que más adicción genera, dado que un solo pipaso, según lo describe Fabián el sabor del polvo se potencializa y aunque el efecto no sea tan prolongado como la producida al fumar en pistola, varios pipasos suplen la cantidad por mejor calidad. He aquí la trampa que produce el fumar en pipa y la razón del miedo que genera en personas como Richard, Genaro y la Belleza cruzar este límite. Para Richard “el que fuma en pipa ya está cogido por el demonio”. Y de esto son conscientes los consumidores consumados que como Fabián alguna vez han arrojado su pipa al hacer consciente el nivel de degradación al que han llegado:

William: ¿Solo fumas en pipa?

Fabián: Eso depende, fumo en cualquier cosa, tú mismo me has visto, hasta en zanahorias. Pero veras... la pipa, no sé, me gusta más porque disfruto del sabor, hago que sea más prolongada mi fumada, en cambio con la pistola se desperdicia, aunque es más fuerte, y mientras fumo en la pipa, dura y se siente mejor.

William: Tengo mis dudas, ¿la pipa te da más ganas de fumar?

Fabián: Veras... te dijera mentira si digo lo contrario... la pipa es el diablo (Fabián, entrevista: 2013)

REFLEXIONES FINALES

Este trabajo, además de describir los rituales de consumo de pasta base/polvo y varios otros factores de ingreso a este mundo como lo ha sido

²⁹ El uso de los fósforos llama mucho la atención. ¿por qué no usar fosforeras o encendedores? La respuesta sobre esta pregunta los consumidores consumados concluyen; el gas del encendedor les produce sueño.

³⁰ Expresión utilizada por los consumidores para nombrar las bocanadas de humo extraídas de la pipa.

para Fabián una ruptura emocional, esto nos ayuda entender la heterogeneidad de sujetos, condiciones de clases, étnicas y de género que configuran la cultura callejera de la adicción a la pasta base de cocaína de forma situada, tomando de ejemplo la ciudad de Quito (Ecuador). Pero también nos ayuda a entender cómo el uso continuo que esta droga produce un ciclo sociocultural interminable de dependencia química que modifica la individualidad que poco a poco en ese proceso de adicción y degradación corporal, los sujetos establecen una economía política de sobrevivencia; prácticas criminales/ilegales y un habitus que yo definí para referirme a ellos, como de *consumidores consumados*.

Metodológicamente también quiero hacer un énfasis en lo valioso que resulta la observación participante y la etnografía para desarrollar nuevos abordajes sobre la ciudad, con lo cual poder construir categorías y herramientas de análisis que alejen a las investigaciones en ciencias sociales, de los prejuicios y preconceptos de discursos jurídicos o médicos que tienen y dan limitado entendimiento de lo que sucede en la vida cotidiana de usuarios de droga habitantes de calle.

La finalidad de esta etnografía es la de abonar los cimientos para dar nuevas perspectivas empíricas de análisis a los formuladores de políticas públicas sobre cómo diversificar a los usuarios y consumos de drogas en general, pero en particular de la pasta base de cocaína en las ciudades de la región andina. De la tal modo, considero que esta etnografía es una herramienta útil para lograr este fin y comprender que cada contexto social, cultural y urbano debe ser situado como un conocimiento particular que puede ser relacionado con otros, pero nunca comparable con la singularidad de la configuración social de cada nación.

BIBLIOGRAFÍA

- Alvarez, W. (2013). *Fumando pasta base de cocaína en la Zona: ansiedad, adicción y violencia*. São Carlos: Brasil.
- Andrade, X. (2001). *Masculinidades en Ecuador*. Quito: FLACSO sede Ecuador.
- Auyero, J. (2001). *La política de los pobres. Las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires: Manantial.

- Bilhaut, A.-G. (2011). *El sueño de los Záparas. Patrimonio onírico de un pueblo de la Alta Amazonía*. Quito: FLACSO sede Ecuador-Aby Ayala.
- Bourdieu, P. (1997). *Razones prácticas, sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama
- Bourgois, P. (2010). *En busca de respeto, vendiendo crack en el Harlem*. Buenos Aires: Siglo XXI editores.
- Epele, M. (2010). *Sujetar por la herida. Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud*. Buenos Aires: Paidós.
- Foucault, M. (2011). *El gobierno de sí y de los otros*. Bilbao: Akal.
- Galtung, J. (1969). “Violence, Peace, and Peace Research”. *Journal of Peace Research* 6, 167-191.
- Guerrero, A. (2010). *Administración de poblaciones, ventriloquia y transescritura : Análisis histórico: Estudios teóricos*. Lima: IEP: FLACSO sede Ecuador.
- Lewis, O. (1966). *La Vida; A Puerto Rican Family In The Culture Of Poverty--San Juan And New York*. New York: Randon House.
- Rodgers, D. (2008). *Bróderes descobijados y vagos alucinados. Una década con las pandillas nicaraguenses 1997-2007*. Managua: Universidad Centroamericana.
- Scheper-Hughes, N. (1997). *La muerte sin llanto: violencia y vida cotidiana en Brasil*. Madrid: Ariel.
- Unidad de Análisis e Información de la Secretaría Técnica del Ministerio de Coordinación de Desarrollo Social SIISE-STMCDS. (2006). *www.scribd.com*. Recuperado el martes de Mayo de 2013, de *www.scribd.com*: <http://es.scribd.com/doc/77050424/Mapa-de-Pobreza-y-Desigualdad-en-El-Ecuador>
- Wacquant, L. (2001). *Parias urbanos: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Ediciones Manantial.

A CAPACIDADE CIVIL NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: IGUALDADE E OS DESAFIOS DA EFETIVIDADE NOS TRIBUNAIS

LEGAL CAPACITY ON BRAZILIAN'S DISABLED PEOPLE'S STATUTE: EQUALITY AND CHALLENGES TO EFFECTIVITY IN COURTS

Jacqueline Lopes Pereira*
Lígia Ziggotti de Oliveira**

RESUMO

O problema tratado no artigo principia pelas mudanças relativas à capacidade jurídica da pessoa com deficiência no Brasil. Em primeiro momento, o trabalho faz análise descritiva do regime de capacidade legal a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em segunda seção, examina os sinais iniciais de interpretação dos tribunais sobre a capacidade em processos de curatela. Para tanto, seleciona dois julgados de julho de 2016 através da plataforma digital de Tribunais estaduais e aplica a metodologia lógico-dedutiva a fim de experimentar a aplicabilidade de princípios caros à nova tratativa jurídica das pessoas com deficiência. O exame jurisprudencial seleciona aspectos fáticos e argumentos que compõem as razões de decidir dos julgados e, em seguida, os correlaciona à efetividade de proteção e emancipação da pessoa com deficiência. O estudo conclui serem desafiadores a aplicação imediata do princípio “*in dubio pro capacitas*” (traduzido como “na dúvida, decidir em favor da capacidade”) por órgãos julgadores e o desenvolvimento de compreensão sobre a capacidade plena da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Capacidade civil. Curatela.

ABSTRACT

The paper examines the disabled people's civil capacity changings in Brazilian Law. First of all, the research describes the legal capacity regime since the Disabled Person's Statute. In the second section, the study analyses primary signs of interpretation from Courts about capacity in curatorial process. To do so, the research selects two judgments of July 2016 through State Courts' digital platform and applies the logic-deductive methodology in order to check the applicability of important principles from the new legal treatment of disabled people. The jurisprudential exam selects phatic aspects and arguments that are *ratio decidendi*'s components and, then, correlates them to efetivity of disabled people's protection and emancipation. The paper concludes that there is a challenging way to apply the principle “*in dubio pro capacitas*” by Courts, as well as, the development of a comprehension on disabled people's full capacity.

Keywords: Disabled Person's Statute. Civil capacity. Curatorial process.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná na área de concentração em Relações Sociais. Bolsista CAPES/PROEX.

** Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Mestra em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora visitante do Instituto Max-Planck. Professora de Direito Civil do Centro Universitário Autônomo do Brasil. Advogada.

1 INTRODUÇÃO

Questões relativas à pessoa com deficiência ganharam atenção redobrada em 2016, em razão do início da vigência de Estatuto dedicado a esta coletividade (Lei nº 13.146/2015) e das mudanças por ele operadas no Código Civil, referentes, principalmente, ao regime de capacidades. Ilustrativamente, entre os dias 23 e 25 de junho de 2016, juristas de todo o país se reuniram na capital paranaense para o XIV Encontro de Grupos de Pesquisa em Direito Civil, organizado pelo Núcleo de Pesquisa Virada de Copérnico, evento no qual foram apresentados e discutidos posicionamentos da comunidade jurídica quanto à interpretação a ser dada à “capacidade legal” referida tanto na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quanto no Estatuto e consequente redação do Código Civil.

O presente trabalho inspira-se em posicionamentos levantados no aludido evento e questiona de que forma caminha a efetividade de princípios protetivos originados da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em decisões judiciais recentemente publicadas por tribunais brasileiros. O problema proposto no estudo se restringe ao recorte metodológico sobre a interpretação do que seja a “capacidade legal” alvitada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, suas implicações no processo de interdição¹ e investiga as razões de decidir adotadas em dois julgamentos de Apelações Cíveis, selecionados a partir de critério cronológico, uma vez que as mudanças operadas estão em vigência desde 02 de janeiro de 2016.

A metodologia adotada, lógico-dedutiva, tem como ponto de partida a pesquisa bibliográfica em busca da sistematização de discussões teóricas atuais sobre as implicações derivadas da capacidade civil da pessoa com deficiência no exercício de atos civis, além da análise de julgados publicados em plataformas

digitais de tribunais estaduais no mês de julho de 2016 e que enfrentaram a temática.

Sequencialmente, produzem-se apontamentos críticos que visam ao diálogo com o tópico introdutório, o qual oferece possíveis sentidos às práticas decisórias dos(as) operadores(as) jurídicos(as) para a efetiva proteção à vulnerabilidade em debate, e as experiências dos casos selecionados.

2 “PERSONALIZAÇÃO” DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PARADIGMA DA CAPACIDADE LEGAL

O governo federal apurou, a partir de denúncias feitas ao canal de comunicação “Disque 100”, 9.656 relatos de violência contra pessoas com deficiência no ano de 2015. O relatório demonstra que 39,60% das violações tratavam-se de casos de negligência, 23,88% eram denúncias de violência psicológica, 16,88%, relativas a casos de violência física e 19,65% noticiavam abuso patrimonial dentre outras violações. Outros dados salientes são que em 57% dos casos a pessoa agredida tinha deficiência mental² no contexto de um país em que 70% das pessoas com deficiência vive abaixo da linha da pobreza, 33% são analfabetas ou têm até 3 anos de escolaridade e 90% estão fora do mercado de trabalho³.

Para que seja possível a efetividade da cidadania dessas pessoas, ainda que de forma gradual, o presente estudo teórico tem como ponto de partida a consciência de que a abstração do sujeito de direito, criada pelas codificações modernas, evidenciou o atendimento de interesses selecionados de pessoas condizentes ao perfil proprietário, contratante e chefe de família.

A miserabilidade que perpassa o contexto da pessoa com deficiência contribuiu de modo decisivo para a invisibilidade social de tal grupo. Daí se destaca, por consequência, a histórica invisibilidade jurídica.

¹ Trata-se de procedimento judicial em que o julgador deve averiguar se uma pessoa tem capacidade intelectual para praticar atos da vida civil (como, por exemplo, na compra de um imóvel) sem ser assistida por outra pessoa. É necessário pontuar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência aboliu o termo “interdição” e, embora persista no Novo Código de Processo Civil, a superioridade normativa da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, recepcionado com força de Emenda Constitucional, afasta o seu emprego. A este propósito, acrescentem-se reflexões críticas ao longo do trabalho. De todo modo, em julgados analisados no presente estudo, persiste a expressão, o que justifica tê-la utilizado como ferramenta de busca nas plataformas dos Tribunais e, conseqüentemente, tê-la reproduzido nesta oportunidade.

² BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Balanço anual da ouvidoria nacional de direitos humanos 2015*. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/CARTILHADIGITAL.BALANODODISQUE1002015.pdf>>. Acesso em: 16/01/2017.

³ FERREIRA, Antônio José do Nascimento; RESENDE, Ana Paula Crosara de. Pessoa com deficiência. In: *Introdução crítica ao direito das mulheres*. Org.: José Geraldo de Sousa Junior, Bistra Stefanova Apostolova, Livia Gimenes Dias da Fonseca. Brasília: CEAD, FUB, 2011, p. 275.

Não por menos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência apresenta como deficitárias as barreiras sociais que impedem os indivíduos da fruição de realidades efetivamente condignas. Deste modo, rompe-se com a tradição de centralização em pretensas limitações pessoais para se indicar como, em verdade, limitados determinados aparatos urbanísticos, tecnológicos, relacionais, laborais, dentre outros, vez que incapazes de receberem a pluralidade humana⁴.

De acordo com Luiz Edson Fachin, o direito civil possui três pilares que se fundam na lógica de liberdade direcionada ao interesse de mercado e necessitam passar por releitura a partir da Constituição Federal de 1988, para que atenda aos aspectos formal, substancial e prospectivo do Direito⁵, afinal, a concepção do sujeito abstrato contribuiu para exclusões e óbices à emancipação da pessoa. Apesar de citadas em normas jurídicas, as pessoas com deficiência foram tratadas sob um prisma protecionista paradoxal do Estado, que reforçava a sua segregação por meio de instrumentos jurídicos, como a interdição de pessoas com alguma deficiência.

No sistema jurídico de alguns países, como é o caso do brasileiro, a noção de capacidade jurídica é classificada em “capacidade de direito” e “capacidade de exercício ou de fato”. A primeira se refere à possibilidade de qualquer ser humano ser titular de

direitos, ou seja, ao direito de *ser* sujeito perante a lei. Já a segunda se refere à possibilidade de dispor sobre a propriedade e de ser parte em processo judicial⁶, isto é, ser apto para a prática de atos da vida civil⁷.

A pessoa com deficiência, principalmente aquela com deficiência mental ou intelectual, foi tida como incapaz de decidir sobre os rumos da própria vida e a gerência de seus bens, o que decorreu do viés mercadológico e proprietário do direito moderno⁸.

Até início de 2003, teve vigência o Código Civil de 1916 que, ao atribuir à pessoa com deficiência o *status* de “absolutamente incapaz” para o exercício de atos da vida civil em seu artigo 5º, incisos II e III, utilizava os termos “louco de todo gênero” e “surdos-mudos” que não poderiam exprimir sua vontade. Esses termos condizem com o contexto de aprovação dos textos normativos (início do século XX)⁹, no entanto, não têm lugar na realidade social contemporânea, nem na perspectiva lançada pela Constituição Federal de 1988 e tratativas internacionais, como a Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nelson Rosendal tece crítica pertinente à patrimonialização de institutos jurídicos clássicos pelo direito civil brasileiro:

Na qualidade de medida de um valor, a capacidade pode sofrer restrições legislativas, desde que razoáveis e motivadas na própria proteção da pessoa. Infelizmente, essa premissa teórica jamais fora concretizada no Brasil até 2016. A personalidade não era personalizada, pois prevalecia no CC/02 a teoria oitocentista das incapacidades, que assumia como

⁴ A seguinte decisão, ainda em primeiro grau, exemplifica com maestria o abandono do paradigma que visava à mera adequação do sujeito à realidade circundante e aponta para a construção de novo paradigma que direciona o olhar às deficiências contextuais. Ademais, parece louvável a concretização dos princípios da intervenção mínima e do “*in dubio pro capacitas*”, resgatados como relevantes parâmetros ao longo do presente estudo: “Doravante, a curatela é medida extrema e somente adotada quando a pessoa não puder exprimir a sua vontade e, ainda assim, quando não puder indicar pessoa que a auxilie (tomada de decisão apoiada). 2. Assim, determino: a) seja intimada a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer: (i) o contexto social em que o requerido está inserido e quais as eventuais barreiras por ele encontradas para interagir com as demais pessoas; (ii) indicar a razão pela qual a tomada de decisão apoiada (CC, 1.783-A) não é suficiente para atender aos interesses do requerido, de modo que a sua autonomia e sua individualidade sejam respeitadas; e (iii) expor qual a medida (extensão) da curatela necessária; b) seja oficiado ao IMESC para que realize o exame, apontando de forma justificada e pormenorizada de que maneira a demência do requerido afeta a capacidade de discernimento dela, em especial, quais atos da vida ele pode praticar sozinho ou com ajuda de terceiros, de acordo com seu grau de discernimento; e, c) a realização de estudo social para que se apure o contexto social do requerido e as eventuais barreiras por ele enfrentadas” (BRASIL. Terceira Vara Cível de Pindamonhangaba. *Processo n. 0010022-92.2013.8.26.0445*. Juiz de Direito Hélio Aparecido Ferreira de Sena, julgado em 25 de maio de 2016. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/342155814/andamento-do-processo-n-0010022-9220138260445-interdicao-25-05-2016-do-tjsp?ref=topic_feed. Acesso em 16/01/2017).

⁵ FACHIN, Luiz Edson. *Questões de direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 18-19.

⁶ O Comissariado para os Direitos Humanos do Conselho da Europa elucida a distinção presente em alguns ordenamentos jurídicos contemporâneos: “*Some jurisdictions make a distinction between capacity to have rights and capacity to act or exercise these rights. The first part includes the right to be a subject before the law; to be someone who can own property and possess human rights and other rights provided for by domestic legislation. The second part (to exercise rights) goes further and includes the power to dispose of one’s property (i.e. to use it, sell it, give it away or destroy it) and claim one’s rights before a court.*” (CONCIL OF EUROPE. *Who gets to decide?: Right to legal capacity for persons with intellectual and psychosocial disabilities*. Disponível em: < <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?p=&id=1908555&direct=true> >. Acesso em: 15/01/2017).

⁷ AMARAL, Francisco. *Direito Civil*: introdução. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 227.

⁸ ROSENVALD, Nelson. *Curatela*. In: Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 733.

⁹ Neste sentido, Clóvis Bevilacqua, redator do Código Civil de 1916, justificava que, embora não fosse a melhor e recebesse mesmo resistência de parte da comunidade científica, a expressão já se apresentava, naquele contexto, tradicional no âmbito jurídico, pelo que justifica o uso no documento normativo por ele elaborado (BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. 7 Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944, p. 194).

um dogma a neutralização do indivíduo como absolutamente incapaz por ausência de discernimento. [...] Percebam o paradoxo: humanizam-se negócios jurídicos, titularidades, conjugalidades, parentalidades, enquanto o ser humano prosseguia encarcerado na redoma abstrata do “louco de todo o gênero”, agente incapaz, cujo isolamento se mostrava essencial para o adequado funcionamento da sociedade civil¹⁰.

O desiderato de “personalização da personalidade” é materializado com o derrubar da incapacidade absoluta da pessoa com deficiência. Para Joyceane Bezerra de Menezes, partilhando do entendimento do Comissariado de Direitos Humanos do Conselho da Europa¹¹, manter a regra da pessoa com deficiência como absolutamente incapaz para o exercício de atos da vida civil é, em última análise, restringir a fruição de direitos fundamentais por essas pessoas¹².

Não obstante a Constituição Federal de 1988 tenha buscado a “repersonalização” do direito civil ao erigir como princípio basilar do ordenamento jurídico a dignidade da pessoa humana, não basta a esta revelar um perfil abstrato. O sentido atual do referido princípio deve estar vinculado, ao ver de Fachin e Pianovski Ruzyk, a instrumentos para a sua concretização¹³.

No cenário brasileiro, essa concretização foi permitida gradualmente e com mais força a partir da internalização da já mencionada Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009). Além desse primeiro marco legislativo, o direito civil brasileiro encarou as mudanças formais promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A mais significativa alteração do Estatuto da Pessoa com Deficiência atingiu os artigos 3º e 4º do Código Civil de 2002, que desde janeiro de 2016

deixou de se elencar no rol de pessoas absolutamente incapazes os “que por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos” (artigo 3º, inciso II) e retirou da classificação de relativamente incapazes “os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido” (artigo 4º, inciso II) e “os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo” (artigo 4º, inciso III). Nota-se que essas modificações repercutem na efetividade da liberdade da pessoa com deficiência em sua vivência como sujeito concreto e reconhecido pelo Direito¹⁴.

A “capacidade legal”, portanto, não distingue a capacidade de direito da capacidade de fato. Ao passo que a pessoa com deficiência mental ou intelectual é reconhecida como destinatário visível de normas jurídicas contemplam sua liberdade positiva e substancial¹⁵, não deixa de receber salvaguardas¹⁶. Nota-se um perfil dúplice nesse paradigma, que é tanto promocional da liberdade, quanto protetor dos interesses da pessoa com deficiência, o que ressalta os princípios da “*in dubio pro capacitas*”¹⁷ e “intervenção mínima”¹⁸.

¹⁴ A pessoa com deficiência, nesse sentido, inicia trajetória que deixa para trás a sua compreensão como “corpo abjeto”, isto é, como sujeito invisível e negado pela sociedade e pelo Direito. No “I Seminário Queer”, promovido pelo SESC em parceria com a Revista Cult, Jorge Leite Junior, autor alinhado à teoria *Crip* (ou teoria “do aleijado”) fez referência à “corporalidade abjeta” como qualificação da pessoa com deficiência como um sujeito de corpo “monstruoso” e “anormal”, excluído historicamente do sistema normativo por não se alinhar ao “ideal de normalidade” desejado pelas codificações. (LEITE JUNIOR, Jorge. Educação e Saúde: aprendizados. In: *I Seminário Queer*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xtgGLRuXcv0>>. Acesso em: 18/07/2016).

¹⁵ Pianovski Ruzyk esclarece de forma impecável os perfis da liberdade positiva e substancial. A primeira, a partir da leitura de Bauman, é entendida “não apenas como a possibilidade de fazer escolhas, mas, também, como a possibilidade de, no âmbito político, participar da definição de agendas”. Já a segunda é compreendida sob o viés de Amartya Sen como a liberdade vivida ou o “conjunto capacitório que oferece a possibilidade real de fazer aquilo que se valoriza” (PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. *Institutos fundamentais do direito Civil e Liberdades*: Repensando a dimensão funcional do contrato, da propriedade e da família. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2011, p. 37 e 57).

¹⁶ A vulnerabilidade é lida no presente estudo a partir das contribuições da doutrina de Heloísa Helena Barboza, para a qual o Direito deve se atentar a “situações substanciais específicas” e de tratamento normativo e protetivo adequado a quem necessite por sua condição peculiar (BARBOZA, Heloísa Helena. Vulnerabilidade e cuidado: aspectos jurídicos. In: Tânia da Silva Pereira; Guilherme de Oliveira. (Org.). *Cuidado & Vulnerabilidade*. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009, p. 111-112).

¹⁷ Em tradução livre: “na dúvida, optar pela capacidade plena”.

¹⁸ Artigo 1 - Propósito - O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

¹⁰ ROSENVALD, Nelson. *A personalização da personalidade*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/favoritar/artigos/1116/+A+personaliza%C3%A7%C3%A3o+da+personalidade>>. Acesso em: 16/06/2016.

¹¹ CONCIL OF EUROPE. *Who gets to decide?: Right to legal capacity for persons with intellectual and psychosocial disabilities*. Disponível em: <<https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?p=&id=1908555&direct=true>>. Acesso em: 06/08/2016

¹² MENEZES, Joyceane Bezerra de. *O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência*: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 15/01/2017.

¹³ FACHIN, Luiz Edson; PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. *A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo*: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Conselheiros/Luiz-Edson-Fachin.pdf>>. Acesso em: 18/07/2016.

Ressalvadas certas inconsistências terminológicas¹⁹, a decretação de incapacidade relativa e nomeação de um terceiro como curador em processo de curatela - ainda denominado de interdição - deve ser excepcional. Isto é, quando o julgador analisar o caso, deve priorizar a manutenção da capacidade absoluta da pessoa com deficiência. Caso note que sua liberdade será garantida em alguns atos civis patrimoniais com o acompanhamento de pessoas da confiança da pessoa com deficiência, há a possibilidade desta nomear dois “apoiadores” em documento chamado “tomada de decisão apoiada”. Contudo, se for evidenciado no processo que a pessoa possa ser prejudicada por sua condição mental ou intelectual, o(a) juiz(a) deve declarar sua capacidade relativa e nomear um(a) curador(a) que se responsabilize por atos de viés exclusivamente patrimonial, já que as decisões de aspecto existencial pertencem tão-somente a seu titular.

3 PRIMEIROS SINAIS DE INTERPRETAÇÃO DOS TRIBUNAIS SOBRE INCAPACIDADE EM AÇÃO DE INTERDIÇÃO

Desenhadas as possibilidades acima, passa-se a colher recortada experiência de dois julgados que enfrentaram a temática após o início da vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência para a formulação de reflexões críticas reveladoras do desafio da efetividade dos direitos das pessoas com deficiência.

3.1 MÉTODO DE SELEÇÃO DE JULGADOS E DESCRIÇÃO FÁTICA E DECISÓRIA

Como visto, a qualificação de uma pessoa com deficiência como absolutamente incapaz não é mais possível no cenário brasileiro. Por outro lado, a declaração de sua incapacidade relativa com nomeação

¹⁹ A ausência de menção expressa, no bojo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao instituto da interdição conduz parte da doutrina a rechaçá-lo e apontar para a aplicação, apenas, de nivelamentos do regime de curatela. Neste sentido, ilustrativamente, têm se posicionado Paulo Lôbo e Nelson Rosenvald, para quem o vocábulo “interdição” esvaziou-se de sentido no atual ordenamento. A despeito da imprecisão, o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105 de 2015) dedica toda uma seção dentre os procedimentos de jurisdição voluntária às medidas processuais necessárias à interdição. E a análise dos julgados a seguir procedida exemplifica a preservação do vocábulo no discurso jurisprudencial.

de curador é medida excepcional a ser tomada em processo judicial que leve em consideração o atendimento do melhor interesse da pessoa com deficiência. Ressalta-se que em seu artigo 85²⁰, o Estatuto mantém sob poder da pessoa as escolhas de índole existencial, como a opção por um determinado tratamento de saúde ao invés de outro, ou mesmo a escolha de constituir família.

Desperta interesse a forma pela qual as mudanças operadas no regime das capacidades são efetivadas no âmbito de decisões judiciais. Assim, a análise ora apresentada tem cunho qualitativo e adotou os seguintes passos: a- em *sites* de tribunais estaduais, foram consultadas decisões colegiadas publicadas entre os meses de junho e julho de 2016, com a utilização dos termos “capacidade”, “pessoa com deficiência”, “Lei 13.146/2015” e “Ação de interdição” como filtro nominal; b- em seguida, adotaram-se os seguintes critérios para o descarte de decisões e seleção de acórdãos: primeiramente, o critério cronológico, que restringiu a seleção de acórdãos com data de julgamento a partir da vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência (janeiro de 2016), em segundo lugar, o critério de completude da ementa²¹, com rejeição das que estivessem com lacunas sobre as especificidades do caso concreto, em terceiro lugar, preferiram-se as decisões com menção expressa à Lei 13.146/2015 (EPD) e, por fim, rejeitaram-se os julgados que se ativeram a meros aspectos processuais, restando à pesquisa os que examinaram em sua fundamentação a provas documentais e o estado mental da pessoa com deficiência; c- restaram, dentre os resultados inicialmente obtidos, dois acórdãos: um do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e outro do Tribunal de Justiça do Rio

²⁰ Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.
§ 2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

§ 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado. (BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 21/04/2017).

²¹ As plataformas digitais dos tribunais estaduais seguem um padrão de publicação das decisões, que consiste na apresentação de uma síntese do julgamento através de palavras-chave e tópicos com os principais conteúdos discutidos: é o que se denomina de “ementa”.

Grande do Sul, especialmente por terem fundamentação detalhada sobre elementos de prova, o que não foi dado verificado nas demais decisões localizadas; d- a análise qualitativa das duas decisões possibilita inferir se as fundamentações dos julgados efetivam o objetivo da capacidade de exercício como regra a ser afastada somente em caso excepcional. Para tanto, descreve-se a situação fática e, em seguida, extraem-se os aspectos centrais da fundamentação decisória.

A ordem de análise dos dois acórdãos levará em conta o aspecto cronológico e, em respeito ao sigilo dos dados das partes, optou-se pela abreviação de seus nomes.

I- O primeiro caso refere-se ao julgamento da Apelação Cível nº 1.0694.12.004513-3/001 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ocorrido em 30 de junho de 2016²².

Descrição da situação fática: D. A. da S. e S. ajuizou ação de interdição de seu marido (J. D. da S.) que, em razão de um acidente automobilístico, tivera traumatismo craniano que teria reduzido a sua capacidade para exercício de atos da vida civil. O juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido, o que fundamentou a interposição do recurso de Apelação Cível pela autora. Em seus argumentos recursais, além de pretender a decretação da “interdição” do marido, D. A. da S. e S. ainda pediu sua nomeação como curadora e procuradora para recebimento do benefício previdenciário de auxílio-doença. A Corte de Justiça entendeu serem relevantes os argumentos da recorrente e deu provimento ao pedido.

Extração de aspectos da fundamentação: i- O julgador iniciou seu voto ressaltando que a curatela “destina-se à proteção daqueles que, embora maiores, não possuem condições de reger a sua vida e administrar o seu patrimônio”, o que privilegia o aspecto patrimonial do instituto; ii- o voto pondera que na data da sentença não mais era vigente a redação original do artigo 1.767 do Código Civil, devendo considerar-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual “a deficiência, por si só, não afeta a plena capacidade

civil da pessoa”; iii- é feita a ressalva de que, apesar de a capacidade civil ser a regra a ser observada, “isso não significa que em hipótese alguma a pessoa com comprometimento mental poderá ser interditada, mas denota que tal medida somente pode ser implementada em casos específicos que assim o demandem”; iv- retoma-se o argumento de excepcionalidade da medida e reitera-se que “não basta que a pessoa seja portadora de moléstia mental ou psiquiátrica, sendo necessário, frise-se, que essa doença a impossibilite de gerir seus próprios bens e de praticar atos negociais da vida civil.”; v- examinam-se as provas produzidas em primeiro grau a respeito da condição de J. D. da S., que “apresenta sequelas causadas por traumatismo intracraniano (CID 10: T 90.5), estando em um estado hemiplégico à esquerda e necessitando do uso de bolsa de colostomia”²³; vi- concluiu ser preciso decretar a interdição, ainda que houvesse elementos nos autos que induzissem à sua “lucidez”; vii- após apresentar referências a casos julgados pela mesma Corte em 2014 e 2016, o relator salienta a possibilidade de reversão da interdição pelo próprio interditado; viii- o voto é finalizado com o esclarecimento de que a interdição se restringe aos atos de aspecto patrimonial e não atinge as decisões de cunho existencial.

II- O segundo caso refere-se ao julgamento da Apelação Cível nº 0164805-04.2016.8.21.7000 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ocorrido em 07 de julho de 2016²⁴.

²³ O julgador também transcreve as conclusões do Relatório Social produzido no juízo *a quo*: “através da visita domiciliar e entrevista, que a Sra. D. A., hoje curadora provisória do Sr. J. D. da S., seu esposo e a ser interditado, devido a incapacidade de gerir sua vida, tem procurado atender ao que é exigido do Curador. Demonstrou durante o estudo social carinho e dedicação ao marido. Estar [sic] administrando a situação financeira de forma a atendê-lo sem sacrifícios, utilizando a renda, para minimizar os impedimentos causados pelas incapacidades do mesmo. Assim, registramos que a Sra. D. A. apresentou-se, neste momento, apta a atender ao que foi requerido na inicial.”

²⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Cível n 0164805-04.2016.8.21.7000*. Apelante: M.P. Apelado: I.M.B.S.G. Oitava Câmara Cível. Relator: Des. Rui Portanova, Porto Alegre, RS, julgado em 07 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70069546117%26num_processo%3D70069546117%26codEmenta%3D6850253+APELA%3C%87%3C%83O+C%3C%8DVEL.+A%3C%87%3C%83O+DE+INTERDI%3C%87%3C%83O.+AUS%3C%8ANCIA+DE+PER%3C%8DCIA+M%3C%89DICA.+NULIDADE+DA+SENTEN%3C%87A.+Com+o+advento+da+Lei+13.146/2015,+a+teoria+das+incapacidades+do+C%3B3digo+Civil+foi+alterada.+++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&lr=lang_pt&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70069546117&comarca=Comarca%20de%20Santana%20do%20Livramento&dtJulg=07/07/2016&relator=Rui%20Portanova&aba=juris>. Acesso em: 04/08/2016.

²² BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Apelação Cível n 1.0694.12.004513-3/001*. Apelante: D. A. da S. e S. Apelado: J. D. da S. Sétima Câmara Cível. Relator: Des. Wilson Benevides, Belo Horizonte, MG, julgado em 28 de junho de 2016, publicado em 04 de julho de 2016. Disponível em: <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?jsessionid=D0A5E156C8ECB3D886765EE17C7749C2.juri_node?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0694.12.004513-3%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>. Acesso em: 04/08/2016.

Descrição da situação fática: I.M.B.S.G. ajuizou ação pretendendo a decretação de interdição de seu filho C.A.S.G. em virtude deste apresentar as patologias mentais classificadas como CIDs F20 e F19, referentes a esquizofrenia e transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e outras substâncias. O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido da autora e a nomeou curadora do interditado. O Ministério Público, porém, interpôs recurso de Apelação Cível, pois entendeu que, em virtude de não ter sido realizada perícia médica que avaliasse o estado mental de C.A.S.G., a sentença deveria ser cassada, com retorno do processo ao primeiro julgador para instrução do processo. O tribunal deu provimento ao recurso, com determinação da realização de perícia médica para avaliar o grau de discernimento do Réu.

Extração de aspectos da fundamentação: i- O relator iniciou seu voto com avaliação das provas e visualizou que o diagnóstico do Réu como esquizofrênico foi apurado por laudos particulares, além de ter a juíza de primeiro grau de instância realizado interrogatório domiciliar do interditando; ii- o julgador salienta que logo após o interrogatório domiciliar, o feito foi sentenciado sem realização de perícia médica judicialmente; iii- o voto discorre sobre as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, especialmente quanto ao regime das capacidades; iv- anuncia a análise do caso sob a luz do princípio da dignidade da pessoa humana; v- trecho de parecer da Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul é então transcrito, o qual demonstra posicionamento favorável à cassação da sentença para examinar a real condição do interditando; vi- o relator conclui pelo retorno dos autos para examinar se a decretação da interdição seria a medida que atenderia o melhor interesse da pessoa envolvida.

3.2 ANÁLISE CRÍTICA DO CONTEÚDO DOS JULGADOS

A reflexão a partir de dois julgados posteriores ao vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, embora não se preste a enunciar um direcionamento firme dos Tribunais quanto à questão da capacidade civil, permite, em expressão de Maria Celina Bodin

de Moraes²⁵, um “exercício de futurologia” sobre os potenciais diálogos que devem permanecer necessários entre dogmática e efetividade dos direitos das pessoas com deficiência.

Para além da preservação terminológica representada pelo uso da expressão “interdição”, é possível destacar uma tendência comum a ambos: a relevância do discurso médico para a determinação do alcance da restrição procedida através do campo jurídico no âmbito da capacidade civil.

Por um lado, referido sintoma desafia conhecida concepção centralizadora da verdade na figura do(a) juiz(a). A complexidade das questões que têm aportado ao crivo jurisdicional impõe o compartilhamento de responsabilidades com personagens de variados campos. Sobresai-se, nesta temática, a valorização da percepção médica.

Neste sentido, o primeiro julgado reconhece não haver impedimentos para que a decisão desconsidere laudo pericial indicativo de limitação psíquica do indivíduo. O segundo julgado, ainda mais paradigmático quanto a tal ponto, considerou insuficiente a percepção da magistrada em primeiro grau, a qual entrevistou, em domicílio, o réu. Ainda que acompanhada a instrução de atestados particulares, de acordo com o acórdão, é preciso laudo pericial proveniente de profissional da saúde nomeado no processo para a manutenção da sentença motivadora do recurso, pelo que se determinou o retorno dos autos à origem para o aperfeiçoamento probatório.

Relevante anotar, a tal respeito, que o Estatuto da Pessoa com Deficiência localiza-se, temporal e espacialmente, em um quadrante mais amplo de questionamento das tratativas de vivências que não se enquadram ao fluido conceito de *normalidade*. No campo psiquiátrico, também se identifica embaciada transição nas práticas e nos saberes destinados aos “anormais” e aos doentes mentais²⁶, o que desestabiliza a pretensão de mera transferência de monopólio de se precisar a efetiva extensão da capacidade civil de determinado indivíduo.

²⁵ BODIN DE MORAES, Maria Celina. A nova família, de novo: estruturas e função das famílias contemporâneas. In: *Revista Pensar*, Fortaleza, v. 18, n. 2, Maio/Agosto 2013.

²⁶ PORTOCARRERO, Vera Lúcia. Normalização e invenção: um uso do pensamento de Michael Foucault. In: Tereza Cristina Calomeni (Org.). *Michael Foucault entre o murmúrio e a palavra*. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, p. 153.

Dando continuidade aos comentários aos casos selecionados, talvez em extensão menor à sugerida pela expectativa de multiplicidade de saberes envolvidos, a decisão proveniente de Minas Gerais se sustenta em parecer médico e em estudo social. Ao longo da fundamentação, todavia, curiosamente, ressaltaram-se conclusões contrárias àquela pela qual se enveredou.

Transcreve-se trecho do acórdão:

Embora haja nos autos outros elementos que induzem à lucidez do requerido, o laudo pericial foi contundente em asseverar a incapacidade do acidentado, devendo ser considerado que o paciente foi submetido a exame pericial por pessoa preparada cientificamente para tal avaliação.

Apesar de a reflexão empreendida ater-se apenas ao teor publicado no acórdão, permite-se questionar o alcance da máxima “*in dubio pro capacitas*” já mencionado. Diante da controvérsia descrita, ainda que brevemente, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é possível questionar o grau de esgarçamento do princípio quando confrontados o discurso científico dos(as) profissionais envolvidos(as) e os demais elementos que, ao que consta, induziam à confirmação da lucidez do réu nos autos.

Quanto ao princípio da restrição mínima, emerge a possibilidade de se destrincharem especificadamente, em decisão, os feixes de atuação desviados da agência do sujeito tido como relativamente incapacitado. Sobre referido propósito, o acórdão mineiro, embora de acordo com a lei, não tipifica as condutas excluídas do rol capacitório do réu. Restringe-se a oferecer como balizas a afetação, em razão da medida, dos atos de natureza patrimonial e negocial.

Por outro lado, o acórdão gaúcho, por considerar imprescindível a perícia médica, protela a resposta final ao caso e não aporta à discussão ora visada, mas vincula a necessidade de prova técnica à aferição exata dos graus de incapacidade do indivíduo, sobre cuja condição se havia debruçado a entrevista com a magistrada em primeiro grau, a qual constatou respostas incoerentes com o contexto onde se inseria o réu²⁷.

²⁷Do relatório do acórdão se extrai: “Para além dos laudos médicos particulares, a magistrada na origem foi até a residência do réu e realizou interrogatório domiciliar (fl. 27), cuja ata do interrogatório consignou que: ‘o interditando disse corretamente o seu nome, disse ter sete anos de idade (quando na verdade tem 30 anos), ler e escrever corretamente. Questionado o nome da cidade disse morar em Venâncio Aires (quando na verdade reside em Santana do Livramento), reconhece a autora como sendo sua vizinha (quando na verdade

De acordo com o julgado, porém, tais elementos não permitiam medir a contento a gradação da incapacidade do indivíduo:

(...) a partir de uma abordagem iluminada pelo princípio da dignidade humana e das complexidades que cada ser humano, individualmente, traz consigo, o Estado deve identificar, caso a caso, o nível limitação da capacidade do réu em processo de interdição.

Em suma, colhem-se, em comum, dos julgados os seguintes elementos: i) preservação da referência expressa ao instituto da interdição, o qual, embora presente no Novo Código de Processo Civil, é ausente no Estatuto da Pessoa com Deficiência; ii) prestígio do laudo pericial para a valoração dos atos civis praticados por indivíduos com moléstia mental ou psíquica.

Sobre o segundo aspecto, observa-se ter sido o laudo pericial determinante para a interdição de J. D. Da S. Pode-se questionar se a conclusão chegada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais satisfaz o princípio “*in dubio pro capacitas*” quando relatados indícios de lucidez no réu ao longo do processo. Já a ausência de laudo pericial serviu, ao revés, de entrave para a interdição de C.A.S.G., em possível atenção, por parte do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao princípio da intervenção mínima.

Nesta linha, identifica-se, diferentemente, nos julgados o seguinte elemento: iii) assimilação dos variados graus do rol capacitório da pessoa com deficiência como medida de salvaguardar alcance máximo à atuação autônoma do indivíduo. No caso mineiro, o balizamento restringiu-se à reprodução abstrata da norma do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao limitar ao interditado os atos de cunho patrimonial e manter íntegros aqueles de cunho existencial. Já ao caso gaúcho falta a realização da solicitada perícia para que se visualize o desenho do rol capacitório em análise, mas se frisa, na fundamentação do julgador, a necessidade de exame preciso do grau de deficiência de C.A.S.G. para se oferecer o melhor aporte acerca da capacidade civil.

Sem embargo, ilustra-se o horizonte traçado por María Jesús López Frías em trecho de decisão recente

é sua mãe). Pelo MP: disse que não mora nessa casa e que está aqui para jogar vídeo game. Disse que o presidente do Brasil é o Mujica. Disse ter estudado até o segundo ano. Pelo juíza foi dito que o cartório deverá certificar o decurso do prazo de impugnação, sendo dispensada a perícia (...)”.

a propósito da modulação mais minuciosa dos efeitos de curatela à oportunidade pretendida:

(...) demonstrado nos autos que a incapacidade do curatelado se restringe à prática de atos patrimoniais, deve ser deferida a curatela provisória, sem interdição, com as mesmas restrições previstas para os pródigos (art. 1.782 do Código Civil); e, via de consequência, deve ser dado parcial provimento ao recurso, para reformar a sentença e, nos termos do art. 1.780 c/c 1.782, ambos do Código Civil, nomear como curador de H. M. F. o seu genitor, Sr. H.M. O., o qual deverá assistir o curatelado nos atos da vida civil relativos a 1) emprestar; 2) transigir; 3) dar quitação; 4) alienar; 5) hipotecar; 6) demandar ou ser demandado; 7) praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração; o curatelado permanecerá plenamente capaz para praticar os atos de mera administração e os demais atos da vida civil não retro mencionados²⁸.

Inobstante anterior ao vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o julgado parece exemplificar elucidativo grau de atenção ao princípio da intervenção mínima. Consultada, contudo, a íntegra do acórdão, visualiza-se que a aplicação da curatela proveio de laudo médico que concluía pela condição de o réu reger os próprios bens e a sua própria pessoa, embora *provavelmente* não de modo total.

Neste sentido, a análise complementar entre este valor e o “*in dubio pro capacitas*” certamente sugere fissuras no trajeto rumo à efetividade plena dos direitos das pessoas com deficiência.

4 CONCLUSÕES

Tratar da pessoa com deficiência sob a perspectiva do direito civil não se resume a observar friamente as alterações promovidas no Código Civil por seu Estatuto e pela dicção da Convenção de Nova Iorque. Tampouco se limita à adequação do regime clássico das incapacidades a novo paradigma. Ao contrário, a contemporaneidade quebra padrões sobre os quais se estruturou o direito moderno como um todo, especialmente quanto à bifurcação da capacidade para os atos da vida civil de índole patrimonial.

O artigo procedeu à análise de duas decisões judiciais recentes e sob a égide do Estatuto da Pessoa com Deficiência com o fim de investigar como e se as mudanças legislativas teriam efetividade na temática da capacidade civil. Apesar de, no momento da pesquisa nos bancos de dados ser empregado o termo “ação de interdição”, o trabalho ressalva que a referida terminologia não é empregada pela Convenção de Nova Iorque, porém, sua utilização persiste na legislação infraconstitucional, especificamente, no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

A análise de julgados é importante para a construção teórica e doutrinária que ampare a interpretação do poder judiciário para a capacidade plena da pessoa com deficiência. Dos casos analisados surgem algumas observações, dentre as principais, a valorização da “verdade médica” na definição da decisão do julgador em declarar a necessidade de curatela da pessoa.

O paradigma a que se depara o direito civil faz emergir o questionamento de estar ele preparado para compreender as relações sociais concretas como deficitárias para a integração da pessoa com deficiência como sujeito pleno.

5 REFERÊNCIAS

- AMARAL, Francisco. *Direito Civil*: introdução. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 227.
- BARBOZA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e cuidado: aspectos jurídicos. In: Tânia da Silva Pereira; Guilherme de Oliveira. (Org.). *Cuidado & Vulnerabilidade*. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009, p. 111-112.
- BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. 7 Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944.
- BODIN DE MORAES, Maria Celina. A nova família, de novo: estruturas e função das famílias contemporâneas. In: *Revista Pensar*, Fortaleza, v. 18, n. 2, Maio/Agosto 2013.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 21/04/2017.
- _____. Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Balanço anual da ouvidoria nacional de direitos humanos 2015*. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/>>

²⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Apelação Cível 1.0569.13.002202-7/001*. Apelante: H.M. O. Apelado: H. M. F. Sexta Câmara Cível. Relatora: Des. Yeda Athias, Belo Horizonte, MG, julgado em 30 de junho de 2016.

CARTILHADIGITALBALANODODISQUE1002015.pdf>. Acesso em: 16/01/2017.

_____. Terceira Vara Cível de Pindamonhangaba. *Processo n. 0010022-92.2013.8.26.0445*. Juiz de Direito Hélio Aparecido Ferreira de Sena, julgado em 25 de maio de 2016. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/342155814/andamento-do-processo-n-0010022-9220138260445-interdicao-25-05-2016-do-tjsp?ref=topic_feed. Acesso em 16/01/2017.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Apelação Cível n 1.0694.12.004513-3/001*. Apelante: D. A. da S. e S. Apelado: J. D. da S. Sétima Câmara Cível. Relator: Des. Wilson Benevides, Belo Horizonte, MG, julgado em 28 de junho de 2016, publicado em 04 de julho de 2016. Disponível em: <http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=D0A5E156C8ECB3D886765EE17C7749C2.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0694.12.004513-3%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>. Acesso em: 04/08/2016.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Apelação Cível n 0164805-04.2016.8.21.7000*. Apelante: M.P. Apelado: I.M.B.S.G. Oitava Câmara Cível. Relator: Des. Rui Portanova, Porto Alegre, RS, julgado em 07 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3D%2BTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70069546117%26num_processo%3D70069546117%26codEmenta%3D6850253+APELA%3%87%3%83O+C%3%8DVEL.+A%3%87%3%83O+DE+INTERDI%3%87%3%83O.+AUS%3%8ANCIA+DE+PER%3%8DCIA+M%3%89DICA.+NULIDADE+DA+SENTEN%3%87A.++Com+o+advento+da+Lei+13.146/2015,+a+teoria+das+incapacidades+do+C%3%B3digo+Civil+foi+alterada.++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&lr=lang_pt&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70069546117&comarca=Comarca%20de%20Santana%20do%20Livramento&dtJulg=07/07/2016&relator=Rui%20Portanova&aba=juris>. Acesso em: 04/08/2016.

CONCIL OF EUROPE. *Who gets to decide?: Right to legal capacity for persons with intellectual and psychosocial disabilities*. Disponível em: <<https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?p=&id=1908555&direct=true>>. Acesso em: 15/01/2017.

FACHIN, Luiz Edson. *Questões de direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 18-19.

FACHIN, Luiz Edson; PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. *A dignidade da pessoa humana no direito*

contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopostivismo constitucionalista. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Conselheiros/Luiz-Edson-Fachin.pdf>>. Acesso em: 18/07/2016.

FERREIRA, Antônio José do Nascimento; RESENDE, Ana Paula Crosara de. Pessoa com deficiência. In: *Introdução crítica ao direito das mulheres*. Org.: José Geraldo de Sousa Junior, Bistra Stefanova Apostolova, Livia Gimenes Dias da Fonseca. Brasília: CEAD, FUB, 2011, p. 275.

LEITE JUNIOR, Jorge. Educação e Saúde: aprendizados. In: *I Seminário Queer*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xtgGLRuXcv0>>. Acesso em: 18/07/2016.

PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. *Institutos fundamentais do direito Civil e Liberdades*: Repensando a dimensão funcional do contrato, da propriedade e da família. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2011.

PORTOCARRERO, Vera Lúcia. Normalização e invenção: um uso do pensamento de Michael Foucault. In: Tereza Cristina Calomeni (Org.). *Michael Foucault entre o murmúrio e a palavra*. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, p. 153.

ROSEVALD, Nelson. *A personalização da personalidade*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/favoritar/artigos/1116/+A+personaliza%C3%A7%C3%A3o+da+personalidade>>. Acesso em: 16/06/2016.

ROSEVALD, Nelson. *Curatela*. In: Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

DIREITO AO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

RIGHT TO WORK OF THE DISABLED PERSON IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

Mariana Camilo Medeiros Rosa*

Hermano Victor Faustino Câmara**

Eduardo Amorim Ricarte de Oliveira***

RESUMO

A proteção às pessoas com deficiência é um dos marcos da legislação humanística e constitucional. Este trabalho visa a analisar os fundamentos jurídicos da inclusão das pessoas com deficiência ao trabalho, à luz do direito à igualdade, contidos na legislação internacional e nacional, voltados à inclusão nos setores laborais públicos e privados. Trata-se de pesquisa de caráter exploratório, na qual são analisados dispositivos legais, decisões do Supremo Tribunal Federal e doutrina que versem sobre o processo inclusivo de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho brasileiro. Ao final, constata-se que o país possui avançado conjunto de normas, fazendo-se necessária a construção de políticas públicas para sua efetivação. Em tom contributivo, sugere-se o enquadramento de pequenas e médias empresas nas ações afirmativas existentes.

Palavras-chave: Deficiência; Trabalho; Igualdade; Ação afirmativa

ABSTRACT

The protection of persons with disabilities is one of the landmarks of humanistic and constitutional legislation. This work aims to analyze the historical and modern conceptions of the legal basis of the inclusion of people with disabilities to work in the light of the right to equality, provided in international and national legislation, which refer to inclusion in public and private labor sectors. It is a exploratory research, which are analyzed legal provisions, decisions of the Supremo Tribunal Federal and doctrine about inclusive process of people with disabilities to the Brazilian labor market. In the end, it appears that the country has advanced set of rules, making it necessary to construct public policies for its effectiveness. In contributory tone, it is suggested the framework of small and medium enterprises in existing affirmative action.

Keywords: Disability; Labor; Equality; Affirmative action.

* Mestranda Direito Constitucional pela UFRN e pós-graduanda em Direito Civil e Processual Civil pela UFRN. Graduada em Direito pela UFRN (2013). Advogada inscrita na OAB/RN e Servidora Pública, com cargo de Assistente em Administração na UFRN. Email: mcamilo.adv@hotmail.com

** Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo mesmo Programa; servidor técnico-administrativo do Centro de Tecnologia da UFRN desde 2011. Email: faustinohermano@gmail.com

*** Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.(2010) e especialização em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2016). Email: eduardoricarte@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A proteção à pessoa com deficiência vem sendo objeto de pautas legislativas nacionais e internacionais, que visam à redução da exclusão social. Dentre os direitos tutelados, está o do direito ao trabalho, bem jurídico de natureza social, que, além de direito humano de segunda dimensão, constitui, também, garantia fundamental.

A tutela faz-se importante em razão de discriminação e marginalização sofridos pela pessoa com deficiência, por meio de modelo baseado em estigma¹, segundo o qual não seriam dotadas de capacidade laboral. Ademais, a exclusão torna-se ainda mais acintosa em razão da multiplicidade de deficiências existentes.

Sabe-se, ainda, da dívida histórica brasileira em relação ao sucesso do público alvo da educação inclusiva nos processos de ensino e aprendizagem, inclusive de ensino profissionalizante, o que naturalmente reduz as chances de competição no mercado quando da busca por um emprego formal no futuro.

Outrossim, constata-se o enaltecimento pelo Poder Público do acesso ao trabalho, em detrimento da qualidade do ambiente laboral oferecido, deixando de lado as chances de permanência das pessoas com deficiência nos empregos. Nesse palco, estabelece-se a falsa concepção de que o problema da inclusão se esgota mediante a criação de reservas de vagas em concursos públicos (art. 37, VIII, CF) ou a exigência de percentual mínimo de contratação em empresas do setor privado (art. 93, Lei nº 8.213/91) para as pessoas com deficiência.

Tais dificuldades exigem atuação premente do Poder Público com vistas a identificar os obstáculos e garantir a inclusão ao trabalho da população brasileira com deficiência, que, de acordo com o último censo demográfico, um percentual de 23% (vinte e três por cento) da população declarou possuir algum tipo de deficiência (BRASIL, 2010).

SANTOS (2003) justifica bem a opção jurídica da diferenciação, aduzindo que há o direito a sermos iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e que temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Apesar de estarmos vivenciando um momento de enormes avanços legislativos e políticos em relação à inclusão no trabalho, mormente a vigência recente da Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão, as diversas pesquisas na área vêm indicando distância significativa entre o que a lei propõe e a realidade laboral.

Em compasso com a pesquisa acadêmica em epígrafe, aborda-se a temática à luz do senso teórico-científico, de forma a identificar, na doutrina, aspectos históricos de construção da proteção das pessoas com deficiência à luz do direito à igualdade. Concomitantemente, intenta-se analisar a tutela do direito ao trabalho dessas pessoas na legislação e na jurisprudência brasileiras, buscando entender as perspectivas atuais de efetivação.

Por tratar-se de pesquisa exploratória, foram objetos de análise materiais doutrinários, legislação em níveis internacional, constitucional e infraconstitucional, além de decisões jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal, que versem sobre inclusão no trabalho das pessoas com deficiência, de modo a cotejar o sistema jurídico brasileiro de forma íntegra: da norma às ações públicas pertinentes.

Traduz-se, desse modo, em tema que demanda atenção por parte de toda a sociedade, haja vista a atualidade da discussão a respeito do acesso e da permanência das pessoas com deficiência no ambiente laboral.

Espera-se contribuir na discussão sobre a temática em tela, razão que motiva o convite à leitura do presente trabalho.

2 DIREITO À IGUALDADE COMO FUNDAMENTO DA TUTELA JURÍDICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A construção da proteção jurídica às pessoas com deficiência, assim como a de outros grupos de pessoas marginalizadas socialmente, foi fundamentada no princípio jurídico-político da igualdade.

¹ GOFFMAN (1988) compreende o estigma como um conceito que se funda numa relação em que são considerados atributos depreciativos de uma pessoa. Ele seria construído sobre a identidade social virtual (constituída por uma imputação feita por outra pessoa) e a identidade social real (constituída pelas características que o sujeito acredita ter ou acredita ser). O estigma, então, pode ser utilizado como critério de diferenciação e distinção das pessoas com deficiência nos espaços sociais, uma vez que há a identificação do atributo (deficiência) e sua utilização na relação como forma de desvalorização desse outro (PcD).

Primeiro, urge tratar da evolução da própria noção de igualdade: passou-se de uma concepção formalista, baseada na generalidade, considerando que todos os seres humanos deveriam receber o mesmo tratamento jurídico, sem distinção, para a materialista, que tem como norte a diferenciação baseada em termos objetivos realizada de forma proporcional.

Segundo GARCIA (2005, p.14), é esse o momento em que a igualdade passa do sentido de uniformidade para o de diferenciação: além de tratar os iguais igualmente, passou-se a ver situações diferentes de forma distinta, na medida da desigualdade que apresentavam, desde que se esteja diante de uma situação relevante, que envolva o senso de justiça entendido em consenso social.

Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sobre o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica violenta exclusão e intolerância à diferença e à diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação (PIOVESAN, 2008).

Nesse contexto, surge a necessidade de se tutelar certos grupos na sociedade que, por possuírem determinadas características, eram vítimas de preconceito e discriminação: os grupos de minoria e os grupos vulneráveis, acerca dos quais se faz pertinente apontar as seguintes distinções:

Existe certa confusão entre minorias e grupos vulneráveis. As primeiras seriam caracterizadas por ocupar uma posição de não-discriminação no país onde vivem. Os grupos vulneráveis podem constituir num grande contingente numericamente falando, como as mulheres, crianças e idosos são grupos vulneráveis de poder. Outro aspecto interessante de grupos vulneráveis é que com certa frequência eles não têm sequer a noção que estão sendo vitimados de discriminação ou que seus direitos estão sendo desrespeitados: eles não sabem sequer que têm direitos. Na prática tanto os grupos vulneráveis quanto as minorias sofrem discriminação e são vítimas da intolerância. (SÉGUIN, 2002, p. 12)

Desse modo, vê-se que o fator determinante para a definição de grupo de minoria é a relação

quantitativa: pessoas são marginalizadas por apresentarem características que poucas possuem, ou mesmo por exercerem o direito de liberdade de maneira diversa ao hábito social geral, seja a liberdade religiosa, a de locomoção ou a sexual.

Diante do iniciado processo de especificação do sujeito de direito, os sistemas jurídicos, passou-se a se reconhecer o estabelecimento de discriminações positivas, que se traduzem em “*dar tratamento preferencial a um grupo historicamente discriminado, de sorte a colocá-los em um nível de competição similar ao daqueles que historicamente se beneficiaram da sua exclusão*” (GOMES, 2001). Estas, que visam promover a inclusão social, devem ser distinguidas das discriminações negativas, que são atentatórias à dignidade e contribuem para a humilhação e marginalização ofensiva das pessoas.

As discriminações positivas se materializam no plano fático através das chamadas *ações afirmativas*, que foram empregadas pela primeira vez nos Estados Unidos da América, em 1961. Estas se constituem como meios de equilibrar a representatividade de grupos excluídos socialmente, que apresentem histórico de marginalização nos âmbitos da educação, emprego, cultura, dentre outros.²

A aplicação de tais ações requer atenção, pelo fato de que, apesar de trazerem um sentido de justiça e solidariedade social, põe em questão culturas sedimentadas entre gerações passadas e futuras, enquanto a geração atual sofre com ação discriminatória positiva. É preciso utilizá-las com limitações, ou ferirão o próprio princípio da igualdade. Só serão corretas quando consolidadas num consenso social generalizado, com uso consciente da liberdade e baseadas na dignidade humana (GARCIA, *op. Cit.*, p. 7).

Deve-se, ademais, atentar à regra de que as ações afirmativas possuem caráter excepcional e temporário. Seria um contrassenso manter, *ad aeternum*, uma medida que favorece a diferenciação com um objetivo específico: atingido o grau desejável de igualdade no âmbito social para o qual é voltada, a

²“O termo ação afirmativa teve sua primeira ocorrência em 1961, num documento denominado *Executive Order*, assinado por John Kennedy. O propósito do ato presidencial visava combater uma situação segregativa nos estados do sul dos EUA. Logo depois, o presidente Lyndon Johnson tornou a utilizá-lo no *Civil Rights Act of 1964*, documento que trazia o termo *affirmative action*, utilizado com uma medida em que as cortes federais poderiam impor aos violadores desse ato, ou seja, aqueles grupos ou instituições que mantivessem algum tipo de atitude ou ação discriminatória”. (GOMES, *op. cit.* P.93-94.)

ação afirmativa deve ser extinta, sob pena de resultar incoerente.

Destarte, tratar das pessoas com deficiência não é tratar de grupos minoritários (não representam contingente pequeno na sociedade), mas, sim, vulneráveis: naturalmente, possuem características peculiares que limitam sua vida comum e os tornam vítimas de discriminação e carentes de proteção, especialmente porque, muitas vezes, sequer têm consciência de suas limitações e de seus direitos.

A própria tutela jurídica das pessoas com deficiência passou por quatro fases de desenvolvimento: a) a fase da intolerância: a deficiência simbolizava impureza, pecado ou castigo divino; b) fase da invisibilidade: ignorava-se a existência das pessoas com deficiência e de seus direitos; c) fase assistencialista: pautada na perspectiva médica e biológica de que era preciso encontrar uma cura para a deficiência, que era exclusivamente vista como enfermidade; d) fase humanista: orientada pelo paradigma dos direitos humanos, na qual emergiram os direitos à inclusão social, com ênfase na relação da pessoa com deficiência e do meio em que ela se insere, além da necessidade de eliminar obstáculos e barreiras (culturais, físicos ou sociais) que possam ser superados. Destaca-se a inovação promovida pela Convenção da ONU, que reconhece a deficiência como resultado da interação entre indivíduos e seu meio ambiente, não residindo apenas intrinsecamente no indivíduo (PIOVESAN, *op.cit.*).

Na tutela jurídica da inclusão, a inserção no ambiente de trabalho é de suma importância a todos os grupos de minorias e vulneráveis, inclusive as pessoas com deficiência. Através dele, busca-se a efetivação do direito à igualdade material, por se tratar de espaço no qual se espera encontrar diferentes grupos sociais, um verdadeiro encontro de diversidade de cultura, religião, cor, raça, gênero, idade e classe econômica. Na sequência, discutir-se-á acerca da relevância da inclusão da pessoa com deficiência ao ambiente de trabalho e da legislação atinente.

3 DIREITO AO TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Toda pessoa tem direito ao trabalho, sendo este um meio de promoção da dignidade, de construção da subjetividade e da cidadania dos indivíduos.

A cidadania a qual se refere é a conceituada por GLAT (1994, p. 16): a de estar politicamente envolvido na sociedade de maneira geral.

É, ainda, relevante como fator de equilíbrio psíquico na vida das pessoas, tendo em vista que o homem sem trabalho ou não reconhecido em seu trabalho, ou ainda não encontrando nenhum interesse em seu trabalho, está próximo da depressão e comumente chega a esse ponto de ruptura. Em nossa sociedade, o trabalho é um modo privilegiado de fazer uma obra, de existir, de ter ou pensar ter uma identidade (ENRIQUEZ 2001, p. 58).

No tratamento jurídico, o trabalho é reconhecido como direito social, sendo melhor chamado pela doutrina constitucional de *direito fundamental social*, capaz de legitimar a existência de direito subjetivo público e de repercutir sobre a ordem jurídica em geral, refletindo, inclusive, sobre relações privadas (MENDES, 2014, p. 615, grifo dos autores).

Nesse sentido, o trabalho se traduz em direito devido pelo Estado, cuja efetivação está sujeita a condições econômicas favoráveis, e, quando ocorre a escassez de recursos, surge a necessidade de realocação de verbas, de responsabilidade do órgão político, legitimado para tanto pela representação popular.

Daí a afirmação doutrinária de que os direitos sociais só existem quando as leis e as políticas sociais garantem-nos (CANOTILHO, 2003, p. 234), e que exigem, mais do que os direitos fundamentais tradicionais: exigem ações positivas do Estado tendentes a realizar o programa neles contido.

O direito ao trabalho é, ademais, reconhecido como um dos direitos humanos e, sob essa ótica, o *fator não-discriminação* é crucial quando se trata de inclusão ao trabalho. Em se tratando de pessoas com deficiência, o empregador por vezes exclui o candidato por causa de sua aparência ou por mero desconhecimento do fato de que a deficiência não inibe o desenvolvimento de suas habilidades.

A relação de trabalho é campo fértil às discriminações devido ao liame *poder diretivo-subordinação* e à submissão do empregado aos comandos legais do empregador, em razão de sua hipossuficiência. O ato de discriminação é praticado em todas as fases da relação de trabalho, pelo empregador ou seu preposto, com objetivo de impedir o reconhecimento e o exercício de direitos fundamentais do trabalhador. (GURGEL, *Op. cit.*. P. 151, grifo dos autores).

Desse modo, não é suficiente a edição de leis de cunho proibitivo da discriminação, fazendo-se necessária a promoção de inclusão social das pessoas com deficiência, em especial, nas relações de trabalho.

Essa tutela está disciplinada em vários instrumentos normativos, dos quais se tratará adiante.

3.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE TUTELA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DE INCLUSÃO AO TRABALHO

O direito ao trabalho está previsto, primordialmente, no art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que garante a toda pessoa o “*direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho e a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego*”. Por sua vez, a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência foi aprovada na ONU em 1975. Seu artigo 3º equipara os direitos das pessoas com deficiência, que, independentemente de sua natureza e gravidade, tem os mesmos direitos fundamentais que “seus concidadãos da mesma idade”, e no artigo 8º, ao estabelecer que “*essas pessoas têm o direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social*”.

Em Salamanca, no ano de 1994, foi emitida uma nova Declaração, reforçando os direitos, e recomendando aos países a divulgação para as famílias e para as comunidades, por “*todos os meios apropriados sobre os direitos [nela] contidos*”. Esta Declaração define que os indivíduos com deficiência têm o direito de permanecer nas suas comunidades e ali receber os serviços de educação, saúde, emprego como os demais habitantes.

Em 1997, o Tratado de Amsterdã, referência para toda a comunidade europeia, proibiu a discriminação e obrigou os países membros “a facilitar o ingresso, a permanência e a ascensão desses indivíduos no mercado de trabalho”. Na Reunião da Cúpula da União Europeia, foi determinado que esse dever se impusesse não somente aos países membros, comprometidos com a inclusão, mas estendia-se aos demais. Nesse ensejo, editaram-se várias obras visando facilitar o processo de inclusão: *Equal Employment Opportunity: Recruitment Handbook (1997)*; *Guide to the Amsterdam Treaty*, (1998a e 91 1998b); *National Action Plans for Disabled People in European Union*

(1999), nas quais são reforçados os direitos de inserção no mercado de trabalho, de acordo com suas habilidades, direito à permanência no emprego ou engajamento numa ocupação produtiva e remunerada, listando, entre outros, os aspectos físicos e estruturais de acessibilidade que todas as organizações devem ter para permitir o acesso e para contratar pessoas com deficiência (GOMES, 2015).

Ainda no âmbito das normativas internacionais, merece destaque a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 (em nível de Organização das Nações Unidas – ONU).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foi ratificada pelo Congresso brasileiro por meio de Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 e promulgado pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Esta Convenção foi incorporada no sistema jurídico brasileiro nos termos do artigo 5º, §3º da Constituição Federal, e, por este motivo, possui status de emenda e força normativa constitucional. Por este motivo, é considerada o mais relevante tratado internacional de proteção de direitos humanos no Brasil.

Frise-se a importante alteração trazida pela Convenção em tela, que passou a considerar pessoa com deficiência “*aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas*” (ONU, 2007). Desse modo, deixa de lado a concepção puramente médica e voltando-se para a noção de que o deficiente é um sujeito psicossocial.

Ao ratificar seu texto normativo, o Brasil reconheceu que as pessoas com deficiência têm direito ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Em seu artigo 27, 1, a Convenção estabelece que tal direito abrange a livre escolha ou aceitação no mercado de trabalho, em ambiente laboral aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Para assegurar tal direito, o mesmo dispositivo prevê medidas a serem adotadas pelos Estados Partes, como: proibir discriminação baseada na deficiência; garantir a igualdade de oportunidades, remuneração e condições de trabalho; assegurar a oferta e ascensão de empregos, adaptações acessíveis no ambiente de trabalho, exercício dos direitos trabalhistas e o acesso

a programas de treinamento profissional; promover trabalho autônomo e empreendedorismo; empregar pessoas com deficiência no setor público e privado e promover reabilitação profissional.

Também incorporada ao direito brasileiro está a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência (em nível de Organização dos Estados Americanos – OEA), assinada na Guatemala, em 28 de maio de 1999, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001 e promulgada em 08 de outubro de 2001 pelo Decreto Executivo nº 3.956.

De certo, tal documento possui conteúdo menos complexo que a Convenção anteriormente tratada, porém não menos importante: traça objetivo de eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência (artigo II), prevê medidas voltadas à acessibilidade e à eliminação do preconceito (artigo III), afirma compromisso de desenvolver pesquisas científicas para prevenção, tratamento e reabilitação (artigo IV), e frisa a necessidade de diálogo entre representantes de organizações públicas e privadas específicas (artigo V).

Ademais, vige a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (Convenção de Genebra), que previu a criação, por parte dos Estados signatários, de política nacional sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas com deficiência, ratificada por meio do Decreto Legislativo nº 51, de 25 de agosto de 1989 e promulgada por meio do Decreto Executivo nº 129, de 12 de maio de 1991.

Observa-se que o reconhecimento de habilidades, méritos e capacidades das pessoas com deficiência são enfatizados nas normas internacionais ratificadas. Em consequência, a partir do momento em que se afasta, legalmente, a discriminação, é possibilitado às pessoas com deficiência demonstrarem suas capacidades e contribuírem com o meio ambiente laboral e com o mercado de trabalho.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O DIREITO AO TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lastreados no princípio da igualdade, previamente tratado, foram dispostos na Constituição da

República Federativa do Brasil mecanismos de tutela de direitos das pessoas com deficiência.

Com o apoio, a assistência, a reserva de mercado de trabalho e, com eles, a imprescindível observância dos processos de habilitação e reabilitação profissional das pessoas com deficiência, [...] foi possível viabilizar a pretensão constitucional e estabelecer uma diretriz nacional, geral, segura e objetiva sobre o assunto. KALUME, 2005, p. 20-21.

A Constituição Federal vigente no Brasil possui previsões que visam a assegurar a igualdade material. Em seu artigo 3º, incisos I, III e IV, prevê, entre os objetivos do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação.

As pessoas com deficiência são vistas na esfera ampla de sua nacionalidade, da sua representatividade inserida como direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Buscou-se, numa justificativa lógica à verbalização legal, retirá-los da obscuridade ou limbo cultural que os enquadrava como membros a serem assistidos e tutelados, concedendo-lhes cidadania plena (GOMES, *op. Cit.*, p. 92).

A Carta Magna trata dos direitos atinentes às pessoas com deficiência em diferentes dispositivos, que remetem a direitos sociais como trabalho, saúde, educação, previdência e assistência social, como também, à eliminação de barreiras arquitetônicas.

Impende ressaltar que, apesar de o art. 7º, inciso I, da Constituição prever a possibilidade de o empregador brasileiro extinguir o contrato de trabalho unilateralmente, a sua liberdade de escolha é limitada: sofre restrições em nome do direito à igualdade e não-discriminação. Ou seja, caso as escolhas do empregador se deem por motivo discriminatório, a extinção contratual não será válida.

No que diz respeito ao direito ao trabalho das pessoas com deficiência, o seu art. 7º, inciso XXXI, traz como premissa a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Ainda em nome da igualdade material, o art. 40, §4º da Constituição Federal permite a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria quando se tratar de pessoas com deficiência.

Em seu art. 37, a Constituição brasileira prevê como princípios gerais na contratação de servidores públicos a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Em seu inciso VIII prevê a reserva em lei de percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência.

Importante ressaltar o uso da proporcionalidade na prática desta discriminação positiva, visto que o tratamento diferenciado em favor de pessoas com deficiência pode incluir tanto benefícios quanto redução de restrições em face dos demais sujeitos.

Outrossim, deve-se assegurar a igualdade objetiva entre as pessoas com deficiência, estabelecendo-se critérios que permitam a competição igualitária entre elas e a comprovação da sua capacitação para o desempenho das funções inerentes ao cargo. Ou seja, não se admite que o sujeito seja investido no cargo público simplesmente por ser portador de deficiência. Nem seria constitucionalmente admissível que a deficiência de que o sujeito fosse portador acarretasse absoluta incompatibilidade com a natureza das funções a serem desempenhadas. Não seria razoável, ademais, a contratação de pessoa cuja deficiência a incapacite, de modo absoluto, para o desempenho das atividades inerentes às atribuições dos cargos e empregos (JUSTEN FILHO, 2012, p. 877/878).

A reserva de vagas em concursos públicos é regulamentada pela legislação infraconstitucional, a qual será tratada adiante. Frise-se que, com tal previsão, a Constituição Federal brasileira expressamente oportuniza a adoção de ações afirmativas com o fim de incluir pessoas com deficiência no âmbito laboral.

3.3 LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

A fim de efetivar os preceitos constitucionais, foram editadas leis infraconstitucionais, além de regulamentos, políticas e programas do Estado, de modo a dar sustentação em plano fático às garantias previstas na Lei maior.

Primeiramente, a Lei nº 7.853 de 1989 criou a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e estabeleceu normas gerais que visam a assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências e sua efetiva integração social.

No âmbito da formação profissional e

do trabalho, previu a adoção de medidas como: o apoio governamental à formação profissional, e acesso a cursos regulares voltados à formação profissional; o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos; a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado (BRASIL, 1989).

Sua regulamentação ficou por conta do Decreto Executivo nº 3.298, de 1999, que possui a Seção IV destinada a normas acerca do acesso ao trabalho da pessoa com deficiência. Em seu art. 35, distingue as modalidades de inserção laboral em três tipos:

Art. 35. São modalidades de inserção laboral da pessoa “portadora de deficiência”:

- colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais³ para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

- colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

- promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal. (BRASIL, 1999)

Outro ponto que se relaciona com o direito ao trabalho da pessoa com deficiência é a acessibilidade. Nesse quesito, tanto a Constituição (artigos 227, § 2º, e 244), quanto a Lei 10.098/2000, chamada Lei de Acessibilidade, asseguram o direito das pessoas com deficiência ao acesso a prédios públicos, parques, vias públicas, banheiros e transportes públicos, reserva de vagas em estacionamentos (art. 7º), assim como

³ O parágrafo segundo do mesmo dispositivo conceitua “procedimentos especiais” como sendo: “meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros”. Já o parágrafo terceiro conceitua o termo “apoios especiais” como: “a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.” (BRASIL, 1999).

nos edifícios de uso privado, que, de acordo com os artigos 13 a 15, deverão garantir percurso acessível dentro das unidades, bem como no acesso entre estas às vias públicas, além de instalar elevadores ou outras soluções que facilitem a mobilidade das pessoas com dificuldade de locomoção (BRASIL, 2000).

Há, ainda, legislação atinente ao cooperativismo e associativismo das pessoas com deficiência. A Lei nº 9.867/1999 dispõe sobre a criação e o funcionamento das chamadas cooperativas sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, com o intuito de integrá-las socialmente mediante a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos. Para os fins dessa lei, consideram-se pessoas em desvantagem, dentre outros, os “deficientes físicos e sensoriais”, e os “deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos”. Por sua vez, o Decreto nº 8.163/2013 instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social, com o objetivo de coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das citadas cooperativas sociais e empreendimentos econômicos solidários sociais.

O sistema jurídico brasileiro vem demonstrando aceitação em relação à utilização de discriminações positivas. Em 2002, por meio do Decreto Executivo nº 4.228/2002, foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas, vigente no âmbito da Administração Pública Federal, que incluiu medidas de incentivo à inclusão de portadores de deficiência, conforme segue:

Art. 2º O Programa Nacional de Ações Afirmativas contemplará, entre outras medidas administrativas e de gestão estratégica, as seguintes ações, respeitada a legislação em vigor:

- observância, pelos órgãos da Administração Pública Federal, de requisito que garanta a realização de metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência no preenchimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS;
- inclusão, nos termos de transferências negociadas de recursos celebradas pela Administração Pública Federal, de cláusulas de adesão ao Programa;
- observância, nas licitações promovidas por órgãos da Administração Pública Federal, de critério adi-

cional de pontuação, a ser utilizado para beneficiar fornecedores que comprovem a adoção de políticas compatíveis com os objetivos do Programa; e

- inclusão, nas contratações de empresas prestadoras de serviços, bem como de técnicos e consultores no âmbito de projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais, de dispositivo estabelecendo metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência.

Surgiram, inicialmente, dilemas a respeito das ações afirmativas que propostas no âmbito jurídico brasileiro, dentre os quais destacam-se: a) a discussão acerca da “igualdade formal *versus* igualdade material”, na qual os opositores atestam que as ações afirmativas seriam atentatórias ao princípio da igualdade formal, reduzido à fórmula “todos são iguais perante a lei”, na medida em que instituiriam medidas discriminatórias; e b) o antagonismo “políticas universalistas *versus* políticas focadas”, pelo que, para os críticos das ações afirmativas, as mesmas demandariam políticas focadas, favoráveis a determinados grupos socialmente vulneráveis, o que fragilizaria a adoção das políticas universalistas (PIOVESAN, 2008a).

Tais impasses parecem superados na atual conjuntura jurídica brasileira. Soa clara hoje a noção de que as ações afirmativas são decorrência da aplicação do direito à igualdade material, bem como quanto à possibilidade de se combinar políticas universalistas com políticas focadas.

Em nível jurisprudencial, o Supremo Tribunal Federal brasileiro já sedimentou a possibilidade de aplicação de ações afirmativas em nome da efetivação do direito à igualdade e a não-discriminação. Um dos julgados mais lembrados quando se trata da matéria é o da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186/DF, de 26/04/2012, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski⁴, na qual foi con-

⁴ EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ATOS QUE INSTITUÍRAM SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS COM BASE EM CRITÉRIO ÉTNICO-RACIAL (COTAS) NO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 1º, CAPUT, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II XXXIII, XLI, LIV, 37, CAPUT, 205, 206, CAPUT, I, 207, CAPUT, E 208, V, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. I – Não contraria - ao contrário, prestigia - o princípio da igualdade material, previsto no caput do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem

siderada constitucional a utilização de cotas raciais no processo seletivo para ingresso em Universidade Pública.

3.3.1 INCLUSÃO LABORAL NO SETOR PÚBLICO

Importante detalhar as medidas utilizadas pelo sistema jurídico brasileiro para garantir o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Nesse quesito, há regulamentação de reserva de vagas em concursos públicos, visando a garantir o acesso, bem como há previsão de percentuais mínimos de contratação de trabalhadores por parte do setor privado.

A reserva de vagas em concursos públicos (que, como já visto, é primordialmente prevista no art. 37, VIII da Constituição Federal) é disciplinada pela Lei 8.112 de 1990, assegurou aos trabalhadores com deficiência, em seu artigo 5º, §2º, “o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso”.

grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares. II – O modelo constitucional brasileiro incorporou diversos mecanismos institucionais para corrigir as distorções resultantes de uma aplicação puramente formal do princípio da igualdade. III – Esta Corte, em diversos precedentes, assentou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. IV – Medidas que buscam reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais em nosso País, não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros, devendo, ao revés, ser analisadas à luz do arcabouço principiológico sobre o qual se assenta o próprio Estado brasileiro. V – Metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam beneficiadas pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1º, V, da Constituição. VI – Justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes. VII – No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa apenas são legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário, tais políticas poderiam converter-se benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo, situação – é escusado dizer – incompatível com o espírito de qualquer Constituição que se pretenda democrática, devendo, outrossim, respeitar a proporcionalidade entre os meios empregados e os fins perseguidos. VIII – Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada improcedente. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. - ADPF: 186 DF, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 26/04/2012).

Essa outra modalidade de ação afirmativa também tem sido aceita pelo Poder Judiciário brasileiro. O entendimento firmado é o de que a destinação de um percentual de vagas no serviço público às pessoas com deficiência não viola o princípio da isonomia. Primeiro porque o fato de possuírem deficiência se traduz em uma situação de nítida desvantagem em seu detrimento, fato este que deve ser devidamente levado em conta pelo Estado no cumprimento do seu dever de implementar a igualdade material. Em segundo, porque os deficientes físicos [sic] se submetem aos concursos públicos, devendo necessariamente lograr aprovação. A reserva de vagas, portanto, representa uma dentre as diversas técnicas de implementação da igualdade material (BARBOSA, 2001, p. 143).

A nomeação de candidatos com deficiência no setor público vincula-se a um percentual de vagas ofertadas em conformidade com a Lei 8.112/90. O já citado Decreto nº 3298/99, em seu artigo 37, §1º, garante a reserva de percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de concorrência em face da classificação obtida em concursos públicos⁵.

A política de cotas é um dos principais instrumentos utilizados pelo sistema jurídico brasileiro com o fim de incluir pessoas com deficiência no trabalho. Acerca de sua importância, observe-se:

A política de cotas é imprescindível para promover a empregabilidade da pessoa com deficiência. Embora alguns aleguem que essa ação afirmativa é de certa forma discriminatória, sua finalidade é justamente a de gerar igualdade. Nesse sentido, pode-se dizer que “os fins justificam os meios”. O preconceito só será quebrado se for dada oportunidade para as pessoas com deficiência mostrarem sua capacidade. A empresa aos poucos passa a conceber a contratação de pessoas com deficiência não como uma obrigação legal e um ônus, mas sim como responsabilidade social e uma possibilidade de contar com pessoas que contribuirão para a melhoria da empresa, justamente pela capacidade de superação que possuem. (BRASIL, 2009, p. 20)

Frise-se que o fato de haver reserva de vagas em concursos públicos não garante o seu preenchimento por pessoas com deficiência. Caso nenhum dos candidatos com esse requisito atinja a nota necessária

⁵ O §2º do mesmo artigo 37 dispõe que, caso a aplicação do percentual de cinco por cento, tratado no §1º, resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente

para a aprovação, as vagas serão disponibilizadas em prol dos outros candidatos, o que demonstra que tal ação afirmativa não garante, de pronto, a efetivação do objetivo almejado.

Indo além, caso a vaga reservada seja preenchida por uma pessoa com deficiência, é preciso garantir a permanência desta na atividade laboral. No âmbito dos cargos públicos, o Art. 98, §3º, da Lei nº 8112/1990 prevê a concessão de horário especial ao servidor com deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independente de compensação de horário.

Frise-se que as regras citadas são de cunho geral, com o fim de regulamentar o serviço público federal no Brasil. A reserva de vagas em concursos estaduais e municipais dependerá da criação de leis próprias.

3.3.2 INCLUSÃO LABORAL NO SETOR PRIVADO

Para garantir o acesso a empregos no *setor privado*, a Lei nº 8.213/91, Lei da Previdência Social brasileira, determinou em seu artigo 93 que as empresas com 100 (cem) ou mais empregados contratassem de 2 (dois) a 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência do total dos seus quadros, conforme seu número de funcionários. Desse modo, caso possua menos de 100 (cem) empregados, não há obrigação de contratar; caso possua de cem a 200 (duzentos) empregados, terá que contratar 2% (dois por cento) de profissionais com deficiência; caso possua entre 201 e 500 empregados, deve contratar 3% (três por cento). De 501 (quinhentos e um) a 1.000 (mil) empregados: 4% (quatro por cento) com deficiência. Acima de 1.001 empregados, o índice de contratados com deficiência deverá ser de 5% (cinco por cento) (BRASIL, 8213).

No mesmo artigo, em seu §2º, a Lei deixa a cargo do Ministério do Trabalho a fiscalização e o dimensionamento do total de empregados e vagas preenchidas por pessoas com deficiência.

3.3.3. LEI Nº 13.146/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO)

Recentemente, entrou em vigor no Brasil o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, destinado a assegurar e a promover,

em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e consequente posse da cidadania.

Não se pode deixar de mencionar a principal alteração trazida pela referida Lei: a deficiência de uma pessoa não mais afeta a sua capacidade civil plena: os adultos com deficiência⁶ poderão exercer inúmeros atos da vida civil em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme se infere da leitura do seu art. 6º. Ou seja, o conceito de capacidade passa a ser baseado na inexistência de discernimento para o exercício autônomo dos atos, por motivo de “*impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial*” (art. 2º) (BRASIL, 2015). Com isso o legislador infraconstitucional brasileiro inicia um processo de exercício pleno da cidadania e inclusão social.

O Capítulo VI do referido Estatuto é destinado ao direito ao trabalho das pessoas com deficiência. Inicialmente, em seu art. 34, assegura a igualdade de oportunidades, em todas as etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, permanência e ascensão no emprego, através de acesso a cursos de formação e de capacitação. Nesse dispositivo, vislumbra-se o princípio da equiparação, previsto no art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, que consiste na “*garantia atribuída ao trabalhador de não sofrer discriminação salarial, quando o seu trabalho seja do mesmo valor de outro escolhido como paradigma*” (MAGANO, 1992, p. 268).

Prevê ainda que as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. (art. 34, §1º). Como *ambiente de trabalho acessível* deve ser considerado aquele que não impõe qualquer espécie de barreira ao deficiente, seja de ordem arquitetônica, a frustrar a liberdade de locomoção, seja de cunho tecnológico, a impedi-lo de ter acesso a conhecimentos técnicos e científicos.

⁶ A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência não altera a capacidade civil de agir da criança ou adolescente com deficiência intelectual. Tal como todas as crianças e adolescentes, continuará a ser representada por seus pais ou tutor se menor de dezesesseis anos, e assistida se maior de dezesesseis e menor de dezoito, pois a razão da incapacidade decorre da idade, e não da deficiência intelectual. Já o adulto com deficiência intelectual, que era considerado incapaz absoluta ou relativamente⁶, na vigência da nova Lei será plenamente capaz para os atos da vida civil, será o protagonista de sua vontade.” (RIBEIRO, 2015. P. 113).

Deve-se privilegiar, ainda, a promoção de um *ambiente de trabalho inclusivo*, isto é, algo que acolha o deficiente em seu espaço de trabalho, ao invés de segregá-lo a locais específicos, isolado dos demais colegas que não têm deficiência. De modo que não seja tratado como um ser à parte, mas, antes, plenamente adaptado e confortável em seu ambiente de trabalho (FARIAS, CUNHA e PINTO, 2016, p. 129).

O Estatuto em tela, em seu artigo 35, estabelece como finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego a de promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho. Já no artigo 36, trata de assegurar a habilitação e reabilitação profissionais para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo de trabalho. Frise-se aqui a diferenciação entre reabilitação e habilitação. Esta pressupõe que o trabalhador jamais possuiu a capacidade laborativa, cabendo ao poder público suprir tal carência; já a reabilitação pressupõe a perda de tal capacidade, seja por doença, acidente, ou outro evento (ROCHA e BALTAZAR JÚNIOR, 2011).

A habilitação profissional é, via de regra, proporcionada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, porém, nada impede que empresas disponibilizem essa prestação de serviço, mediante celebração de convênios de cooperação (FARIAS, CUNHA e PINTO, *op. cit.*, p. 137).

Por fim, o artigo 37 do referido Estatuto trata da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho por meio da colocação competitiva, mediante o atendimento de certos mandames, conforme segue:

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

- prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho;
- provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiên-

cia, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;

- respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada; IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais;
- realização de avaliações periódicas;
- articulação intersetorial das políticas públicas;
- possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

Importante inovação é trazida em seu inciso III, no que diz respeito ao perfil vocacional do empregado com deficiência. As regras antes previstas, que asseguravam o acesso das pessoas com deficiência aos postos de trabalho, não se preocupavam se as atividades que iriam exercer se encaixavam em seu perfil vocacional, mas apenas limitavam a reserva de vagas à adequação das atribuições do cargo às limitações da deficiência. Esta previsão inaugura a tutela de oportunidade à pessoa com deficiência de revelar suas reais potencialidades para desempenhar funções diversas.

Não menos relevante é a previsão de estratégias de inclusão e diminuição de barreiras contida no inciso IV, pelo que se remete ao conceito de barreiras atitudinais definido no art. 3º, inciso IV, alínea “e” do mesmo Estatuto: “*atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas*” (BRASIL, 2015). Tal enunciado corrobora a preocupação deste diploma legal com a permanência da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho.

Por fim, o artigo 38 exige que a entidade que for realizar o processo de contratação pública ou privada deverá observar as medidas previstas no Estatuto referentes a processo seletivo de ingresso e posterior permanência, da mesma forma como previsto em seu art. 30, que prevê medidas a serem adotadas por instituições de ensino⁷.

⁷ Dispõe o referido dispositivo: “Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de

Do exposto, percebe-se uma evolução da legislação brasileira no que tange à tutela da abertura de acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ainda que sejam normas predominantemente pragmáticas, já é possível aferir uma mudança de foco que acompanha a preocupação com a autodeterminação, a formação biopsicossocial e o desenvolvimento de capacidades dessas pessoas.

A efetividade do direito ao trabalho fará com que a dignidade humana assuma nítido conteúdo social, na medida em que a criação de melhores condições de vida resultar benéfica não somente para o indivíduo em seu âmbito particular, mas para o conjunto da sociedade. A deficiência deixa de ser um obstáculo a partir do momento em que o indivíduo estará trabalhando com seu conhecimento, que desconhece a limitação de espaço e locomoção (BUBLITZ, 2014).

Do exposto, vê-se que há, no Brasil, um grande arcabouço legislativo que visa a tutelar o direito ao trabalho de pessoas com deficiência.

5 CONCLUSÃO

Do exposto, chega-se à conclusão primeira de que o sistema jurídico brasileiro incorporou normas internacionais importantes de proteção das pessoas com deficiência e de inclusão destas no ambiente de trabalho.

Nessa linha, com fundamento do direito à igualdade, mostra-se aberto à aplicação de ações afirmativas, como meios de equilibrar a representatividade de grupos excluídos socialmente. As principais medidas adotadas no sentido de incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho são a criação de reservas de vagas em concursos públicos (art. 37, VIII, CF) e a exigência de percentual mínimo de contratação em empresas do setor privado (art. 93, Lei nº 8.213/91).

tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.” (BRASIL. Op. Cit.).

Merece destaque a Lei nº 13.146/2015, que inovou a legislação brasileira no que diz respeito a normas protetivas da permanência da pessoa com deficiência no emprego, atentando para a tutela do direito ao ambiente de trabalho acessível e inclusivo, bem como à capacitação, habilitação e reabilitação profissionais.

A Lei Brasileira de Inclusão também protege o respeito ao perfil vocacional da pessoa com deficiência (art. 37, III), mostrando-se em consonância com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de demais normativas internacionais atinentes, que buscam promover o reconhecimento de suas habilidades, méritos e capacidades.

Aparentemente, o Brasil possui uma legislação completa e avançada com relação à inclusão ao trabalho.

É preciso olhar atentamente para o que os números mostram, e a partir do estudo da realidade fática eleger as políticas públicas e as ações afirmativas mais adequadas para tornar a inclusão ao trabalho mais efetiva.

Acerca da reserva de vagas em concursos públicos, é notório que não garante o seu preenchimento por pessoas com deficiência. Caso nenhum dos candidatos com esse requisito atinja a nota necessária para a aprovação, as vagas serão disponibilizadas em prol dos outros candidatos, o que demonstra que tal ação afirmativa não garante, de pronto, a efetivação do objetivo almejado.

É preciso investir também na formação educacional e profissionalizante das pessoas com deficiência. Caso contrário, a reserva de vagas não assume caráter eficazmente inclusivo.

Medida assaz pertinente seria incluir as pequenas empresas no processo de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. Além de disseminar a cultura inclusiva, muito possivelmente seria medida a impulsionar a ocupação destes postos por pessoas com deficiência.

Do exposto, percebe-se que, como muitos outros direitos instituídos no Brasil, não faltam normas para regulamentar a tutela ao trabalho inclusivo, cabendo aos entes públicos e políticos despojarem esforços no sentido de efetivá-las.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Joaquim. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. nº 151, jul/set 2001.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. **Análise sobre a reserva de cargos em empresas privadas para pessoa com deficiência**. 2009. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema15/2009-12741.pdf>. Acesso em 03 fev. 2016.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Disponível em http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/dados-estatisticos/arquivos/cartilha-do-censo-2010-pdf/at_download/file. Acesso em jun 2016.
- Congresso Nacional. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853compilado.htm. Acesso em 13 jun 2016.
- Congresso Nacional. **Lei nº 8.213**. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm. Acesso em jun 2016.
- Congresso Nacional. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Lei de Acessibilidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 14 jun 2016.
- Congresso Nacional. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 13 jun 2016.
- Congresso Nacional. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm. Acesso em 11 jun 2016.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. 2000/2010** Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/dados-estatisticos/arquivos/cartilha-do-censo-2010-pdf/at_download/file. Acesso em 10 jun 2016.
- Presidência da República. **Decreto Executivo nº 3298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 11 jun 2016.
- Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 /DF**. Relator: Min. Ricardo Lewandowski, Data de Julgamento: 26/04/2012. Data de publicação: 20/10/2014. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>. Acesso em 01 jun. 2016.
- Supremo Tribunal Federal. **Recurso em Mandado de Segurança nº 32732**. Relator Min. Celso de Mello. Julgado em 03/06/2014. Data de publicação: 01/08/2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RMS32732ementa.pdf>. Acesso em 01 jun. 2016.
- BUBLITZ, Michelle Dias. **Pessoa com deficiência e teletrabalho**: reflexões à luz do valor social do trabalho (inclusão social e fraternidade). Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, PUCRS. – Porto Alegre, 2014 World Health Organization. **10 facts on disability**. Disponível em: <http://www.who.int/features/factfiles/disability/facts/en/index4.html>. Acesso em 02 jul. 2016.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria da constituição**. 5.ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 234.
- ENRIQUEZ, E. Instituições, poder e desconhecimento. In: ARAÚJO, J. N. G.; CARRETEIRO, T. **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.
- FARIAS, C. C.; CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. **Estatuto da Pessoa com Deficiência comentado artigo por artigo**. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
- GARCIA, B. P. Lazari, R. **Manual de Direitos Humanos**. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
- GARCIA, Maria Gloria F.P.D. **Estudos sobre o Princípio da Igualdade**. Coimbra: Ed. Almedina, 2005.
- GLAT, R. (1994) **Cidadania e o portador de deficiência**: um novo campo de atuação para os profissionais da Educação Especial. *Integração*, 5(11), 16.9
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GOMES, Maria Helena S.C. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: gestão, direitos e efetividade**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Março, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uscs.edu.br/handle/123456789/551>. Acesso em 12 abril 2016.
- GURGEL, Yara M. Pereira. **Direitos humanos, princípio da igualdade e não-discriminação**: sua aplicação às relações de trabalho. São Paulo: LTr, 2010.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 8ª ed. Ed. Fórum: 2012.

MAGANO, Octavio Bueno. **Manual de Direito do Trabalho**. Vol. II. 3 ed. São Paulo: LTr, 1992.

MENDES, Gilmar Ferreira. **CursodeDireitoConstitucional**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 1999. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-65.html>. Acesso em 05 jun. 2016.

Department of International Law. **Signatories and Ratifications of A-65**. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/english/sigs/a-65.html>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Boletim Dados Municipais – Trabalho Decente**. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/principais%20evid%C3%AAncias%20para%20o%20conjunto%20dos%20munic%C3%ADpios%20e%20capitais_1168.pdf>. Acesso em 11 julho 2016.

Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, de 01 de junho de 1983. Disponível em:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C159; Acesso em 02 jun 2016

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência**, de 13 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/44910/Part/I-44910-080000028017bf87.pdf>. Acesso em 02 julho 2016.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 03 de setembro de 1981. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm>. Acesso em 02 jun. 2016.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 07 de março de 1966. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20660/v660.pdf>> Acesso em 04 jun. 2016.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.3, Dec. 2008^a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300010/9142>>. Acesso em 23 abril 2016.

Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2008b.

RIBEIRO, Iara Pereira. A capacidade civil da pessoa com deficiência intelectual. In: FUIZA, C. A. C. (Coord.) **Direito Civil Contemporâneo II**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em < <http://www.conpedi.org.br/>

<publicacoes/66fsl345/oylux21y/8J38ic2GY5847PkM.pdf>>. Acesso em 08 jun 2016.

ROCHA, D. M.; BALTAZAR JÚNIOR, J. P. **Comentário à Lei de Benefícios da Previdência Social**. 10. Ed. Ver. Atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LOGO, EU EXISTO! ENTRE REPRESENTAÇÕES E AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DE IMAGENS DA MÍDIA

BETWEEN IDENTITY REPRESENTATIONS AND AFFIRMATIONS: IMAGES AND DEMONSTRATIONS OF PERSONS WITH DISABILITIES IN MODERN MEDIA

Maura Regina Petruski*
Regiane Ranieri Dias**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão da perspectiva da inclusão social de pessoas com deficiências a partir da mídia contemporânea utilizadas como veículos inclusivos. Para tanto, foram utilizadas as publicações de sites da internet que apresentam dois casos específicos de incorporação social, os integrantes de uma banda de punk finlandesa – PKN - e o texto de um editorial de moda – Revelar - que teve a participação de pessoas com privação de movimentação.

Palavras chave: Inclusão, Identidade, Mídias, deficiência.

ABSTRACT

This article aims to present in an exemplified way some identity manifestations arising from the Discourse on Inclusion, as well as its practice. Based on concepts of Cultural History and authors who previously addressed the theme, the article uses media sources (photos, music, comics), used as a means of linking inclusive aspects. Analyzes and comparisons revealed homogenizing identity characteristics as well as affirmations based on diversity as a factor of social insertion. On the other hand, inclusive discourse produced in its dynamics ambivalent and contradictory results that can be understood through criticisms and reflections of modern social dynamics.

Keywords: Inclusion, Identity, Media, People with Disabilities.

*Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta do departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Integrante do corpo docente da pós-graduação do mestrado acadêmico em História e do mestrado profissionalizante em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

**Mestranda do mestrado profissionalizante em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. regiane_ranieri@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Analisar as diversificadas ações em relação ao processo de inclusão social, bem como os resultados inerentes a essa prática, são temas de constantes debates entre os representantes de vários setores da população bem como de especialistas das áreas de Educação, Sociologia, Filosofia, etc, que buscam compreender essa perspectiva no seio de sociedades a qual deveria ser vista como prerrogativa, e inerente ao ser humano.

Sob o ponto de vista da História, as raízes para essa análise começou a ser trilhada a partir do século XVIII, quando pesquisadores incipiaram a desbravar esse fértil caminho aberto pelos ‘excluídos sociais’, quando novos sujeitos, inicialmente mulheres, trabalhadores e marginalizados, passaram a ser vistos como integrantes de uma categoria passível de exame.

Contudo, a ampliação quanto aos atores sociais a serem analisados não parou por aí, muito pelo contrário, pois sustentados pelos alicerces e fundamentação da Nova História Cultural, na qual novos objetos, abordagens e objetivos se apresentavam a academia.

Dentre os elementos que contribuíram para que a amplitude em relação ao tema despontasse, se encontra o conceito de representação, que na visão de Sandra Pesavento,

É preciso não tomar o mundo – ou as suas representações, no caso – na sua literalidade, como se elas fossem o reflexo ou cópia mimética do real. Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é a regra de ação desse historiador detetive, que deve exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos (2012, p.33).

A possibilidade para a efetivação de uma nova observação sobre os indivíduos ‘diferentes’ também foi favorecido pelo alargamento do conceito de fontes, que estendeu seu entendimento e ultrapassou as chamadas oficiais, cuja emissão se dava somente por entidades e representantes de setores públicos, levando a abertura para novos horizontes documentais.

Dentre essas estão às midiáticas, impressas ou virtuais, que contribuíram significativamente para que as diversas formas de inclusão pudessem ser analisadas revelando traços culturais específicos, visto que essas são portadoras de discursos que geram

produções de sentidos, além de proporcionarem grande visibilidade aos acontecimentos de um tempo e lugar.

Além de que, não podemos esquecer que existem diferentes concepções de inclusão e podemos falar então, em “inclusões. Para Sofia Freire (2008, p. 2),

a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

É importante salientar que toda prática de integração se faz no meio social, por isso, só se pode entendê-la como um processo gerado, dentro de uma rede complexa de saberes e linguagens que são variáveis, dinâmicas, porém nem sempre compreensíveis, visto que, os estudos de suas práticas e discursos, muitas vezes, buscam dar sentido a uma inesperada, mas indissociável, geração de falas de segregação e exclusão resultante.

Assim, tratando-se de sujeitos que são considerados diferentes, é preciso antes de tudo entender a sociedade da qual estão inseridos. Seus conceitos de igualdade e diferença, bem como suas ações mediante a realidade multicultural e multifacetada. Corrêa & Stauffer (2008, p.134), ao tecerem sobre as políticas inserção afirmam esta realidade de maneira sucinta, a saber,

É no terreno social, nas interações com os entes mais experientes da cultura que se encontra o centro organizador e formador da atividade mental. É neste lócus que se produz significados e esta produção exige a ação do outro, acontece com ou outro. Criamos assim, ações significativas, ações simbólicas, através da linguagem, da cognição, da cultura. Nossas ações são mediadas por signos.

Contudo, a abordagem desta pesquisa a Inclusão é um processo social que leva a uma mudança de postura quanto às pessoas com deficiência, e observando de que maneira uma produção midiática, num contexto específico, delinea e representa este processo.

Buscar compreender dessa referência a partir de uma concepção midiática dentro e seu contexto histórico, pode ser problematizado e entendido como uma ação humana no tempo, passível de análise e questionamento sendo que, de acordo com Peter Burke

e A. Briggles, foi a partir de 1920, é que as pessoas começaram a falar de ‘mídia’ (2016, p. 11), termo esse até então não aplicado as tecnologias da comunicação.

Assim, esse texto foi construído a partir de um estudo de caso de duas modalidades diferentes de mídia atuais, a primeira a internet, que aborda os integrantes de uma banda com pessoas com deficiência da Finlândia a PKN, e a segunda, é o trabalho do “Foto Coletivo Dois” que publicou um ensaio fotográfico para lançamento de moda inclusiva intitulada “Revelar”, da cidade de São Paulo.

A partir de então, o texto parte do princípio de trazer à luz as questões envolvidas primeiramente com o sentido de Igualdade, bem como perceber em que aspectos as diferenças se tornam um fator para inserção social ou sofrem um processo homogeneizador.

2 A INCLUSÃO COMO PRÁTICA GERADORA DE IDENTIDADES: BANDA PKN

No cenário do mundo contemporâneo verificamos a abrangência da gama de interpretações sobre o tema inclusão de pessoas com necessidades especiais nos diferentes campos de atuação, fato esse que pode ser percebido por meio de autores que buscam apresentar informações a respeito de indivíduos que se agregam nessa categoria, na tentativa de inseri-los e também serem aceitos na sociedade como seres capazes e atuantes.

Isso ocorre porque em muitos casos notamos certa marginalização e discriminação dessas pessoas, mesmo que tal condição não os refreiem de continuarem exercendo atividades, tanto no seio de grupos e comunidades quanto da sociedade em geral.

O estudioso Michel Foucault (1975, p.49) foi um dos pensadores que escreveu a respeito da perspectiva sobre a psicologia e a doença mental, e considera que “a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal”, e ainda “[...] inicialmente que não existe cultura que não seja sensível, na conduta e na linguagem dos homens, a certos fenômenos com relação aos quais a sociedade toma uma atitude particular [...]. Há algo neles que fala da diferença e chama a diferenciação (1975, p.61).

Essa assertiva pode ser vista tendo como referência o grupo musical PKN (ver figura 1), originário de Helsinque (Finlândia), que é composto por

integrantes ‘especiais’, uma vez que são pessoas com Síndrome de Down e autistas.

Remetendo a cultura do punk, e juntos à aproximadamente nove anos, a banda teve sua formação idealizada a partir do encontro dos quatro indivíduos numa oficina de caridade oferecida a adultos que eram pessoas com deficiência intelectual, os quais mostram ao mundo que é possível romper barreiras e vencer obstáculos apesar das diferenças, tendo um propósito de construir um novo caminho.

Figura 1 – Componentes da banda PKN



Da esquerda à direita: Pertti Kurikka (guitarra), Sami Helle (baixo), Kari Aolto (vocalis) e Toni Väitalo (bateria)

Fonte: <https://crushemhifi.files.wordpress.com/2015/02/pertti-kurikan-nimipc3a4ivc3a4t-anton-sucksdorff-umk-2015-eurovision.png>

A designação do título da banda de PKN vem do nome um de seus componentes, Pertti Kurikan Nimipaivat, que o emprestou ao grupo quando de sua constituição, visto que foi o idealizador do projeto musical.

Desde a formação e divulgação desse grupo, a mídia internacional e também à brasileira, começou a chamar a atenção para com eles, quando uma série de reportagens foram produzidas, entre as quais pode ser citada a do jornal Folha de São Paulo do dia 08 de abril de 2015, cujo título é *Banda finlandesa PKN é formada por músicos com down e autismo*. Nesse editorial, em relação ao estilo musical escolhido, Sami (baixista) disse que “o punk nos deixa ser nós mesmos”. Por intermédio dessa fala, podemos perceber que existe o sentimento de barreira em relação a sociedade e aos elementos que os cercam.

Com o título *O punk finlandês quebra barreiras*¹, de maio de 2015, temos outra entrevista, que

¹<https://finland.fi/pt/arte-amp-cultura/pkn-o-punk-finlandes-quebra-barreiras/>

evidencia que os paradigmas podem ser superados por indivíduos que buscam e querem a mudança, superando muitas vezes seus próprios obstáculos.

Wif Stenger foi o responsável pela reportagem cuja chamada foi O punk avassalador da PKN no Eurovision, em março de 2015², que mostrou a atuação do quarteto nesse que é o maior festival da canção da Europa, uma espécie de Olimpíada de canções pop que acontece nessa perspectiva apenas nesse continente.

Entre as suas falas apresentadas na entrevista, Sami desabafou em relação ao sentimento de exclusão: “Nunca havia me sentido em igualdade neste país, e este é um dia muito importante para mim”, declarou. “Estávamos à espera deste momento”.

Ainda de acordo com o autor,

em antes da PKN vencer o concurso de classificação para o festival, a banda punk americana Dead Kennedys recomendou uma matéria sobre o grupo para 1 milhão e meio de fãs no Facebook. Este artigo, publicado no site Death and Taxes, elogiou a banda, apesar de decevê-los erroneamente como “banda cujos membros têm Síndrome de Down”. Em seus comentários, os leitores enalteceram a banda por incorporar o verdadeiro espírito anti-autoritário do punk e a filosofia do “faça você mesmo”.

Enquanto isso, ainda de acordo com o redator o jornal britânico Independent erroneamente destacou uma matéria que a PKN buscou participar do festival ‘com o intuito de aumentar a conscientização’, muito embora, em outra entrevista que foi cedida para a BBC, o baixista Sami Helle, minimizou este ponto de vista, visto que, provavelmente ele não se vê como diferente.

Assim, com um estilo musical específico – punk – e melodias de pequena duração, lançaram um disco por eles chamado *Kuus Kuppia Khavia Já Ykes Kokis* (2012), que tem nas letras de suas canções a perspectiva voltada para a percepção das diferenças e ao mesmo tempo da igualdade. O trecho da letra da música Aina mun pitää, de autoria dos membros da própria banda, pode evidenciar essa referência.

Eu sempre tenho que limpar

Eu sempre tenho que lavar a louça

Eu sempre tenho que ir trabalhar

Eu sempre tenho que ver o médico

² <https://finland.fi/pt/arte-amp-cultura/o-punk-avassalador-da-pkn-no-eurovision/>

Não consigo usar o computador
 Não consigo assistir televisão
 Nem consigo ver meus amigos (traduzido)³
 (Pertti Kurikan Nimipäivät)

Lendo a letra da canção, pode ser observado que existe a clara intenção de demonstrar a normalidade dos indivíduos com as situações corriqueiras da vida, embora se encaminhe para evidenciar algumas dificuldades encontradas por pessoas com esses problemas enfrentam diariamente, sendo que em nenhum momento se menciona o elemento ‘diferente’, ‘separado’ ou algo específico que evidencie distinção.

Desta forma, a prática inclusiva aqui representada se traduz em ações de normalização, tanto a imagem como a letra da música constroem aspectos comuns entre os sujeitos envolvidos, sejam eles com necessidades especiais ou não.

Outro dado relacionado ao grupo e que mira a perspectiva da inclusão por parte de um instrumento midiático foi à elaboração de um documentário, no ano de 2009, com sucesso de crítica e diversas premiações, chamado *The Punk Syndrome*, quando os quatro se transformaram em atores ao participarem da projeção, como forma de chamar a atenção para as pessoas com essa síndrome. De acordo com Stenger, o filme mostra quatro homens tentando expressar suas frustrações com os sistemas sociais vigentes.

Além do mais, ao observar os detalhes da imagem exposta acima (figura 1), pode-se dizer que os integrantes da banda estão caracterizados de forma similar, remetendo-os a uma tendência da cultura musical do punk. Em relação à roupa, ela possibilita entender que existe uma ideia de trazer ao público uma identidade cultural e de grupo, que busca a aproximação com um estilo que foi construído socialmente a esse ritmo musical.

Nesse caso, as peças de roupas e os acessórios, atuam como uma representação simbólica para a construção de uma memória que se solidifica por meio do visual, deixando marcas e não estabelecendo fronteiras.

³ I always have to clean up
 I always have to do the dishes
 I always have to go to work
 I always have to see the doctor
¹ can't use the computer
 I can't watch telly
 I can't even see my friends ((Pertti Kurikan Nimipäivät)

Bauman (2005, p.44) explicita que os aspectos homogeneizantes como “[...]aqueles que constituem ou desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária”.

De mais a mais, a formalização dos gestos também remetem subjetivamente a afirmação identitária, que traduz um grupo com algo partilhado, reconhecido diretamente por “iguais”, uma vez que, são diferentes para o restante da sociedade, mas não para eles. O fato de um indivíduo socialmente estigmatizado possuir a mesma prática que as outras pessoas, ditas como ‘comuns’ não faria o mesmo sentido, como Goffman nos lembra:

Assim, mesmo que se diga ao indivíduo estigmatizado que ele é um ser humano como outro qualquer, diz-se a ele que não seria sensato tentar encobrir ou abandonar “seu” grupo. Em resumo, diz-se-lhe que ele é igual

qualquer outra pessoa e que ele não é – embora os porta-vozes concordem pouco entre si em relação a até que ponto ele deveria pretender ser um ou outro. (2004, p.107)

Buscar aquilo que há de coletivo em prol da inclusão pode gerar duas concepções essenciais; a primeira, seria uma resultante direta, ou seja, a criação de uma nova identidade não tão estrita quanto a anterior, de maneira a afastar a exclusão em prol de uma “comunidade plenamente inclusiva” (BAUMAN, 2005, p.86).

A segunda, não menos importante, seria uma definição ainda mais acentuada daquilo que é evidentemente diferente, pois logicamente, ao se evidenciar o igual, devem haver parâmetros de igualdade e diferença. Com isso, a incorporação parte de um princípio mais abrangente: de uma suposta diferença essencial (de cunho social) que já reside na sociedade, pois como afirmam Corrêa & Stauffer (2008, p.123): “Para nós, pensar a Educação Inclusiva significa entender a instituição da nossa sociedade a partir das diferenças”.

3 A INCLUSÃO NAS PÁGINAS DE UMA REVISTA

Entender uma produção midiática implica em compreender um discurso formado objetivamente, isto é, a representação contida numa publicação de uma

revista voltada para o então mercado da inclusão possui uma carga de elementos invisíveis que não necessariamente as pessoas com as necessidades: editores, fotógrafos, designers, arte finalizadores, especialistas em marketing, etc.. Essa ideia nos leva a considerar que,

A mídia enquanto lugar discursivo é atravessado por discursividade dispare e de diferentes lugares sociais, de diferente posição-sujeito e de diferentes formações discursivas. Com isso, o discurso produzido nunca será o do cadeirante, mesmo que esse discurso seja apresentado formalmente como tal, nem mesmo quando podemos reconhecer neste discurso saberes da pessoa com deficiência. A representação do sujeito deficiente desde o processo de segregação ao de integração, a partir desse lugar discursivo, sempre vai ser um discurso em que o discurso do/sobre se imbrica em sua formulação e tal imbricamento se deve ao fato de que ele é construído por um sujeito afetado por uma relação com a língua/história, sendo que essa relação não se encaixa com a das pessoas com deficiência. (SILVIA & SOUZA, 2016, p.06)

Sendo assim, Peter Burke evidencia a sua utilização como elemento de divulgação como recurso para a construção de conhecimento para a pesquisa histórica, na medida de se fazer as perguntas certas às imagens desde que haja problematização, visto que elas possuem muito a acrescentar em relação aos documentos escritos (BURKE, 2004, p.233)

Daí a relevância em se utilizar dessas fontes na construção da história, na medida em que, o senso comum e o conhecimento empírico são agentes subjetivos e constitutivos dos conceitos humanos. E ao se tratar dos significados de igualdade e de diferença, é que podemos perceber os elementos que sofrem variações conforme as concepções do ‘diferente’ numa cultura e de que forma esse sujeito se relaciona com os chamados estigmas como denomina Goffman(2004).

Trata-se, portanto, de reconhecer a ideia da inserção como uma atitude particular da sociedade frente a uma percepção do ‘não igual’, quando o mesmo se identifica como tal e por isso deve fazer parte do corpo social, bem como de sua produção.

Observando as imagens apresentadas abaixo (figuras 2, 3, 4 e 5), que são fruto de uma iniciativa de inclusão no mundo da moda, por meio de um trabalho do Foto Coletivo Dois, que foi chamado de Projeto Revelar- Editorial de moda inclusiva - , podemos

ilustrar o raciocínio exposto acima, cujo objetivo foi chamar a atenção para a adequação da roupa às pessoas com deficiência física.

De acordo com Renata Mariano, “integrada num contexto social, a indumentária é capaz de identificar indivíduos, classes sociais, etnias e religiões. É por intermédio das roupas que é possível identificar uma época da história, um comportamento, um padrão de beleza, sendo assim, é possível pensar no vestuário como um sistema de códigos com inúmeros significados coletivos (2015, p. 3).

O ensaio fotográfico, ora em questão, foi produzido em 2014, e composto por quatro pessoas (dois homens e duas mulheres). Com um texto de abertura bastante impactante a causa, o editor chama para atenção dos leitores: “(...) Tirar o véu, deixar vê, mostrar, descobri, fazer conhecer o que era ignorado ou secreto; divulgar”⁴. Mais abaixo na página do editorial, buscou-se mostrar a necessidade em se atentar para as pessoas que se enquadram nessa categoria da ‘diferença’:

A palavra que intitula este ensaio é uma gama de significados quando paramos para observar as histórias que cada fotografia deste editorial nos conta. Experiências que nossos modelos estiveram dispostos a compartilhar trazem à tona questões que muitas vezes não nos atentamos por não fazerem parte do nosso cotidiano.

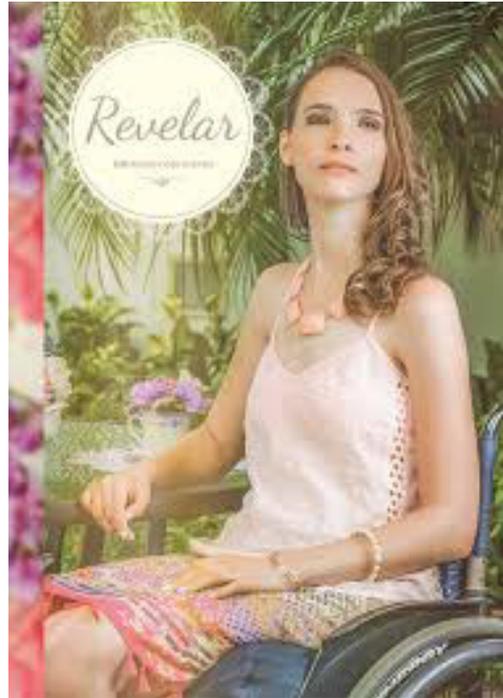
Empatia seria a segunda palavra que sugerimos para mover este editorial. Afinal, quando vemos a partir do olhar dos modelos que serão apresentados, sentimos a necessidade vindo à tona.

Necessidade de adaptação!

Necessidade de inclusão!

Necessidade do olhar!

Figura 2 – Maiara



Fonte: <http://fotocoletivodois.com/trabalhos/-revelar/>

Figura 3 - Jaqueline



Fonte: <http://fotocoletivodois.com/trabalhos/-revelar/>

⁴ O Projeto Revelar. Disponível em: <<http://fotocoletivodois.com/trabalhos/revelar#>>. Acesso em: 15.04.2017.

Vale lembrar que, as roupas são elementos intermediários que ligam as pessoas a identificação com o seu meio, visto que ela interfere na dinâmica de uma sociedade e da cultura. De acordo com Maria de Fátima Grave,

a moda é a base para a valorização da aparência e da crítica, caracterizando os diferentes períodos da história. Percebe-se ao longo dos tempos, a necessidade de diferenciação entre as pessoas de culturas diferentes e tal necessidade se manifesta por meio de práticas de caráter cultural como infibulação, circuncisão, perfuração, cicatrizes decorativas e outras tais como alterações forçadas de partes do corpo (a deformação intencional dos pés das chineças é um bom exemplo). A incessante renovação, evolução e involução dessas práticas estão agregadas a cada fato histórico, às revoluções, aos movimentos artísticos e ao desenvolvimento científico ou mesmo à decadência dos costumes (2010, p. 22).

É importante ressaltar que a proposta dos produtores foi claramente de mostrar o desigual, como trazer à tona algo que está presente, porém cortinado e alheio a muitos.

Figura 4 – Marcelo



Fonte: <http://fotoativodois.com/trabalhos/-revelar/>

Foi o que abordou Marcelo, médico e vítima de um acidente, com 43 anos no ano da publicação:

Acredita que a Moda Inclusiva é um tema que deveria ser abordado para que exista maior consciência sobre as dificuldades que uma pessoa com deficiência física tem, tanto no dia-a-dia, quanto na hora de se vestir. Costuma ter dificuldade em comprar roupas e dificilmente encontra peças que lhe sirvam perfeitamente (2014, p. 4).

Figura 5- Ítalo



Fonte: <http://fotoativodois.com/trabalhos/-revelar/>

De maneira geral, essas pessoas não se encaixam dentro dos padrões aceitos socialmente para exercerem a função de modelo. Essa proposição denota ainda, uma preocupação com a construção de estereótipos subjetivamente delineados e selecionados e, consequentemente, excluindo, como afirma Goffman (2004, p.109):

Além disso, embora algumas dessas normas, como a visão e a alfabetização, devam ser, em geral, sustentadas com total adequação pela maior parte da sociedade, há outras normas, como as associadas com a beleza física, que tomam a forma de ideais e constituem modelos perante os quais quase todo mundo fracassa em algum período da vida.

Logo, o enquadramento remete ao fato de demonstrar e integrar o define físico ou mental, ao mesmo tempo em que rege padrões de conduta e aceitação, característica por vezes contraditórias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando atentamente a questão da inclusão, é clara a ambiguidade originada da própria tentativa de resolver uma questão importante, como uma equação de segundo grau que possui uma raiz negativa, quando, muitas vezes, o resultado inesperado da prática inclusiva desencadeia no seu antônimo.

Não se trata de analisar intencionalidade, apenas de salientar que socialmente construídas as questões significantes para a sociedade geram resultantes diversas, que se contradizem e se complementam.

Corrêa e Stauffer (2008, p.123) analisam essa realidade: “A perspectiva inclusiva aparta-se da ânsia de homogeneização dos seres humanos, visto que esta homogeneização tem gerado a exclusão. Portanto, exclusão/inclusão são movimentos que se embatem, que lutam, que se antagonizam”.

Equivale dizer que onde existe o discurso da inclusão, concomitantemente considera-se a exclusão como parte da prática inclusiva, uma vez considerada a ideia inclusiva, pode-se perceber simultaneamente a contraditoriedade identitária; o sujeito incluído culturalmente de alguma forma é excluído pela mesma cultura. Por isso, as definições do “eu” da pessoa com necessidades especiais que geralmente se formam são ambivalentes, ora de afirmação de igualdade em relação ao “outro”, ora de diferenciação.

Bauman(2005) afirma que com relação à ambivalência identitária, uma das faces ou valores geralmente são atenuados pela sociedade e seus meios de comunicação, a fim de deixar em evidência o valor aceitável. Neste caso, quando se fala sobre a inclusão, a exclusão é o valor desprezado. Dessa forma,

a ambivalência contínua resulta em dissonância cognitiva, estado mental notoriamente aviltante, incapacitante e difícil de aguentar. Traz, por sua vez, o repertório usual de estratégias atenuantes, entre os quais o rebaixamento, o menosprezo e a depreciação de um desses dois valores inconciliáveis constituem o recurso mais comum. (BAUMAN,2005, p.98)

Muitas correntes teóricas exploram a questão da inclusão no viés de suas práticas representativas, no entanto pouco se desenvolve no intuito de compreender as ideias subjetivas resultantes da inclusão como *práxis*.

Assim sendo, as definições que ficaram bastante claras consistem no entendimento de que seja qual for

as formas de se observar a inclusão, por uma tentativa de homogeneização, ou através de uma cultura baseada na diversidade, considerando as diferenças como fatores sociais comuns, existem discursos inesperados e situações conflitantes que se fazem presentes.

Tal processo deve principalmente ao âmbito do social. Isso significa dizer que a partir do momento em que a sociedade enfrenta uma situação considerada atípica, o desenvolvimento de uma ideia aparentemente sólida como a inclusão acaba se tornando um processo dinâmico, de variantes imprevisíveis, ou seja, uma lógica fluída conforme a abordagem apresentada.

Seria muito sintético afirmar apenas que a proposta de inclusão gera a exclusão, embora demonstre ser uma realidade, uma vez que é preciso compreender o processo que acaba formando essas concepções. Neste caso, uma postura centrada na inclusão demonstra ser desconstruída no decorrer da convivência humana pelos próprias características sociais da modernidade, que como afirmou Bauman (2005), são instáveis, dinâmicas e ambivalentes.

O que pode se desenvolvido em prol de uma inclusão mais aberta são políticas públicas que abarque o pensamento crítico, orientado pela compreensão histórica que inclua a inclusão de pessoas com necessidades especiais. Ser especial não significa ser menor ou incapaz, também não necessita que criemos mais estereótipos em torno de seu modo de vida. A própria definição do que é especial deve ser concebida como algo que cabe somente ao sujeito, pela sua concepção de mundo.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banda PKN. **Banda finlandesa de músicos com deficiência é favorita para concurso.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2015/03/banda-finlandesa-de-musicos-com-deficiencia-e-favorita-para-concurso.html>> Acesso em: 30 Nov.2015

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar,2005.

_____. **Modernidade e Ambivalência.** Rio de Janeiro: Zahar,1999.

BRENDA, Ana de Oliveira.; HEMMEL, Gislene Reimberg. **A representação do autista em uma revista de história em quadrinhos destinada ao público infantil:** uma análise frente aos desafios da inclusão. 2011. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) Ciências Biológicas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo,2011.

CORREA, Daniel; VERISSIMO, Leticia; BIAJANTE, Mayra. **Editorial Revelar**. Disponível em: <<http://fotocoletivodois.com/trabalhos/revelar#>>. Acesso em: 30 Nov. 2015.

CORRÊA, Vera Lúcia Alves dos S. ; STAUFFER, Anakeila de Barros. Educação Inclusiva: repensando políticas, culturas e práticas na Escola Pública. In:

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (orgs). **Inclusão em Educação**: Culturas, políticas e práticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Tradução de Lilian Rosa Shalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. Disponível em: <http://ir.nmu.org.ua/bitstream/handle/123456789/131638/5174ee58a95d324bb833826602ef78d5.pdf?sequence=1> Acesso em : 3. Dez. 2015

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a Inclusão**. Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008 5 - 205 .

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4. Ed. 2004. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%3B%20Estigma.pdf>. Acesso em: 3 Dez. 2015

GRAVE, Maria de Fátima. A moda vestuário e a ergonomia hemiplégico. São Paulo: Escritura e Editora de Livros Ltda. 2010.

GUHUR, Maria de Lourdes Periotto. **Revista Brasileira de Educação Especial**. A Representação da Deficiência Mental numa Perspectiva Histórica. São Carlos. Vol. 02. p.75-83. 1994.

NIMIPAIVAT, Pertti Kurikan. **I always have to (Aina mun pitää)** In: Eurovision Song Contest. Vienna: 2015. Disponível em: <http://lyricstranslate.com/en/aina-mun-pit%C3%A4%C3%A4-i-always-have.html>. Acesso em 03 Dez. 2015

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (orgs). **Inclusão em Educação**: Culturas, políticas e práticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Mauricio de. **A turma da Mônica: um amiguinho diferente**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/PriDomingos/a-turma-da-mnica-um-amiguinho-diferente>>. Acesso em: 30 Nov. 2015.

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS DE TELÊMAMO BORBA NA ESCOLA PAROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO (1987-2012) E NO COLÉGIO ESTADUAL WOLFF KLABIN (2013-2015): UMA ANÁLISE COMPARATIVA

LA EDUCACIÓN DE LOS SORDOS EN TELÊMAMO BORBA EN LA ESCUELA PAROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO (1987-2012) Y EN EL COLEGIO ESTATAL WOLFF KLABIN (2013-2015): UN ANÁLISIS COMPARATIVO

Marcelo Rodrigues*

Natalie Mayara Pratka**

Francieli Lunelli Santos***

RESUMO

O presente estudo aborda aspectos da educação de surdos por uma análise comparativa das seguintes instituições: Escola Paroquial Perpétuo Socorro (1987-2012) e Colégio Estadual Wolff Klabin (2013-2015) de Telêmaco Borba/Paraná. A análise enfatiza comparações dos métodos educacionais utilizados nos referidos estabelecimentos em datas e contextos diferenciados, apontando ainda para o pioneirismo da Escola Paroquial Perpétuo Socorro na área da surdez. A construção da pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos sobre a Deficiência, a Surdez e a História Comparada, sob a interpretação de dados dos documentos oficiais e depoimentos dos entrevistados dispostos longo do texto. Registra-se a trajetória e caminhos que compõe a educação dos surdos em Telêmaco Borba, evidenciando os discursos ouvintistas, os modelos médico e social sobre as deficiências e como este universo é narrado pela sociedade. Os reflexos das lutas dos movimentos surdos pelo país em busca do respeito às suas diferenças procuram romper com o conceito de surdez e deficiência auditiva como idênticos. A promulgação de Leis Federais que asseguram e reconhecem a Língua de Sinais são algumas marcas importantes desses movimentos, que repercutem e promovem o acesso às oportunidades aos sujeitos surdos telemacoborbenses.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Oralismo; Língua de Sinais; Telêmaco Borba.

RESUMEN

Este estudio presenta aspectos educativos sordos en un análisis comparativo de las siguientes instituciones: Escuela Parroquial Perpétuo Socorro (1987-2012) y Colegio Estatal Wolff Klabin (2013-2015) de Telêmaco Borba/Paraná. El análisis hace comparaciones de los métodos educativos utilizados en estos dos establecimientos en fechas y en diferentes contextos, señalando también la pionera como Escuela Parroquial Perpétuo Socorro en la área de la sordez. La construcción de la investigación se basa en los marcos teóricos sobre la Discapacidad, la Sordez y la Historia Comparada, bajo la interpretación de los datos de los documentos oficiales y testimonios de los encuestados están dispuestos a lo largo del texto. Se

* Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: marcelo_tb2011@hotmail.com

** Graduada em Licenciatura em História Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) natypraka@hotmail.com

*** Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas. Historiadora. E-mail: francieli.lunelli@gmail.com

registra a la ruta y caminos que componen la educación de los sordos en Telêmaco Borba, señalando los discursos ouvintistas, los modelos médico y social de la discapacidad y cómo este universo es narrado por la sociedad. Las reflexiones de las luchas de los sordos se mueve el país en busca de respeto a sus diferencias tratan de romper con el concepto de la sordera y las deficiencias auditivas como idénticos. La promulgación de Leyes Federales que garantizan y reconocen la Lengua de Señas son algunas marcas importantes de estos movimientos que promueven el impacto y el acceso a oportunidades para sujetos sordos telemacoborbenses.

Palabras-clave: Educación de los Sordos; Oralismo; Lengua de Señas; Telêmaco Borba.

1 INTRODUÇÃO

A educação de surdos em Telêmaco Borba, Paraná, foi iniciada em 1986 com 22 alunos atendidos na Escola Paroquial Perpétuo Socorro. A normativa que autorizou a instituição a ofertar um ensino diferenciado para esses alunos ocorreu em 1987. Na época, a escola era um estabelecimento de ensino privado, mantida pela Congregação Missionária do Santíssimo Redentor.

A instituição foi pioneira na cidade a realizar o ensino voltado para surdos. Tal conduta é o estopim dessa pesquisa, ou seja, é o que mobiliza os pesquisadores a identificar os fatores que motivaram e conduziram as irmãs a introduzirem, num estabelecimento particular, o ensino gratuito às crianças surdas de Telêmaco Borba. Além disso, compreender as razões que levaram a transferência dessa função para a Rede Estadual de Ensino.

A proposta da pesquisa foi analisar o pioneirismo da escola na educação dos surdos de Telêmaco Borba, assim as investigações tem recorte temporal a partir de 1987. As análises foram averiguadas a partir de documentos das instituições em questão referente ao período abordado e à transferência desse trabalho ao Colégio Estadual Wolff Klabin no ano de 2013.

As informações manuseadas na construção da pesquisa são fruto de documentos oficiais de regulamentação da Escola Paroquial sobre a educação dos surdos, esses documentos são: Resolução nº 4.478/87 que autorizou a criação de Classes Especiais para Deficientes Auditivos, Resolução nº 4.617/87 que autorizou o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez (CAES), e a Resolução nº 4.946/92 que oficializou a fusão das Classes Especiais para Deficientes Auditivos, porém

“é necessário considerar que o documento sempre é portador de um discurso, uma construção, e não pode ser visto como algo que reproduz fielmente a realidade” (SANTOS, et al. 2011, p. 73). Assim a análise ocorreu através da comparação do conteúdo contido nos documentos oficiais com o discurso das fontes orais, descrevendo outras visões de um mesmo processo vivido por diferentes sujeitos.

As fontes orais da pesquisa foram obtidas através de entrevistas com Vanda Romanowski do Nascimento, ex-coordenadora das classes especiais da Escola Paroquial e, Marily Aparecida Ferreira, ex-aluna, ex-professora da mesma instituição e atual docente da Sala de Recursos da Surdez do Colégio Estadual Wolff Klabin. Tais depoimentos cedidos por estas entrevistadas foram primordiais para o desenvolvimento do trabalho.

A metodologia desse estudo está fundamentada na análise e interpretação de dados obtidos nos documentos oficiais, nas resoluções das instituições e nos depoimentos dos entrevistados, articulando com os referenciais teóricos alicerçados nos autores comparatistas José D’Assunção Barros e Marcel Detienne que atuam sobre as vertentes da História Comparada que possibilita comparar eventos semelhantes, porém com realidades históricas diferenciadas, relacionando-se com a temática desse estudo que analisa a educação de surdos em temporalidades diferentes, porém com interação entre os fatos. Para Barros comparar é:

[...] recolocar em uma adequada relação complexa dois ou mais recortes espaçotemporais, diversas realidades históricas a serem examinadas, ou vários personagens e agentes históricos diferenciados que, ao mesmo tempo em que precisam ser apresentados nos seus próprios termos, não podem em absoluto ser separados das relações que os situam uns em

relação aos outros e todos em relação ao ambiente e contexto histórico que os une (BARROS, 2014, p. 163).

O aporte teórico que fundamenta esse estudo versa sobre a temática da Deficiência (DINIZ, 2007; e PESSOTTI 1984), da Surdez (LONGMAN, 2007; MACHADO, 2011; e SÁ, 2006) e da História Comparada (BARROS, 2014; e DETIENNE, 2004).

Por meio da análise das fontes documentais e orais da Escola Paroquial e do Colégio Estadual Wolff Klabin sob os preceitos da História Comparada e suas possibilidades intentou-se capturar e compreender as diversas interconexões que se estendem sobre dois eventos semelhantes com temporalidade e espaço subsequentes cronologicamente e relevantes para historiografia.

2 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO PERCORRER DA HISTÓRIA

Diversos autores, como Diniz (2007) e Pessotti (1984) abordam o tratamento desumano dispensado às pessoas com deficiências, no percurso histórico da Humanidade. Existem relatos que algumas culturas exterminavam os sujeitos que nasciam com alguma anomalia, segregando-os do convívio social, postos às margens da sociedade.

Na Idade Contemporânea, por volta do final do século XIX e início do século XX, surge o modelo biomédico e a deficiência torna-se objeto de estudos científicos, identificada como doença que necessitava de cuidados médicos e reabilitação.

O saber médico sobre a deficiência começa a ser produzido [...] os deficientes poderiam ser treinados e tinham direito a educação. Não era mais possível negar a responsabilidade social e política em relação a esse grupo de pessoas. No entanto, ainda não se fala sobre a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade ou na escola junto com outras crianças. Para solucionar o problema: a opção intermediária é a segregação: não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença (PESSOTTI, 1984, p. 24).

Em meados da década de 1960 desenvolveu-se modelo social de deficiência, através de movimentos sociais, e em oposição ao modelo biomédico, pois:

O modelo biomédico traduz a deficiência como uma tragédia pessoal, transformando o corpo com impedimentos em um objeto de intervenção e normalização. Para os médicos peritos desta pesquisa, a deficiência é resultado dos impedimentos do corpo. As pessoas deficientes possuiriam uma desvantagem natural em relação às pessoas não deficientes por causa de suas deformidades e limitações de funcionalidade e/ou estrutura (DINIZ *et al.*, 2010, p. 50).

Em contrapartida, o modelo social visava à inserção dos sujeitos deficientes no convívio social, com a finalidade de construir uma sociedade inclusiva.

O modelo social define a deficiência como uma opressão ao corpo, não como uma desigualdade natural ou inerente aos impedimentos corporais [...] compreende a deficiência como resultado da interação entre um corpo com impedimentos e um ambiente hostil à diversidade corporal (DINIZ *et al.*, 2010, p. 50).

Como afirma Diniz *et al.* (2010), tanto a medicina quanto os movimentos sociais desejavam defender o entendimento de que a pessoa com deficiência é um indivíduo com qualidades e aptidões necessárias para desenvolver atividades em sociedade de forma qualificada e satisfatória.

Partindo desse referencial, a presente pesquisa abordará os enfoques dados à surdez, ao sujeito, a cultura, a identidade e a educação de surdos.

Durante muito tempo e mesmo ainda no século XX, segundo Diniz (2007, p. 8) “ao invés de internados para tratamento ou reabilitação, os deficientes estavam encarcerados; a experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente social hostil à diversidade física”. Diniz questiona a noção de que as pessoas com deficiências eram concebidas como seres incapazes de viver socialmente. Nesse contexto, entende-se que os surdos foram privados dos direitos de cidadãos por não se comunicarem oralmente, ficaram excluídos da cultura e da sociedade ouvinte, e não possuíram, por vários anos, a liberdade em utilizar suas mãos como meio de comunicação. Esse direito lhes foi negado por quase um século pela classe ouvinte.

Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguem ser como os ouvintes;

quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (SÁ, 2006, p. 3).

Destarte, como diversas outras deficiências, a surdez passou pelo modelo biomédico e foi descrita como uma doença relacionada a uma anomalia orgânica, que necessitava de medicação e tratamento. Desse modo, foram desenvolvidos instrumentos, técnicas e métodos com o intuito de transformar o sujeito surdo o mais próximo de possível de um indivíduo ouvinte.

Em 1880 ocorreu um congresso em Milão na Itália, durante dias um comitê formado por ouvintes decidiu pelo fim do ensino de Língua de Sinais na educação de surdos, sob a justificativa de que os sinais atrapalhavam o desenvolvimento da fala desses sujeitos.

Com a oficialização das deliberações desse congresso em poucos anos a metodologia oralista havia se espalhado por vários continentes, sobretudo na Europa. A Língua de Sinais foi banida das instituições educacionais que estavam fadadas ao ensino da fala, ou seja, o oralismo.

O oralismo tinha como preceito ensinar a criança surda através da língua oral, desenvolvendo a fala e integrando-a na comunidade ouvinte. Segundo Machado (2011, p. 23) “o oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva”.

Desde a oficialização do oralismo pelo Congresso de Milão em 1880, a qualidade na aprendizagem dos surdos ao redor do mundo diminuiu drasticamente, com índices inferiores ao estipulado pelos adeptos do oralismo. Muitos jovens surdos concluíam seus estudos despreparados, semianalfabetos, pois a falta da Língua de Sinais, fez com que os surdos regressassem suas potencialidades nos aspectos de aprendizagem e desenvolvimento do pensamento.

Em 1971, no Congresso Mundial de Surdos, em Paris, a Língua de Sinais foi autorizada novamente no ensino de surdos. Machado (2011, p. 22) corrobora que “os surdos, durante 100 anos foram proibidos de usar as línguas de sinais em suas práticas educativas”, ou seja, esse período de predominância do oralismo torna ostensivo o fracasso na educação desses sujeitos.

3 O SUJEITO SURDO E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O termo surdez é diferente de deficiência auditiva na medida em que, os deficientes auditivos com o auxílio de aparelhos auditivos, conseguem ouvir e desenvolver a fala. Já os surdos não desenvolvem a fala, pois são acometidos pela surdez profunda e para desenvolver o processo da fala é necessário ouvir. Ou seja, para comunicarem-se eles dependem da Língua de Sinais.

A invenção do “normóide”, fruto da ideologia dominante do normal, gerada historicamente na conjugação das classificações médicas biológicas, das práticas clínicas homogeneizadoras e das políticas públicas da discriminação, é hoje negada e encoberta nos discursos liberais da diversidade e da inclusão social como política, reafirma-se a ideologia do normal e não é feita nenhuma ruptura epistemológica, pois o outro continua sendo definido como deficiente e continua sendo narrado no discurso da falta, da anormalidade (LONGMAN, 2007, p. 28).

Ainda pautado no modelo médico, a noção de surdez passou por mudanças, sendo classificada em leve, moderada e profunda, dependendo do grau de audição que o sujeito possui.

Não utilizo a expressão deficiente auditivo como o objetivo de ressituar o conceito da surdez, visto que esta expressão é utilizada, com preferência, no contexto médico-clínico; utilizo o termo “surdo”, pois está mais afeito ao marco sociocultural da surdez. Assim, enfatizo a diferença, e não a deficiência (SÁ, 2006, p. 65).

Nessa perspectiva, os surdos não se definem como deficientes auditivos, mas sim como um grupo culturalmente organizado, que se identifica com a Língua de Sinais e a comunidade surda.

Sob o viés da História Comparada e com base no comparativismo das fontes primárias, foi analisada a educação proposta aos surdos na Escola Paroquial e no Colégio Estadual Wolff Klabin. Sobre o comparativismo Detienne discorre:

Sendo assim, o historiador ao utilizar o comparativismo deve procurar as formas que determinada história pode oferecer, não se limitando a uma ideia fixa de construção, deve entender que são múltiplas as formas de utilização da história e a sua aplicação na construção de uma pesquisa história, o historiador

não deve se amarrar em somente uma vertente da história (DETIENNE, 2004, p. 53).

A explicação de Detienne vem ao encontro do objeto de estudo dessa pesquisa, uma vez que, a História Comparada permite comparar períodos diferentes e consecutivos no tempo e no espaço, porém com características análogas em ambos os fatos.

A metodologia da História Comparada é adequada para o desenvolvimento desse estudo, no sentido de que, as análises dos fatos ocorrem em períodos diferentes e consecutivos, e em estabelecimentos distintos, pois de 1987 a 2012 as pesquisas ocorrem sob os estudos dos documentos dispostos na Escola Paroquial Perpétuo Socorro, e no período de 2013 a 2015 são averiguados documentos do Colégio Estadual Wolff Klabin, ambos os estabelecimentos se complementam com relação ao desenvolvimento da educação dos surdos em Telêmaco Borba, porém com abordagens totalmente diferentes no que diz respeito ao contexto.

Para Detienne é necessário abrir espaço para o diálogo entre as diferentes culturas, pois essa inter-relação se torna um importante instrumento na construção das narrativas históricas. Segundo o autor, o trabalho do historiador em comparar algo histórico é uma tarefa extremamente difícil, pois a História não é construída em parâmetros de comparação.

4 CULTURA E IDENTIDADE SURDA

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) originou-se da Língua de Sinais Francesa é trazida ao Brasil pelo professor surdo Ernest Huet, que fundou em 1857 no Rio de Janeiro o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em Telêmaco Borba, a educação de surdos começou a ser refletida a partir de 1987, com as irmãs da Escola Paroquial, porém com a metodologia oralista. Somente em 1994 começou a ser inserida a Língua de Sinais na metodologia de ensino da instituição.

A ausência da audição faz com que os surdos recorram a outros caminhos para desenvolver suas necessidades linguísticas, ou seja, a Língua de Sinais, que oferece a eles a oportunidade de expressar-se e desenvolver seu potencial plenamente, de forma que a língua oral não permite.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (MACHADO, 2011, p. 41).

Como corrobora Machado, apesar dos avanços na educação de surdos, a escola ainda é um espaço voltado para alunos que ouvem, enxergam e andam. Até 1994 a Escola Paroquial desenvolvia uma metodologia de ensino oralista, visando tornar os surdos semelhantes aos ouvintes.

No caso dos surdos para a aprendizagem em Língua de Sinais existem obstáculos de concretização, pois a Libras é uma língua usada por uma minoria linguística e a língua oral é usada pela maioria da sociedade, que é ouvinte.

A comunidade surda dedica-se na construção de uma sociedade em que surdos e ouvintes, estando num ambiente culturalmente diverso, possam interagir mutuamente, permitindo dessa forma a socialização, comunicação e inclusão.

Aprender Libras, é entrar no mundo das imagens, da interpretação, da tradução, da leitura e da vivência com o corpo, cujos significados é compreender o outro. O outro de nós, cuja trajetória vivenciamos um mundo oral auditivo, sonoro. E colocar-se na relação com o outro surdo, na sua singularidade e amplitude de possibilidades (MACHADO, 2011, p. 85).

Desse modo, é possível amenizar as barreiras e dificuldades no que diz respeito à comunicação entre surdos e ouvintes, para isso é necessário refletir que acima da surdez está o indivíduo, pessoa como qualquer outra, com direitos e deveres iguais.

O ouvinte, ao frequentar a comunidade surda, desenvolve domínio da Libras e possibilita ao surdo interagir e expor suas ideias no mundo dos ouvintes, proporcionando a abertura da Língua de Sinais, de sua identidade, de sua cultura, fortalecendo a Libras diante da sociedade na qual está inserida.

Uma identidade, de alguma maneira, constrói-se contra o pano de fundo de outras, e ao historiador da cultura cabe recuperar também esse contraste. [...], o historiador precisa estar sempre atento aos riscos que rondam a leitura de uma cultura por outra, ou de um estrato cultural por outro (BARROS, 2014, p. 67).

Para garantir o respeito de sua cultura, identidade e fortalecer as associações e comunidades surdas, os sujeitos inaudíveis travaram os movimentos que foram indispensáveis para romper a condição de dominados (surdos) e dominantes (ouvintes) conquistando uma educação partindo de um contexto cultural e linguístico específico, de acordo com Sá (2006, p. 44) “a tendência é a de pensar o sujeito em sua individualidade e subjetividade, inserido em seu contexto: enfatiza-se o gênero, a língua, a cultura pessoal, enfim: a diferença”.

Os movimentos surdos possibilitaram a esses sujeitos direitos elementares para a sobrevivência e o desenvolvimento como cidadãos no mundo, libertando-se da submissão aos ouvintes.

Portanto, partindo dessas reflexões, a pesquisa tem como ponto de partida o questionamento por que a Escola Paroquial foi pioneira na cidade a dedicar-se ao ensino aprendizagem dos alunos surdos e o que mudou com a transferência desse trabalho para o Estado?

5 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ESCOLA PAROQUIAL

Anteriormente ao atendimento dos alunos surdos na Escola Paroquial, eram acolhidos pela APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), conviviam com outros estudantes acometidos com as mais diversas deficiências.

A mudança da APAE para a Escola Paroquial Perpétuo Socorro, segundo o relato da ex-coordenadora das classes especiais de alunos surdos Vanda Romanowski do Nascimento, ocorreu devido à estrutura física da APAE, pois a falta de espaço no estabelecimento inviabilizava separar os alunos por áreas de deficiências. Então a Irmã Catarina, diretora da Escola Paroquial Perpétuo Socorro na época cedeu o espaço na escola para o atendimento dos alunos surdos.

Em 1986, os 22 alunos surdos da APAE foram transferidos para a Escola Paroquial Perpétuo Socorro. Paulatinamente no decorrer dos anos o contingente de estudantes foi aumentando e chegou a 50 alunos no ano de 1994.

Segundo o que consta no Histórico do Centro de Atendimento aos Deficientes Auditivos¹, com o

¹ Documento da Escola Paroquial Perpétuo Socorro que descreve o aumento de crianças surdas em Telêmaco Borba de 1986 a 1994.

crescente número de alunos surdos na instituição a Irmã Catarina verificou a necessidade de abrir sete turmas, sendo quatro delas atendidas no período matutino e três no período vespertino.

Após a visita de uma comissão da Secretaria Estadual de Educação (SEED) de Curitiba a nomenclatura recebida da APAE de Classe Especial dos Deficientes Auditivos, tornou-se Centro de Atendimento Especializado aos Deficientes Auditivos, pela Resolução nº 4.478/87 datado de 20/11/1987 publicado no Diário Oficial em 27/11/1987, tendo como mantedora a Congregação Missionária do Santíssimo Redentor.

6 A METODOLOGIA ORALISTA NA ESCOLA PAROQUIAL

O Centro de Atendimento aos Deficientes Auditivos teve seu funcionamento autorizado pela Resolução nº 4.478/87. De 1987 a 1994 a proposta de ensino aprendizagem voltado aos alunos surdos foi pautada na metodologia verbo-tonal².

Essa metodologia pretendia, segundo os relatos de Vanda, oportunizar ao aluno surdo a comunicação oral, chegar o mais próximo possível da normalidade, ou seja, do ouvintismo, em que o surdo estava fadado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.

O sujeito surdo para ser respeitado e aceito na sociedade precisa ter fala, ser reabilitado, corrigido, usar aparelho auditivo, ser implantado, para ser normalizado, ou seja, tornar-se igual a outro ouvinte. Esta prática de homogeneização é chamada [...] de ouvintismo (MACHADO, 2011, p. 15).

Na época a instituição usava a metodologia oralista insistindo no desenvolvimento da fala dos alunos surdos, alimentando a perspectiva de inclusão do surdo na sociedade através da oralidade, tendo como pressuposto a capacidade de emissão de sons por parte do sujeito surdo, de acordo com Sá (2006, p. 310) “esta é uma das manifestações mais flagrantes do olhar obrigatório do ouvintismo”.

Além de Vanda Romanowski do Nascimento, para a construção desse trabalho, também foi realizada

² Criado na década de 1950, pelo iugoslavo linguista Peter Guberina, o Método Verbo-tonal consistia em ensinar crianças surdas a falar, independentemente do grau de surdez, a partir da estimulação auditiva objetivando criar condições para que a expressão oral aconteça através da fala mais natural possível.

uma entrevista com Marily Aparecida Ferreira (surda) ex-aluna e ex-professora da Escola Paroquial³.

Marily, durante sua infância, realizou seus estudos na Escola Paroquial. Seu ensino aprendizagem foi pautado no método oralista. Ao concluir seus estudos e formar-se em Pedagogia e retornou a instituição como professora.

Sobre seu processo de ensino aprendizagem a entrevistada relata que a metodologia vivenciada na Escola Paroquial para ela foi difícil, pois a época que ela frequentou a instituição o processo de ensino aprendizagem seguia o oralismo puro, os alunos eram obrigados a falar, as professoras ministravam suas aulas impondo aos surdos que escondesse os braços evitando que eles esboçassem qualquer gesto com as mãos, eram obrigados a emitirem sons e oralizar o que estava escrito no quadro negro. Sobre esse aspecto Sá discorre:

Antes se tentou isolar os surdos em asilos, mas isso teve um resultado inesperado. Então, a nova estratégia para produzir surdos aceitáveis foi o seu isolamento uns dos outros pela obrigatoriedade da língua oral (SÁ, 2006, p.74).

A explicação de Sá sobre a institucionalização dos surdos vem ao encontro com os relatos da ex-aluna, pois segundo a mesma, foram longos anos sem intérpretes de Libras, sem a própria Língua de Sinais. Além disso, ela ressalta que a falta de diversificação nas metodologias, talvez ocorresse pelo fato de não existir tecnologias suficientes e, por isso, naquele período o que se imaginava ideal aos sujeitos surdos era a imposição da oralidade, e naquele momento considerava-se que era o melhor que as irmãs da escola tinham a oferecer para esses sujeitos, que até então nem eram percebidos na sociedade, simplesmente eram postos em ambientes com pessoas com todo o tipo de deficiências, como as APAEs. Longman explica esse tratamento dado aos surdos.

Ainda hoje, os definidos como portadores de deficiência auditiva, visual, física, mental são inscritos num único grupo social, num único discurso político, numa única ideologia, os quais se materializam ao ser subjetivado através do estereótipo da “universalidade” deficiência, como se existisse uma

identidade universal deficiente (LONGMAN, 2007, p. 27).

Como professora da instituição, Marily fez parte de um grupo de docentes e alunos que iniciaram em Telêmaco Borba o processo de introdução da Libras no ensino dos alunos surdos da Escola Paroquial. Ela e outras docentes viajavam regularmente a Curitiba realizando cursos de aperfeiçoamento, visando aprender e ensinar a Libras.

Enquanto professora, Marily compreende que a Língua de Sinais é primordial para a eficácia do ensino aprendizagem do aluno surdo, em relação ao método oralista, ela não julga como um modelo incoerente, mas como um recurso encontrado pelas docentes com intenções de incluir os surdos na sociedade e ambos os modelos educacionais são válidos.

A partir de 1994, as lutas da comunidade surda pelo reconhecimento da Língua de Sinais no território brasileiro fizeram com que a diretora da Escola Paroquial Perpétuo Socorro, refletisse sobre a inadequação da metodologia utilizada no ensino aprendizagem dos alunos surdos daquela instituição.

Segundo o que consta em Ata elaborada pela instituição:

Durante anos o grande problema foi o treinamento das professoras na especialidade da D. A. (Deficiência Auditiva). As professoras fizeram cursos emergenciais dados pela Secretaria de Educação na área da D. A. no ano de 1994 (Ata de 10 de Maio de 1994. Livro 50, p. 08).

A realização de cursos proporcionou às professoras o conhecimento da Libras, apesar de um aprendizado extremamente difícil, o descobrimento de uma nova língua, desconhecida por todos.

Aos poucos o corpo docente foi adquirindo conhecimentos da Libras. Segundo os relatos os cursos em Curitiba foram proveitosos, pois as docentes puderam desenvolver com os alunos a alfabetização por meio da Língua de Sinais.

As professoras da Escola Paroquial Perpétuo Socorro deslocavam-se uma vez por mês para Curitiba, ficavam hospedadas em hotéis próximos a FENEIS/PR (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos do Paraná), local em que os cursos ocorriam de segunda a sexta-feira das 08h00min às 18h00min, na última semana de cada mês. Os ministrantes

³Um dos autores desta pesquisa é o intérprete de Libras Marcelo Rodrigues que mediu a entrevista nessa modalidade com a depoente supracitada.

abordavam temas sobre os fundamentos históricos da educação de surdos, treinamento e prática da Libras.

Os deslocamentos das professoras para Curitiba eram custeados pela Congregação Missionária do Santíssimo Redentor, mantenedora da instituição. Os gastos com ministrantes, cursos e hospedagem eram liquidados pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

As docentes não recebiam bolsas em dinheiro para gastos em Curitiba, pois no pacote de hospedagem estavam inclusos café da manhã, almoço e jantar, as despesas extras eram salgadas pelas professoras.

De acordo com as informações das fontes analisadas levou alguns anos para que as docentes da área da surdez compreendessem a Libras como uma metodologia totalmente eficaz e própria da comunidade surda. Com o passar do tempo, os estudantes surdos da instituição iniciavam seus estudos concentrados numa nova metodologia de ensino, ou seja, a Língua de Sinais, o que torna a Escola Paroquial Perpétuo Socorro pioneira na educação de surdos em Telêmaco Borba.

De acordo com a ex-coordenadora, as professoras estavam intrinsicamente ligadas ao método verbo-tonal. Houve momentos em que elas uniam a oralidade com a Língua de Sinais, construindo assim uma espécie de português sinalizado, ou uma maneira de comunicação total, em que tanto alunos como professores usavam gestos, sinais, fala e oralidade visando o ensino aprendizagem.

Esse período de aprendizagem da Libras foi um advento de extrema importância para a comunidade surda, pois o uso dos sinais, possibilitou a esses sujeitos a formação de associações para vivenciarem trocas de experiências, lazer, esporte e, principalmente, o fortalecimento da cultura e identidade dos surdos.

A cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos envolvidos com a cultura surda, auto-referenciam-se como participantes da cultura surda, mesmo não tendo eles características que sejam marcadores de raça ou de nação (SÁ, 2006, p.7).

A cultura surda é fortemente marcada pelo convívio comunitário dos surdos, pois ela abrange as crenças, costumes, hábitos, ideias, e principalmente a língua dos sujeitos surdos, possibilitando

a compreensão da sociedade visando torná-la mais acessível as suas percepções visuais.

A convivência entre os surdos corrobora para a formação de sua identidade, subjetividade e conhecimento de mundo. É por meio das associações e movimentos surdos que os esforços para derrubar essas barreiras acontecem.

Na comunidade surda dá-se o fortalecimento da identidade e da Língua de Sinais. Os deficientes auditivos não pertencem à comunidade surda, pois não usam a Libras como meio de comunicação e não participam de associações e movimentos surdos, e, para o sujeito surdo, a surdez e Libras estão intrínsecas na sua identidade social, fazendo com que os próprios não se reconheçam como deficientes auditivos. Sobre a identidade surda, Machado corrobora:

Os surdos nas suas relações sociais, com seus pares surdos, constroem sua identidade cultural, com o outro que fala a mesma língua, constituindo características próprias desta comunidade. Assim, rompe-se com a ideia do corpo doente, da orelha “estragada”, da falta, assume-se a representação da possibilidade, da autoria, das suas “vozes”, que de outra forma reprimida pela maioria ouvinte, que lhes viam como “problemas” a serem corrigidos (MACHADO, 2011, p. 15).

Sendo que, a comunicação e a linguagem são vitais para a construção da identidade de uma pessoa. Os surdos mais velhos que receberam a educação por meio do método verbo-tonal, e haviam concluído seus estudos foram convidados pela Irmã Catarina a retornarem a Escola para aprenderem a Língua de Sinais. A instituição preparou algumas oficinas no período da noite para os ex-alunos, pois durante o dia, a maioria trabalhava em alguma área do comércio ou indústria. Muitos surdos aceitaram o convite para aprender a Libras. A responsável por mediar a Libras aos surdos era a professora Marily.

Para Vanda, a Libras oportunizou ao surdo uma grande liberdade, pois, por meio de sua própria linguagem ele estava apto a comunicar e conquistar o seu espaço em sociedade. Mas apesar de grandes avanços, há um longo caminho a percorrer, de acordo com a ex-coordenadora. Há muitos obstáculos a serem enfrentados para ocorrer uma inclusão verdadeira, no sentido de que a Lei Federal 12.319/2010 garante a obrigatoriedade do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) nos ambientes escolares, mas existem

poucos profissionais capacitados, que não suprem a demanda. Além disso, o ouvinte não compreende e não consegue comunicar-se com o surdo por meio da Libras, ou seja, o surdo é uma pequena parcela que depende de poucos ouvintes que dominam a Libras para que possam impor-se diante da sociedade.

7 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO COLÉGIO ESTADUAL WOLFF KLABIN

A Escola Paroquial Perpétuo Socorro fundada em 1965, administrada pelas Irmãs da Congregação Missionária do Santíssimo Redentor, no ano de 2010 deixou de ser um estabelecimento de ensino privado e tornou-se uma instituição pública de ensino sob a responsabilidade da Rede Municipal de Ensino de Telêmaco Borba, com a nova administração a instituição recebeu o nome de Escola Municipal Mãe do Perpétuo Socorro.

Com a transição para a Rede Municipal de Ensino o quadro de professores da antiga Escola Paroquial foi substituído por professores concursados da Rede Municipal. Com isso, as docentes da área da surdez que trabalhavam com os alunos surdos foram dispensadas de suas funções. A Rede Municipal não possuía professores especializados para atuar na educação de surdos, então a Secretaria Municipal de Educação entrou em contato com o Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba para transferir os alunos surdos para a Rede Estadual de Ensino.

Segundo os relatos de Vanda, os surdos que estudavam na Escola Paroquial, no período de transição para a Rede Estadual de Ensino, não foram comunicados sobre as mudanças. O processo de transferência ocorreu em 2011, sem nenhuma consulta a esses estudantes.

O fato é que historicamente na educação de surdos sempre os ouvintes é que tomaram, determinaram, impuseram as decisões sobre o processo educacional, causando-lhes marcas culturais, muitas vezes negativas (MACHADO, 2011, p. 21).

Em 2011 ocorreu o remanejamento dos alunos surdos para o Estado, porém somente em 2013 foi oficializado, através da Resolução nº 3.636/2013, o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez (CAES) no Colégio Estadual Wolff Klabin.

Na Rede Estadual de Ensino o trabalho com os alunos surdos passou por reestruturações, desde as metodologias aos professores, inclusive pela alteração de nomenclatura de CAES para Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez (SRM-S). Sob a Resolução nº 2.308/2014 passaram a atender gratuitamente estudantes da Rede Municipal e Estadual de Ensino no contra turno, ofertando uma educação bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) para alunos surdos matriculados na rede pública de Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA.

No Colégio Estadual Wolff Klabin, o trabalho na Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez, tem como proposta um ensino bilíngue, ou seja, considerando a Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa (na modalidade escrita) como segunda língua (L2) do surdo, assim a sala é composta por professores surdos e ouvintes, fluentes em Libras.

A professora Marily relata que na SRM-S é oferecido um atendimento educacional especializado aos alunos surdos com o ensino da escrita da Língua Portuguesa, interpretação de Libras, aulas de informática educativa, enriquecimento e aprofundando o repertório de conhecimentos, tendo em vista a autonomia dos alunos.

Os surdos politizados, pesquisadores, autores, profissionais do ensino superior, do Brasil e diversos países do mundo, comprovam que seu meio de comunicação pela experiência visual espacial, é o caminho linguístico de suas identidades culturais, por onde expressam suas ideias mais complexas sobre o mundo em que vivem (MACHADO, 2011, p. 15).

Compreendendo que o processo de ensino aprendizagem dos surdos ocorre pelo canal visual espacial, a professora Marily argumenta que as aulas, são preparadas de acordo com o estágio de desenvolvimento da Libras em que o aluno se encontra. São utilizados diversos recursos pedagógicos visuais como dicionários em Libras, textos visuais de todas as referências, revista e propagandas para a interpretação textual, materiais concretos para o raciocínio-lógico matemático.

Os planejamentos são elaborados de forma conjunta com o professor ouvinte. Os conteúdos que envolvem a Libras são realizados por ela, os momentos de interpretação textual e atividades relacionadas ao

vocabulário da Língua Portuguesa é ministrado pelo professor ouvinte.

De acordo com a professora Marily, o marco mais ponderoso na longa história do movimento surdo brasileiro é reconhecimento legal da Libras como primeira língua da comunidade surda. Nesse sentido, a lei foi elaborada visando fortalecer a cidadania e independência dessas pessoas.

Atualmente a comunidade surda brasileira conquistou diversos direitos, garantidos pela Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Libras como língua oficial de comunicação da comunidade surda. Outro marco político do povo surdo foi a regulamentação da Lei de Libras pelo Decreto nº 5.626/2005 que assegura a Libras como disciplina obrigatória na grade curricular na formação de professores, prevê a formação de instrutores e intérpretes de Libras, implantando o curso superior de Letras/Libras na modalidade bacharelado para formação de TILS e licenciatura para formação de instrutores surdos.

Assim, o que a comunidade surda busca, não é que todos os ouvintes brasileiros saibam a Libras, como imposição legal; mas sim que ela seja o meio de comunicação livre para os surdos, que escolhem vivenciar sua identidade cultural linguística (MACHADO, 2011, p. 138).

A Lei de Libras foi fundamental para a inclusão dos sujeitos surdos em todos os ambientes sociais, desde a educação ao mercado de trabalho, garantindo qualidade de vida para si e para os seus e o direito de prover-se.

O Decreto nº 5.626/2005 corrobora para a proteção dos direitos dos sujeitos surdos exigindo que a inclusão realmente ocorra em todas as demandas, conferindo ao indivíduo surdo o direito ao intérprete de Libras em todos os segmentos sociais.

Esse mesmo decreto, além de assegurar o direito dos sujeitos surdos, torna obrigatória a formação do profissional da educação de surdos, através de capacitações de instrutores e intérpretes de Libras, promovendo especializações por meio de instituições federais para educadores que atuam com alunos surdos usuário da Libras, visando a profissionalização desses indivíduos.

Outra lei sancionada, que trouxe uma grande conquista a comunidade surda, é a Lei 12.319/2010, que regulamenta a profissão do Tradutor Intérprete de

Língua de Sinais. A regulamentação dos TILS garante a comunidade surda o direito de vivenciar as mesmas experiências que os ouvintes, por intermédio da interpretação e tradução da Língua Portuguesa (falada) para a Libras e vice-versa.

A Lei propõe a comunicação inclusiva do surdo no mercado de trabalho, na escola e na sociedade como um todo, com isso o TILS se torna considerável no momento de intermediar a comunicação. De acordo com Machado, os surdos:

Reivindicam, que nos diferentes espaços sociais, os cidadãos surdos tenham intérpretes para estabelecer suas relações sociais, bem como no processo educacional, adquirir os conhecimentos que lhes é de direito saber, em uma educação bilíngue (MACHADO, 2011, p. 138).

Com a regulamentação dessas leis, a comunidade surda brasileira passa por um processo de inclusão, oportunizando aos surdos vivenciarem novas experiências compartilhando com os ouvintes sua cultura na perspectiva de romper com as barreiras da comunicação.

Aos surdos de Telêmaco Borba, a criação dessas leis e decretos trouxeram muitos benefícios, tornando a educação mais democrática. Anteriormente o ensino era pautado no método verbo-tonal, complexo e exaustivo, contudo, com a criação de leis, a Língua de Sinais e a pessoa surda, ganham espaços, não somente no âmbito educacional, mas em todas as esferas.

Embora o pioneirismo da Escola Paroquial, no projeto de educação de surdos com o método verbo-tonal, tenha sido essencial para iniciar a inclusão desses sujeitos na sociedade telemacoborbense, havia uma lacuna, isto é, a consolidação da inclusão social dos surdos, sendo que, eles não possuíam visibilidade e nem postos de trabalho. Com implantação da Libras como língua oficial do surdo e a elaboração de leis inclusivas, que essas mudanças estão ocorrendo de forma paulatina.

A educação dos alunos surdos no Colégio Estadual Wolff Klabin acontece na Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez, diferentemente do modelo educacional utilizado na Escola Paroquial Perpétuo Socorro, o ensino aprendizagem desses sujeitos atualmente é mediado por uma perspectiva bilíngue tendo como a primeira língua a Libras.

De acordo com os depoimentos de Marily, a Libras proporciona um ensino aprendizagem permeado pelo diálogo, interação e trocas de experiências, levando os alunos a perceberem-se como membros de uma comunidade surda, donos de uma identidade cultural marcada por lutas promovidas pelos movimentos surdos na resistência contra as práticas ouvintistas.

Os sujeitos surdos da nova geração que participam da comunidade surda de Telêmaco Borba contemplam a surdez como fenômeno social e a partir dela lutam para assegurar e conquistar direitos na sociedade, garantindo a integração ao ambiente social, para Sá (2006, p. 73), de acordo com os princípios do modelo social de deficiência, esses sujeitos concebem a surdez como natural.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desse estudo foi possível observar que o atendimento educacional ofertado aos alunos surdos em Telêmaco Borba foram decorrentes de vários processos. No princípio eram atendidos na APAE sem a preocupação em oferecer uma instrução adequada as suas necessidades. Com a transferência para Escola Paroquial foi elaborado um plano de ensino permeado pelo ouvintismo.

Por quase uma década os professores dessa instituição tiveram como intuito tornar o surdo um ouvinte, com os pressupostos de que a inclusão deles na sociedade só era possível através da oralidade. O propósito do estabelecimento era garantir aos surdos uma educação de qualidade seguindo os padrões da época.

A partir de 1994 surgem outras teorias educacionais, uma delas é a Língua de Sinais como método mais adequado para a educação dos surdos, engajada num ensino de qualidade aos surdos. A escola investiu na formação de professores, para oportunizar um conhecimento acessível ao aluno por meio de sua língua, a Libras.

A incorporação da Libras na instituição foi um desafio para todos, pois segundo Vanda, antes o objetivo da sociedade era fazer com que o surdo falasse, com a inserção da Libras as docentes tiveram que rever seus conceitos, didática e métodos de trabalho. Doravante o corpo docente necessitava adaptar-se a linguagem dos surdos debruçar-se em estudos e

pesquisas. Assim ocorreu o pioneirismo na educação dos surdos em Telêmaco Borba.

A transferência desse ensino ao Colégio Estadual Wolff Klabin foi subsidiada por novas metodologias, recursos pedagógicos e tecnológicos.

A educação dos surdos em Telêmaco Borba passou por instituições diferentes com funções semelhantes, porém em contextos, temporalidades e abordagens distintas, enquanto a Escola Paroquial Perpétuo Socorro de 1987 a 1994 proporcionou aos surdos uma educação oralista objetivando transformá-los em ouvintes, o Colégio Estadual Wolff Klabin a partir de 2013 com a introdução de novos métodos educacionais em Língua de Sinais busca promover a inclusão social do surdo, segundo Detienne (2004, p. 65), o papel do historiador diante desses fatos é de: “construir comparáveis, que decorrem de uma escolha inicial, uma escolha que temos a liberdade de apresentar ao olhar de outros, [...] que, no mais das vezes, não se conhecem entre si”.

No que tange a inclusão, a criação da Lei nº 13.146/2015 concede a pessoa com deficiência a liberdade na sociedade de forma igualitária exercendo os direitos conferidos a todos os cidadãos sem distinção. Com relação aos surdos a lei certifica o direito de comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Nesse contexto, a educação de surdos pela experiência visual, por meio da Língua de Sinais é o ideal, pois os modelos oralistas levam a reprodução de uma ideologia dominante, ou seja, a superioridade de uma cultura (ouvinte) sobre os saberes de outra (surda), com relação a esse desfecho Detienne (2004, p. 67) aponta para a importância de “conhecer a pluralidade cultural respeitando as suas especificidades e a sua forma de compreensão de mundo”.

9 FONTES

DOCUMENTOS OFICIAIS DA ESCOLA PAROQUIAL PERPÉTUO SOCORRO

Resolução nº 4.478/87 de 20/11/1987 publicado no Diário Oficial em 27/11/1987 autorizando a criação de Classes Especiais para Deficientes Auditivos.

Resolução nº 4.617/87 de 08/12/1987 publicado no Diário Oficial em 14/12/1987 autorizando o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez.

Resolução nº 4.946/92 de 18/12/1992 oficializando a fusão das Classes Especiais para Deficientes Auditivos.

DOCUMENTOS OFICIAIS DO COLÉGIO ESTADUAL WOLFF KLABIN

Resolução nº 3.636/13 de 08/01/2013 autorizando o funcionamento do Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez no Colégio Estadual Wolff Klabin.

Resolução nº 2.308/14 de 20/05/2014 revogando a nomenclatura de Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez para Sala de Recursos Multifuncional Área da Surdez.

ENTREVISTAS

Marily Aparecida Ferreira, 37 anos, concedido em 22/12/2016.

Vanda Romanowski do Nascimento, 54 anos, concedido em 08/12/2016.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Trad. Ivo Stormiolo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia. **Deficiência e Igualdade**. Brasília: LetrasLivres e EdUnB, 2010.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LONGMAN, Liliane Vieira. **Memória de Surdos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 2007.

MACHADO, Rosana Ribas. **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz/USP, 1984.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Edson Armando; DENIPOTI, Cláudio; SANTOS, Francieli Lunelli. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História I**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SILVA, Edson Armando; DENIPOTI, Cláudio; SANTOS, Francieli Lunelli. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

SANTOS, Francieli Lunelli; DENIPOTI, Cláudio. **Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE (1964-2016)

PUBLIC POLICIES IN THE VIEW OF HUMAN RIGHTS OF WOMEN IN MOZAMBIQUE (1964-2016)

Zeferino Barros José*

RESUMO

Este artigo aborda as políticas públicas implementadas pelo Governo moçambicano em prol dos Direitos humanos das mulheres. É uma pesquisa qualitativa bibliográfica, em que a questão de base arrolada no trabalho focaliza-se para a compreensão do percurso político-histórico do advento de mecanismos legislativos e práticas institucionais, neste caso da lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher no âmbito das relações conjugais e familiares, dos Gabinetes de Atendimento à Mulher e Crianças Vítimas de Violência Doméstica, que têm como foco o enfrentamento da violência doméstica e familiar, sob ponto de vista dos Direitos Humanos das mulheres, a partir de uma articulação feita em torno do horizonte advindo desde 1964, aquando do início da Luta Armada de Libertação Nacional desencadeada pela FRELIMO, passando pela promulgação da primeira Constituição da República Popular de Moçambique, durante a Proclamação da Independência Nacional, em 1975, até ao presente ano de 2016. As referências teóricas usadas para a produção do trabalho incidem em torno das abordagens feitas por ARTHUR (2003); ARTHUR & MEJIA (2006); FIDH & LDH (2007), CASIMIRO (2004; 2012); CHILUNDO (2013); GUERRA (2013); IGLÉSIAS (2007); JOANA *et al* (2010); LOFORTE (2009; 2011); MOÇAMBIQUE (2008); OSÓRIO (2010; 2004a; 2004b); PAZO (2013); TAELA (2006); TELES (2010); VICENTE (2015) e, a metodologia utilizada para a análise dessas fontes documentais foi de caráter descritivo e exploratório.

Palavras-chave: Direitos Humanos das Mulheres; Políticas Públicas; Moçambique; Violência doméstica e familiar.

ABSTRACT

This article discusses public policies implemented by the Mozambican government for human rights of women. It is a qualitative bibliographical research, in which the basic issue here focuses on understanding the political and historical background on the advent of legislative mechanisms and institutional practices, with reference to family law, the law on domestic violence against women in the context of marital relations and family in the Offices for Assistance to women and Children Victims of domestic violence, which are focused on fighting domestic and family violence, from the point of view of human rights of women, from a joint made around the horizon coming from 1964, at the beginning of the National Liberation Armed Struggle triggered by FRELIMO, passing through the promulgation of the first

*Bolsista do Programa de Pós-Graduação CNPq/Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique, afeto no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro Biomédico do Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de Concentração em Ciências Humanas e Saúde, linha de pesquisa Violências Públicas e Privadas.

Constitution of the People's Republic of Mozambique during the Proclamation of National Independence in 1975 until the present year of 2016. The theoretical references used for the production of the work focus on the approaches made by ARTHUR (2003); ARTHUR & MEJIA (2006); FIDH & LDH (2007), CASIMIRO (2004; 2012); CHILUNDO (2013); GUERRA (2013); IGLÉSIAS (2007); JOANA et al (2010); LOFORTE (2009; 2011); MOÇAMBIQUE (2008); OSÓRIO (2010; 2004a; 2004b); PAZO (2013); TAELA (2006); TELES (2010); VICENTE (2015) and the methodology used for the analysis of these documentary sources was descriptive and exploratory.

Keywords: Human Rights of Women; Public policy; Mozambique; domestic and family violence.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Este trabalho se debruça em torno das políticas públicas de promoção e/ou preservação dos Direitos Humanos das mulheres em Moçambique. Trata-se de perceber o marco histórico que dá início ao desencadear de certos mecanismos legislativos e institucionais que vão auxiliar a proteção dos direitos das mulheres, em um contexto social que predomina a cultura patriarcal.

A história em torno do gênero em Moçambique nos dá a percepção de que são as mulheres que mais sofrem porque “são vítimas tanto da discriminação contra os segmentos pobres e vulneráveis da sociedade como da discriminação resultante da desigualdade do gênero” (FIDH & LDH, 2007, p. 6). Segundo essa fonte, entre as mulheres, são as mulheres pobres das zonas rurais as mais discriminadas. O país situa-se na zona austral e na costa oriental da África. Com uma superfície de 799.380 quilômetros quadrados, faz fronteira a norte com a Tanzânia, a ocidente com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul, e a Sul com a Swazilândia e a África do Sul. A sua faixa costeira, na zona este do território, é banhada pelo oceano indico, numa extensão de 2.515 quilômetros. Sua população é estimada em 15.7 milhões de habitantes (censo 97), sendo 7.5 milhões de homens e 8.3 milhões de mulheres, com uma média de 20 habitantes por quilômetro quadrado, onde a discrepância é extraordinariamente variável.

A população com emprego é de 75%, e chega a 18,7% a taxa de desemprego, sendo 14,7% homens e 21,7% mulheres. A população assalariada é de 13,3%, os homens ocupam 19% dos postos formais de trabalho e as mulheres 3,9% (IFTRAB 2005; INE 2009).

Assim, Moçambique é considerado um dos países de baixa renda. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) realizado em 2009, classifica que o país se encontra na 172ª posição, entre 182 países considerados, com um IDH de 0,402.39, o que faz com que a esperança média de vida da sua população seja de apenas 52 anos (Vicente, 2015).

Segundo Silva (s/d)¹, a situação histórico-geográfico de Moçambique foi marcada por vários processos migratórios que resultou em um grupo populacional heterogêneo com características multiculturais e multiétnicas. O País alcançou a sua independência aos 25 de junho de 1975, depois de uma luta armada de libertação nacional, iniciada em 25 de junho de 1964, desencadeada pela FRELIMO², que durou 10 anos, culminando com a formação do primeiro Governo, que veio a implementar um programa de governação orientado para a construção de uma sociedade socialista.

As autoridades moçambicanas parecem estar cientes do dilema da discriminação e das assimetrias de gênero existente naquela sociedade. Na ótica da FIDH & LDH (2007), acredita-se que os governantes tomaram várias medidas com vista ao melhoramento da situação. Contudo, apesar de algumas negligências constatadas pelas autoridades públicas no que diz respeito ao progresso no melhoramento da vida das mulheres hoje, progressos consideráveis têm sido notáveis na área legislativa, mesmo que essas leis muitas vezes não sejam implementadas na sua prática

¹ Teresa Maria da Cruz e Silva é uma autora que relata o perfil de Moçambique. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html> > acessado no dia 19/Outubro/2016

² Frente de Libertação de Moçambique.

(FIDH & LDH, 2007) por causa da interferência do modelo cultural de dominação patriarcal vigente em Moçambique que define o homem como chefe da família, gozando, para tal, certos privilégios em relação à mulher. Este modelo, por exemplo, é uma forma de dominação masculina sobre a mulher que impede que ela esteja em pé de igualdade, ou seja, não é conferido à mulher o mesmo direito que o homem tem; “se trata de uma forma de violência estrutural, ligada ao sistema patriarcal e à dominação masculina” (ARTHUR & MEJIA, 2006, p. 5).

Não obstante, as mulheres são educadas precisamente para saber cuidar da sua casa e da sua família (marido e filhos). Essa educação faz com que, mesmo que elas passem por dificuldades de natureza material, psicológico e social ao nível de seu relacionamento afetivo-conjugal, encontrem muitos empecilhos para reagir os maus tratos ou mesmo reivindicar seus direitos enquanto ser humano. Assim, podemos afirmar que, para percebermos a violação dos Direitos Humanos das Mulheres, a nossa análise teve como espelho o modelo patriarcal por ser o fomentador e/ou responsável pela perpetuação da violência contra a mulher e a forma de dominação sobre elas, caracteristicamente da sociedade moçambicana.

Assim, com vista a conscientizar as mulheres sobre os seus direitos e acesso à justiça, várias associações têm sido criadas com a missão de dar aconselhamento legal às mulheres que passam ou vivem por dificuldades (FIDH & LDH, 2007). No contexto moçambicano, a sociedade civil é representada por várias associações e ONGs (organizações não governamentais) como a AVIMAS (Associação das Viúvas e Mães Solteiras), LDH (Liga Moçambicana dos Direitos Humanos), o Fórum Mulher, Mulher Lei e Desenvolvimento, a WLSA (Women and Law in Southern África), Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento), só para citar algumas que, conscientes da realidade trazida pela violência e violação dos Direitos Humanos das Mulheres, conjuntamente envidam esforços para o combate do fenómeno. Segundo refere a FIDH & LDH (2007), muitas associações também trabalham no sentido de darem às mulheres pobres informação sobre os seus direitos porque julgam que as mulheres pobres geralmente não

conhecem os seus direitos devido ao analfabetismo³. Na verdade, as mulheres e as raparigas continuam sendo as mais pobres em relação ao homem, pois são:

(...) as que têm menos acesso à educação, as que não estão igualmente representadas nos cargos de tomada de decisão a todos os níveis, as que sofrem mais com as doenças, nomeadamente a SIDA, a ponto de se falar em feminização do SIDA, as que são mais martirizadas com a violência doméstica, as que são utilizadas como escudo de guerra nos múltiplos conflitos armados através da violação, das migrações forçadas, as que povoam em maior número os campos de refugiados (CASIMIRO, 2012, p. 2).

É assim que se pode ter uma breve análise sobre a situação da mulher e gênero em Moçambique. A MULEIDE, por exemplo, cuja criação resultou de esforços nacionais e regionais combinados, a partir de inícios da década de 90, envolvendo juristas dos diversos sectores da administração da justiça e cientistas sociais ligados ao Departamento de Estudos da Mulher e Gênero, do Centro de Estudos Africanos da UEM (Universidade Eduardo Mondlane), foi a primeira Organização de Direitos Humanos das Mulheres criada em Moçambique. Com ela, a violência doméstica é tida como uma questão de violação dos Direitos Humanos das Mulheres e, nesse sentido, a sua participação no Grupo “Todos Contra a Violência”, surgido após a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing 1995. Segundo nos relata Casimiro (2004), o seu trabalho conjunto com associações congêneres na divulgação dos direitos das mulheres, na assistência jurídica aos mais desfavorecidos e na participação da revogação e elaboração de novas leis, tem permitido colocar em evidência as questões legais que afetam os diferentes grupos de mulheres e tem sido um indicador para a realização de diversas ações com vista à sua resolução.

Pesquisa realizada por Casimiro (2012) refere que na abertura da III Conferência Nacional sobre a Mulher e o Gênero, organizada pelo Ministério da Mulher e da Ação Social, nos dias 14 e 15 de novembro 2012, a Primeira Dama da República de Moçambique vigente naquela altura, apresentou dados sobre a participação da mulher em cargos de tomada

³ O analfabetismo atinge 56% das mulheres. A taxa de alfabetização de adultos é de 67% de homens e 37,5% de mulheres. A frequência na escola é de 62,7% para homens e para as mulheres é de 56,7% (IFTRAB 2004/05; Banco Mundial 2007; INE 2009, apud CASIMIRO, 2012, p. 9).

de decisão e em algumas áreas de atividades, sendo constatado que, dentre elas, eram:

28,6% de Mulheres Ministras, 20% de Vice-Ministras, 26% de Governadoras, 25% de Administradoras Distritais (128 distritos), 54,5% de Juízas provinciais, 24% de Diplomatas, 51% de Médicas, 41,5% de Enfermeiras, 36,9% de Professoras e, 28,4% de mulheres membros dos Conselhos de Consulta Distritais (CASIMIRO, 2012, p. 8).

Segundo essa autora, esses dados se apresentam como sendo bastante encorajadores, refletindo, assim, a vontade política de o país desafiar a discriminação contra as mulheres. Aliás, desde a sua independência, Moçambique tem se mostrado otimista nos avanços relativos à mulher. Na arena internacional Moçambique é signatário de importantes documentos e protocolos internacionais sobre Direitos Humanos e Igualdade de Gênero (CASIMIRO, 2012), que permitem ao Governo, formular políticas e estratégias voltadas para a promoção de relações de gênero em todos os domínios da vida pública, dentre os quais, se destacam:

A Política de Gênero e a Estratégia da sua Implementação (PGEI), aprovada pelo Conselho de Ministros. A Criação do CNAM (Conselho Nacional para o Avanço da Mulher), cuja sua importância é a transversalidade da política de gênero. A Política de Gênero e Estratégia da sua Implementação – cujo objetivo é garantir que as mulheres no poder e nos órgãos de tomada de decisão sejam agentes de transformação efetiva, quer a nível interno, como externo. O Plano Nacional para o Avanço da Mulher – cujos objetivos e estratégias estão voltadas para o acesso das mulheres aos órgãos de poder. A Estratégia de Gênero para a Função Pública (2009). A política de quotas, uma agenda para promover os direitos das mulheres nos partidos políticos - promoção da participação política das mulheres (CASIMIRO, 2012).

Como se pode observar, em Moçambique existem Políticas, Planos, legislação e até mesmo, mecanismos institucionais criados com vista ao alcance dos Direitos Humanos das Mulheres. Contudo, “o avanço de gênero percebido nas leis, políticas e estratégias que possibilitam uma boa posição de Moçambique no ranking mundial, não é traduzido em mudanças reais nas desigualdades de gênero” (Samo *et al*, 2011 apud CASIMIRO, 2012, p. 15).

Esta pesquisa inspirou-se no trabalho de dissertação, em andamento, e foi realizada com o apoio do Programa de Pós-Graduação CNPq/Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique. Ao longo do artigo, o autor procura compreender o percurso histórico desencadeado pelo Estado com vista à implementação de políticas públicas de proteção dos Direitos Humanos das Mulheres, enquanto grupo social mais vulnerável à violência nas suas relações familiares e afetivo-conjugais. Não obstante, aborda esse assunto relativo às políticas públicas voltadas para mulher, a partir de 1964, quando é criado o Partido Frelimo que foi o pioneiro na luta para a conquista da liberdade e dos Direitos Humanos dos cidadãos moçambicanos, em geral e, dos Direitos Humanos das Mulheres, em particular. Se tratando de uma pesquisa bibliográfica que traz diversas abordagens arroladas nesse âmbito, ela se reveste de suma importância pelo fato de buscar agregar conhecimentos inseridos na temática das políticas públicas de defesa dos Direitos Humanos.

2 IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS POLÍTICAS COM VISTA À PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

Em Moçambique, a questão relativa à implantação de mecanismos com vista a preservação dos Direitos Humanos das mulheres remonta desde a criação do partido Frelimo, em 1962, quando um grupo de revolucionários moçambicanos decidem se insurgir para combater o regime colonial e tornar o país livre da opressão que vinha sendo perpetuada pelo regime português. E, nesse contexto, a partir de 1964, segundo refere (CASIMIRO, 2012), com o início da Luta Armada de Libertação Nacional, a participação da mulher na guerra foi uma ideia destacada desde 1965, e vista como um marco relevante para outorgar as mulheres o direito de sua participação nas questões políticas e sociais que o país vinha enfrentando, fazendo com que a liderança do partido FRELIMO solicitasse o primeiro grupo de mulheres para realizar treinamento militar como forma de poder fazer face ao enfrentamento do problema em defesa da sua Pátria mãe. De fato, esse objetivo da FRELIMO se materializa posteriormente em termos legais, pois na primeira Constituição de 1975 fica plasmado que,

A emancipação da mulher constitui uma das tarefas essenciais do Estado. Na República Popular de Moçambique a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, estendendo-se esta igualdade aos campos político, económico, social e cultural. Todos os cidadãos da República, Popular de Moçambique gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da sua cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social ou profissão. A participação ativa na defesa do País e da Revolução é o direito e o dever mais alto de cada cidadão e cidadã da República Popular de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 1975)⁴.

Em 1973, é criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e, com esse propósito, afirma-se, pelo Presidente Samora Moisés Machel, de que “a libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo” Machel (1973, apud CASIMIRO, 2012, p. 6). Pois, foi no contexto da luta armada de libertação Nacional que a FRELIMO – liderada por um homem, decidiu fazer importantes reflexões da situação da mulher moçambicana, de modo a que ela fosse emancipada e incluída nos centros de decisão, envolvendo-a, assim, como irmã e livre que estivesse de igual modo na tarefa do combate pela independência de Moçambique (IGLÉSIAS, 2007). Nesse sentido,

O discurso envolvente de Samora Machel, Presidente da FRELIMO, ao proceder à abertura da primeira Conferência da Mulher Moçambicana, em 4 de Março de 1973, sob o lema: “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo” (...), destaca-se a referência ao papel da OMM, então criada em 1973 (IGLÉSIAS, 2007, p. 138).

É assim que, na ótica dessa autora, a Organização da Mulher Moçambicana se constituiu a partir da estrutura da FRELIMO, como um novo braço da Revolução que tinha como foco, atingir vários grupos de mulheres que até naquela altura se conservavam à margem do processo de transformação que teve lugar na Pátria moçambicana. Ao nosso entender, no espírito de Samora Machel, era a Organização da Mulher Moçambicana que devia lutar pela emancipação da mulher, através da sua participação na luta

de libertação Nacional. Assim, a mulher encontra um meio para expor suas questões de direito, o que anteriormente não vinha acontecendo. Aliás, segundo enaltece Casimiro (2012), como esforços para promover direitos e oportunidades iguais entre homens e mulheres, assim como para melhorar o estatuto da mulher, o governo moçambicano tem se preocupado em integrar assuntos de gênero em planos de desenvolvimento, dentre os quais, o Plano Nacional de Ação para o Avanço da Mulher (PNAM).

Importa salientar que, desde a proclamação da independência, a lei reconheceu e integrou vários sistemas normativos, incluindo normas costumeiras, colocando, assim, barreiras na promoção dos Direitos Humanos das Mulheres, embora na constituição da República se tenha garantido a igualdade entre homens e mulheres, assim como ter sido declarado ilegal a discriminação com base em circunstâncias pessoais e de vida social, política, económica e cultural (Fórum Mulher, 2006), o que não significa ter sido colocado à margem as questões inerentes ao direito e proteção da mulher contra as demais formas de violência, violação de direitos e discriminação. Aliás, o que se depreende, na realidade é que,

A primeira Constituição de Moçambique de 1975 preconizou o direito do voto à mulher, não discriminação em termos de acesso ao emprego, salário, saúde, educação, justiça, a licença de parto de 2 meses. Contudo a mulher não gozava dos mesmos direitos de cidadania que o homem, havia uma construção masculina da cidadania que inferiorizava a mulher (...). A Constituição de 1990 abriu espaços para a mulher se afirmar e a questão da perda do direito de cidadania foi ultrapassada e as mulheres começaram a organizar-se em associações de diversos tipos e a lutar por direitos iguais no reconhecimento da diferença (CASIMIRO, 2012, p. 6).

Como se pode observar, desde a sua independência Moçambique tem se mostrado bastante preocupado com a elaboração de políticas públicas, com a revogação da legislação discriminatória e elaboração de leis que estejam em concordância com as diretrizes ou instrumentos internacionais dos direitos humanos das mulheres ratificados pelo Governo, bem como com a criação de mecanismos institucionais que garantam a sua implementação (CASIMIRO, 2010). No entanto, a questão de igualdade entre mulheres e homens constitui uma das grandes preocupações do

⁴ Moçambique, Constituição da Assembleia Popular, Artigos 17, 26 e 30 - CRPM, 1975.

Governo e da Sociedade Civil, pois estes têm vindo a evidenciar esforços para a eliminação e/ou diminuição dos efeitos advindos do modelo cultural patriarcal que produz assimetrias de gênero, afetando, assim, os Direitos Humanos das Mulheres (OSÓRIO, 2010).

Assim, como forma de combater essas diferenças que interferem nos Direitos Humanos das Mulheres, têm sido formuladas políticas e estratégias voltadas para a promoção de relações de gênero em todos os domínios da vida pública. Essa decisão se baseia na Conferência Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres, realizada em Beijing, em 1995, visando a ratificação da Plataforma de Ação dos Estados. Pois, antes disso,

(...) não se falava em direitos humanos das mulheres, mas sim em direitos humanos. Procurava-se mais libertar os povos e os indivíduos do colonialismo e do neocolonialismo. Entretanto, não se considerava que as mulheres sofriam dois sistemas de dominação: o colonial, por fazerem parte dos povos colonizados, e o patriarcal, por serem mulheres (OSÓRIO, 2010, p. 68),

E, como reação às diretrizes da Conferência de Beijing, segundo enaltece Osório (2010), a Assembleia da República de Moçambique ratificou e depositou esta deliberação, facultando, assim, que sejam criadas condições para eliminar o desequilíbrio em termos de oportunidades do emprego para as mulheres, ou seja, que o governo tomasse atenção nas cifras percentuais de mulheres com e/ou sem acesso ao emprego, quer nas instituições estatais, assim como em outras áreas da sociedade civil, assim como das taxas de analfabetismos que constroem as áreas de trabalho estável das mulheres e das diferenças na distribuição do poder ao nível dos órgãos de decisão, como forma de combater as desigualdades entre homens e mulheres e promover, assim, os direitos e cidadania da mulher.

Assim, são implementadas algumas políticas com vista ao alcance da justiça de gênero e Direitos Humanos das Mulheres, os seguintes marcos: “A Política de Gênero e a Estratégia da sua Implementação (PGEI), aprovada pelo Conselho de Ministros e a criação do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher - a importância da transversalidade da política de gênero” (CASIMIRO, 2012, p. 14), cujos objetivos, segundo essa autora, no primeiro caso, é de garantir que as mulheres no poder e nos órgãos de tomada de decisão, sejam agentes de transformação efetiva e, no

segundo caso, permitir à essas mulheres o acesso aos órgãos de poder; ao acompanhamento e a avaliação dos compromissos assumidos pelos Governos ao nível regional, continental e das Nações Unidas; à formação, numa perspectiva de gênero das mulheres que exercem cargos de poder; e à elaboração e implementação de programas de Educação Pública destinados à mudança de atitudes em relação ao papel e direitos socioeconômicos da mulher (CASIMIRO, 2012).

No entanto, a igualdade de gênero é definida em 2004, na Constituição⁵ da República como um dos princípios fundamentais do Estado Moçambicano (OSÓRIO, 2010), garantindo-se, na ótica desse autor, que a igualdade entre mulheres e homens é condição para o sucesso no combate à pobreza, na eliminação das injustiças sociais e na consolidação do Estado democrático, o que ficou plasmado no Programa Quinquenal de Governança nos anos de 2005 a 2009. Aliás, devido a distribuição desigual do poder e as crescentes denúncias e/ou índices de violência de gênero, o governo moçambicano compromete-se em implementar políticas que visam promover a justiça e a equidade.

Segundo nos esclarece Osório, (2010), a primeira legislação elaborada nesse âmbito foi a política de gênero⁶, aprovada em 2007, pela Resolução nº 19/2007, BR nº 19, I série, que teve a sua integração transversal nas políticas setoriais, destacando-se a produção de uma política de gênero para a função pública. A segunda legislação gira em torno da criação da Lei contra a violência doméstica praticada contra a mulher nas suas relações afetivo-conjugais e familiares, que mais tarde veio se concretizar em 2009, assumindo designação oficial de Lei nº 29/2009, de 29 de setembro, e a criação do Gabinete da Mulher Parlamentar com vista a promover a defesa dos direitos das mulheres. Com estas legislações, o Estado confirma o seu compromisso na luta contra qualquer tipo de discriminação e com a promoção dos Direitos Humanos das Mulheres moçambicanas.

O Plano Nacional de Ação para o Avanço da Mulher surge como reflexo para a materialização da política de gênero, implementada pelo Governo moçambicano que define os seus objetivos e estratégias

⁵ MOÇAMBIQUE, Constituição da República (2004), Título III, Capítulo I, art.36.

⁶ Em Moçambique, “a Política de Gênero define os princípios e as prioridades a serem desenvolvidas pelas várias instituições” (OSÓRIO, 2010, p. 85)

para o período 2007-2009 (OSÓRIO, 2010). No entanto, essas políticas têm encontrado muitas dificuldades no que diz respeito à sua implementação com vista ao alcance dos objetivos do Governo e, a questão que se coloca, quando se analisa a Política de Género e a sua aplicação, ou seja, a criação de dispositivos que sancionem a violação dos direitos das mulheres, é a dificuldade em romper com a visão machista fundada pelo modelo patriarcalista vigente na sociedade moçambicana, pois,

A complacência e a impunidade de algumas administrações locais face à violação dos direitos humanos das mulheres, como é o caso do assédio sexual e da violência doméstica, restringem também a implementação das políticas de género, tornando-as, com frequência, irrelevantes (OSÓRIO, 2010, p. 87).

De fato, isto mostra que o modelo cultural patriarcal vigente naquela sociedade é tão forte a ponto de atingir os feitos e/ou as pretensões políticas implementadas pelo Estado, segundo a descrição da situação da mulher em Moçambique apresentada tanto na introdução, quanto a seguir, que julgamos que fez com que a administração política e administrativa do país elaborasse, em 2009, a estratégia de género na função pública, com o intuito de promover a igualdade no acesso e na carreira da função pública (OSÓRIO, 2010). Na ótica desse autor, a política de género na função pública, tem como horizonte a igualdade de direitos entre homens e mulheres, buscando uma combinação de igualdade na lei, através da eliminação de uma estrutura de poder, assente na diferença sexual. Aliás, algumas questões merecem ser destacadas quando nos debruçamos do modelo patriarcal *versus* políticas públicas de proteção da mulher. No que respeita à participação das mulheres ao nível da intervenção comunitária, constata-se, na ótica de Osório (2010) que,

Os dispositivos legais consagram a presença feminina nos Conselhos Consultivos Locais, a definição de prioridades e a hierarquização dos problemas comunitários, com reflexos na distribuição de fundos, continuam condicionados por um acesso desigual a direitos desiguais (Osório & Silva, 2009, apud OSÓRIO, 2010, p. 59).

Porém, segundo esse autor, mesmo que a criação de fundos de desenvolvimento tenha por objetivo a produção de comida para o alimento das comunidades,

campo por excelência da função social das mulheres rurais, a política desfavorece a elas porque a construção de género é feita com base nas diretrizes culturais qua orientam o modelo vigente naquela sociedade. Assim, depreende-se que, “a construção das identidades, em alguns dos trabalhos que analisam o estado da democracia em Moçambique começam a ser feitas referências ao acesso e ao exercício dos direitos das mulheres” (OSÓRIO, 2010, p. 60).

Ainda no que respeite ao contexto comunitário, tem-se constatado que, mesmo existindo uma lei encarregue para preservar os Direitos Humanos, os hábitos tradicionais fazem com que certas mulheres/viúvas estejam vulneráveis, privando-lhes de seus direitos que dizem respeito à propriedade de bens e herança (FIDH & LDH, 2007), pois,

Enquanto a Lei de Terras estabelece a igualdade de género no uso e aproveitamento da terra, as mulheres são geralmente postas de lado quando os bens do seu marido são divididos. Pior, as viúvas por vezes são expulsas da casa do seu sogro após a morte do marido e, elas perdem tudo (FIDH & LDH, 2007, p. 10).

O que significa que a lei promulgada para preservar os Direitos Humanos e, em especial os Direitos Humanos das Mulheres é interferida ou nada pode fazer por conta do modelo tradicional da sociedade moçambicana que subjugou a mulher.

Depois, no que respeita ao aumento da presença das mulheres no campo político, nomeadamente, na Assembleia da República, “chama a atenção para alguma insensibilidade e/ou incompetência política, demonstrada por algumas deputadas em definir estratégias de defesa dos direitos humanos das mulheres” (OSÓRIO, 2010, p. 60), pois se constata que algumas mulheres/deputadas se mostram indiferentes frente à opinião legislativa que visa prevenir a violência contra as mulheres e à legislação que pretende melhorar a lei da família. Isto, nos argumentos desse autor, se deve ao fato de essas deputadas se sentirem vulneráveis à disciplina partidária que as oprime devido à fragilidade das suas posições nos jogos de interesses intrapartidário.

Analisando com maior profundidade a situação das políticas públicas que tendem a defender os Direitos Humanos das Mulheres, é notório se constatar o desencorajamento de denúncia dos mecanismos de

socialização familiar e social que continuam a legitimar um discurso de direitos ambíguo e, por vezes, falacioso (Mazula, 2009, apud OSÓRIO, 2010). Esses autores se referem, por exemplo, à complacência social e política com algumas práticas, como a união forçada de crianças com homens (casamentos prematuros) que, embora a Lei da Família não permita este tipo de uniões, não existem disposições legais que criminalizem o que, na verdade, constitui uma violação de direitos: “a cultura, mesmo que seja a cultura da violência, continua a ser um argumento utilizado para a não assumpção de medidas de defesa dos direitos humanos das mulheres” (OSÓRIO, 2010, p. 60). Segundo esse autor, o modelo patriarcal constrói, reconstrói e legitima a discriminação das mulheres sob todas as suas formas e bloqueia o seu acesso em espaços histórica e socialmente masculinizados, como é o caso do campo político (p. 61).

Não obstante, como forma de materializar a Política de Gênero e Estratégia da sua Implementação e o Plano Nacional para o Avanço da Mulher, e porque a questão da violência contra a mulher é tida como um problema de todos e que requer esforços adicionais para a sua eliminação, em 2008, o Governo moçambicano, em estreita colaboração com a sociedade civil, representada por certas ONGs lideradas por interlocutores privilegiados, líderes tradicionais e religiosos e parceiros de cooperação, procedeu a reforma da legislação, aprovando, assim, o Plano Nacional de Ação para Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher (2008-2012). Importa salientar que, em Moçambique, as iniciativas da sociedade civil que tendem a mobilizar as mulheres para a participação nos órgãos de poder, não só é destacado pelo grupo-alvo - as mulheres, ou seja, na sua maioria, os debates são constituídos e/ou liderados por homens que servem de porta-vozes das dificuldades que as mulheres enfrentam no acesso ao exercício do poder, transferindo-se, assim, para o espaço público as disposições do privado (OSÓRIO, 2010), o que, na ótica desse autor, impede e limita a intervenção política das mulheres, condicionando-a ao acordo masculino⁷. Este Plano,

Incentiva os intervenientes a concentrarem os seus esforços na implementação de ações concretas com vista a transformar as mentalidades negativas de vio-

lência ao nível Comunitário, Distrital, Provincial e Central, assim como, na colocação do homem na liderança destas ações de prevenção e de combate à violência contra a mulher, envolvendo-o em ação de maior impacto, no respeito pelos direitos humanos da mulher em todos os seus domínios (MOÇAMBIQUE, 2008, p. 5)

Como se pode observar, o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher (2008-2012), constitui um instrumento operacional do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, PARPA II, Política de Gênero e Estratégia de sua Implementação e Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM). Este esforço enquadra-se no âmbito da implementação da estratégia de proteção dos Direitos Humanos da mulher com vista à elevação da sua consciência enquanto ser com direito a uma vida plena e livre de violência. Também constitui um mecanismo de operacionalização dos compromissos internacionais ratificados ou assumidos pelo País dos quais se destacam a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Direitos da Mulher em África, através de desenho de ações concretas para a materialização destes compromissos (MOÇAMBIQUE, 2008).

De acordo com os dados oficiais do Ministério do Interior (Polícia da República de Moçambique), a violência contra a Mulher atingiu, ao nível nacional, níveis muito elevados em quatro anos consecutivos (de 2004 a 2007). Neste período, afirma-se que “mais de 29.000 mulheres apresentaram queixa nos Gabinetes de Atendimento à mulher, como tendo sido vítimas de violência, com uma média de mais de 7.000 mulheres por ano” (MOÇAMBIQUE, 2008, p. 8). Segundo essa fonte, os números reais das vítimas de violência são muito mais elevados que estes, uma vez que muitas mulheres não apresentam queixa quando são vítimas de violência, por razões culturais, sociais e económicos.

O perfil da violência contra as mulheres em Moçambique é apresentado em um estudo que faz análise de documentos e estudos disponíveis em um processo amplo de consulta levado a cabo em todo o país (MOÇAMBIQUE, 2008). Segundo essa fonte, os principais tipos de violência contra a mulher mais frequentes no país são a física, sexual e psicológica e, em termos conceptuais, existe uma diversidade de

⁷ Esta situação está de acordo com a lógica que leva as mulheres parlamentares a não intervirem ou a submeterem as suas intervenções na Assémbleia da República aos seus colegas de Bancada (OSÓRIO, 2010, p. 93).

percepções sobre este fenômeno, mas “todas elas possuem pontos comuns no que se refere ao essencial, que consiste no reconhecimento de que toda e qualquer violência é um mal social que deve ser eliminado da sociedade” (MOÇAMBIQUE, 2008, p. 9). A violência contra a mulher refere-se a todos os atos perpetrados contra a mulher e que causem danos físicos, sexuais, psicológicos e outros, incluindo a ameaça de tais atos, a imposição de restrições ou a privação arbitrária das liberdades fundamentais na vida privada e pública (Fórum Mulher, 2007). Assim, a mulher é a principal vítima de violência que, geralmente, é protagonizada pelos homens (MOÇAMBIQUE, 2008), sendo que,

Os atos de violência física mais frequente no país são: as ofensas corporais voluntárias simples (esbofetear, pontapear, morder ou esmurrar), outras ofensas qualificadas (espancamentos que resulte em sangramento) e ameaças à integridade física. A principal forma de violência sexual no país é ser forçada a ter uma relação sexual com qualquer parceiro (estupro, assédio sexual, sucessor do falecido). Por sua vez, violência psicológica é tida como a que mais ocorre no país, pois que antes de ocorrência de qualquer uma das duas violências anteriormente citadas, ocorre primeiro a violência psicológica (MOÇAMBIQUE, 2008, p. 8).

A violência contra a mulher é o fenômeno que preocupa as instâncias governamentais e à Sociedade Civil em Moçambique. Aliás, estudos realizados por (TAELA, 2006; MOÇAMBIQUE, 2008;) chamam atenção para o fato da existência de elevados índices de violência contra a mulher, ou seja, apontam que, a partir dos anos de 2002 aos 2007 “uma explosão de casos de violência contra a mulher em Moçambique provocou diversas reações de indignação, dando início a um processo de discussão das ONGs que atuam na área de direitos humanos” (GUERRA, 2013, p. 6) para que tais Organizações envidassem esforços, junto do Governo, de modo a levarem a cabo a elaboração de uma proposta de lei contra a violência doméstica. Tanto que, como forma de fazer face a esse problema, foi aprovada pelo Parlamento Moçambicano a Lei 29/2009⁸, tendo como objetivo a proteção da mulher contra a violência doméstica praticada com os seus próximos, nas relações afetivo-conjugais e familiares.

A Lei sobre violência doméstica praticada contra a mulher em Moçambique é materializada através da criação dos Gabinetes de Atendimento à Mulher e Crianças Vítimas de Violência Doméstica, instituição filiada ao Departamento da Mulher da Polícia da República de Moçambique. Criados em 1999, os Gabinetes de Atendimento às vítimas de violência doméstica “constituem a resposta institucional à necessidade continuamente sentida pelas organizações de mulheres de dar um suporte mais eficaz aos casos de violência por elas atendidos” (OSÓRIO, 2004a, p. 1). Estas políticas apresentamos com mais profundidade no item que se segue.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA ENQUANTO TRANSGRESSÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

A violência contra a mulher não pode ser entendida sem o recurso à análise das políticas públicas e programas desenvolvidos pelo Governo moçambicano e a Sociedade Civil, aliás, como refere Loforte (2009), nas últimas décadas Moçambique tem sido campo de ação coletiva dos movimentos sociais (ONG's) que visam a mobilização de recursos materiais e simbólicos com vista ao combate da violência e promoção da igualdade ou simplesmente o alcance da justiça de gênero. Uma vez que essas entidades se configuram como criadoras de novos marcos de interpretação,

Os seus enfoques não se explicam só como respostas coletivas a tensões manifestas e desigualdades estruturais, senão que uma boa parte do sentido da sua ação se dirige a mostrar, a explicar e a tornar explícitos determinados conflitos para a opinião pública” (LOFORTE, 2009, p. 1).

A questão da violência contra a mulher viola os Direitos Humanos das Mulheres a ponto de chamar atenções aos Organismos e Convenções Internacionais. A UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para o desenvolvimento da mulher, criada em 1975 com o intuito de promover os direitos da mulher “objetivando a paridade de gênero através do apoio financeiro e técnico a programas e estratégias de fortalecimento do empoderamento feminino” (TELES, 2010, p. 18), tem se mostrado com sérias dificuldades em materializar seus objetivos na medida em que as sociedades africanas,

⁸ Aprovação publicada no Boletim da República de Moçambique em 29 de setembro de 2009.

incluindo Moçambique, a mulher é socializada para satisfazer as expectativas e necessidades do homem enquanto parceiro afetivo-conjugal. Deste modo, segundo afirmam Joana *et al* (2010, p. 59),

Os direitos das mulheres estão sempre subjugados aos papéis de mãe e de esposa, papéis esses que resultam das representações sociais do modelo cultural baseado nos ritos e na influência religiosa, o que contribui para a discriminação e desigualdade de gênero.

O que se depreende é que a mulher, na ótica desses autores, é sempre vista como um ser inferior ao homem e, mesmo estando bem posicionada profissionalmente, politicamente e até economicamente, ela é sempre socialmente vista abaixo do homem, atitude essa que é construída e reproduzida dentro do contexto da sua socialização na família e na comunidade em geral, o que impede muitas das vezes que ela reclame ou denuncie a violência que tem sofrido por parte de seu parceiro conjugal.

Assim, é imperioso que se recorram às políticas públicas que possam combater o problema da violência contra a mulher. Aliás, não é por acaso que o princípio que rege o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher é “o direito fundamental que a mulher tem de viver uma vida livre de discriminação, violência e de que a paridade de gênero é necessária e essencial para o alcance do desenvolvimento e construção de sociedades justas” (TELES, 2010, p. 18). Nessa ordem de pensamento, o UNIFEM estrutura sua atuação partindo do princípio de que a violência é a maior causa de morte e incapacidade de mulheres e crianças entre os 16 e 44 anos de idade (*idem*).

As intervenções da Sociedade Civil junto do Estado se configuram enquanto preocupação do desequilíbrio existente nas relações entre homens e mulheres. Esta preocupação fez com que as entidades governamentais adotassem medidas interventivas com vista ao enfrentamento da violência contra a mulher, o que remete ao Estado a “domesticação dos instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres, a sua responsabilização tanto no domínio público como privado visando a proteção destes direitos” (LOFORE, 2011, p. 3). É assim que se torna possível compreender que desde os primeiros anos de sua independência, o País sempre colocou no seu

centro de atenções ações tendentes ao combate da violência contra a mulher, pois segundo essa autora, os primeiros marcos da legislação moçambicana sobre os direitos humanos das mulheres advêm desde a primeira (Constituição da República pós-independência nacional)⁹, a qual advoga que,

Homens e mulheres devem ser iguais perante a lei em todas as esferas da vida política, econômica, social e cultural. Este princípio que orienta toda a ação legislativa e executiva do Estado no que respeita aos direitos fundamentais, está presente ainda na Constituição de 1990 e de 2004 (LOFORTE, 2011, p. 3-4).

Não obstante às intenções do Estado explícitas nas Constituições da República de Moçambique, houve a necessidade de movimentos feministas se unirem e desenvolverem campanhas em prol da aprovação, por parte da Assembleia da República, de uma legislação não discriminatória da mulher moçambicana, o que enaltece o caráter feminista na luta pelos Direitos Humanos das Mulheres. Aliás,

O recurso aos direitos Humanos é uma estratégia de luta encontrada pelo movimento feminista para levar à implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher. O objetivo dessa estratégia é retirar a violência do âmbito doméstico e torná-la pública, responsabilizando assim o Estado pela proteção igualitária de seus cidadãos. A luta contra a violência contra a mulher passa a ser a luta pela cidadania plena das mulheres (PAZO, 2013, p. 28).

A violência é um tema discutido na sua relação com o conceito de direitos humanos, no sentido em que a violação dos direitos humanos é expressa como violência contra os beneficiários dos direitos (OSÓRIO, 2004b, p. 1). Neste caso, a violência doméstica contra a mulher pressupõe a violação dos direitos humanos das mulheres. Ao torna-se preocupação fundamental do governo, a violência constitui prioridade nos planos de ação do Governo moçambicano que apontam à necessidade de revisão de toda a legislação discriminatória contra as mulheres e a adoção uma legislação

⁹ O Artigo 26 da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 sobre os Direitos e Deveres Fundamentais dos Cidadãos determina que “Todos os cidadãos da República Popular de Moçambique gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da sua cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social ou profissão. O Artigo 29 vem reforçar ainda que “... as mulheres e os homens gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres...”

particularmente direcionada à violência doméstica praticada contra a mulher, bem como a criação de condições para a sua implementação efetiva, incluindo a capacitação institucional dos intervenientes e a sua disseminação (LOFORTE, 2011).

A priori, houve um processo de elaboração da proposta de Lei contra a violência doméstica que esteve baseada nos princípios defendidos na Constituição da República de Moçambique e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tanto as Constituições da República assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos defendem o princípio de igualdade de direitos entre os homens e as mulheres. Para o efeito, antes promulgação da lei contra a violência doméstica praticada contra a mulher, o Estado já tinha desenhado várias medidas no seu quadro legal que pudesse dar conta ao enfrentamento do fenómeno e, se no Brasil a implementação de políticas públicas de combate à violência contra a mulher começou pela “instalação de Delegacias Especiais de Atendimento à mulher, passando pela criação dos Juizados Especiais de Crimes de Menor Potencial Ofensivo (JECRIMS) a partir da Lei 9.099/95 até a promulgação da (Lei Maria da Penha)¹⁰” (PAZO, 2013, P. 26), em Moçambique dentre as principais conquistas alcançadas na área de prevenção e combate à violência baseada no gênero, encontramos:

A criação do Ministério da Mulher e Ação Social, que tem como competência zelar pelas questões de gênero, a criação de Planos quinquenais, onde a questão do gênero e proteção da mulher constitui um aspecto importante a se ter em conta nas áreas de proteção, saúde, educação, a criação de Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de

Violência Doméstica, a aprovação da Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher (Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro), a adoção do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher (2008-2012), a elaboração da proposta de Mecanismo Multissetorial de Atendimento Integrado para as Vítimas de Violência Doméstica (CHILUNDO, 2013, p. 2).

É importante destacar que a Lei nº 29/2009, de 29 de setembro, lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher é um instrumento que oficialmente foi aprovada pela Assembleia da República aos 21 de julho de 2009 e promulgada no dia 1 de setembro de 2009, tendo entrado em vigor 180 dias após a sua publicação, o que “representa um avanço importante em relação ao Código Penal que não tipifica a violência baseada no gênero como um crime” (LOFORTE, 2011, p. 4). Segundo essa autora, ao se considerar a violência como um crime público, os agentes da lei e ordem são forçados por lei a dar andamento a todas as queixas apresentadas a partir dos Gabinetes de Atendimento à Mulher Vítima de Violência presentes nas esquadras policiais, evitando-se que a violência seja considerada como um caso privado (LOFORTE, 2011). Assim, entre as estratégias definidas coube ao Ministério do Interior,

O desenvolvimento de um conjunto de ações que visavam a integração de uma perspectiva de gênero em cada um dos seus setores, a formação curricular em direitos humanos e direitos humanos das mulheres, o aumento dos efetivos policiais de sexo feminino e a criação de Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança nas esquadras de polícia (OSÓRIO, 2004a, p. 1).

Nesse contexto, dada à gravidade do fenómeno da violência, tanto os Gabinetes de Atendimento à Mulher e Crianças vítimas de violência doméstica, quanto a Lei 29/2009 de 29 de setembro, surgem como resposta do Governo moçambicano que coloca como desafio a questão da prevenção e combate à violência como um dos seus,

Grandes desafios e uma das suas maiores prioridades, a curto, médio e longo prazo, cientes de que não é possível vencer a pobreza absoluta e construir um Moçambique de paz, harmonia, segurança e prosperidade num ambiente de violência contra a mulher (LOFORTE, 2011, p. 4).

¹⁰ Oficialmente intitulada por Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. O nome “Lei Maria da Penha”, segundo refere Pazo (2013, p. 26-27) deve-se à repercussão da história de uma mulher chamada Maria da Penha que sofreu violência doméstica por parte de seu parceiro. Aliás, refere-se que em 1983 seu marido tentou tirar a vida dela usando uma arma de fogo e, não obtendo êxito nesta ocasião, tentou assassiná-la em outra vez, mediante eletrocussão e afogamento, mas Maria da Penha sobreviveu, tendo ficado paraplégica. Com isso, seguiu-se a um intenso recurso judicial para se puder punir o agressor, que permaneceu impune por mais de uma década, até que foi condenado no ano de 2002. Esse caso fez com que o Brasil fosse tomado uma medida cautelar pela Corte Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA, ante a negligência demonstrada pelo sistema de justiça brasileiro.

Os Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de violência doméstica são espaços que foram criados para a denúncia dos atos e atendimento necessário, bem como o encaminhamento e aconselhamento jurídico. Aliás, são atribuições destes gabinetes:

- i) prevenir e combater a violência doméstica; ii) prestar assistência às vítimas de violência doméstica, iii) proporcionar um atendimento personalizado de acordo com as necessidades de cada vítima e iv) garantir a observância da lei e facilitar o acesso à justiça (LOFORTE, 2011, p. 5).

Importa referir que, mesmo com a promulgação da lei contra a violência doméstica, assim como a implementação dos Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança vítimas de violência doméstica, o combate à violência enfrenta muitos obstáculos na medida em que os agentes da polícia enfrentam muitas dificuldades na aplicação de medidas corretivas emanadas na lei por conta dos princípios que regulam o modelo cultural vigente na sociedade moçambicana. Ou seja,

As mulheres que procuram nas esquadras a solução para os seus problemas são, de uma forma geral, ouvidas com sobranceria e “desgosto”. Por outro lado, e frequentemente, as próprias mulheres procuram nas instâncias policiais um lugar de consolo e de prevenção (pela repreensão do agressor) da violência, não desejando (possivelmente por temor das consequências sociais), avançar com a formalização da queixa (OSÓRIO, 2004a, p. 2).

Como se pode ver isto faz com que mesmo que se desenvolvam programas e políticas públicas de enfrentamento ao problema da violência, tais estratégias caíam em desuso ou simplesmente enfraqueçam por conta deste modelo cultural que orienta a sociedade.

A administração da justiça em Moçambique vem há bastante tempo incluindo nas sessões de julgamento ou audiências criminais a participação de cidadãos considerados como juízes eleitos - Secretários do bairro, Líderes comunitários, os quais antes da tomada de decisão ou leitura da sentença, são consultados por parte do Juiz Presidente da mesa de julgamento, por se considerarem pessoas com uma certa credibilidade a respeito das questões relacionadas à realidade do cotidiano sociocultural. No caso de constatação de violência contra a mulher por parte dos juízes eleitos porque ela terá cometido inicialmente algo errado como

resmungar ao marido, não acatar as ordens instituídas no lar, eles acabam influenciando a decisão do Juiz Presidente a atenuar a pena do agressor ou mesmo a absolvê-lo, atitude esta que, no nosso entender, desafia ou contradiz a lei. Na verdade, “há um consenso na resolução de conflitos que é sustentado pela moral, pela lei e pela legitimidade dos seus representantes. Estas posições vão ao sentido de ‘repor’ e reconstituir a ordem, agindo, portanto, como uma forma de controle social” (ARTHUR & MEJIA, 2006, p. 6). É dessa forma que julgamos que os integrantes destes órgãos constroem juízos que categorizam de forma desigual os comportamentos de homens e mulheres.

Ao mesmo tempo em que o Governo e a Sociedade Civil implementam políticas públicas de combate à violência doméstica contra a mulher, é a própria sociedade em seu nível estrutural que legitima o poder no homem como forma de repor a ordem nas relações afetivo-conjugais com a mulher. Trata-se de um mecanismo que naturaliza o uso da força, como argumento para justificar o crime cometido (LOFORTE, 2011, p. 5). No nosso entender, as questões de direito se confrontam com o comportamento inculcado nos sujeitos pela cultura, por isso mesmo concordamos com o argumento de que “o compromisso de estabelecer políticas de gênero continua a coexistir no discurso político, nas deliberações das instituições e nas práticas sociais, com a manutenção de papéis sociais subjacentes ao modelo patriarcal” (LOFORTE, 2011, p. 6).

A Lei 29/2009 de 29 de Setembro e os Gabinetes de Atendimento à Mulher e Crianças vítimas de violência doméstica, apesar de serem implementadas para o combate à violência doméstica, estas políticas não conseguem dar resposta à violência contra a mulher porque sofrem algumas interferências; ou seja, pesquisas realizadas por Osório (2004a), apontam que os Gabinetes de Atendimento à mulher e Crianças vítimas de violência doméstica não conseguem corresponder com as expectativas da Administração da Justiça moçambicana, pois o que realmente tem acontecido é que,

As queixosas ao romper com os constrangimentos sociais que as impedem de publicitar a violência doméstica estão, por um lado, a pôr em causa o modelo de privatização do conflito entre parceiros e estão, por outro lado, a exercer os direitos consignados pela Constituição da República. Do mesmo modo a

atuação policial face às vítimas circula entre a defesa do modelo em que foram socializados e os princípios legais que devem respeitar (OSÓRIO, 2004a, p. 2).

Como se pode observar, existem aspectos culturais que, direta ou indiretamente, interferem nos programas de combate à violência. Segundo enaltece Osório (2004a), embora os Gabinetes tenham um papel central no combate à violência doméstica ainda são constringidos no seu funcionamento por vários fatores como,

O reduzido número de mulheres nos gabinetes de atendimento às vítimas de violência, precariedade das condições básicas de funcionamento dos Gabinetes - falta de autonomia e de eficácia na gestão dos conflitos, principalmente no que se refere ao encaminhamento da queixa, transformando-se os Gabinetes essencialmente em lugares de escuta e de aconselhamento, representações e práticas que influenciam negativamente a recepção e o tratamento da queixa, o que conduz os policiais a dependerem de um conjunto de imagens que ao longo da vida vão-se construindo sobre o posicionamento da mulher dentro do lar e, finalmente, a articulação institucional e interna no seio das esquadras policiais que classificam os delitos e fazem o seu respectivo encaminhamento (OSÓRIO, 2004a, p. 3-6).

Os agentes da polícia que trabalham nos Gabinetes de Atendimento à Mulher e Crianças vítimas de Violência Doméstica, ao se influenciarem por questões culturais negligenciam ou contradizem a missão pela qual lhes foi incumbida no contexto de combate à violência doméstica, pois “é dada ênfase à necessária transformação dos valores discriminatórios sobre gênero e violência conjugal dos profissionais encarregados de operacionalizar as políticas e legislações de enfrentamento dessa violência” (PAZO, 2013, p. 34). Nessa linha de pensamento, para que os programas e instrumentos legais de combate à violência contra a mulher possam surtir efeitos desejados é necessário que se opte pela transformação dos valores culturais ainda praticados pela sociedade que discriminam a mulher (Abdala, Silveira & Minayo, 2011, apud PAZO, 2013, p.34).

Importa salientar que a implementação de políticas públicas de mitigação da violência contra a mulher, de alguma forma, encontra dificuldades na materialização dos seus princípios e/ou objetivos, na medida em que, “ao restringir as intervenções à

manifestação da violência no espaço doméstico e familiar, embaralham as definições de qual a violência que a lei está normatizando” (PAZO, 2013, p. 49), pois são ações que procuram alterar o comportamento e os princípios tradicionais transmitidos pela sociedade e, uma vez que a questão da violência e crime no âmbito das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher toma contornos divergentes tendo em conta que elas são definidas pela própria sociedade, por exemplo, é difícil combater a violência contra a mulher aplicando a lei, numa sociedade em que, na ótica de Correia (1983, apud PAZO, 2013, p.54), “a tradição defende o comportamento de homens que cometem crime em legítima defesa da honra masculina, absolvendo-os de sanções ou penalizações instituídas na lei”, o que, no nosso entender, a definição dos crimes e das sentenças criminais não são definidas pelas leis enquanto políticas de combate à violência e, sim, por um conjunto de normas socioculturais que a sociedade estabelece. Aliás, de modo geral, Pazo (2013, p. 47), nos esclarece que,

A violência contra a mulher é descrita dentro da lógica da discriminação, em que o ato violento tem por objetivo forçar ou advertir o outro, no caso a outra, sobre a ‘conveniência’ ou a ‘necessidade’ de permanecer em um lugar de subordinação dentro dos arranjos estabelecidos na hierarquia social.

Isto significa que, para que o combate à violência e o ‘crime de violência contra a mulher’ seja alcançado, primeiro é necessário alterar os hábitos e costumes enraizados dentro do contexto das famílias de modo a que não haja interferência nas políticas públicas de combate ao fenómeno, pois é questionável afirmar que políticas públicas combatem a violência contra a mulher enquanto o próprio contexto sociocultural em si está familiarizado ou apegado por um espírito/ideal segregacionista. Neste contexto, segundo enaltece a autora citada,

Quando um homem bate em uma mulher ele não está escolhendo pura e simplesmente entre duas linhas de ação. Ele está sendo movido por convenções de gênero que o fazem agir de maneira violenta na tentativa de não perder suas prerrogativas de poder e autoridade” (PAZO, 2013, p. 47).

Como se pode observar ao homem lhe é conferido o poder de uso da força como mecanismo legítimo para resolver os seus problemas, por isso mesmo,

ao agir, ele está imprimindo ou tentando demonstrar o poder que lhe foi incumbido ao longo do processo da sua socialização, comportamento esse que, no entender de Pazo (2013), dificulta a proposição das abordagens ou políticas públicas concernentes à intervenção do problema da violência contra a mulher.

Aliás, bater uma mulher é um crime circunscrito na lei 29/2009 de 29 de Setembro, Lei sobre violência doméstica praticada contra a mulher em Moçambique, nos seus (Art. 13)¹¹ e (Art. 14)¹², como violência física simples e grave, um ato punível por esta lei que, no entanto, quando a sociedade incute atitudes agressivas no homem como forma de educar a mulher, ou seja, quando a masculinidade hegemônica é construída a partir do controle das mulheres, admitindo a tolerância da violência como forma de resolução de conflitos ao nível do casal (ARTHUR, 2003, p. 6). De fato, embora em Moçambique exista uma lei que visibilize a violência, há uma cultura machista que ainda perdura naquela sociedade, pois há inculcação de saberes produzidos e reproduzidos pela cultura que contradizem ou tendem a desacreditar com a emergência da lei enquanto política pública de combate à violência doméstica contra a mulher, promulgada pelo Estado moçambicano para o efeito do combate ao fenômeno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para o que é considerado ou conceituado violência, admitimos a hipótese de existência de um confronto conflituoso entre a ideologia machista vigente na cultura da sociedade moçambicana e o marco legal instituído pelo seu Governo, concordando com a ideia de Pazo (2013), ao referir que os significados e sentidos da violência, além de estarem vinculadas às representações e às expectativas comportamentais desencadeados nas relações conjugais e, na família em geral, se constroem de diversas formas tendo em conta os diversos contextos em que acontecem os fatos ou atos conflituosos. Uma vez que se trata

¹¹ O Artigo 13, referente à violência física simples, diz que: aquele que voluntariamente atentar contra a integridade física da mulher, utilizando ou não algum instrumento que cause qualquer dano físico é punido com pena de prisão de um a seis meses e multa correspondente.

¹² O Artigo 14, referente à violência física grave, dispõe que aquele que violentar fisicamente a mulher de modo a afetar-lhe gravemente a possibilidade de usar o corpo, os sentidos, a fala e as suas capacidades de procriação, de trabalho manual ou intelectual, é punido na pena prevista no artigo 360 do Código Penal, sendo a pena mínima elevada a um terço e multa nunca inferior a um ano.

de uma sociedade predominantemente gerida e dominada pela cultura patriarcal, “as próprias mulheres, os homens e os profissionais das instituições dificilmente percebem ou definem as agressões físicas e verbais como crimes ou mesmo como algo que fere direitos individuais” (PAZO, 2013, p. 57). Assim, apesar dos esforços políticos desencadeados com vista ao combate da violência e preservação dos Direitos Humanos das Mulheres, Pazo (2013), deixa algumas reflexões, segundo as quais, ela julga que a criminalização da violência contra as mulheres é um problema social com muitos embates e tensões que é marcado por questões incontroláveis, devido à natureza e contextos múltiplos que o compõem.

A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos, de justiça e de paz. Não é possível atingir os objetivos do desenvolvimento (CASIMIRO, 2012), ou seja, não é possível restaurar a justiça, quando mais de metade da humanidade é excluída dos mais elementares direitos humanos. A formulação de políticas de gênero, segundo refere Osório (2010), é um dos elementos essenciais para a consecução da igualdade entre mulheres e homens.

A existência de uma política de gênero para o país, a elaboração de políticas setoriais e a criação de mecanismos de coordenação e implementação mostram o compromisso do Estado com a justiça e equidade. Apesar de que a implementação dessas políticas passe por enfrentamento de um modelo cultural que contradiz ao que se pretende, porque a construção social de homens e mulheres em Moçambique é pautada por práticas culturais que transmitem papéis desiguais entre homens e mulheres, dificultando a implementação e materialização das políticas públicas do Governo, é de fundamental importância que se continue a lutar com tais hábitos e costumes que perpetuam a violência e contribuem para a violação dos Direitos Humanos, em especial, dos Direitos Humanos das Mulheres.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTHUR, Maria José; MEJIA, Margarita. *Instâncias locais de resolução de conflitos e o reforço dos papéis de género. A resolução de casos de violência doméstica*. In: Outras Vozes, n.º 17. Maputo, novembro de 2006.

ARTHUR, Maria José. Violência contra as mulheres: entre o relativismo cultural e a lei. *Os direitos não se oferecem*.

- Conquistam-se. In: Outras Vozes n.º 2. Maputo: WLSA Moçambique, fevereiro de 2003.
- ASSEMBLEIA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. *Constituição da República Popular de Moçambique*. Maputo, 1975.
- CASIMIRO, Isabel Maria. *Desigualdades de Género em Moçambique*. Workshop sobre Dia Africano de Estatística. Fazer a contagem de cada homem e mulher, gerando estatísticas para melhorar os resultados do desenvolvimento. Maputo: WLSA Moçambique, 2012.
- CASIMIRO, Isabel Maria. *Feminismo e direitos humanos das mulheres*. In: Outras Vozes, n.º 6. Maputo: WLSA Moçambique, fevereiro de 2004.
- CHILUNDO, Berta. *Violência do Género e Acesso à Justiça em Moçambique*. In: Outras Vozes, n.º 41-42. Maputo, maio de 2013.
- FIDH, Federación Internacional de Derechos Humanos & LDH, Liga Moçambicana de Direitos Humanos. *Direitos de Mulher no Moçambique: Dever de terminar práticas ilegais*. Maputo: FIDH Mozambique, n.º 474/4, 2007.
- FÓRUM MULHER. *A violência doméstica é uma violação dos direitos humanos das mulheres*. Anteprojeto de lei contra a violência doméstica. Maputo, 2007.
- FÓRUM MULHER. *Para Além das Desigualdades: a Mulher em Moçambique*. Maputo: SARDC/WIDSAA, 2005.
- GUERRA, Lúcia Helena B. *Políticas e Programas para a igualdade de Género em Moçambique*. Florianópolis, Seminário Internacional Fazendo Género 10 (Anais Eletrônicos), ISSN 2179-510X, 16 a 20 de setembro, 2013.
- IFTRAB. *Inquérito Integral à Força de Trabalho*, INE, Maputo, 2005.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). Maputo, 2009. Disponível em www.ine.gov.mz > acessado no dia 22/10/2016.
- IGLÉSIAS, Olga. *África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD*. Campus Social - Revista Lusófona de Ciências Sociais, n.º 3 & 4, 2007 p. 133-151.
- JOANA, Osvalda *et al.* Direitos Humanos da Mulher, 2010. In: Teles Nair & BRÁS, Eugênio José (Orgs.). *Género e Direitos Humanos em Moçambique*. Edição do Departamento de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, 2010.
- LOFORTE, Ana Maria. *Algumas Reflexões sobre Formas de Deslegitimação da Violência contra Mulher em Moçambique*. Apresentado na 13ª Assembleia Geral da CODERSIA. Marrocos, dezembro de 2011. (Versão temporária).
- LOFORTE, Ana Maria. *Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso*. In: Outras Vozes, n.º 27. Maputo, junho de 2009.
- MOÇAMBIQUE. *Plano Nacional de Ação para Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher (2008-2012)*. Nada Justifica a Violência Contra a Mulher: Vamos Acabar com a Violência em Moçambique, Maputo, 2008.
- OSÓRIO, Conceição. *Género e Democracia: As eleições de 2009 em Moçambique*. Maputo: WLSA Moçambique, 2010.
- OSÓRIO, Conceição. *Algumas reflexões sobre o funcionamento dos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança, 2000-2003, 1ª parte*. In: Outras Vozes, n.º 7. Maio de 2004a.
- OSÓRIO, Conceição. *Algumas reflexões sobre o funcionamento dos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança, 2000-2003, 2ª parte*. In: Outras Vozes, n.º 8. Agosto de 2004b.
- PAZO, Concepcion Gandara. *Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da lei Maria da Penha em uma cidade Fluminense*. 2013. 268f. Tese (Doutorado em Saúde coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- TAELA, Kátia. *Revisão de Literatura sobre Violência Doméstica contra a Mulher*. Maputo: N'WETI, 2006. (Versão final).
- TELES, Nair. A mulher no universo dos Direitos Humanos, 2010. In Teles, Nair & BRÁS, Eugênio José (Orgs.). *Género e Direitos Humanos em Moçambique*. Edição do Departamento de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, 2010.
- VICENTE, José Gil. *Políticas públicas e governança na educação: a constituição da História como disciplina em Moçambique*. Florianópolis – XXVIII Simpósio Nacional de História, Lugares dos historiadores: Velhos e Novos desafios, 27 a 31 de julho de 2015.

A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NA OBRA CACIONEIRA DE HEITOR VILLA-LOBOS (1917-1937): “UIRAPURU” E O “DESCOBRIMENTO DO BRASIL”

THE INDIGENOUS REPRESENTATION IN THE HEITOR VILLA-LOBOS CACIONEIRA (1917-1937): “UIRAPURU” AND THE “BRAZILIAN DISCOVERY”

Lucimeire Severo da Silva Lima*
Verônica Karina Ipólito**

RESUMO

Este trabalho analisa a representação indígena na obra de Heitor Villa-Lobos, em especial nas suas composições Uirapuru (1917) e o fundo musical para o filme “Descobrimto do Brasil” (1937). Em uma breve análise de sua produção musical foi possível notar que Villa-Lobos se dedicou na composição de canções que apresentassem o índio como parte integrante da nação. Entre 1930 e 1940, por meio de sua obra cacioneira e no trabalho de exaltação do índio, Villa-Lobos contribuiu para tornar a música um instrumento propagador dos ideais políticos fundamentados em um Estado centralizador e totalitário. Deste modo, escolhemos o ano de 1937 como encerramento de nossa pesquisa pelo fato de Villa-Lobos ter produzido, na ocasião, o fundo musical para o filme “Descobrimto do Brasil” no momento oportuno de implantação do Estado Novo (1937-1945). Tal recorte temporal baseia-se no levantamento de fontes realizadas no Museu Villa-Lobos, localizado no Rio de Janeiro (RJ, Brasil).

Palavras-chave: Heitor Villa-Lobos; Uirapuru; O descobrimto do Brasil; representação indígena; música.

ABSTRACT

This work analyzes the indigenous representation in the work of Heitor Villa-Lobos, especially in his compositions Uirapuru (1917) and the musical background for the film “Descobrimto do Brasil” (1937). In a brief analysis of his musical production it was possible to note that Villa-Lobos dedicated himself in the composition of songs that presented the Indian as an integral part of the nation. Between 1930 and 1940, Villa-Lobos contributed to making music an instrument that propagated political ideals based on a centralizing and totalitarian state, through his songwriting and in the work of exaltation of the Indian. In this way, we chose the year 1937 as the end of our research because Villa-Lobos produced the musical background for the film “Descobrimto do Brasil” at the opportune time of the Estado Novo (1937-1945). This temporal cut is based on the survey of sources made at the Villa-Lobos Museum, located in Rio de Janeiro (RJ, Brazil).

Keywords: Heitor Villa-Lobos; Uirapuru; The discovery of Brazil; Indigenous representation; music.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós-graduanda em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: lucimeire.severo@hotmail.com

** Doutora em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp/Assis-SP). Membro do Laboratório de Pesquisa em Política e Movimentos Sociais (UEM). Professora do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar) e Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED-PR). E-mail: veronicaipolito@yhoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

No levantamento de composições e arranjos orquestrais da obra cancionista de Heitor Villa-Lobos, no período que corresponde aos anos de 1917 a 1937, notamos uma presença constante com a questão indígena. As primeiras décadas do século XX indicam que o Brasil estava a caminho da modernidade, associada às transformações que envolviam a vinda de imigrantes europeus para o país, associada ao crescimento das cidades em virtude da instalação vertiginosa de indústrias nos já conhecidos grandes centros de São Paulo e Rio de Janeiro. A cidade, nesse sentido, torna-se o símbolo de trabalho, de progresso e de modernização.

O capital industrial aliou-se ao capital proveniente das lavouras cafeeiras, dando a impressão de um país próspero. Uma nova burguesia surgiu e se manteve por meio de subsídios oriundos da aristocracia rural cafeeira, bem como da ascensão de imigrantes bem sucedidos, seja por investirem em atividades lucrativas no comércio e na indústria ou por meio de matrimônios contraídos com os filhos (as) de fazendeiros, proporcionando uma mistura de elites dominantes. (BRITO, 1971)

Na arte e na literatura este contexto de mudanças foi marcado pelo nascimento de uma nova tendência: o Modernismo. Tal movimento teve como marco fundamental a Semana de Arte Moderna de 1922, mas pelo menos na música, podemos dizer que antecipou-se com a participação singular de Heitor Vila-Lobos (1887-1959). Maestro e compositor, Villa-Lobos destacou-se por traduzir uma linguagem peculiarmente brasileira em música, sendo, por isso, considerado um dos expoentes do Modernismo no Brasil.

Suas composições e arranjos orquestrais remetem à questão indígena, como os seus primeiros trabalhos voltados para essa temática, a exemplo dos poemas musicais “Amazonas”, “Uirapuru”, “Saci Pererê” e “Iara” e, mais tarde, na década de 1930, a composição musical “Descobrimiento do Brasil”.

O Brasil de fins da Primeira Guerra Mundial (1914-1917) despontava como um país de contradições entre o “velho” e o “novo”: de um lado, a chamada “Política do café-com-leite” que protagonizava o cenário de poder comandado pelas oligarquias no país; e de outro, o descontentamento das camadas sociais marginalizadas do poder, a exemplo da nova burguesia industrial, do Exército e das classes médias.

Neste momento e com maior força nos anos de 1920, grande parte dos intelectuais passou a defender alguns ideais nacionalistas que visavam o resgate da cultura brasileira e a valorização dos nativos como protagonistas iniciais dessa cultura. Em âmbito internacional, as produções musicais de Villa-Lobos ganharam notoriedade em 1923, quando se apresentou na Europa e surpreendeu a comunidade artística ao demonstrar seu trabalho voltado para a criação da alma brasileira, seja por meio de suas composições ou arranjos orquestrais.

De fato, o Modernismo brasileiro tentou buscar uma nova identidade nacional, mas é inegável que a construção de um projeto de resgate da cultura brasileira por meio de obras literárias e musicais não assumisse sua faceta política. No entanto, o projeto de uma nova identidade nacional recebeu atenção especial na chamada Era Vargas (1930-1945) e de forma mais profícua na ditadura do Estado Novo (1937-1945). A construção do ideal cívico neste último período foi de suma importância para a manutenção do braço do estado e, concomitantemente, a alimentação de um sentimento que se supôs comum a todos: a brasilidade:

O patrocínio pelo regime varguista de cerimônias cívicas procurava realizar uma síntese cultural em monumentais rituais comemorativos de eventos cívicos e históricos importantes. Estes rituais, que serviram ao propósito múltiplo de unificar elites e massas, também simbolizaram um tempo e um espaço idílico no imaginário político brasileiro. Procuravam reinventar uma harmonia nacional que o regime varguista acusava ter sido destruída pela República Velha, assim como buscavam construir uma nova cultura política, que serviria de guia para a nação na direção da modernidade, soberania e ordem. (PARADA, 2009, p. 21)

A busca pela brasilidade tinha como objetivo eliminar vestígios da República Velha, mas, ao mesmo tempo, trazia no seu bojo o ideal de suprimir inimigos políticos, a exemplo dos comunistas e movimentos grevistas de início do século XX. Estabeleceu-se a concepção de que o Partido Comunista do Brasil (PCB)¹ e as ideias anarquistas e anarco-sindicalistas

¹ Conforme Verônica Karina Ipólito (2009, p. 14): “De 1922 a 1960, o nome correto era Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB. No entanto, em fins da década de 1940, a oposição do partido alega que o nome Partido Comunista do Brasil, sugeria uma extensão do Partido Comunista Internacional (comandado pela União Soviética) no país. Nesse sentido, acreditava-se que o partido não defendia os interesses brasileiros, mas os interesses internacionais. Em 1960, o PCB, buscando retornar à legalidade, muda o nome para Partido Comunista Brasileiro e a sigla continua a mesma. Nesse mesmo ano, dividiu-se

eram oriundos de outros países e, portanto, eram chamadas de “alienígenas” por não condizerem e nem supostamente se preocuparem com as particularidades que integram o Brasil. A fim de estabelecer o anseio de pertencimento, o projeto brasilianista de Vargas investiu até mesmo na mudança de calendário, criando datas cívicas e exaltando até hoje os conhecidos como “heróis nacionais”, a exemplo de Tiradentes, colocando-os no panteão dos mitos a inspirarem os jovens.

Necessitando de uma propaganda que atingisse a massa foram produzidas até mesmo cartilhas, a exemplo da intitulada “A juventude no Estado Novo”, nas quais traziam orientações, segundo Maurício Parada (2009, p. 49) de que os jovens deveriam, no futuro, abandonarem o caráter de “desordeiras, desviantes ou revolucionárias, para se tornarem um recurso político capaz de garantir a segurança e a estabilidade do regime”. No intuito de impregnar as mentes dos mais jovens com o ideal nacionalista, Vargas garantiu a obrigatoriedade da disciplina de Moral e Cívica nas escolas. (ROSA, 2007)

Em meio à implantação da brasilidade, Villa-Lobos desenvolve, a partir de 1930, um plano de fundação do canto orfeônico nas escolas. Com o objetivo de conseguir apoio político para o seu projeto, Villa-Lobos enviou, em 1932, uma carta a Vargas propondo enrijecer o ideal de nacionalidade por meio da música. Neste mesmo ano o compositor recebeu o convite para liderar o Serviço de Música e Canto Orfeônico. Estaria, a partir de então, firmada uma parceria entre o maestro e Vargas que rendeu frutos até mesmo no cinema, quando Villa-Lobos compôs o fundo musical do filme “O descobrimento do Brasil”, produzido em 1937, mesmo ano de implantação do Estado Novo.

O objetivo de desenvolver, a partir do Estado Novo, uma geração compromissada com a fidelidade à pátria ficou ainda mais claro com vários investimentos

canalizados para a área cultural. Assim, Gustavo Capanema, ministro da Educação entre os anos de 1937 a 1945, criou o Departamento Nacional de Música e Teatro, pois o Estado via o teatro e o cinema, como fortes expressões da cultura nacional. Foi nesse contexto que Villa-Lobos atuou sempre defendendo um projeto que levasse música a maioria das pessoas. Segundo o seu pensamento, a música folclórica era a “expressão biológica da raça”. (BORGES, 2008, p. 65)

Além disso, Villa-Lobos acreditava que as atividades grupais estimulavam o sentimento de bem comum e união, raciocínio que convergia com as propostas do governo Vargas. Em consonância com Borges (2008, p. 98), “as apresentações orfeônicas não eram exibições artísticas ou recreativas. O objetivo era estabelecer a formação da disciplina coletiva da multidão, pois, segundo o maestro, a maioria da população brasileira ainda não compreendia a importância da disciplina coletiva” (BORGES, 2008, p. 98). Dessa forma, a articulação em grupo seria uma das formas de contribuir com o projeto varguista: “o canto coletivo, além dessas rupturas, predispõe o indivíduo à recusa do individualismo, fazendo crescer cada vez mais o sentimento de coletividade, de pertencimento, de renúncia e disciplina.” (BORGES, 2008, p. 99)

Nesse ponto, Villa-Lobos não foi tão inovador, haja vista que já em 1921 o canto orfeônico foi utilizado em São Paulo. No entanto, o maestro ofertou essa proposta no momento certo para atender os anseios de Vargas. Conforme Mirelle Ferreira Borges (2008, p. 101):

Villa-Lobos desenvolvera um projeto educacional voltado para a música com a utilização de temas folclóricos, algo que era bem divulgado em meio à intelectualidade brasileira naquele contexto. Portanto, não havia nada de inovador e nem de extraordinário na ação do maestro. O folclore representava uma eficiente possibilidade de inspiração para a construção da nacionalidade brasileira por apresentar uma linguagem simples, voltada para o cotidiano brasileiro, que ressaltava também o passado e as experiências da cultura popular.

Ainda assim, apesar da parceria com Vargas, os projetos de Villa-Lobos não podem ser reduzidos a interesses políticos e ao engrandecimento profissional,

em duas alas: a dos “reformistas”, que pretendiam mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro, visando a obtenção de uma situação eleitoral legal e convencer o Tribunal Superior Eleitoral de que o partido era verdadeiramente nacionalista por natureza e não um instrumento da União Soviética, como havia afirmado o Tribunal em 1947, quando da proscrição do PCB; e a ala dos “revolucionários”, que queriam manter a radicalização implantada no Partido desde o Manifesto de Agosto de 1950. A partir da cisão do PCB, foi criado em 1962 um novo partido, denominado, nesse momento em diante, de Partido Comunista do Brasil. Portanto, a partir de 1962 teremos dois partidos comunistas: o tradicional e objeto de nossa análise, que passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outro, o Partido Comunista do Brasil (PcdoB), criado em 1962 e fruto da cisão de 1960.”

muito embora o maestro nutrisse uma admiração e amizade visivelmente manifesta nos documentos²:

O grande interesse do maestro ao desenvolver seu projeto, era ensinar música às crianças nas escolas. Ainda que fosse bem remunerado pelo Estado, não podemos afirmar que o dinheiro movia seu trabalho. Embora Villa-Lobos expressasse sua postura política, a preocupação principal dela era a música, o ensino, a educação.

O ideal de pertencimento, de união, da pátria como via única e organizacional fez parte dos planos de Vargas e também contou com a colaboração de Villa-Lobos. É inegável que o maestro tirou proveito de cargos assumidos no Estado Novo, assim como é fato que em 1917 ele não era tão bem conhecido. Depois de sua participação em 1930 seu nome se popularizou, mas seria simplista dizer que Villa-Lobos desejou empreender tais projetos apenas com o intuito de promover seu nome ou como forma de enriquecimento. Conforme deixou claro em seus documentos (cartas, entrevistas etc) Villa-Lobos desejava ensinar música para as crianças na escola, ou seja, embora adotasse uma postura política, ele privilegiou o ensino de música.

Se partirmos do pressuposto de que a linguagem é o conjunto de símbolos organizados por uma cultura ao longo do tempo, logo estabelecemos uma relação entre eles. Dessa forma, podemos afirmar que toda a cultura é um fenômeno de comunicação. Portanto, cultura e comunicação se estruturam como linguagem e toda e qualquer ação social se constitui como prática significante, na qual a produção de linguagem estabelece sentidos.

Em consonância com Marcos H. Camargo (2009, p. 191), algumas características são importantes para compreendermos a definição do que vem a ser a linguagem e qual a sua importância no entendimento de uma cultura. Um desses elementos é a “arbitrariedade”, ou o fato da linguagem ser formada por sinais que são codificados/decodificados por seus usuários por meio de um acordo, um conjunto de regras que

todos partilham. Outro elemento é a “instituição social e comunidade de uso”, ou seja, a compreensão de que a linguagem se desenvolve de forma coletiva. Além desses, existe a “estabilidade”, ou seja, o fato desses sinais permanecerem fixos por um período relativamente longo, caso contrário, seus usuários não poderiam compreender um ao outro. A “lógica” assegura com que as pessoas conheçam o significado de sinais pelos quais se comunicam. A “retórica”, por sua vez, diz respeito à arte do bem falar, de um discurso coerente e sequencial. A “sintaxe” são regras previamente estabelecidas para que a combinação de signos formem os textos. E, por fim, o “signo” que forma a letra, a qual conjugada com outras letras designam as palavras. Enfim, tais elementos são básicos na análise semiótica no esforço de compreensão de linguagens existentes em qualquer cultura. De acordo com Marcos H. Camargo (2009, p. 184):

A forma que assume o signo é, portanto, determinante do tipo de conteúdo que será veiculado por ele. Isso implica em dizer que determinados tipos de signos veiculam conteúdos específicos. A escala harmônica forma signos musicais e transmite seus conteúdos próprios; as letras formam as palavras e transmitem pensamentos de uma certa categoria, diferentes daqueles veiculados por imagens e, assim por diante.

Como um conceito multifacetado, a cultura pode ser compreendida em contato com outros campos da sociedade, como a política. Em consonância com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1982), cultura é um “conjunto de características distintas espirituais, materiais, intelectuais, afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. Como parte integrante de toda a sociedade, a cultura define os contornos de uma sociedade. Para Stuart Hall (1997) há uma “centralidade da cultura”, na qual a cultura se faz presente nos sistemas de código e significados de uma sociedade.

Nesse sentido, a música é parte integrante de toda a sociedade sendo considerada, em algumas, como item essencial para a sua compreensão ou, em outras, como um elemento supérfluo. De qualquer forma, a música é, dentre tantas coisas, “uma forma de representar o mundo, de relacionar-se com ele e de concretizar novos mundos” (MORAES, 1989, p. 84).

² Nos documentos consultados no Museu Villa-Lobos são recorrentes os agradecimentos, felicitações de aniversário e parabenizações de eventos manifestados em telegramas trocados entre Villa-Lobos e Getúlio Vargas. Em um deles, datado de 30 de maio de 1938, Villa-Lobos agradece a visita que Getúlio Vargas lhe fez durante a madrugada do dia 11 de maio desse mesmo ano, o que indica que ambos nutriam laços amistosos e de companheirismo. (ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Telegrama de Villa-Lobos ao Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1938)

Assim, este trabalho percorre a ideia de edificação da imagem de um povo, tanto em relação a si mesmo bem como em relação ao outro, na alteridade, acreditando que tal imagem também pode ser feita também por meio da música. Moraes (1989, p. 65) complementa essa ideia ao referir que “ouvir emotivamente, no fundo, não deixa de ser ouvir mais a si mesmo do que propriamente a música. É usar a música a fim de que ele desperte ou reforce algo já latente em nós”.

Nascido no Rio de Janeiro em 1887, Villa-Lobos ingressou cedo seus estudos na música, influenciado por seu pai e primeiro professor de música Raul Villa-Lobos. Na adolescência, o maestro passou a frequentar locais boêmios, chegando a tocar em bares, cabarés e realizando serestas com os amigos. (SILVA, 2001)

Em 1905, decidiu conhecer as músicas reinantes nos quatro cantos do país. No entanto, nem todas as viagens que Villa-Lobos relatou ter feito foram plenamente documentadas, o que faz com que desconfiemos da veracidade de todas elas. Em consonância com Lisa Peppercorn (1972), Villa-Lobos tinha fama de “aumentar” histórias relacionadas às “terras selvagens” do Brasil no exterior, sobretudo na Europa. Ainda que ele não tivesse lutado com índios canibais ou andado a pé na imensidão da floresta amazônica é fato que bem provavelmente ele teria navegado pelos rios que compõem a região.

Ao todo, suas viagens somaram 10 anos (1905-1915), percorrendo vastas regiões do Norte, Sul e Nordeste do Brasil. Em meio a uma viagem ou outra, Villa-Lobos retornava ao Rio de Janeiro. No entanto, somente fixou residência ali em 1915, quando finalizou sua aventura por terras tupiniquins e teve a oportunidade de ministrar concertos. Em tais apresentações, o maestro não esconde a influência dessas viagens, perceptíveis em suas composições, tais como “Danças Africanas” (1914-1915), “Amazonas” (1917) e “Uirapuru” (1917), este último é um dos objetos de nossa análise.

Nesse momento, o maestro ainda não era muito conhecido, marcando presença apenas em pequenas orquestras. Sua composição, entretanto, tornou-se mundialmente apreciada em 1922 quando o então famoso pianista Arthur Rubinstein interpretou a “Prole do bebê n. 1”, de autoria de Villa-Lobos. Tal interpretação ocorreu neste mesmo ano, no Rio de Janeiro e teria sido repetida em Paris, no ano de 1924, fator que proporcionou a internacionalização de Villa-Lobos.

2 UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A OBRA CANCIONEIRA DE VILLA-LOBOS

A análise de composições e arranjos orquestrais da obra cancionista de Heitor Villa-Lobos, no período que corresponde aos anos de 1917 a 1937 ainda se trata de um tema pouco estudado e que carece de pesquisas mais aprofundadas.

A produção acadêmica sobre Heitor Villa-Lobos tende a analisar momentos isolados em sua vida, focando basicamente na parceria que o maestro concretizou com Getúlio Vargas, em especial durante o Estado Novo (1937-1945), conforme o trabalho “Heitor Villa-Lobos e a formação moral do povo brasileiro”, de Priscila Paglia e Marlene dos Anjos Schaffracht (2008). É uma tendência entre os trabalhos sobre Villa-Lobos abordar suas canções de forma isolada, seja decodificando seus choros, conforme o artigo de André Alcman Damasceno, intitulado “O triunfo de uma negociação: a série choros de Heitor Villa-Lobos” (2009) ou analisando a perspectiva sociológica em uma de suas músicas, como o “Uirapuru” no trabalho “O Uirapuru de Villa-Lobos: uma visão musical da Amazônia no começo do século XX”, de Gabriel de Souza Alencar (2012).

Além disso, alguns trabalhos na área da música são profícuos em analisar as melodias, harmonias e notas de suas composições, como no caso de “O elemento indígena na obra de Heitor Villa-Lobos: uma pesquisa em finalização” (2010), de Gabriel Ferrão Moreira. No entanto, deixam de lado a contextualização histórica e ignoram de certa forma a simbolização do trabalho de Villa-Lobos e a sua relação com o momento em que foi produzido.

A trilha sonora do filme “O descobrimento do Brasil”, de 1937, praticamente não configurou como tema de pesquisa na literatura especializada. Isto porque os autores tendem a privilegiar a análise do filme como um todo, em vez de se aprofundar na composição musical especialmente realizada por Villa-Lobos para este filme. Nessa linha de pensamento enquadram-se os trabalhos “Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise do seu percurso e do filme Descobrimento do Brasil (1937), de Humberto Mauro” (2000) e “Uma análise do filme descobrimento do Brasil” (1999), ambos de Eduardo Victorio Morettin. A produção musical, bem

como os vínculos estabelecidos especificamente por Villa-Lobos durante os anos de 1930 e no contexto de produção filmográfica foram abordados de forma secundária em ambos os trabalhos, tendo em vista que o autor foca sua pesquisa nos elementos de produção cinematográfica, não aprofundando sua análise em relação à música.

Portanto, a análise comparada da obra cancionista de Villa-Lobos é um tema pouco abordado, sobretudo das comparações de músicas em um momento em que Villa-Lobos era conhecido (como em 1917) com outro período no qual o seu trabalho já havia sido consagrado em âmbito nacional e internacional (em 1937).

3 A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA EM “UIRAPURU”

Em “Uirapuru”, Villa-Lobos retrata o espaço amazônico que no início do século XX, até meados da década de 1920 estava em processo de formação em âmbito nacional e internacional. Isso significa que até este momento não havia uma imagem explícita do que seria a Amazônia, tendo em vista que as fronteiras ainda estavam sendo definidas por meio da diplomacia do Barão do Rio Branco. A noção da Amazônia como o “pulmão do mundo”, as ideias de preservação, ecologia, bem como biopirataria somente vão surgir décadas mais tarde.

Nesta época, a representação da Amazônia estava associada à imagem de “mundo perdido”, uma visão colonizadora que a integrava a um local distante da “civilização”, isto é, um lugar coberto pelo verde e onde os humanos viviam de forma “primitiva”. Tal visão imperava em âmbito mundial, já que no Brasil essa imagem simplista estava em processo de mudança em razão da necessidade de se formar um novo país e de resgatar a cultura indígena. Nesse ponto, o poema sinfônico “Uirapuru”, composto por Villa-Lobos em 1917, buscava mesclar a representação de uma Amazônia exótica com uma Amazônia “simples”, interpretação esta que terá em “Uirapuru” a imagem não mais de um “país selvagem”, mas de um “país conquistado”. (ALENCAR, 2010, p. 2)

“Uirapuru” se configurou em uma das primeiras obras-primas do maestro Villa-Lobos, pois traz elementos de uma linguagem orquestral tipicamente villa-lobiana. Na partitura são visíveis a retratação

dos habitantes da floresta amazônica e seus nativos, os índios, como uma riqueza imensurável de detalhes. Segundo documentação encontrada no Arquivo do Museu Villa-Lobos:

O argumento que serviu de base para a composição desse poema sinfônico é de autoria do próprio autor, e conta a história de um pássaro (o uirapuru, que na mitologia indígena é considerado o “deus do amor”) que se transforma em um belo índio, disputado pelas índias que o encontram. Um índio ciumento, não suportando aquela adoração, flecha-o mortalmente. Ao retornar a sua condição de pássaro torna-se invisível e dele se ouve apenas o canto que desaparece no silêncio da floresta. (ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS, Heitor Villa-Lobos. Uirapurú, symphonic poem, p. 4).

Na partitura original, feita pelo punho de Villa-Lobos e encontrada em meio à documentação hospedada no Museu Villa-Lobos, é possível localizar, no poema sinfônico, partes do que retrataria a lenda do uirapuru. Seguindo essa lógica, o poema sinfônico encontra-se dividido nas seguintes partes: 1) “O pássaro encantado”: uma ênfase à espécie biológica da ave associada à alcunha de “deus do amor” na cultura indígena; 2) “Entra o índio feio”; 3) “A flauta do índio feio”: certamente uma referência ao nativo que irá, mais adiante, flechar o uirapuru por ciúmes; 4) “As índias dansam (sic) porque se lembram do canto do uirapuru”: o som do canto do uirapuru simboliza o início do encantamento que transforma o ambiente em um local agradável e festivo; 5) “Cai o uirapuru flexado (sic) pela índia caçadora”: trata-se do momento em que o uirapuru, representado como o “deus do amor” deixa-se seduzir (ou seduz) a nativa, uma referência ao sentimento da paixão que contamina o uirapuru e é representado pela flecha referenciada no texto da partitura; 6) “Índio bonito”: alusivo à transformação do uirapuru em um belo índio, conforme reza a lenda; 7) “Galanteio das índias ao índio bonito”: momento no qual o uirapuru, já transformado em um belo nativo, passa a ser cobiçado pelas índias; 8) “O índio feio flecha o índio bonito”: enciumado, o nativo que entrou em cena no início da composição não suporta os galanteios que o uirapuru, em sua forma humana, estava recebendo das nativas e acaba desferindo uma flecha contra ele; 9) “A morte do índio bonito”; 10) “A transformação do índio bonito no uirapuru”; 11) O canto de despedida do uirapuru”; 12) “A desolação

das índias”: esses quatro momentos finais retratam o falecimento da forma humana do uirapuru, sua reconstituição em pássaro, bem como o seu desaparecimento em meio à floresta, restando apenas o ecoar do seu canto. (ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Partitura original e manuscrita de “Uirapuru” feita por Heitor Villa-Lobos. Rio de Janeiro, 1917, p. 1, 2, 7, 10, 11, 20, 23-25)

As doze passagens da partitura, distribuídas em 25 páginas, conforme o manuscrito original, mostram a lenda do uirapuru, algo típico da cultura oral indígena. Tal preocupação simboliza, em Villa-Lobos, a

preocupação em divulgar as estórias cultivadas pelos nativos por meio da música a qual sequencialmente retrata as fases da lenda dessa ave considerada emblemática pelos nativos.

Em consonância com Simon Wright (1987, p. 135), a “(...) brasilianização de todas as coisas europeias era a ordem do dia, e tal revisão ousada nas artes era ativamente e oficialmente encorajada” [tradução nossa]³. Portanto, a preocupação de Villa-Lobos em realizar essa composição parece estar associada à busca pela brasilidade, algo já em evidência entre antropólogos e artistas brasileiros do início do século XX.

Cópia de uma das páginas da partitura original que integra a composição “Uirapuru”, de Heitor Villa-Lobos. ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Partitura original e manuscrita de “Uirapuru” feita por Heitor Villa-Lobos. Rio de Janeiro, 1917.

The image shows a handwritten musical score for the piece "Uirapuru" by Heitor Villa-Lobos. The score is written on ten staves. The first section is titled "Più Mosso" and "(A morte do Indio Bonifó) 24". The second section is titled "A transformação do Indio Bonifó no Uirapurú" and includes a "mf" dynamic marking. The third section is titled "O canto de despedida do Uirapurú" and is marked "a tempo (Lento)". The score includes various musical notations such as notes, rests, and dynamic markings.

³ “(...) brazilianization of all things European was the order of the day, and such bold overhaul in the arts was actively and officially encouraged”.

4 A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA EM “DESCOBRIMENTO DO BRASIL”

A trilha sonora do filme “O descobrimento do Brasil”, feita por Villa-Lobos e lançado em 1937, foca no contato entre índio e portugueses, demonstrando as relações “amistosas” que se estabeleceram entre ambos a partir do contato dos lusitanos com os nativos. Se no ano de 1917, quando compôs o “Uirapuru” a preocupação era retratar a Amazônia desmistificando a ideia de “Mundo Perdido”, nos anos de 1930, quando produziu a trilha sonora do filme “O descobrimento do Brasil”, o maestro estava vinculado a programas varguistas, diferentemente das primeiras décadas do século XX, quando seu trabalho musical era praticamente autônomo, com exceção de alguns momentos, como na década de 1920, período em que contou com a colaboração do pianista Arthur Rubinstein. No entanto, como nossa análise é comparativa, focaremos no trabalho de Villa-Lobos em 1936-1937, especialmente para a elaboração da música do filme “O descobrimento do Brasil”.

O longa-metragem foi produzido pelo cineasta Humberto Martins e seu enredo contou com a contribuição da Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1 maio de 1500 e destinada ao rei de Portugal, D. Manoel. Além deste documento, o filme também se inspirou na pintura em tela de Victor Meirelles, produzida em 1860 e na qual retratava a primeira missa celebrada na Ilha de Vera Cruz.

Para Maria Helena R. Capelato (2007), Vargas investiu na produção cinematográfica privilegiando temas que enfocassem a natureza brasileira e determinadas passagens históricas. Para o “pai dos pobres”, como Vargas ficou conhecido, o cinema poderia ser considerado um método pedagógico:

O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito de nossa administração, será uma admirável escola (VARGAS, 1938, p. 182).

Embutido neste projeto de brasilidade, Getúlio Vargas (1983, p. 12) decretou que fossem exibidos, de forma obrigatória, filmes nacionais. Ainda assim,

conforme Jorge Garcia (1997, p. 1) o cinema na Era Vargas foi considerado um “fracasso”:

O lançamento de “O Descobrimento do Brasil” foi cercado de publicidade nos jornais, exibições para as autoridades, mas o filme não alcançou propriamente um grande sucesso, nem no Brasil nem em Portugal, onde foi exibido pouco depois. Apesar da relevância do episódio nos dois países, não havia propriamente um enredo que atraísse o público, e os poucos diálogos do filme eram, na maior parte, em tupi.

O filme foi uma produção conjunta entre o Ministério da Educação e Cultura e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), contando ainda com o patrocínio do Instituto de Cacau da Bahia. A coreografia indígena ficou sob a responsabilidade de Mário Queiroz, ao passo que a trilha sonora foi feita por Villa-Lobos. A produção cinematográfica de Humberto Mauro, com seu estilo de poucos diálogos, inspirou vários cineastas, a exemplo de Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha. Conforme Sheila Schvarzman (2004, p. 47), na fase do Estado Novo “o homem comum não (...) [existia] no cinema de Mauro. Estamos imersos no universo do positivismo, do cientificismo de uma noção romântica de nação. Tudo é grandioso, a natureza é portentosa e a ciência funciona”.

Baseando-se principalmente na Carta de Pero Vaz de Caminha, o filme narra o “descobrimento” do Brasil de forma épica, natural e amistosa. O roteiro privilegia as privações que os portugueses enfrentaram rumo ao desconhecido e a alegria contagiosa em razão do encontro de novas terras. Tal felicidade também é atribuída aos indígenas, que teriam demonstrado surpresa e alegria no encontro com os lusitanos. A responsabilidade da correção histórica ficou a cargo de Roquete Pinto, Bernardino José de Souza e Afonso de Taunay, então diretor do Museu Paulista. O coreógrafo das danças indígenas foi Mário de Queiroz e a trilha sonora foi composta por Villa-Lobos.

A celebração da Santa Missa, como representada no filme, confirma a ideia de cordialidade e harmonia entre portugueses e os nativos. Trabalhando com a ideia de nação brasileira, o filme procura demonstrar um contato cordial e pacífico entre ambas às partes. Nesse sentido, a música de Villa-Lobos era fundamental. Com seus arranjos que remetem à floresta e ao mundo indígena, o maestro conseguia transmitir ao povo o sentimento de nação unida, mas ao mesmo

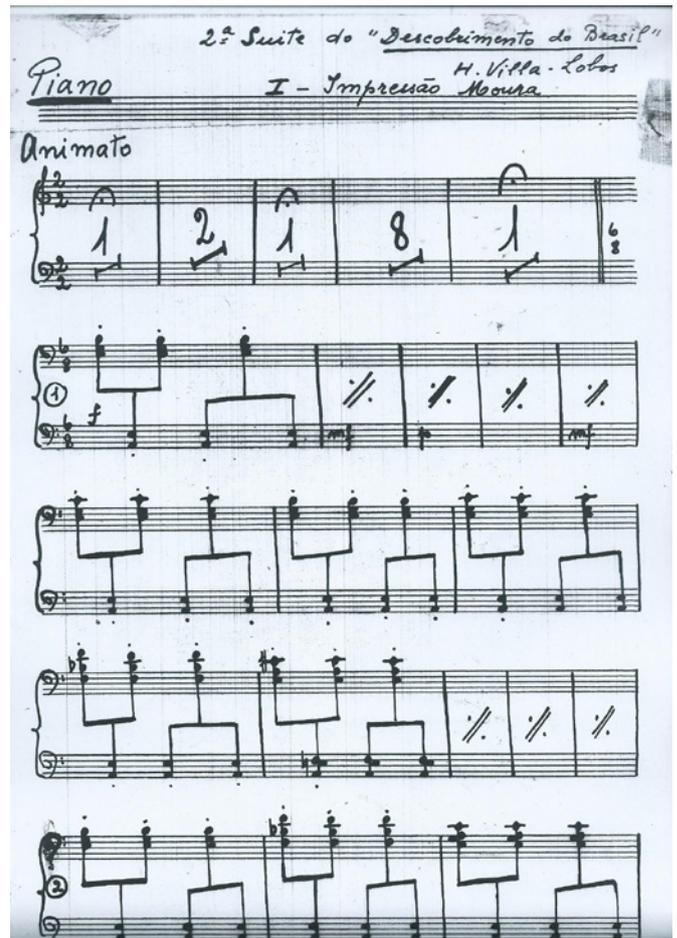
tempo partilhada, por todos os seus integrantes. Deste modo, a emoção ao patriotismo era ainda mais arraigada na música, a qual, por sua própria composição, se tornava um instrumento mais eficaz, por aguçar o nacionalismo, o que era o real objetivo de Vargas. Assim, o próprio enredo do filme privilegiou as relações amistosas entre colonizador e colonizado, ignorando os conflitos que se estabeleceram naquele momento. Embora maquiassem a realidade, a trilha sonora de “O descobrimento do Brasil”, assim como o próprio filme, buscava criar a ilusão de que a pátria foi construída sem agitações e pelo estabelecimento de ajuda mútua entre os portugueses e os indígenas, caracterizando a feição paterna e protetora dos primeiros.

O fundo musical “Descobrimiento do Brasil” está dividido em 4 suítes⁴, quais sejam:

- 1ª) Suíte
 - Introdução
 - Alegria
- 2ª) Suíte
 - Impressão Moura
 - Adagio Sentimental
 - Cascavel
- 3ª) Suíte
 - Impressão Ibérica
 - Festa nas selvas
 - Ualalocê
- 4ª) Suíte
 - Procissão da Cruz
 - Primeira Missa no Brasil
 - Final

(ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Pasta HVL 02.10.05. Obras anotações/Descobrimiento do Brasil, p. 1, grifos do documento)

Cópia da primeira página da partitura original que integra a composição “Descobrimiento do Brasil”, de Heitor Villa-Lobos. ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Partitura original e manuscrita de “Descobrimiento do Brasil” feita por Heitor Villa-Lobos, p. 1. Rio de Janeiro, 1937.



Em uma programação de execução da música podem ser encontradas maiores informações sobre essa composição de Villa-Lobos:

Na grande obra de Villa-Lobos, escolhemos uma partição que é chamada O DESCOBRIMENTO DO BRASIL. Esta música foi composta em 1937 para uso como música de fundo em um filme contando a chegada dos navegadores portugueses nesta parte do mundo ainda desconhecido na Europa. O filme, realizado no Brasil, foi apresentada no Rio de Janeiro em 06 de dezembro de 1937.

Nela pode-se notar a importância da orquestra, a qual vai muito além do âmbito da música do filme. A orquestra tem, de facto, para além dos instrumentos tradicionais: saxofone, harpa, piano, celesta, xilofone, vários instrumentos de percussão típica e - no quarto Suíte que muito infelizmente não po-

⁴O termo suíte tem origem francesa e significa uma “obra instrumental, geralmente uma sequência de danças para instrumento solista, pequenos conjuntos ou orquestra (...)”. (DOURADO, 2004, p. 319)

demos representar, um coro misto.⁵ [tradução nossa] (ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Pasta HVL 02.10.02. Obras anotações/Descobrimento do Brasil, p. 3)

Pelo o que foi analisado, pode-se afirmar que a composição de Villa-Lobos feita para o filme “Descobrimento do Brasil” é uma representação do encontro entre portugueses e nativos, buscando relacionar tal evento à conjuntura política da época, ou seja, a Era Vargas, sobretudo no que tange à ênfase na utilização da figura indígena para enaltecer o nacionalismo conforme sugeria o modelo varguista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa da conclusão pode-se dizer que se em “Uirapuru”, composto em 1917, Villa-Lobos vinculava os índios e, conseqüentemente, a Amazônia com a ideia de “mundo perdido” a ser desbravado e conquistado, vemos, de forma contrária em “O descobrimento do Brasil”, um esforço de mostrar a face de uma aceitação dos portugueses pelos índios e do embrião da unidade que formaria a nação brasileira. Num primeiro momento, Villa-Lobos estava influenciado pelas viagens que fez e tinha a preocupação de apresentar temas inovadores ao mundo. Durante a década de 1930, entretanto, sua parceria com Vargas irá fazer com que ele utilizasse suas composições para reforçar a ideia de espírito nacional, tão propagada por Getúlio. Nesse sentido, consideramos que tal tema é relevante para a pesquisa histórica, visto que a análise da obra cancionista de Villa-Lobos foi raras vezes analisada sobre a ótica de uma metodologia que privilegiasse a sua faceta política-cultural e de forma comparada tal como aqui está sendo proposto.

⁵“Dans l’oeuvre immense de Villa-Lobos, nous avons choisi une partition qui s’appelle LA DECOUVERTE DU BRESIL. Cette partition a été composé en 1937 pour servir de fond musical à un film racontant l’arrivée des navigateurs portugais dans cette partie du monde encore inconnue de l’Europe. Le film, réalisé au Brésil, a été présenté à Rio-de-Janeiro le 6 décembre 1937. Vous voyez déjà que, par l’importance de l’orchestre, l’oeuvre dépasse de beaucoup le cadre d’une simple musique de film. L’orchestre comporte, en effet, outre les instruments traditionnels: saxophones, harpes, piano, célesta, xylophone, plusieurs instruments typiques a percussion et - dans la Quatrième Suite que, très malheureusement nous ne pouvons pas vous faire entendre, un chœur mixte.” (ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Pasta HVL 02.10.02. Obras anotações/Descobrimento do Brasil, p. 3)

6 REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gabriel S.. O Uirapuru de Villa-Lobos: uma visão musical da Amazônia no começo do século XX. **Examâpaku**, Boa Vista, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2012.
- BORGES, Mirelle Ferreira. **Heitor Villa-Lobos, o músico educador**. Mestrado em História. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2008.
- BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- CAMARGO, Marcos H. Semiótica: leitura e interpretação de imagens. In: CRUZ, Ana Lúcia R. B. da. **Especialização em História, Arte e Cultura**: Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009, p. 175-233.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas histórias. In: FREITAS, Marcos César (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 183-211.
- DAMASCENO, André Álcman O.. O triunfo de uma negociação: a Série Choros de Heitor Villa-Lobos. In: **Simpósio Internacional Heitor Villa-Lobos**, São Paulo, 2009.
- DOURADO, Henrique Autran. **Dicionário de termos e expressão da música**. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- GARCIA, Jorge Edson. **Humberto Mauro: 100 anos**. 1997. Disponível em: <<http://www.cinemabrasil.org.br/hummauro/>>. Acesso em: 15 set., 2014.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n^o2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- IPÓLITO, Verônica Karina. **É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953)**. Maringá: 2009. Dissertação (Mestrado em História) UEM.
- MORAES, J. Jota de. **O que é música**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PAGLIA, Priscila; SCHAFFRATH, Marlene dos A. S.. Heitor Villa-Lobos e a formação moral do povo brasileiro: o canto orfeônico. In: **I Encontro do Grupo Interdisciplinar em Artes**, 2008, Curitiba. Anais do I Encontro do Grupo Interdisciplinar em Artes da FAP, 2008.
- MOREIRA, Gabriel F.. O elemento indígena na obra de Heitor Villa-Lobos: uma pesquisa em finalização. In: **I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música**, 2010, Rio de Janeiro. Anais do I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música, 2010.
- MORETTIN, Eduardo Victorio. Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme Descobrimento do Brasil (1937),

de Humberto Mauro. **Revista Brasileira de História** (Impresso), São Paulo, v. 20, n.39, p. 135-165, 2000.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Uma análise do filme ‘Descobrimento do Brasil’. **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 1, n.141, p. 175-178, 1999.

PARADA, Maurício. O calendário Cívico do Estado Novo / As cerimônias cívicas como objeto: o conceito de “cerimônias sintéticas”. In: PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2009.

PEPPERCORN, Lisa. Villa-Lobos’s Brazilian Excursions. **The Musical Times**, v. 113, nº 1549, Mar., 1972, p. 263-265. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/957131>>. Acesso em: 17 set. 2014.

ROSA, Josineide. A construção da brasilidade: a política educacional no governo Vargas (1930-1945). **Revista Saber Acadêmico**. São Paulo, n. 4, dezembro de 2007 [online]. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista4/publi-art2.php?codigo=1>>. Acesso em: 17 set. 2014.

SCHVARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2004.

SILVA, Francisco Pereira da. **A vida dos grandes brasileiros: Villa-Lobos**. São Paulo: Editora Três Ltda., 2001.

UNESCO. **Cultura y Diversidad**. México, 1982. Disponível em: <<http://www.unescomexico.org/cultura/index.htm>>. Acesso em 19 set. 2014.

VARGAS, Getúlio. O cinema nacional como elemento de aproximação dos habitantes do país. In: **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

WRIGHT, Simon. Villa-Lobos: Modernism in the Tropics. **The Musical Times**, V. 128, Nº 1729 (mar., 1987), p. 132-135. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/964493>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

FONTES

ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS, Heitor Villa-Lobos. Uirapurú, symphonic poem.

ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Partitura original e manuscrita de “Descobrimento do Brasil” feita por Heitor Villa-Lobos. Rio de Janeiro, 1937.

ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Partitura original e manuscrita de “Uirapuru” feita por Heitor Villa-Lobos. Rio de Janeiro, 1917.

ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Pasta HVL 02.10.02. Obras anotações/Descobrimento do Brasil.

ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Pasta HVL 02.10.05. Obras anotações/Descobrimento do Brasil.

ARQUIVO MUSEU VILLA-LOBOS. Telegrama de Villa-Lobos ao Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1938.

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM PALMEIRA

MUNICIPAL PUBLIC POLICIES FOR THE PRESERVATION AND PROTECTION OF HISTORICAL HERITAGE IN PALMEIRA

Inez Kuhn*

Elizabeth Johansen**

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão relativa às questões das políticas públicas municipais para a preservação e proteção do patrimônio histórico tombado no município de Palmeira pela Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná. Desse modo, buscaram-se identificar, quais são as diretrizes e leis municipais que regem ações colaborativas do município junto ao Estado para a preservação e proteção do patrimônio tombado, bem como a aplicabilidade e a concretude destas intervenções. A existência do Conselho do Patrimônio Histórico e suas ações também serão estudadas, e ainda, analisar as ações de preservação patrimonial no que se refere à escolha de um patrimônio em detrimento de outro, no caso específico dos bens, Prédio da Antiga Coletoria e o Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff. Para isso, será considerado o cumprimento ou não do que determina a Lei Estadual 1.211/53 sobre as ações de restauro.

Palavras Chave: Políticas públicas; Preservação; Proteção; Patrimônio Histórico, Município de Palmeira.

ABSTRACT

Abstract: This article proposes a reflection on the questions of the municipal public policies for the preservation and protection of the historical patrimony registered in the municipality of Palmeira by the Secretary of State for Culture, Coordination of the Cultural Patrimony of the State of Paraná. In this way, we seek to identify, which are the directives and municipal laws that govern collaborative actions of the municipality next to the State for the preservation and protection of listed assets, as well as the applicability and concreteness of these interventions. The existence of the Council of Historical Heritage and its actions will also be studied, and also, analyze the patrimonial preservation actions regarding the choice of one asset to the detriment of another, in the specific case of the property, Building of the Old Collection and the Property Of Wood and Masonry located at Max Wolff Street. For this, it will be considered the compliance or not of what determines the State Law 1211/53 on the actions of restoration.

Keywords: Public policies; Preservation; Protection; Historical Heritage, Municipality of Palmeira.

* Acadêmica do Curso de Especialização em História, Arte e Cultura da Universidade Estadual de Ponta Grossa/Universidade Aberta do Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC III. Email: inezkuhn@yahoo.com.br

** Professora Mestre, Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Disciplina de OTCC III. Email: eliza.j@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como temática norteadora uma reflexão sobre as ações municipais que complementam e colaboram com as políticas públicas de preservação e proteção do patrimônio histórico tombado no município de Palmeira pela Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná.

Este trabalho procurou explorar as questões relativas às políticas públicas municipais de preservação, procurando investigar e analisar quais são as diretrizes e leis que regem as ações de preservação e proteção do patrimônio histórico em Palmeira, bem como a aplicabilidade e a concretude destas intervenções, em especial com dois monumentos tombados: o Prédio da Antiga Coletoria e o Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff. O primeiro aparentemente preservado e o segundo em processo de destruição. Além desses aspectos também será analisada a existência e atuação do Conselho do Patrimônio Histórico do município de Palmeira, verificando se, no caso de ações de restauro, é cumprido o que diz a Lei Estadual 1.211/53.

As pesquisas sobre preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural não é um tema novo e vem ganhando espaço em diversas áreas como expõe Canani.

O patrimônio cultural visto como herança de um povo e conjunto de bens e valores representativos de uma nação não é um tema novo, mas vêm ganhando espaço nas pesquisas produzidas por antropólogos, sociólogos, historiadores, arquitetos e profissionais de diversas áreas, estabelecendo-se como temática interdisciplinar.¹

Desse modo, a contemporaneidade com seu processo rápido de globalização, modernização, especulação imobiliária e crescimento desenfreado das cidades, possibilita que cada vez mais se faça necessário à abordagem, discussões e questionamentos sobre a preservação ou não dos monumentos históricos, que de uma forma ou outra, agregam valores de pertencimento identitário a uma determinada comunidade.

¹ CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. *Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005, p.164. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a09v1123.pdf> Acesso em: 15/11/12.

Estes questionamentos vem há décadas sendo pensados, o que no momento atual se faz ainda mais necessário como aponta Canani.

Durante o governo de Getúlio Vargas, no ano de 1936, o escritor Mário de Andrade redigiu um projeto de lei, a pedido do ministro da Educação Gustavo Capanema, no qual ele definia o patrimônio como “todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”.

O trabalho de Mário de Andrade, num esforço para abranger tudo o que diz respeito à produção artística e cultural brasileira, incluindo os eventos que são do interesse da antropologia social, marca o começo dos debates sobre a preservação do patrimônio cultural e artístico no Brasil.²

Observando ainda o que diz Canani sobre a política federal de preservação e proteção patrimonial no Brasil é interessante ressaltar que:

A preocupação com a preservação de uma herança para as futuras gerações, inicialmente delineada no projeto de Mário de Andrade, tem originado uma série de leis, que, no seu conjunto, se complementam. O decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, organizou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que define o patrimônio como sendo: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Transformado posteriormente em Iphan, este órgão divide hoje a tarefa de identificação e tombamento do patrimônio histórico, cultural e artístico com estados e municípios.³

Já que o Iphan divide as tarefas no que se refere ao patrimônio histórico, cultural e artístico com estados e municípios, se faz necessário que cada instância governamental e aqui me refiro principalmente à instância do governo municipal de Palmeira, crie órgãos que chamem para si a responsabilidade de proteção e preservação de bens, não só criando leis, mas cumprindo o que dizem as leis já existentes,

² Ibid., p. 170.

³ Ibid., 170/171.

desenvolvendo políticas públicas com ações eficientes para a preservação e proteção do patrimônio. Esta mesma autora aponta ainda que a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural tem sido pensada em uma escala mundial, citando outros seguimentos que lutam pela preservação e proteção das várias formas de patrimônios.

Um marco importante no percurso da preservação do patrimônio cultural foi a criação da Unesco, em 16 de novembro de 1945 [...]. Dos encontros internacionais resultam “Recomendações”, a serem seguidas pelos países membros, sobre os procedimentos para a preservação dos bens de natureza material e imaterial.

Em 1964, é assinada a Carta de Veneza, difundindo mundialmente o conceito de patrimônio e as práticas de preservação a ele associadas. A partir desse momento, as idéias de conservação foram estendidas também às cidades e a malha urbana como um todo, privilegiando-se, dessa vez, os valores estéticos das construções.

A Constituição Federal de 1988 amplia a legislação relativa ao patrimônio cultural, e define as competências de promoção, regulamentação e fiscalização das práticas de preservação, atribuindo um papel mais significativo para o âmbito da administração municipal, e a participação popular nos processos.⁴

Acompanhando a discussão de Canani e trazendo-a para a realidade de Palmeira, entende-se que o poder executivo municipal é co-responsável juntamente com o Estado e a União por desenvolver políticas complementares efetivas de preservação e proteção patrimonial. Cabe também a população o dever e o direito de fiscalizar e cobrar atitudes concretas quanto à preservação e proteção do patrimônio visto que este não é apenas algo que deva ser preservado por si só, por valores intrínsecos a sua edificação, ou seja, a preservação tem como objetivo manter na vida de uma cidade o sentido de sua história. Como aponta Mesentier, o patrimônio é um lembrete de uma história passada que influencia na constituição da cidade tal como é hoje.

O patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda

a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-territorial.⁵

Do mesmo modo, Argan comenta sobre a perspectiva histórica de uma cidade, afirmando que os monumentos urbanos comunicavam a história das cidades de forma comemorativa e didática. É necessário entender que o patrimônio histórico não é constituído por todos os monumentos ideologicamente construídos com um objetivo específico numa cidade. O patrimônio é um bem escolhido e separado entre esses monumentos, é aquela edificação concebida como forma de concentração cultural e organização social que comunica continuamente um fragmento da história de uma cidade.

Os monumentos urbanos tinham uma razão não apenas comemorativa, mas também didática: comunicavam a história das cidades, mas comunicavam-na em uma perspectiva ideológica, ou seja, tendo em vista um desenvolvimento coerente com as premissas dadas. [...] sem esses pontos de concentração e irradiação cultural, não é concebível, até hoje, nenhuma forma de organização do ambiente.⁶

Sendo assim, este artigo buscou explorar e elucidar o que se tem feito no município de Palmeira para a preservação e proteção dos bens patrimoniais arrolados na política de tombamento do Estado.

O processo de tombamento de um bem material não visa somente preservar uma construção enquanto materialidade. Mais do que isto, o processo de tombamento visa à preservação da memória e da identidade de um povo, pois de acordo com Hall a identidade do sujeito é formada numa interação eu, sociedade e estrutura.

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

⁵ MESENTIER, Leonardo Marques. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. Revista Vivência n.º. 28, 167–177, 2005, p. 168. UFRN. Lagoa Nova, Natal – RN. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/28/PDF%20para%20INTERNET_28/revista%20VIV%C3%84NCIA_28.pdf Acesso em: 10/12/12.

⁶ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 244.

⁴ Ibid., 171/172.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós” contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.⁷

Assim, e de acordo com Hall, as identidades são formadas e modificadas numa interação contínua entre o mundo pessoal e cultural. Para Denipoti, as constituições das identidades não se fazem por meio estanque e finito, mas sim num processo recíproco onde se configuram um grande leque de interferências sociais, oriundas das relações e interrelações que se constroem e se reconstróem nos diversos tempos e espaços. Portanto, há uma forte tensão entre a questão da produção da identidade e o discurso normatizador homogêneo do “dever ser”, o ideal socialmente desejado em um contexto espaço-temporal e as práticas cotidianas continuamente submetidas às estruturas econômicas, políticas e sociais que articulam a vida de determinados agrupamentos humanos”⁸. Desse modo, o patrimônio histórico e cultural está intrinsecamente relacionado ao contexto histórico de tempos e espaços específicos, onde os indivíduos ou grupos humanos mantêm relações e constroem suas sociabilidades. Segundo Santos, a abordagem do patrimônio cultural tem uma abrangência conceitual que está relacionada à própria definição antropológica da cultura como “tudo o que caracteriza uma população humana ou o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social”.⁹

Tudo o que se refere ao espaço e ao tempo dentro das relações sociais, pode ser selecionado e registrado em nossa memória. Dentre esses registros, o patrimônio histórico de uma cidade é selecionado como prerrogativa do sentimento de fazer parte da

história do meio onde vivemos. Assim, Lemos analisa o patrimônio inseparável do meio.

O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Procura-se, então, relacionar o bem patrimonial (o monumento, que, inclusive, pode ser uma obra modesta) com o meio ambiente, com sua área envoltória, com o seu contexto sócio-econômico, recusando-se a encará-lo como trabalho isolado no espaço.¹⁰

Face aos questionamentos apresentados acima e procurando respostas ao objetivo de compreender as políticas públicas municipais para a preservação do patrimônio histórico em Palmeira, procurou-se conhecer as leis, diretrizes e decretos de proteção e preservação do patrimônio histórico, bem como se interar da aplicabilidade das ações e intervenções junto aos monumentos históricos no município de Palmeira, analisando também se estas ações estão de acordo com a Lei Estadual 1.211/53 que trata também sobre a manutenção das características originais de um bem tombado em caso de restauração.

Primeiramente se buscou uma análise comparativa e complementar dos documentos ao que concernem as leis de proteção e preservação do patrimônio histórico estadual e municipal sobre o processo de tombamento como um todo. Lei estadual 1.211/53 e Lei municipal nº. 2.623 de 14/11/2007. Segundo, sobre a existência em Palmeira do Conselho Municipal de Proteção Patrimonial e sua legislação, e terceiro foi escolhido especificamente dois desses imóveis tombados: um particular e outro público, fazendo um paralelo sobre sua utilização e preservação.

É nas impressões materiais e em todas as relações sociais e formas de expressões da vida cotidiana que os grupos sociais, a comunidade ou o povo de uma cidade, região ou nação se reconhecem como pertencentes a um determinado lugar. Para a efetivação desse reconhecimento, é necessária a preservação das experiências vividas, sejam elas resultantes das construções simbólicas ou materiais ligados ao patrimônio histórico e cultural de um povo. Entender a relação entre a necessidade de conservação do patrimônio histórico local e a história da comunidade perpassa a ideia de olhar somente o monumento histórico como

⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: 10ª edição. DP&A, 2002. p. 11-12.

⁸ DENIPOTI, Cláudio. et al. Pós-graduação - Cultura e Identidade - *História, Arte e Cultura*. Educação a Distância. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009, p. 101-102.

⁹ SANTOS, José L. dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 32.

¹⁰ LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 3ª. ed, 1990. p. 77.

um objeto que está ali edificado e deve ser preservado. É entender que a preservação guarda um conjunto de elementos que permeiam toda uma história de características e condicionantes do passado, e que, são de fundamental importância para o entendimento do presente, e projeções para o futuro.

Como fontes documentais foram aplicadas a análise de leis e decretos públicos, os quais se encontraram em arquivos públicos no próprio município. Algumas fotografias para fins de comparação em arquivo pessoal e a verificação sobre a existência do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio feito na Câmara Municipal. Como referenciais teóricos foram usados livros e trabalhos acadêmicos com credibilidade, de autores que abordam a temática. O recorte espacial é a cidade de Palmeira, o temporal é 2007, ano da instituição da Lei municipal nº. 2.623, até 2012.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O QUE DIZEM AS LEIS.

O município de Palmeira no Paraná é possuidor de um considerável conjunto de bens patrimoniais materiais tombados pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC). Este órgão é encarregado dos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná (Lei Estadual nº. 1.211/53). Suas ações referem-se às medidas necessárias ao tombamento, à restauração, à conservação e à divulgação desses bens culturais.

Na relação de bens tombados no município de Palmeira encontram-se¹¹: Arquibancada de Madeira do Estádio do Ypiranga Football Club, Inscrição Tombo 107-II, Processo Número 09/90, Data da Inscrição: 014 de dezembro de 1990; Capela Nossa Senhora das Pedras ou das Neves, Inscrição Tombo 114-II, Processo Número 03/91, Data da Inscrição: 026 de outubro de 1991; Casa Sede da Antiga Fazenda Cancela, Inscrição Tombo 96-II, Processo Número 04/89, Data da Inscrição: 15 de setembro de 1989; Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff, Inscrição Tombo 151-II, Processo Número 03/2002,

Data da Inscrição: 21 de setembro de 2004; Ponte do Rio dos Papagaios, Inscrição Tombo 41-II, Processo Número 42/73, Data da Inscrição: 03 de setembro de 1973; Prédio da Antiga Coletoria, Inscrição Tombo 152-II, Processo Número 03/2003, Data da Inscrição: 21 de setembro de 2004; Solar Conselheiro Jesuíno Marcondes de Sá, Inscrição Tombo 24-II, Processo Número 24/70, Data da Inscrição: 30 de março de 1970 e Solar Mandaçaia, Inscrição Tombo 150-II, Processo Número 03/2002, Data da Inscrição: 21 de setembro de 2004.¹² Dos oito bens tombados, quatro estão situados na cidade e quatro no interior do município de Palmeira.

Num breve levantamento sobre a situação atual dos bens tombados no município de Palmeira pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, Coordenação do Patrimônio Cultural observa-se que, os bens que se encontram “preservados” são de interesse e uso de instituições não governamentais ou governamentais, como: a Arquibancada de Madeira do Estádio do Ypiranga Football Club, que é de interesse da agremiação de futebol, a Capela Nossa Senhora das Pedras ou das Neves, pertencente à paróquia católica Imaculada Conceição, a Casa Sede da Antiga Fazenda Cancela, que abriga o museu alemão e é de interesse de associação da Colônia Witmarsum, a Ponte do Rio dos Papagaios é de responsabilidade da concessionária de pedágio Caminhos do Paraná, o Prédio da Antiga Coletoria e o Solar Conselheiro Jesuíno Marcondes de Sá são ocupados por órgãos da Prefeitura Municipal. Os que se encontram em processo de destruição ou já destruídos são de propriedade privada. Sendo eles: O Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff e o Solar Mandaçaia (este último não existe mais).

Tendo este trabalho como objetivo central compreender as políticas públicas municipais para a preservação do patrimônio histórico, se faz necessário o entendimento de conceitos como políticas públicas e patrimônio. Assim, vejamos o que diz o professor Elenaldo Celso Teixeira sobre políticas públicas.

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e

¹¹ Este artigo foi escrito originalmente no ano de 2012. Salientamos que desde então houve alteração na relação de Bens tombados pela Secretaria de Estado da Cultura com a inclusão do Bem Sítio Geológico Estrias Glaciais de Witmarsum.

¹² Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Tombamento Estadual e a Relação dos Bens Tombados**. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/menu/mapadosite.php> Acesso em: 12/12/12.

do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. [...] Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.¹³

Podemos entender então, que políticas públicas são princípios que norteiam todas as ações desenvolvidas pelo poder público, sistematizadas em documentos que podem ou não trazer benefícios a uma sociedade. Na perspectiva da preservação patrimonial as políticas públicas são fundamentais, pois são através delas que se organizam formas e se orientam as ações governamentais de proteção ao patrimônio.

A lei Estadual nº. 1.211/53, que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná, especifica em seu Artigo 1º o que constitui o patrimônio.

Artigo 1º. – Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado do Paraná e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciadas pela indústria humana.¹⁴

¹³ TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. UFBA. Salvador, 2002, p. 02. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf Acesso em: 10/12/12.

¹⁴ Secretaria de Estado da Cultura, Coordenação do Patrimônio Cultural - **Lei Estadual 1.211/53**. Palácio do Governo, Bento Munhoz da Rocha

Com base nessa Lei entende-se que todos os bens tombados no município de Palmeira pelo Estado possuem excepcional valor histórico, cuja preservação deva ser de interesse público, pois constituem também o patrimônio histórico local.

Por outro lado, a Lei Municipal nº. 2.623 de 14/11/2007 dispõe na Seção V, no Artigo Nº. 39, os objetivos da política municipal de patrimônio histórico, arquitetônico, natural e cultural em Palmeira, definindo:

- I – Tornar reconhecido pelos cidadãos o valor cultural do patrimônio;
- II - Garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
- III - Desenvolver o potencial turístico do patrimônio urbano e rural, de forma adequada, com base em seu patrimônio cultural e natural;
- IV - Estabelecer e consolidar a gestão participativa do patrimônio cultural;
- V - Implementar ações que promovam a proteção, preservação, manutenção e recuperação, de forma continuada, do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Natural, Arqueológico e Paisagístico do Município;
- VI - Criar mecanismos que garantam a preservação do patrimônio municipal.¹⁵

Analisando o que a federação, o estado e o município estabelecem por patrimônio, podemos compreender então que o conjunto de bens tombados no município de Palmeira constitui o patrimônio histórico e cultural dos palmeirenses, pois representam fatos memoráveis da história local por estar intimamente relacionados com a identidade, a cultura e o passado desta coletividade, ou seja, significam histórias de vidas de homens e mulheres que neste município viveram.

Por outro lado, a preservação ou não dos bens tombados no município de Palmeira parece estar condicionada a interesse de pequenos grupos ou pelo seu valor de uso na atualidade. Pois, todos os bens que estão aparentemente preservados são ocupados por

Neto. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba-PR, 1953. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5> Acesso em: 05/12/12.

¹⁵ Prefeitura Municipal de Palmeira. **Lei nº. 2.623 de 14/11/2007**. Plano Diretor Participativo do Município de Palmeira. Seção V, da Política Municipal de Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Natural e Cultural. Disponível em: http://www.palmeira.pr.gov.br/_uploads/does/midia_82.pdf Acesso em: 19/12/12

alguma instituição, como: museu, escola, clube de futebol, igreja, entre outros. Dessa forma, a impressão é que a preservação está vinculada a ocupação, a utilidade do edifício. Se tiver utilidade se preserva, se não tem utilidade, não há esta preocupação. Sobre o valor de uso dos monumentos históricos, Kersten fala o seguinte: “O valor de uso reaviva a utilização dos monumentos para atividades neles originalmente desenvolvidas – propriedade ideal para preservá-los. Isto não implica a absoluta necessidade de que a utilização do espaço devesse ser sempre a mesma”¹⁶. Como afirma Kersten, sobre o valor de uso, concordamos que este seja um caminho para a preservação, porém, no caso dos bens tombados em Palmeira, percebemos apenas o valor de uso, desvinculado do valor histórico e cultural contido em sua representação simbólica, desconsiderado das vivências históricas e das representações humanas ali desenvolvidas. Afirmamos isso pelo fato de que o patrimônio Solar Mandaçaia não existe mais, foi totalmente destruído e o Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff está em processo de destruição. Nestes dois patrimônios não-preservados, não se instalou nenhum órgão de utilidade pública. Outro questionamento é sobre o desconhecimento da grande maioria da população em relação à existência de bens tombados em Palmeira. Pois, segundo o trecho da Carta de Atenas, deliberada em 1933:

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano.¹⁷

Pensando o patrimônio a partir desse pressuposto, ou seja, um acontecimento contínuo e constante de construção/re-construção, Santos afirma que o patrimônio não pode ser visto somente como um monumento edificado ou uma construção material

de um determinado lugar. A noção de patrimônio vai além destas singularidades.

O patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. Ultrapassam-se a monumentalidade, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, porém, sem abrir mão de continuar contemplando a preservação dos objetos de arte e monumentos eleitos ao longo de tantos anos de trabalho como merecedores da especial proteção¹⁸

Indaga-se o porquê de preservar, o que preservar e como preservar. Segundo Lemos, devemos preservar o que é significativo dentro das memórias sociais, e a ideia de patrimônio vem junto com a existência de valor como justificativa de sua importância. As relações humanas fazem parte das construções materiais como também e principalmente, das manifestações humanas que ocorreram em determinado local.

Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do patrimônio Cultural. Essa a justificativa do “por que preservar”¹⁹

Portanto, a preservação é o objetivo maior do tombamento e visa preservar referenciais, marcas e marcos da vida de uma sociedade e de cada uma de suas dimensões interativas.

Segundo Kersten, o município de Palmeira recebeu incentivo para desenvolver ações, pesquisas e criação da Associação de Preservação do Patrimônio.

A secretaria de cultura incentivou pesquisas e ações em diferentes áreas, num trabalho disciplinar, com apoio técnico de outras secretarias. Alguns municípios como Antonia, Palmeira, Castro, São Mateus do Sul, Morretes e Jacarezinho, Criaram Associações de Preservação do Patrimônio, respondendo à solicitação de Secretaria. [...] O trabalho de pesquisa privilegiou o patrimônio entendido como registro das manifestações culturais, materiais e simbólicas, para determinados segmentos da sociedade, normalmente, desconsiderados pelas políticas culturais.²⁰

¹⁶ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História*. Curitiba: Editora UFPR, 2000, p. 40.

¹⁷ INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), *Carta de Atenas*, 1933, p. 52. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1766>. Acesso em: 20/12/12

¹⁸ SANTOS, José L. dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 43-44.

¹⁹ LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 3ª. ed, 1990, p. 29.

²⁰ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História*. Curitiba: Editora UFPR, 2000, p.148.

A partir de pesquisa e estudo em documentos oficiais do município e por constatação em visita aos bens tombados acredita-se que pouco ou quase nada se tem feito para preservação do patrimônio histórico. Por mais que exista uma legislação de preservação do patrimônio em Palmeira, não se constatou a existência de Associações de Preservação, como Kersten citou, assim como também de ações governamentais de preservação e proteção e nem tão pouco ações ou projetos referentes o que diz o Item I do Art. 39 – da Lei Municipal nº. 2.623 de 14/11/2007 – que é tornar reconhecido pelos cidadãos o valor cultural do patrimônio. O que existem são pouquíssimas pesquisas acadêmicas não vinculadas a projetos políticos municipais ou a políticas públicas.

Outra lei municipal referente à preservação do patrimônio no município de Palmeira é a Lei Municipal nº. 04/96. Vejamos o que apresenta esta lei. “Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Natural e Cultural do Município de Palmeira, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e institui o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Palmeira”²¹. No capítulo I, Artigo 2º. - esta Lei identifica a constituição dos patrimônios no Município de Palmeira.

Artigo 2º. - O patrimônio natural e cultural do Município de Palmeira é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico e/ou científico.²²

Já o capítulo II, artigo 5º. da mesma legislação, criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, “de caráter deliberativo e consultivo, integrante da Secretaria Municipal de Cultura”.²³

A Lei Municipal nº. 04/96 de 1999 criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, porém, analisando o Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio, este data de 13 de julho de 2004, portanto, há uma discrepância muito grande entre a data da lei que criou o Conselho e a data do

Regimento Interno do Conselho. Outra observação importante é que o Regimento Interno do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Palmeira, está consoante à Lei nº. 2274 de 10/07/2003 Código de Postura do município e não a Lei Municipal nº. 04/96 que criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Percebe-se assim, que este importante documento é falho, está desvinculado da própria Lei que o criou, como também, é perceptível que não houve preocupação por parte de quem criou o Conselho em conhecer e entender a Lei Municipal do Patrimônio Cultural.

Artigo 1º. – O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPHAC, consoante a Lei nº. 2274 de 10.07/2003, constitui órgão deliberativo e consultivo, auxiliar na formação, acompanhamento e avaliação da política relativa ao Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Palmeira, como unidade de direção superior do Departamento de Cultura, Meio Ambiente e Turismo.²⁴

Segundo um dos primeiros membros do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Palmeira, em conversa informal relatou que o Conselho existiu por apenas alguns meses e nada de concreto foi realizado. Também informou que nunca existiu um Fundo de Proteção do Patrimônio em Palmeira previsto na Lei Municipal nº. 2.623 de 14/11/2007. Outra questão é sobre o Artigo 4º da Lei Municipal nº. 04/96, definindo que “Fica instituído o Livro do Tombo Municipal destinado à inscrição dos bens que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural considerar de interesse de preservação para o Município”.²⁵ Pesquisando em documentos na Secretaria de Cultura não se encontrou nenhum Livro Tombo, como também se verificou a não existência de bens tombados pelo Município, há apenas os bens tombados pelo Estado, porém, não se encontrou nenhuma documentação no município em relação ao tombamento destes bens. Parece não haver preocupação em possuir ou guardar este tipo de documentação. O Regimento Interno do Conselho hoje faz parte do acervo documental do Museu Histórico de Palmeira.

²¹ Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná. Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96. Gabinete do prefeito municipal de Palmeira, 13 de agosto de 1999.

²² Ibid., p. 01.

²³ Ibid., p. 01.

²⁴ **Regimento Interno do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Palmeira**, Palmeira 2004. Documento encontrado no Museu Histórico e Geográfico de Palmeira.

²⁵ Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná. **Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96**. Gabinete do prefeito municipal de Palmeira, 13 de agosto de 1999.

2.2 PRÉDIO DA ANTIGA COLETORIA E IMÓVEL DE MADEIRA E ALVENARIA SITUADA À RUA MAX WOLFF.

Neste trabalho desenvolveu-se uma análise geral sobre as políticas públicas municipais de preservação e proteção ao patrimônio histórico no município de Palmeira, contudo, para continuar nossa análise será exposta a situação atual de dois patrimônios, o Prédio da Antiga Coletoria, Inscrição Tombo 152-II, Processo Número 03/2003, Data da Inscrição: 21 de setembro de 2004, e o Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff, Inscrição Tombo 151-II, Processo Número 03/2002, Data da Inscrição: 21 de setembro de 2004. A escolha destes bens não desqualifica os demais, no entanto, ela se deu pelo fato de ser o primeiro, um bem público e o segundo, um bem de propriedade privada.

O Prédio da Antiga Coletoria, Inscrição Tombo 152-II, Processo Número 03/2003, Data da Inscrição: 21 de setembro de 2004 na Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná em Palmeira foi construído em 1904, com inauguração em 1907, abrigou inicialmente o Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, primeira escola de Ensino Primário da cidade. Depois abrigou o Fórum Estadual de Justiça, a Coletoria Estadual, o Centro Cultural de Palmeira, o Campus Universitário da UEPG e hoje é sede da Escola Municipal Imaculada Conceição.²⁶



Fonte: Secretaria de Estado - Prédio da Antiga Coletoria – Palmeira, 2004.



Fonte: Inez Kuhn- Prédio da Antiga Coletoria - Palmeira, fevereiro de 2013

As imagens acima são do Prédio da Antiga Coletoria, bem tombado em Palmeira no ano de 2004. Pelas fotografias podemos perceber que o imóvel está aparentemente conservado. O edifício abriga atualmente a Escola Municipal Imaculada Conceição, órgão público municipal. A pintura do Prédio teve como responsável a Prefeitura Municipal de Palmeira. Porém, a cor da pintura atual não corresponde à cor original na época do tombamento. Estas mesmas cores são usadas como cor padrão em todos os imóveis que abrigam órgãos públicos da Prefeitura de Palmeira, portanto, pode-se não estar de acordo com o que diz a Lei Estadual 1.211/53, Artigo 14.

Artigo 14 - As coisas tombadas não poderão em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização do Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento (50%) do dano causado.²⁷

Outra questão é em relação à placa de inauguração do Campus Universitário da UEPG em Palmeira em 1992, fixada em frente (lado direito) do Prédio. Quando por ocasião do tombamento em 2004, a placa com o logotipo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e indicação do campus já se encontrava no local. Em dezembro de 2012, a placa foi totalmente coberta por azulejos com o logotipo de Escola Municipal Imaculada Conceição, além da derrubada de árvores modificando o paisagismo do entorno. Sobre o entorno de bens tombados, vejamos o que diz a Lei

²⁶ KUHN, Inez; CHAVES, Maria, A. de. **Prédio da Antiga Coletoria, Patrimônio Histórico Tombado em Palmeira: Vivências e Memórias (1907-2004)**. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa/Universidade Aberta do Brasil, 2012.

²⁷ Governo do Estado do Paraná Patrimônio Cultural-Bens Tombados. **Lei Estadual 1.211/53**. Palácio do Governo, Bento Munhoz da Rocha Neto. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba-PR, 1953.

municipal nº. 04/96 de 1999. “Artigo 20 – As construções, demolições, paisagismo no entorno ou ambiência do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento. Em dúvida ou omissão deverá ser ouvido o COMPHAC”.²⁸ Porém, o COMPHAC, Conselho Municipal do Patrimônio Cultural não existe, assim, não pode ser ouvido.

O Artigo 14 da Lei Estadual 1.211/53, diz que as coisas tombadas não poderão ser pintadas sem prévia autorização do Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná, no entanto, não encontramos nenhum tipo de documento oriundo do Estado, autorizando a pintura do Prédio, nem a modificação da placa. Isso demonstra o não cumprimento da legislação pertinente. Se tratando de patrimônio tombado, para qualquer intervenção deve haver uma autorização da Secretaria de Estado da Cultura. Neste caso, vejamos também o que diz o Artigo 19 da Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96 de 1999. “Artigo 19 – O bem tombado não poderá ser descaracterizado”.²⁹ Pela situação exposta acima consideramos a descaracterização do patrimônio e descumprimento da Lei Municipal do Patrimônio Cultural.

O Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff, Inscrição Tombo 151-II, Processo Número 03/2002, Data da Inscrição: 21 de setembro de 2004 também é um dos bens tombados pela Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná em Palmeira. Seu histórico diz.

O imóvel residencial, que em 1923 foi construído pelo Coronel Diogo Antônio de Freitas, para a sua filha Emília, casada com o Urbano Camargo, é um raro exemplar de arquitetura de madeira com varanda em alvenaria, em arcos, complementado por telhado com cumeeiras cruzadas, conferindo assim ao edifício uma singularidade arquitetônica muito expressiva. Pela sua implantação, na via de acesso à cidade é, até hoje, uma referência àqueles que chegam à cidade de Palmeira.³⁰

²⁸ Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná. **Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96**. Gabinete do prefeito municipal de Palmeira, 13 de agosto de 1999.

²⁹ Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná. **Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96**. Gabinete do prefeito municipal de Palmeira, 13 de agosto de 1999.

³⁰ Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Tombamento Estadual e a Relação dos Bens Tombados**. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/menu/mapadosite.php> Acesso em: 20/12/12



Fonte: Secretaria de Estado-Imóvel de Madeira e Alvenaria-Palmeira, 2004.



Fonte: Inez Kuhn – Imóvel de Madeira e Alvenaria - Palmeira, 2012.

Como podemos constatar pelas fotografias, fazendo comparativo entre a foto da época do tombamento e a foto atual, que o Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff, nome assim designado no Livro Tombo do Estado do Paraná, encontra-se abandonado e em processo de destruição. Com sua arquitetura singular em ruínas, hoje não faz mais referência àqueles que chegam à cidade de Palmeira. Pelo contrário, servindo de abrigo a mendigos, usuários de droga e prostituição, é visto pela comunidade como um casarão velho, abandonado, feio e incômodo. Segundo Félix, o processo de identificação tem a ver com imagens, ou seja, “o processo de identificação é um processo de construção de imagens e, como tal, terreno propício à manipulação”.³¹ A falta de cui-

³¹ FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, RS, 1998, p. 38

dado, de preservação deste bem, está desenvolvendo um processo de recusa e de desprezo. Num primeiro olhar a imagem do imóvel que se vê manipula a sua leitura para somente aspectos negativos. Na situação de completo abandono que se encontra o Imóvel de Madeira e Alvenaria, além da falta de ações afirmativas de preservação é difícil à identificação deste bem pela comunidade palmeirense como um patrimônio histórico. Este tipo de pensamento impacta frontalmente a ideia de preservação, de valorização do patrimônio histórico a ser preservado apresentado por diversos autores.

Vejamos o que diz a Lei Estadual 1.211/53 em seus Artigos 16 e 17 respectivamente.

Artigo 17 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de quinhentos cruzeiros (sic), elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 16 – O proprietário da coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requer, levará ao conhecimento da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.³²

A Lei Municipal 04/96 em seu Artigo 1º. - Parágrafo único, diz.

Artigo 1º. – A preservação do patrimônio natural e cultural é dever de todos os cidadãos.

Parágrafo único – O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio natural e cultural do município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim editados.³³

De acordo com as Leis, o Imóvel de Madeira e Alvenaria situada à Rua Max Wolff, deveria ter vigilância e inspeção do Estado, proteção especial do Município e também o requerimento de recursos para conservação e reparação pelo proprietário. Assim,

entende-se que a responsabilidade de preservação e proteção de um patrimônio histórico é de todos. Neste todo, se insere o poder público e a comunidade em geral. Preservando está se valorizando e consagrando aquilo que é comum a um determinado grupo social no tempo e no espaço. Entendendo que o patrimônio tombado em Palmeira foi construído com dinâmicas das experiências coletivas, este patrimônio é, portanto e primeiramente, patrimônio do povo palmeirense.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sobre as políticas públicas municipais para a preservação e proteção do patrimônio histórico tombado no município de Palmeira pela Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, não finda em si sua escrita, muito mais há que se refletir e questionar visto o que diz o Artigo 1º. – da Lei Municipal 04/96 “A preservação do patrimônio natural e cultural é dever de todos os cidadãos”.³⁴

Um patrimônio histórico tombado constitui-se sob a ideia de coletividade, de memória e histórias de vários grupos sociais, isso não só legitima o tombamento desse bem como também a necessidade de proteção e preservação. É claro que a criação de leis, como instrumentos burocráticos e reguladores de proteção e preservação são de extrema necessidade, mas, isso só não levará a uma melhoria da preservação, caso não haja uma mudança de pensamento, uma concepção de consciência histórica quanto à preservação participativa e democrática como dever e direito de todos. Sabemos que existem caminhos que podem ajudar a dar um novo tratamento ao patrimônio de uma cidade, mas, isso só será possível com ações políticas vinculadas a políticas públicas efetivas e concretas. Um desses caminhos é apontado por Lemos.

A primeira norma de conduta ligada ao “como preservar” é manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais. Mas isso não é fácil. O grande problema é que os movimentos preservadores sempre já encontram as construções de interesses arruinadas, mutiladas, aviltadas por

³² Governo do Estado do Paraná Patrimônio Cultural-Bens Tombados. **Lei Estadual 1.211/53**. Palácio do Governo, Bento Munhoz da Rocha Neto. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba-PR, 1953, p. 02.

³³ Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná. **Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96**. Gabinete do prefeito municipal de Palmeira, 13 de agosto de 1999.

³⁴ Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná. **Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96**. Gabinete do prefeito municipal de Palmeira, 13 de agosto de 1999.

acréscimos espúrios, descaracterizadas e muitas vezes irrecuperáveis.³⁵

É através da valorização do passado de uma sociedade, que buscamos as origens das identidades sociais do presente, oriunda da concepção de consciência histórica. Nesse anseio coletivo, a memória e a história constituem possibilidades de acesso ao passado. Desse modo, a história local deve ser conhecida e valorizada, como também as leis, neste caso específico, que regem as ações dos nossos governantes nas questões da preservação patrimonial e cultural do lugar onde nascemos e vivemos. Portanto, conhecendo, exerceremos nosso direito democrático de cidadania, e cobraremos a responsabilidade daqueles que tem a obrigação de garantir de forma material ou imaterial, a manutenção e preservação da nossa história.

Considera-se que grande parcela da comunidade palmeirense desconheça que o município é detentor de vários monumentos históricos e muito menos que estão tombados e devem ser preservados e cuidados pelos poderes públicos. Outros, apenas compreendem e se interessam pelos prédios, pela construção material, pelo objeto de uso cotidiano. Assim, é preciso que se cumpra o que diz o “Artigo nº. 391, item I da Lei Municipal nº. 2.623 de 14/11/2007 - Tornar reconhecido pelos cidadãos o valor cultural do patrimônio”,³⁶ como também conhecer e divulgar as questões positivas e negativas em relação ao patrimônio histórico de Palmeira, cobrar dos governantes formas eficientes de integração à vida social ali presente, desenvolvendo ações que busquem o envolvimento da população nos processos de valorização e preservação. Dessa forma a população conseguirá reconhecer-se como membro participante e não apenas como espectadora do patrimônio histórico e cultural de sua comunidade. É conhecendo e valorizando seus patrimônios e suas culturas, que os sujeitos podem conhecer, entender e valorizar outros patrimônios, outras culturas e assim, compreender a importância de mantê-los vivos na memória, protegendo e valorizando seu patrimônio e sua

cultura como forma de preservar suas características e suas identidades.

As Leis Municipais de proteção ao patrimônio existem e em seu conjunto são excelentes e complementares a outras leis também existentes. Porém, o que percebemos é que as próprias leis deixam de ser cumpridas e, portanto, por si só não garante a preservação e proteção do patrimônio histórico. “O estudo da cultura não poderia buscar leis, mas sim os significados destas teias que envolvem os homens e suas relações sociais”.³⁷ Ou seja, o estudo da cultura e o patrimônio seja material ou imaterial é parte integrante da cultura, ultrapassa o sentido frio que as leis possuem, deve ser interpretado com os significados que representam as experiências, as trocas, as interações e as ações coletivas dos homens. Entender a cultura como um conjunto complexo de sentidos e significados construído socialmente por um grupo humano ultrapassa o que qualquer legislação propõe. Assim, Kersten pergunta e responde. “O que são, em sua concretude, uma casa, um parque, uma árvore? Meros sinais. Mas quando sacralizados patrimônios assumem aura simbólica, fazem reviver no imaginário situações fragmentárias que adquirem sentido e permitem simbolizar, referir... Tornam-se mitos, tornam-se história...”³⁸

4 REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo. Martins Fontes, 1992.
- CÂMARA Municipal de Palmeira, Estado do Paraná. **Lei Municipal do Patrimônio Cultural nº. 04/96**. Gabinete do prefeito municipal de Palmeira, 13 de agosto de 1999.
- CANANI, Aline Sapiezinskas Kràs Borges. **Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a09v1123.pdf> Acesso em: 15/11/11
- CONSELHO do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Palmeira: **Regimento Interno do Conselho**. Palmeira 2004.

³⁵ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 3ª. ed, 1990, p. 69.

³⁶ Prefeitura Municipal de Palmeira. Lei nº. 2.623 de 14/11/2007 que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Palmeira. Seção V, da Política Municipal de Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Natural e Cultural. Disponível em: http://www.palmeira.pr.gov.br/_uploads/does/midia_82.pdf Acesso em: 19/12/12

³⁷ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Editora UFPR, 2000, p. 28.

³⁸ *Ibid.*, p. 24.

DENIPOTI, Cláudio. et al. Pós-graduação - Cultura e Identidade - **História, Arte e Cultura**. Educação a Distância. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009.

www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf Acesso em: 10/12/12.

FÉLIX, Loiva Otero. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo. RS, 1998.

GOVERNO do Estado do Paraná Patrimônio Cultural-Bens Tombados. **Lei Estadual 1.211/53**. Palácio do Governo, Bento Munhoz da Rocha Neto. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba-PR, 1953

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: 10ª edição. DP&A, 2002.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), **Carta de Atenas**, 1933, p. 52. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1766> . Acesso em: 20/12/12

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

KUHN, Inez; CHAVES, Maria, A. de. **Prédio da Antiga Coletoria, Patrimônio Histórico Tombado em Palmeira: Vivências e Memórias (1907-2004)**. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa/Universidade Aberta do Brasil, 2012.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 3ª. ed, 1990.

MESSENTIER, Leonardo Marques. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. Revista Vivência nº. 28, 167–177, 2005, p. 168. UFRN. Lagoa Nova, Natal – RN. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/28/PDF%20para%20INTERNET_28/revista%20VIV%20C3%8ANCIA_28.pdf Acesso em: 10/12/12.

PREFEITURA Municipal de Palmeira. **Lei nº. 2.623 de 14/11/2007** que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Palmeira. Seção V, da Política Municipal de Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Natural e Cultural. Disponível em: http://www.palmeira.pr.gov.br/_uploads/does/midia_82.pdf Acesso em: 19/12/12

SANTOS, José L. dos. **O que é cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

SECRETARIA de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Tombamento Estadual e a Relação dos Bens Tombados**. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/menu/mapadosite.php> Acesso em: 12/12/12.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. UFBA. Salvador, 2002. Disponível em: <http://>

A GESTÃO DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

THE MANAGEMENT OF MACROECONOMIC POLICIES BY THE GOVERNMENT DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Gustavo Henrique Leite de Castro*
Marcia Regina Gabardo da Camara**

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo principal analisar o comportamento das políticas: monetária, fiscal, cambial, industrial e os seus desdobramentos na taxa de crescimento econômico e na taxa de desocupação no período do governo Dilma Rousseff (2011-2016). Para tanto, realizou-se uma revisão da literatura teórica sobre políticas governamentais keynesianas, desenvolvimentista e novo-desenvolvimentista e empírica sobre as políticas adotadas na gestão da presidente, juntamente com os dados do Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os resultados apontam que embora houvesse um esforço do governo na busca do crescimento econômico e social através da “nova matriz econômica”, os resultados foram negativos, tais como: baixo crescimento e um quadro de inflação elevada.

Palavras-chave: Economia brasileira, política econômica, crescimento econômico.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to analyze the behavior of monetary, fiscal, foreign exchange and industrial policies and their unfolding of economic growth rate and unemployment rate in the period of government Dilma Rousseff (2011-2016). In order to do so, he undertook a review of the Keynesian, developmental and new-developmental and empirical government policy theory on the policies adopted in the management of the presidency, together with data from the Central Bank of Brazil (BACEN), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) And the Institute for Applied Economic Research (IPEA). The results indicate that although there was a government effort to seek economic and social growth for “new economic matrix”, the results were negative, such as: low growth and a high inflation.

Key-words: Brazilian economy, economic policy, economic growth.

* Economista pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), mestrando em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Endereço eletrônico: castro.guh@gmail.com.

** Professora do Programa de Mestrado em Economia Regional e do Curso de Graduação em Economia – UEL. Endereço eletrônico: mgabardo@sercomtel.com.br

1 INTRODUÇÃO

Quando Dilma Rousseff assumiu a presidência, o Brasil apresentava indicadores macroeconômicos satisfatórios advindos do governo Lula (2003-2010) mesmo apesar dos impactos da crise de 2008 e da paulatina recuperação do mercado internacional. A proposta da “Nova Matriz Econômica” tinha como objetivo avançar no processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Porém, ao final de seu mandato, a economia enfrentava baixo ritmo de crescimento, um quadro de inflação acima do centro da meta, fragilização dos indicadores fiscais, desequilíbrio externo e instabilidade política (SABOIA, 2014; CURADO, 2015; SINGER, 2015).

Assim, o objetivo deste artigo é analisar o comportamento das políticas: monetária, fiscal, câmbio, industrial e seus respectivos resultados na esfera econômica no governo Dilma Rousseff entre o período de 2011 a 2016¹. É evidente que a explicação mais completa do governo Dilma Rousseff requer discutir um amplo conjunto de elementos políticos, sociais e econômicos, o que foge aos objetivos e limites deste trabalho. Assim, ainda que limitado em seu alcance, o trabalho irá demonstrar que as opções de política econômica no campo monetário, fiscal, cambial e industrial contribuíram para os resultados observados.

A justificativa deste artigo se dá pela relevância do estudo da economia brasileira contemporânea, uma vez que a literatura destaca que as mediadas de política macroeconômica adotadas contribuíram para gerar uma crise, assim, esses são os desafios do novo presidente (Michel Temer) e é nesse sentido que este artigo está pautado.

A metodologia a ser utilizada será a revisão da literatura teórica sobre políticas governamentais keynesianas, desenvolvimentista e novo-desenvolvimentista e empírica sobre as políticas adotadas na gestão Dilma Rousseff (2011-16), bem como, análise dos dados macroeconômicos disponíveis no BACEN, IBGE, IPEA e Tesouro Nacional.

Para atender tais intentos, este estudo encontra-se dividido em 5 seções: a primeira seção se trata de uma introdução; a segunda apresenta uma breve revisão teórica sobre o keynesianismo, desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo; a terceira

seção traz a fundamentação das políticas econômicas do governo Dilma Rousseff, bem como as subseções tratam especificamente das políticas: monetária, fiscal, cambial e industrial; a quarta seção se ateu em apresentar os desdobramentos das políticas macroeconômicas na taxa de crescimento econômico e na taxa de desocupação, e por fim, a última seção trata-se das considerações finais.

2 KEYNESIANISMO E O DESENVOLVIMENTISMO

O debate em torno da intervenção estatal está interligado com a Grande Depressão de 1929. Conforme destaca Lopes e Vasconcellos (2014), a crise econômica mundial, estabelecida no final da década de 1920 proporcionou aos economistas de todo o mundo o desafio de lidar com um acontecimento teoricamente inexplicável, a Grande Depressão. A teoria econômica até então vigente firmava-se na concepção da autorregulação do mercado, isto é, a não intervenção do Estado. O desemprego foi crescente nos primeiros anos da crise e atingiu o pico de 25% no ano de 1933.² Segundo Gremaud (2005), neste cenário, a crise de 1930 é notoriamente o período da disseminação do intervencionismo, ela se alastrou rapidamente por todo o mundo e chegou ao Brasil.

Diante do exposto, Mankiw (2015) destaca que o ambiente macroeconômico proporcionou condições para o surgimento de novas explicações como a do economista britânico John Maynard Keynes em 1936, que revolucionou a economia quando propôs uma nova forma de análise, pois afirmava que uma demanda agregada baixa é responsável pela redução da renda e pelo desemprego elevado que caracterizam declínios econômicos.³ Para Lopes e Vasconcellos (2014), o keynesianismo surgiu com diversas críticas ao modelo vigente e por meio delas justificou a intervenção do Estado em prol de regulações nos desequilíbrios dos mercados. Para estabilizar a economia, Keynes propôs uma atuação mais efetiva do Estado, tanto por meio de gastos públicos, que compensassem a falta de demanda privada, quanto pelo direcionamento e incentivos aos investimentos, via redução de carga tributária.

² Para saber mais sobre as consequências da Grande Depressão ver: Lopes e Vasconcellos (2014).

³ Para saber mais sobre a Teoria Keynesiana e suas aplicações ver: Mankiw (2014) e Froyen (2003).

¹ De 01/01/2011 até 31/08/2016, data essa onde o Vice-presidente Michel Temer assume definitivamente o governo central.

Porém, o keynesianismo é um dos pensamentos que norteia o desenvolvimentismo. Segundo Bielschowsky (1988, p.7), o desenvolvimentismo pode ser definido como a “ideologia de transformação da sociedade brasileira.” Já Mollo e Fonseca (2013) descreve que o desenvolvimentismo é um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, sob o prisma de que esta não adviria das forças do mercado, assim seria indispensável à atuação do estado como indutor e planejador do desenvolvimento.

Ainda para Mollo e Fonseca (2013) o desenvolvimentismo por parte dos marxistas, traduz-se em proporcionar ao trabalhador uma posição melhor na relação capital-trabalho. Já por parte dos keynesianos, trata-se, em particular, tanto da política fiscal, quanto com as políticas monetárias e cambiais, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico ao adotar políticas voltadas ao pleno emprego e ao aumento da produção. Por fim, o autor ainda destaca que o desenvolvimento para os estruturalistas, tratando-se não apenas em uma política anticíclica do estado, mas ações mais persistentes e de longo prazo ou “[...] no sentido de melhorar a renda dos grupos sociais de rendas inferiores e médias, e sua participação progressiva na distribuição da renda global” (Prebisch, 1961, p.35).

Assim, o desenvolvimentismo na América Latina pode ser atribuído a diferentes correntes teórica, se referindo principalmente à ação estatal (Malta, 2011; Boianovsky, 2010; Fonseca, 2000; e Bielschowsky, 1988).

2.1 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Ao ser assumido parcialmente pelos autores, o adjetivo “novo” em seu nome, faz-se referência a alguma crítica atribuída à ortodoxia, destacando, em particular, a associação entre desenvolvimentismo e irresponsabilidade fiscal ou despreocupação inflacionária (MOLLO e FONSECA, 2013). Nas palavras de Bresser-Pereira (2006, p.8) “[...] a ortodoxia convencional torna o desenvolvimentismo uma expressão depreciativa: identifica-o com o populismo ou a irresponsabilidade em matéria de política econômica”.

Sicsú et al. (2005) destaca que o novo desenvolvimentismo refere-se a uma nova realidade diversa daquela da substituição de importações. Já para

Bresser-Pereira (2004) é uma proposta de atualizar a adaptar a estratégia desenvolvimentista. Contudo, Mollo e Fonseca (2013) referem-se ao novo desenvolvimentismo a um estágio de desenvolvimento de uma economia recentemente industrializada, diferente de uma economia com indústria consolidada.

A pesquisa de Morais e Saad-Filho (2011) que tem como objetivo analisar a política heterodoxa com a sua nova proposta política macroeconômica, discorrem que o novo desenvolvimentismo é um novo consenso de política econômica, esse consenso envolve uma repactuação do poder incluindo parte considerável das elites econômicas e das classes populares em torno do objetivo de desenvolvimento com equidade social.

Já de acordo com Castelo (2012) o novo desenvolvimentismo pode ser descrito como: i) como um projeto político e ideológico, é muito distinto da concepção nacional-desenvolvimentista, seja a original formulada e implementada em países como Estados Unidos e Alemanha, seja a cópia infiel latino-americana (*desarrollismo*); ii) o novo desenvolvimentismo tem convergências com o Consenso de Washington e o Pós-Consenso de Washington; e iii) o novo desenvolvimentismo é apresentado como um programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal (contudo ele incorpora elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento). Por fim, o autor conclui que o novo desenvolvimentismo não apresenta nenhuma concepção distinta de desenvolvimento. Ele é fortemente crítico em relação ao nacional-desenvolvimentismo e as convergências com a ortodoxia convencional são evidentes.

3 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

A popularidade do presidente Lula entre todas as classes sociais, especialmente entre a população mais pobre, resultou na indicação de Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil do governo Lula, como candidata do PT à presidência. A vitória de Rousseff significou a continuidade das políticas econômicas e sociais do governo Lula, simbolizada pela manutenção de Guido Mantega no Ministério da Fazenda e de Alexandre Tombini para a presidência do Banco Central (DE LACERDA ET AL.2013). Conforme

destaca Abreu et al. (2014) entusiasmada com a política macroeconômica do segundo mandato do governo Lula, a Presidente Dilma Rousseff, aprofundou a “opção desenvolvimentista” e continuou insistindo em políticas de expansão da demanda e nas possibilidades de afrouxamento fiscal com base em contabilidade criativa.

Como ressaltado, a opção desenvolvimentista abriu a oportunidade de colocar em prática “a nova matriz econômica”. Conforme destaca Singer (2015), para continuar as reformas graduais do governo Lula era preciso que o PIB crescesse cerca de 5% ao ano. A perda de velocidade eliminaria a margem necessária para combater a pobreza. Na nova matriz econômica, política anticíclica adotada no primeiro mandato de Dilma, destacam-se as seguintes ações: i) redução dos juros; ii) uso intensivo do BNDES; iii) aposta da reindustrialização; iv) desoneração fiscal; v) plano para a infraestrutura; vi) reforma no setor elétrico; vii) desvalorização cambial; viii) controle de capitais e; ix) proteção à indústria nacional.

Para verificar os instrumentos de política macroeconômica utilizada para angariar os objetivos da nova matriz econômica, os próximos subtópicos retrataram exclusivamente das políticas: monetária, fiscal, cambial, industrial e os seus desdobramentos.

3.1 POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária do governo Dilma Rousseff, apesar de não ter abandonado o regime de meta de inflação, mudou o seu comportamento, uma vez que as críticas das políticas de metas de inflação após a crise mundial (*Committee on International Economic Policy and Reform*, 2011; Svensson, 2012), colocaram em evidência essa medida, se tornando agora um instrumento ao invés de uma meta da política monetária.

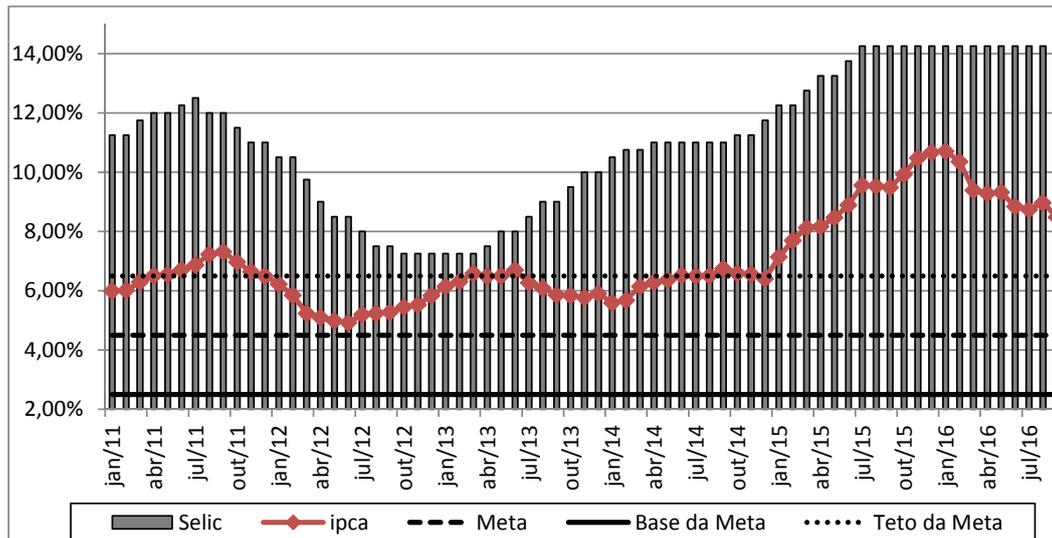
A nova prática dizimou-se nos bancos centrais ao redor do mundo e teve reflexo na condução da política monetária no País, entretanto, a mudança não pode ser creditada só a este fator, pois o desejo de buscar o crescimento econômico colocou em primeiro plano a questão do nível da taxa de juros (LOPREATO, 2015). De acordo com Cagnin et al. (2013) e Lopreato (2015), a escolha de Alexandre Antonio Tombini conteve o conflito entre o Banco Central (Henrique Meirelles) e o Ministério da Fazenda (Guido Mantega)

e segundo Nakano (2012a; 2012b), ampliou a autonomia do órgão em relação ao mercado, beneficiando a interação das instâncias decisivas na condução da política macroeconômica. Essas mudanças tiveram duas consequências importantes: possibilitaram a ampliação do grau de liberdade de ação do Bacen ante as flutuações da atividade econômica e produziram uma melhor coordenação da política monetária com as demais políticas macroeconômicas (CAGNIN et al. 2013).

A redução expressiva da taxa Selic a partir de julho de 2011 – atingindo 7,25% a.a. em outubro de 2012 – contrariou vários interesses e colocou o Banco Central sob pressão, bem como fomentou o debate sobre as eventuais mudanças provocadas pelo baixo patamar dos juros reais (ver gráfico 1). Conforme destaca Lopreato (2015), a sustentação deste quadro de juros baixos repercutiu em diferentes dimensões da economia, como: i) na dinâmica dos investimentos; ii) no financiamento de longo prazo e; iii) na gestão da dívida pública. Ainda de acordo com o autor, a menor rentabilidade dos títulos públicos tiveram como consequência perdas à riqueza financeira, assim estimulou os gestores da poupança financeira à buscarem aplicações alternativas, com prazos e riscos maiores, como meio de recuperar a rentabilidade condizentes com um quadro de juros baixos.

Autores como Cagnin et al. (2013) e Abreu et al. (2014), descrevem que o contexto entre 2011 e 2012 foi condicionado pelo aprofundamento da crise da área do euro. Diante da acentuada desaceleração da atividade econômica, o governo adotou medidas anticíclicas como a redução da taxa básica de juros, estímulos creditícios e desoneração tributária. A deterioração do cenário externo e a desaceleração da inflação abriram caminho para a reorientação dos objetivos da política econômica para priorizar a diminuição do diferencial entre a taxa básica de juros brasileira (Selic) e as taxas de juros internacionais.

Gráfico 1. Metas de inflação, Taxa Selic e IPCA entre 2011 a 2016.



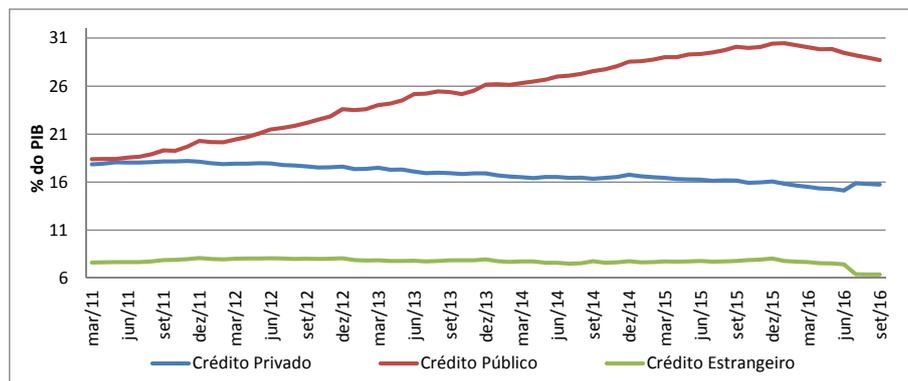
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

O processo de aceleração inflacionária teve início em 2012 e se estendeu pelo primeiro semestre de 2013, associado ao resultado decepcionante do crescimento econômico de 2012 e explicitou os dilemas do regime de política macroeconômica e os limites da própria estratégia de flexibilização das metas de inflação, que caracterizou o primeiro biênio do governo Dilma (ver gráfico 1). O combate à inflação, que havia cedido espaço para a busca de um crescimento econômico mais acelerado, voltou a ocupar o topo das prioridades do governo em 2013. Assim, a autoridade monetária acabou respondendo às pressões inflacionárias levando ao início de uma nova fase de elevação da taxa básica de juros e passou a recorrer mais intensamente a intervenções diretas no sistema de preços como instrumento auxiliar de controle da inflação. Tais intervenções foram

vistas pelos agentes econômicos e analistas como insustentáveis no tempo, uma vez que estimulavam ao invés de conter o excesso de demanda. O efeito restringiu-se ao curto prazo, tendo como contrapartida a piora das expectativas a médio e longo prazo (MESQUITA et al. 2014; CAGNIN, ET AL. 2013).

De acordo com Oreiro (2015), o primeiro mandato do governo Dilma terminou com a taxa de inflação “teimosamente” no teto do regime de metas (ver gráfico 1) respaldado pelo represamento dos preços administrados, porém, essa situação não se sustentou. Conforme descreve Sales (2016), em 2015 a inflação foi fortemente influenciada pelo reajuste de preços monitorados em 18%, alavancando a inflação em 10,67% a.a., fechando o ano com o maior índice desde 2002 (12,53% a.a.).

Gráfico 2. Saldo das operações de crédito das instituições financeiras sob controle privado, público e estrangeiro em relação ao PIB entra os anos de 2011 a 2016.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

Outro aspecto que tange a política monetária do governo Dilma Rousseff foram às políticas de crédito. Como mencionado anteriormente, a política econômica apostou em outros instrumentos, em paralelo à diminuição da taxa básica de juros para estimular a reativação da demanda privada.⁴ Segundo Cagnin (2013) os bancos públicos foram incentivados a atuar de forma anticíclica, neutralizando a desaceleração da contratação de crédito pelos bancos privados (gráfico 2).

A explicação para mudança de portfólio do crédito demonstrado no gráfico 2 pode ser explicado pela utilização dos bancos públicos com carteira comercial (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) para forçar, pelo mecanismo da concorrência, a queda dos juros e spreads praticados pelos bancos privados (MARTINS, 2012). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continuou desempenhando papel fundamental na implementação da política creditícia. Além da prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) (em vigor desde 2009), o BNDES também atuou na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que estava no patamar de 6% ao ano desde julho de 2009, foi reduzida para 5,5% a.a. em junho de 2012 e para 5% a.a. em janeiro de 2013 (CAGNIN, 2013).

A pesquisa de Cunha et al. (2015) revela que os governos das economias avançadas e emergentes procuraram lidar com os problemas derivados da crise do *subprime* e da zona do Euro por meio de políticas monetárias e fiscais contracíclicas e pelo salvamento de instituições financeiras e não financeiras. Assim, o Brasil não foi uma exceção, uma vez que os bancos públicos brasileiros atuaram de forma contracíclica. Contudo, de acordo com a Agência do Estado (2016), o saldo para operações de crédito do setor público caiu 7% no primeiro semestre de 2016 em comparação com o primeiro semestre de 2015, os principais motivos foram que as amortizações foram maiores do que os desembolsos nas operações de crédito interno e pela variação cambial das operações de crédito externo, sendo possível observar tal tendência no gráfico 2.

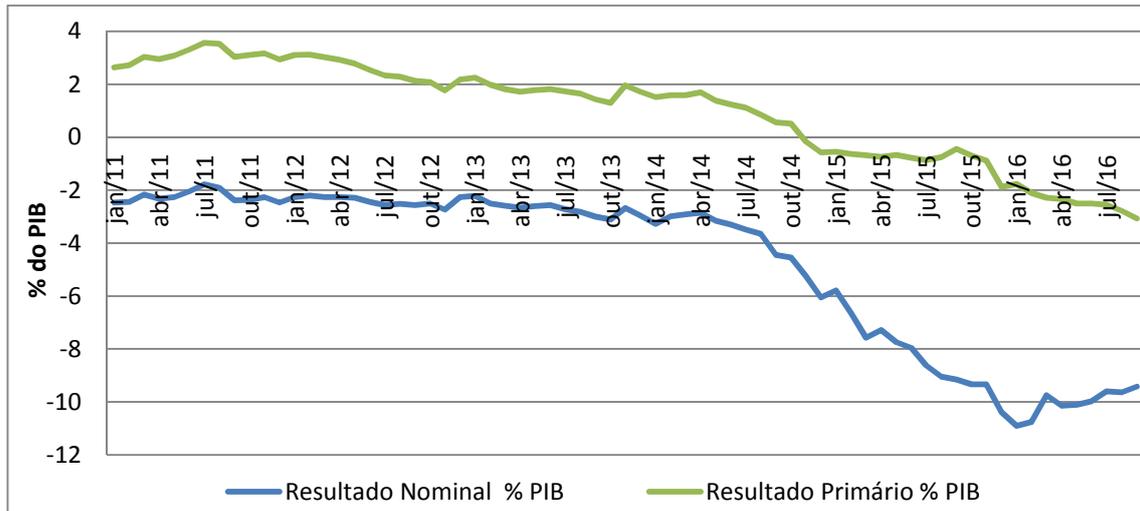
3.2 POLÍTICA FISCAL

No primeiro semestre de 2011, a política fiscal teve perfil contracionista, responsável pela elevação do superávit primário do setor público consolidado (ver gráfico 3). De 2,77% do PIB (R\$ 101,7 bilhões) em dezembro de 2010 para 3,74% do PIB (R\$ 150,1 bilhões) em julho de 2011 (CAGNIN, 2013). A justificativa do governo central era de abrir caminho para a redução da meta Selic, no mesmo período, o Ministério da Fazenda também realizou desonerações tributárias para atenuar a elevação do nível geral de preços.

Segundo Mesquita et al. (2014), com a perspectiva de rebaixamento da classificação de risco da dívida pública por agências de *rating*, com impacto potencial sobre a taxa de câmbio, levou o governo a anunciar um programa de contingenciamento orçamentário ambicioso para 2014, sinalizando um superávit primário de 1,9% do PIB no ano. De acordo com Campos (2016) com a expansão dos gastos não foi possível obter a meta de superávit primário – ver gráfico 3 e 4 – o ano de 2014 fechou com o primeiro déficit primário desde o seu surgimento, sendo 0,57 % do PIB e em 2015 não foi diferente, fechando com um déficit primário de 1,88 % do PIB. A partir do gráfico 3 é notório ver o aumento dos juros nominais – diferença entre resultado nominal e o resultado primário - a partir de 2015 justificado na seção anterior pelo aumento da taxa Selic.

⁴ A Circular n. 3563 revogou a exigência de capital adicional para as operações de empréstimos ao consumo. Por meio da Circular n.º. 3.512, a autoridade monetária também desistiu de elevar o percentual mínimo de pagamento das faturas de cartão de crédito. Outro decreto importante foi a redução do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF- decreto do ministério da Fazenda n.º. 7.632 de dezembro de 2011.

Gráfico 3. Resultado Nominal e Primário acumulado do setor público consolidado em relação ao PIB entre 2011 a 2016.



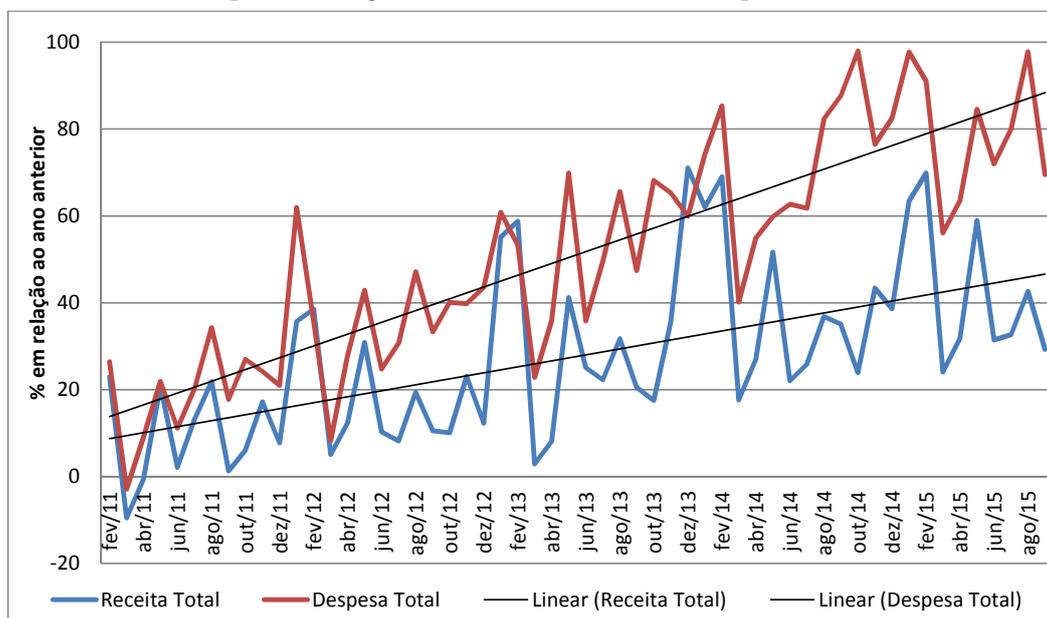
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

O gasto público foi o instrumento principal da política fiscal, conforme destaca Mesquita et al. (2014), uma vez que nos últimos anos o gasto público primário entrou em trajetória de forte expansão, saltando de 16% do PIB em 2008 para 19% em 2013, já os investimentos do governo federal ficaram praticamente estagnados nos últimos três anos representando 1,3% do PIB.

Campos (2016) e Mesquita et al. (2014), descrevem que para o governo alcançar as metas já reduzidas

de superávit primário em 2014 e 2015, o governo optou por recorrer a receitas atípicas, além de operações contábeis, o que ficou conhecido como “pedaladas fiscais”. De fato, como pode ser observado no gráfico 4, as despesas crescem em um ritmo mais acelerado do que as receitas (em média as despesas cresceram 60% dentro do período analisado e já as receitas cresceram a uma taxa de 30%).

Gráfico 4. Resultado primário do governo central: receita total vs despesa total entre 2011 a 2016.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

Conforme destaca Mesquita et al. (2014), os gastos crescentes e o fraco crescimento da arrecadação devido ao programa de desonerações têm minado a capacidade de arrecadação do governo (gráfico 4 e 5). As desonerações totalizaram quase R\$ 80 bi em 2013 e ultrapassou R\$ 90 bi em 2014. Segundo Curado (2016) os principais tributos cujas desonerações geraram gastos tributários associados à promoção da política industrial são, por ordem de importância, o IPI (operações internas), o IRPJ, o II e, mais recentemente, a Cofins.

Segundo Simão e Graner (2016) a principal causa do não acompanhamento das receitas são advindas das desonerações tributárias feitas pelo governo central e aumento dos gastos está interligado com as despesas definidas na Constituição Federal de 1988.

É importante ressaltar que renúncias fiscais sobre a folha de pagamento não se encontram diretamente associadas à política industrial e sim sobre a

política fiscal. Conforme destaca Curado (2016) em grande medida, fizeram parte das políticas econômicas anticíclicas implementadas pelo governo brasileiro no contexto da crise financeira internacional de setembro de 2008 e na tentativa de manter o ritmo de demanda nos anos subsequentes. A análise deve levar em consideração que as desonerações adicionalmente concedidas ao setor industrial geraram custos fiscais relevantes.

De acordo com o gráfico 5, analisando somente a estimativa de renúncia fiscal sobre a folha de pagamento é notório observar que o valor da desoneração no período observado custou ao governo federal R\$ 57 bilhões. Segundo Curado (2016) as renúncias atingiram o patamar de 0,41% do PIB total em 2014, contra apenas 0,08% em 2011. Com relação ao PIB industrial, o salto é ainda maior: de 0,37% em 2011 para 2,02% em 2014.

Gráfico 5. Evolução da desoneração fiscal sobre a folha de pagamento entre 2012 a 2015.



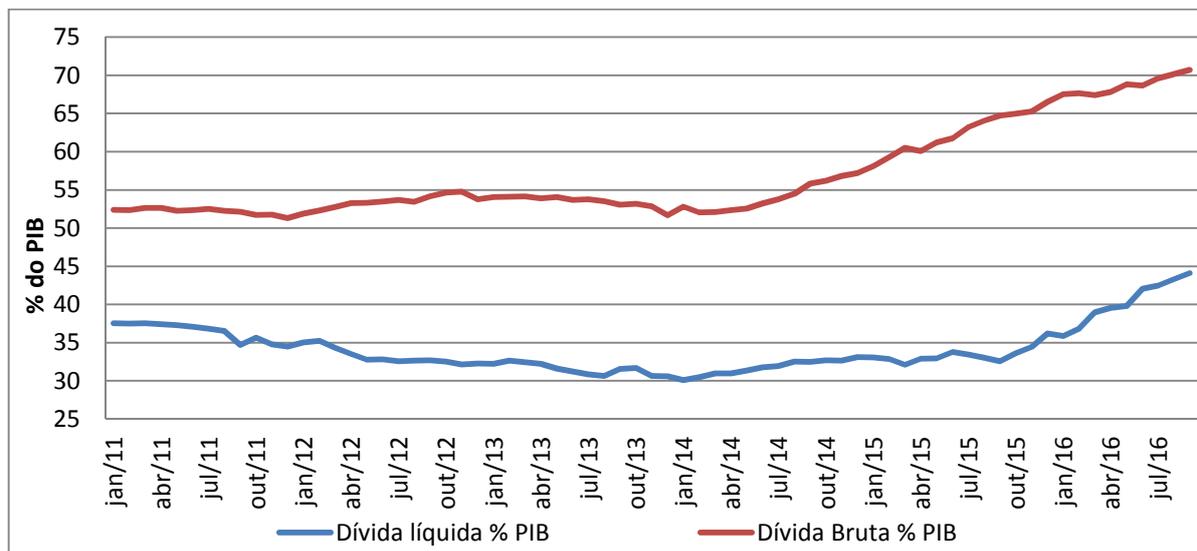
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da RFB (2016).

Nota: a série de dados da RFB tem início em 01/2012 e se encerra em 07/2015

Para fazer frente às políticas sobre a demanda agregada, e conseqüentemente na inflação, destaca-se o impacto na dívida bruta, revertendo sua trajetória de declínio e fechando 2013 em um patamar superior ao observado em 2006 (gráfico 6). Esta mudança na trajetória se torna mais relevante ao considerarmos que a dívida pública bruta já era elevada – tendo inclusive um dos fatores recentes mencionados pela agência *Standard & Poor's* para rebaixar a classificação de

risco para a fronteira de grau de investimento (BBB-). (MESQUITA et al, 2014; CAMPOS 2016b).

Gráfico 6. Dívida bruta e dívida líquida em relação ao PIB entre 2011 a 2016.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

A partir de 2014 a dívida bruta começa a bater recordes justificado na seção anterior pelo aumento da taxa Selic, no entanto, em 2016 as operações compromissadas da autoridade monetária para regular a liquidez do sistema financeiro não contribuíram para a não elevação da dívida, ou seja, em termos líquidos, foram retirados títulos do mercado, mas essa ação não conteve o crescimento do endividamento interno (MARCHESINI e CAMPOS, 2016).

3.3 POLÍTICA CAMBIAL

A condução da política cambial e os seus objetivos também fizeram parte do debate econômico. De acordo com Oreiro e Feijó (2010), a partir da implantação do tripé macroeconômico (1999) aliado ao ciclo das *commodities* e das altas taxas de juros, formaram-se um conjunto que propiciaram uma apreciação substancial na taxa de câmbio entre 2004 a 2008, prejudicando a competitividade da indústria nacional e trazendo a tona as hipóteses de desindustrialização e de doenças holandesa na economia brasileira. Assim, conforme destaca Bresser-Pereira (2012), o governo Dilma Rousseff se inicia tentando lograr os dois grandes desafios brasileiros: i) a armadilha da alta taxa de juros e; ii) câmbio sobreapreciado.

Em relação à taxa de câmbio cabe destacar que segundo Cagnin (2013), identificou-se uma ampliação dos objetivos perseguidos, além da mitigação da

volatilidade cambial - para atingir os objetivos de controle da inflação e da estabilidade financeira - e do acúmulo de reservas voltado para a redução da vulnerabilidade externa. A política cambial passou a ter como meta o patamar da taxa de câmbio, com o propósito de conter a deterioração da competitividade da indústria brasileira. Ainda para autor, o governo diversificou o conjunto de instrumentos utilizados para o alcance desses objetivos, além das operações de *swaps* cambiais para conter a volatilidade cambial. Desde janeiro de 2011, o BACEN e o Ministério da Fazenda recorreram às alterações das alíquotas do IOF sobre os investimentos estrangeiros de portfólio, como também impuseram esse mesmo tipo de controle de capital sobre as captações externas, inclusive sobre empréstimos Inter companhias.

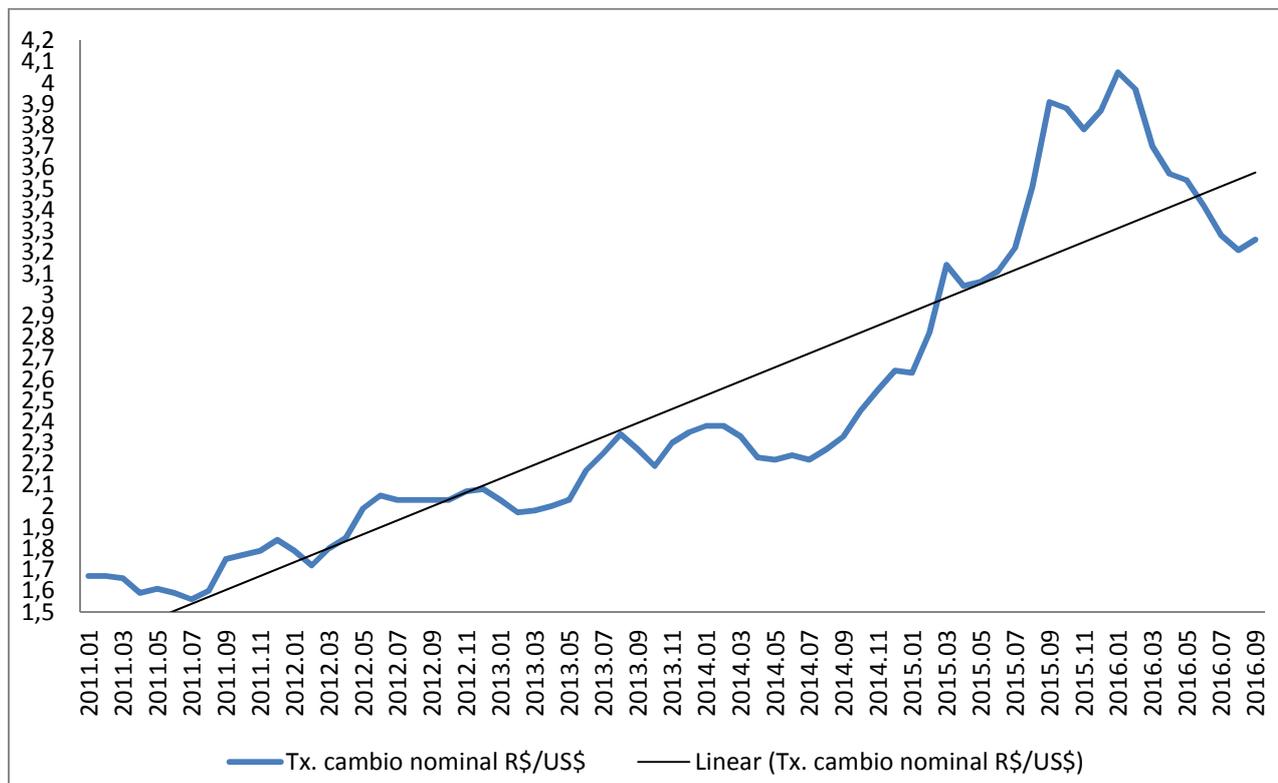
Cabe ressaltar que, posta por Guido Mantega como uma das “grandes distorções” da economia brasileira, o câmbio valorizado foi o segundo objeto principal da nova matriz econômica, pois agravava as dificuldades da indústria nacional. A partir de fevereiro/ março de 2012, o BACEN agiu para desvalorizar a moeda de, aproximadamente, 1,65 reais por dólar, patamar no qual se encontrava ao final do segundo mandato de Lula, para 2,05 reais, alcançado em maio de 2012, numa queda de 19,52% (SINGER, 2015).

Assim, desde 2011, ocorreu um movimento de desvalorização do real perante o dólar (ver gráfico 6), o que explica a convivência dos dois tipos de medidas

no mesmo período: ao mesmo tempo em que continua preocupado com o nível da taxa de câmbio, que estaria valorizada, o governo procura evitar desvalorizações excessivas que coloquem em risco o controle da inflação. (BASTOS E FONTES, 2014). Segundo Castro (2014), em 2011 o dólar subiu 12,18 %, depois avanço

para 9,42% em 2012, já em 2013 fechou com um aumento de 15,26% e finalizou o primeiro mandato com alta de 12,84% em 2014, ao todo, a alta acumulada foi de 59,65% entre 2011 a 2014.

Gráfico 7. Taxa de câmbio nominal R\$/US\$ entre 2011 a 2016.



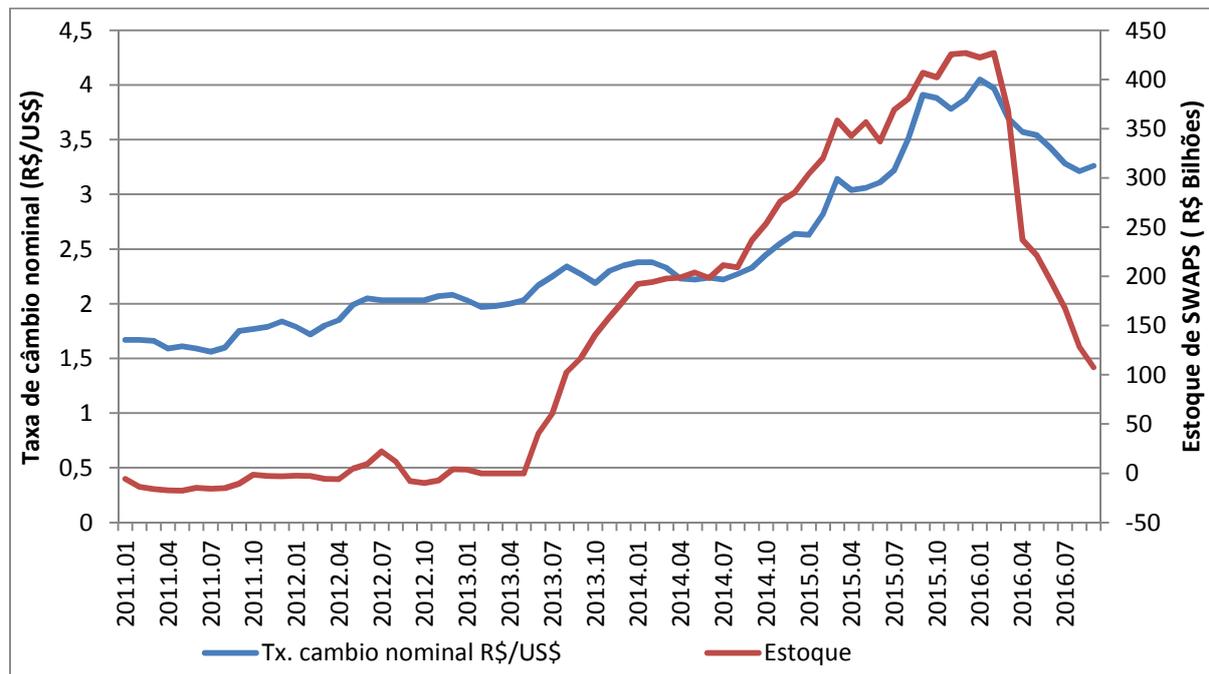
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IPEA (2016).

Contudo, o primeiro ano do segundo mandato do governo Dilma encerra com a maior alta do dólar em treze anos (2002) fechando com um aumento de 48 % em relação a 2014. A reação do mercado estava pautada nas incertezas políticas, fiscais e com a pressão do processo de *impeachment* (TREVISAN, 2015). Porém, o real foi a moeda que mais se valorizou no primeiro semestre de 2016, ou seja, a taxa de câmbio abaixou 23% no semestre e a justificativa é que o mercado auferiu expectativas positivas com relação a retomada do tripé macroeconômico em 2016 (MORTARI, 2016).

Para conter a excessiva desvalorização cambial, o Banco Central recorreu à operação de Swaps cambiais a partir de 2013 (ver gráfico 8). Conforme destaca Araújo e Terra (2016) como resposta a

desvalorização cambial advindas da volatilidade do câmbio decorrente da crise internacional, criando-se assim um cenário de liquidez desfavorável, o Bacen reinicia as operações de swaps. Ainda para o autor, as operações swaps se tornaram mais recorrentes, além de passarem a ser anunciadas, a partir de agosto de 2013. E em 2014, o Bacen anunciou extensão do programa para todo o ano.

Gráfico 8. Taxa de câmbio nominal R\$/US\$ vs estoque de SWAPS entre 2011 a 2016.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Tesouro Nacional (2016).

Conforme destaca o gráfico 8, entre 2013-2016, o comportamento de volatilidade apresentado pela Taxa de câmbio real efetiva é mais suave e coincidente com o aumento de operações anunciadas de swaps, que atingiu um estoque de swaps de R\$ 426,63 bilhões em fevereiro de 2016, vale destacar que em maio de 2013 o estoque de swaps era de R\$ 0. De acordo com Araújo e Terra (2016) um dos maiores programas de intervenção cambial entre as economias emergentes.

No entanto, a partir de março de 2016 o real começou a se apreciar e para evitar a apreciação excessiva o BACEN recorreu aos Swaps reversos o que contribuiu para a diminuição do estoque de Swaps atingindo R\$ 107 bilhões em setembro de 2016, uma diminuição de 74,88% no estoque de swaps cambiais.

3.4 POLÍTICA INDUSTRIAL

A política industrial do governo Dilma Rousseff foi uma continuação dos programas de políticas indústrias surgidos a partir de 2004. Conforme destaca Kupfer (2013), foram três versões editadas da política industrial, sendo elas: i) “Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior” (PITCE) em 2004, ii) “Política de Desenvolvimento Produtivo” (PDP), de maio de 2008 e; iii) o “Plano Brasil Maior”

(PBM), divulgado em agosto de 2011 e amplificado em abril de 2012. Ainda para Kupfer (2013), o plano centrou seus objetivos na criação de competências visando à compactação produtiva e tecnológica das cadeias de valor. Porém, o acirramento da concorrência internacional nos mercados interno e externo foram forçando o plano a se direcionar para a defesa do mercado doméstico e a recuperação das condições sistêmicas da competitividade, com foco mais diretamente nos fatores formadores do custo-país e menos nas ações estruturantes de seus programas setoriais.

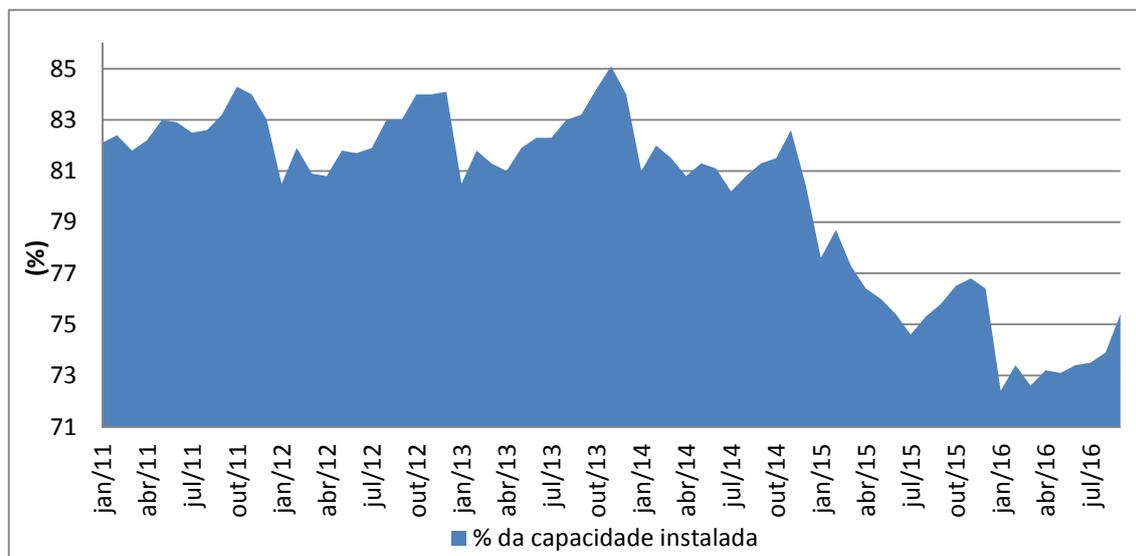
De acordo com Singer (2015), o Plano Brasil Maior tinha medidas que foram da redução do IPI sobre bens de investimento à ampliação do MEI (Microempreendedor individual). A proposta era que o BNDES investisse quase 600 bilhões de reais na indústria até 2015. Em abril de 2012, é anunciada a desoneração da folha de pagamentos para quinze setores intensivos em mão de obra. No seu auge, em 2014, a desoneração atingiria 42 setores e pouparia cerca de 25 bilhões de reais anuais aos empresários. A carga fiscal elevada era vista como uma das grandes distorções na economia. O autor ainda destaca que, a desoneração do IPI e do PIS/COFINS sobre bens de investimento, o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras)

e o estabelecimento de novo regime tributário para a cadeia automotiva, foram medidas de incentivos a indústria.

Segundo Lopreato (2015) as medidas da política industrial estavam pautadas no suporte à demanda corrente. Em resposta ao baixo dinamismo, concentraram-se no desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em setores selecionados (automóveis, linha branca, móveis, laminados e luminárias, massas alimentícias), na manutenção do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e na definição

de uma política comercial que inclui: i) o benefício a fornecedores nacionais nas compras públicas; ii) a melhor exploração das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o aumento do valor médio das alíquotas de importação e mais atenção à política *antidumping*; e iii) a adoção do Reintegra, programa que prevê a devolução de parte dos impostos sobre o ganho nas exportações de produtos manufaturados caso as empresas cumpram o limite de importação de insumos utilizados no processo produtivo.

Gráfico 9. Nível da capacidade instalada da indústria entre 2011 a 2016



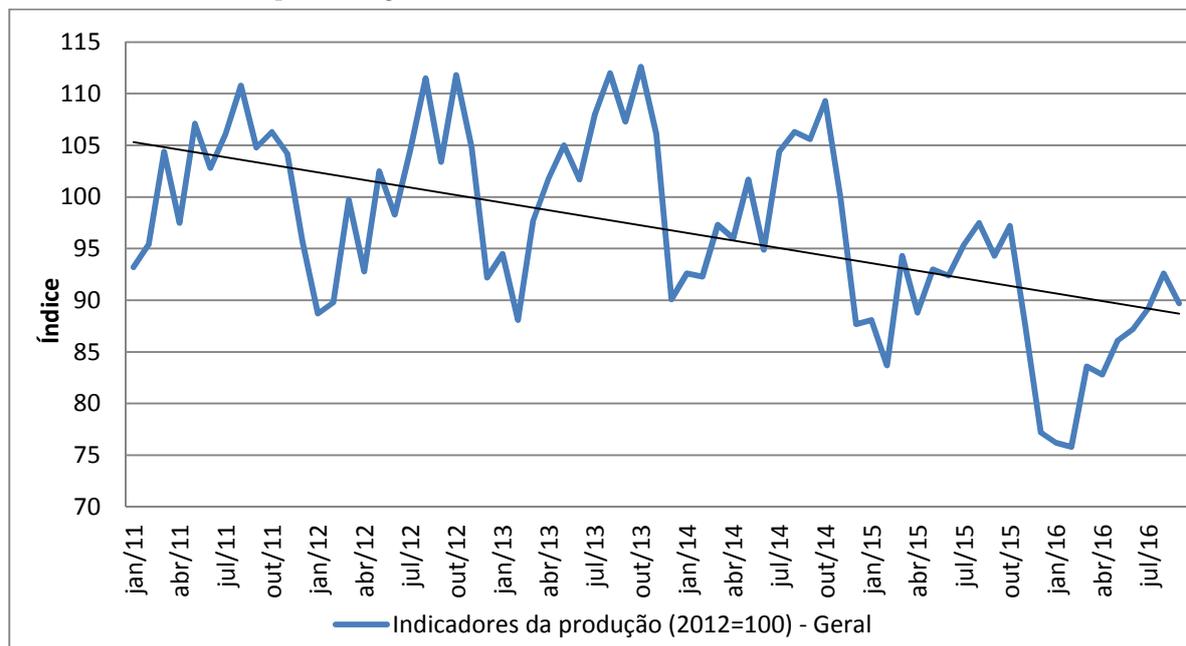
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

Como citado, a política de crédito via BNDES, política fiscal de isenções tributárias e política de desvalorização cambial tinham como objetivo potencializar a política industrial, no entanto, ao analisar o nível da capacidade instalada da indústria e o indicador de produção geral (ver gráfico 9 e 10) é possível observar que o nível se mantém em 2011, 2012 e 2013, mas, a partir de 2014 a uma queda nos níveis, atingindo a menores participações no ano de 2016.

De acordo com Gamarski (2016) a queda da massa salarial advindas do aumento do desemprego diminuiu as rendas das famílias o que ocasionou queda na demanda agregada, refletindo assim em um excesso de oferta. Esse aumento no acúmulo de estoque da indústria provocou uma diminuição nos investimentos produtivos e do nível da capacidade instalada a partir

do ano de 2014, atingindo o menor nível em dezembro de 2015, no entanto, as expectativas são positivas para o ano de 2016.

Gráfico 10. Indicador de produção geral entre 2011 a 2016



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

Como citado, pode-se observar (gráfico 10) os mesmos efeitos no indicador de produção geral entre 2011 e 2016 disponível pelo BACEN, a tendência de diminuição do indicador começa a partir do ano de 2014 e atinge seu mínimo - entre o período analisado - em fevereiro de 2016 (75,8). Segundo Abreu et al. (2014) a economia estava restrita pela expansão da oferta, com sérios problemas de escassez de mão de obra, crescimento lento de produtividade, deficiências de infraestrutura, insuficiência generalizada de investimentos, baixa competitividade externa e carga tributária excessiva.

A próxima seção trará os resultados das políticas econômicas no nível da taxa de crescimento e na taxa de desocupação

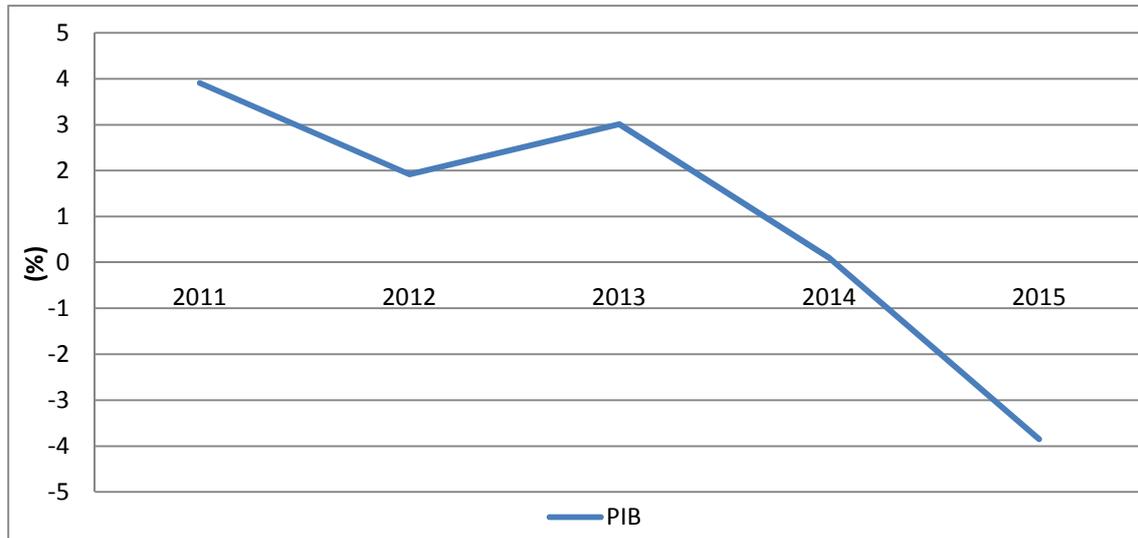
4 RESULTADOS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO NÍVEL DE ATIVIDADE E NA TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Os efeitos das políticas macroeconômicas do governo Dilma Rousseff tiveram seus reflexos na taxa de crescimento do produto (gráfico 10). Conforme destaca Holanda (2013) muitos analistas atribuem o insucesso da presidente Dilma a quatro conjuntos

de variáveis: i) instabilidade das regras do jogo; ii) fim do bônus da estabilização; iii) cenário externo desfavorável; e iv) política econômica do ministro Mantega e execução da política de metas de inflação pelo Banco Central.

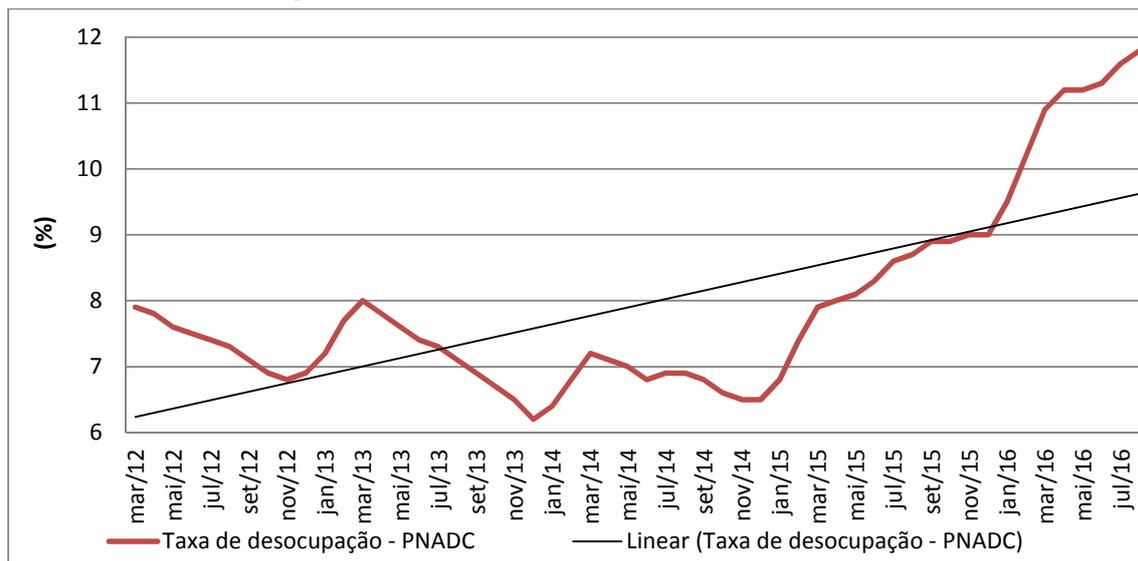
De acordo com Curado (2015) a tentativa de manter o ritmo de crescimento através da expansão do consumo e dos gastos do governo pressionou a demanda em um contexto de reduzido crescimento da oferta. O resultado, de acordo com o autor, foi pressionar a inflação e as contas externas e embora eficientes no curto prazo para geração de um ciclo de crescimento do PIB, essas políticas não funcionam no longo prazo se não engendrarem uma ampliação nas condições de oferta doméstica e no nível de produtividade do sistema econômico.

Gráfico 11. Produto Interno Bruto – PIB – entre 2011 e 2015



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

Gráfico 12. Taxa de desocupação entre 2011 a 2016



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do BACEN (2016).

Autores como Pochmann (2015) descreve que a queda no ritmo de crescimento não se deve somente a condução das políticas macroeconômicas, mas também do cenário internacional e também da crise política a partir dos efeitos da operação “Lava – Jato”⁵. Esse conjunto de fatores foi essencial para o resultado do PIB do ano de 2015.

Observando o gráfico 11, a média de crescimento do primeiro mandato Dilma (2011-14) foi de 2,2%,

⁵ Operação da polícia federal, conduzida pelo juiz Sérgio Moro, que investiga práticas de corrupção na Petrobras e em outros órgãos do governo. Para saber mais ver Pinto (2015).

-destaque para o ano de 2014 onde o PIB cresceu apenas 0,1 % - abaixo da média de crescimento do governo Lula (2003-10) que foi de 4%. Cabe ressaltar que em 2015 o PIB atingiu a maior taxa negativa desde 1990, atingindo -3,85%. Os reflexos da queda no nível de atividades econômica podem ser expressados pelo aumento da taxa de desocupação da Pesquisa de Amostra Nacional de Domicílios Contínua (PNAD).

De acordo com Saboia (2014) a taxa de desemprego vem sendo reduzido desde 2003, até atingir valores pouco superiores a 5% em 2012 e 2013, conforme a pesquisa mensal do emprego feita pelo

IBGE. Apenas em 2009, por conta das dificuldades da economia após o início da crise internacional, houve ligeira elevação. Ainda de acordo com Saboia (2014) é possível notar 2013 a queda no desemprego foi pequena em função da desaceleração da economia ao final do período.

A taxa de desocupação entre 2012 e 2016⁶ (gráfico 12) reflete a queda do nível de atividade econômica e consequentemente o aumento da taxa de desocupação. Analisando o gráfico 11 em duas etapas é notório ver que de 2012 a 2014 a taxa foi diminuindo até atingir o menor nível dessa série 6,2 % em dezembro de 2013, porém, a partir de 2014 a taxa vem aumentando, atingindo o maior nível da série 11,8% em agosto de 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este estudo analisou o comportamento das políticas: monetária, fiscal, cambial, industrial e seus respectivos resultados na esfera econômica no governo Dilma Rousseff entre o período de 2011 a 2016.

Diante da gestão da política monetária cabe destacar que o governo flexibilizou as metas de inflação, quando em ação conjunta com o BACEN e com o Ministério da Fazenda, diminuiu a taxa básica de juros no ano de 2012 com o intuito de fomentar o investimento privado. Porém o resultado foi justamente um aumento da inflação a partir do mesmo ano, atingindo o maior pico ao final do ano de 2015(10,71 % a.a.).

A gestão da política fiscal também flexibilizou as metas de superávit primário, uma vez que os gastos totais públicos aumentaram cerca de 60% no período. Já as receitas totais não acompanharam tal aumento e fecharam o período com o aumento de apenas 30%, a justificativa se baseia nas isenções tributárias para estimular a demanda efetiva, o resultado foi o primeiro déficit primário do governo em 2014 (0,57% do PIB) e em 2015 também (1,88% do PIB). Para fazer frente às políticas sobre a demanda agregada, e consequentemente sobre a inflação, destaca-se o impacto na dívida bruta, revertendo sua trajetória de declínio e atingindo números consideráveis no ano de 2016.

No que diz respeito à gestão da política cambial, ocorreu um movimento de desvalorização do real perante o dólar com os objetivos condizentes com a nova matriz econômica de aumentar a competitividade da indústria. Em resumo, o primeiro ano do segundo mandato do governo Dilma encerra com a maior alta do dólar em treze anos (2002) fechando com um aumento de 48 % em relação a 2015.

Os resultados na gestão da política industrial mesmo com a intenção de ampliar o Plano Brasil Maior com isenções tributárias, oferta de crédito via BNDES e desvalorização cambial, apenas manteve o índice de capacidade instalada da indústria e da produção industrial total até o ano de 2013, pois a partir de 2014 os dois índices tiveram quedas justificadas pelo enfraquecimento da demanda e pelo excesso de oferta.

Embora houvesse um esforço na estratégia da nova matriz econômica de alavancar o crescimento econômico e social, houve queda no ritmo de crescimento do PIB, onde a média de crescimento do primeiro mandato Dilma (2011-14) foi de 2,2%, com destaque para o crescimento negativo em 2015 (-3,85%). Também houve queda na taxa de desocupação, onde entre 2012 a 2014 a taxa foi diminuindo até atingir o menor nível do período analisado 6,2 % em dezembro de 2013, porém, a partir de 2014 a taxa vem aumentando, atingindo o maior nível 11,8% em agosto de 2016.

De fato, a respeito da gestão das políticas macroeconômicas do Governo Dilma Rousseff, pode-se dizer que houveram desencontros nas coordenadas das políticas econômicas, uma vez que se deixou em segundo plano o tripé macroeconômico, o que acarretou na distorção das expectativas dos agentes em relação às tomadas de decisões e suas consequências com a economia brasileira. Outro fato importante que cabe ser mencionado foi a instabilidade política que o governo Dilma enfrentou e que foi impulsionada pelas vozes dissonantes da sociedade no que diz respeito à corrupção, enfraquecendo assim o seu governo e a sua gestão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de P. et al. (Ed.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

⁶ A série histórica disponível do Bacen começa a partir de 03/2012. Para saber mais ver: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>.

ARAÚJO, Leandro Vieira Lima; TERRA, Fábio Henrique Bittes. A dinâmica da taxa de câmbio face às operações Swap da política cambial: uma análise pós-keynesiana para o período 2002-2015. Encontro Nacional de Economia ANPEC. 2016. Disponível em: < https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i4dcc5a03c2bf6471b4c654c2f0299ecf.pdf>. Acesso em: 07/12/2016.

Banco Central do Brasil. Alexandre Antonio Tombini. 2016. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pre/quemequem/port/tombini.asp?idpai=diretoria>>. Acesso: 28/10/2016.

BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier; FONTES, Patrícia Vivas da Silva. Mercado de câmbio brasileiro, intervenções do Banco Central e controles de capitais de 1999 a 2012. 2014. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2840/1/TD_1934.pdf>. Acesso em: 30/10/2016.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPA/INPES.1988. Disponível em:< <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=BIBA.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=000659>>. Acesso em:07/12/2016.

BOIANOVSKY, M. A view from the tropics: Celso Furtado and the Theory of Economic development in the 1950's. History of Political Economy, summer. 2010. Disponível em:< <http://hope.dukejournals.org/content/42/2/221.short>>. Acesso em: 07/12/2016.

BRASIL b. Receita Federal do Brasil.. Disponível em:< <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/renuncia-fiscal-setorial>>. Acesso em: 07/12/2016.

BRASIL, I. B. G. E. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Dados. Disponível em:< <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28/10/2016

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Relatório mensal da dívida. Brasília. Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-mensal-da-divida>>. Acesso em: 07/12/2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Novo-Desenvolvimentismo. Folha de S; Paulo, 19/9.2004. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>>. Acesso em: 07/12/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao” tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. Novos Estudos-CEBRAP, n. 95, p. 5-15, 2013. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-33002013000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 22/11/2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, 20(3): 5-24. 2006. Disponível em:< <http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v20n3.pdf>>. Acesso em: 07/12/2016.

br/wp-content/uploads/2014/07/v20n3.pdf>. Acesso em: 07/12/2016.

CAGNIN, Rafael Fagundes et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). Novos Estudos-CEBRAP, n. 97, p. 169-185, 2013.

CAMPOS, Eduardo. Dívida bruta do governo chega a 66,2 % do PIB e marca novo recorde. Valor Econômico, São Paulo, 29 jan. 2016. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/4415954/divida-bruta-do-governo-chega-662-do-pib-e-marca-novo-recorde>>. Acesso em: 05/11/2016.

CAMPOS, Eduardo. Setor público fecha 2015 com déficit primário de R\$ 111,2 bilhões. Valor Econômico, São Paulo, 29 jan. 2016. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/4415892/setor-publico-fecha-2015-com-deficit-primario-de-r-1112-bilhoes>>. Acesso em: 05/11/2016.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serviço Social e Sociedade, v. 1, n. 112, 2012. Disponível em: < http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.10.RodrigoCaste/lo-decadencia_ideologica.pdf>. Acesso em: 07/12/2016.

CASTRO, José de Dólar encerra 2014 com valorização de 13% ante o real. Valor Econômico, São Paulo, 30 dez. 2014. Disponível em:< <http://www.valor.com.br/financas/3840716/dolar-encerra-2014-com-valorizacao-de-13-ante-o-real>>. Acesso em: 30/10/2016.

COMMITTEE ON INTERNATIONAL ECONOMIC POLICY AND REFORM. Rethinking central banking. Washington: Brookings, Sept. 2011.

CUNHA, André Moreira et al. Ciclos Financeiros e o Comportamento do Crédito no Brasil entre 2004 e 2015. Disponível em: < https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_I/i4-b4b4692edcfcbb80a5bb30e75f4f751.pdf>. Acesso em: 28/10/2016.

CUNHA, Joaci de S. et al. Crise mundial e a trajetória do Brasil, entre 2008 e 2015. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 234, p. 4-46, 2015. Disponível em: < <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/12>>. Acesso em: 10/11/2016.

CURADO, Marcelo Luiz; NASCIMENTO, Gabrieli Muchalak. O Governo Dilma: da euforia ao desencanto. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 36, n. 128, p. 33-48, 2015. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5155106>>. Acesso em: 10/11/2016.

CURADO, Marcelo; CURADO, Thiago. Uma estimativa dos custos fiscais da política industrial recente (2004-2016). IPEA. 2016. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/05122016td_2248.pdf>. Acesso em: 07/12/2016

- DE HOLANDA BARBOSA, Fernando. Crescimento do PIB: Dilma x Lula. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 67, n. 8, p. 40-41. 2013. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/21020/19744>>. Acesso em: 10/11/2016.
- DE LACERDA, Antônio Corrêa. MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. *Economia brasileira. Economia brasileira*. Saraiva, 2013.
- FONSECA, P.C.D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*. São Paulo, PUCSP. 2000. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11934>>. Acesso em: 07/12/2016.
- FROYEN, R.T. *Macroeconomia*. 3. Ed. São Paulo: Saraiva 2003.
- GAMARSKI, Rachel. Capacidade instalada da indústria cai ao menor nível. *Exame*, São Paulo, 01 set.2016. Disponível em:< <http://exame.abril.com.br/economia/cni-capacidade-instalada-da-industria-cai-a-76-9-em-julho-menor-nivel-da-serie/>>. Acesso em: 30/10/2016.
- GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M.A.S. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2005.
- IPEADATA, I. P. E. A. dados macroeconômicos e regionais. Disponível em:< <http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 28/10/2016.
- KUPFER, David. Dez anos de política industrial. *Valor Econômico*, São Paulo, 08 jul. 2013. Disponível em:< <http://www.ie.ufrj.br/clipping/download/dezanos.pdf>>. Acesso em: 30/10/2016.
- LOPREATO, Francisco Luiz C. Aspectos da atuação estatal de FHC à Dilma. 2015.
- LOPREATO, Francisco Luiz C. Aspectos da atuação estatal de FHC à Dilma. 2015. Disponível em:< <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3429>>. Acesso em: 30/10/2016.
- MALTA, M.M. (org.) *Ecos do Desenvolvimento. Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA e Celso Furtado. 2011. Disponível em:< <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3174>>. Acesso em: 07/12/2016.
- MANKIW, N.G. *Macroeconomia*. 8. Ed: Rio de Janeiro: LCT, 2015.
- MARCHESINI, Lucas; CAMPOS, Eduardo. Dívida bruta do governo alcança 68,6 % do PIB em maio. *Valor Econômico*, São Paulo, 29 jun. 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4618375/divida-bruta-do-governo-alcanca-686-do-pib-em-maio/>>. Acesso em: 05/11/2016.
- MARTINS, Daniela. Dilma diz que Caixa e BB provaram que é possível baixar os juros. *Valor Econômico*, São Paulo, 30 abril 2012. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/financas/2639202/dilma-diz-que-caixa-e-bb-provaram-que-e-possivel-baixar-os-juros>>. Acesso em: 28/10/2016.
- MESQUITA, Mário et al. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. *A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo*, p. 3, 2014.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de economia política*. São Paulo. Vol. 33, n. 2 (131), (abr./jun. 2013), p. 222-239, 2013. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/101962>>. Disponível em: 07/12/2016.
- MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 4, p. 507-527, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>>. Acesso em: 07/12/2016.
- MORTARI, Marcos. Real é de longe a moeda mais valorizada do semestre; porque o dólar caiu tanto? *InfoMoney*, São Paulo, 30 jun. 2016. Disponível em: < <http://www.infomoney.com.br/mercados/cambio/noticia/5243650/real-longe-moeda-mais-valorizada-semestre-por-que-dolar-caiu>>. Acesso em: 30/10/2016.
- NAKANO, Y. Crescimento: centro da agenda. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 jun. 2012.
- _____. Mudança de regime. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 set. 2012.
- OREIRO, José Luis. Challenges of President Dilma Rousseff's Second Term. *Brazilian Keynesian Review*, v. 1, n. 1, p. 103-107, 2015.
- PINTO, Eduardo C. Dilma: de “coração valente” a presidente acuada. *Texto para Discussão*, v. 15, p. 5-13, 2015. Disponível em:< http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38491058/Artigo_de_Opiniao_Dilma..._16.08.2015.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1480096513&Signature=N3ccm1ndbj88dhzd8ScxvWjovzV%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDilma_de_coracao_valente_a_presidenta_ac.pdf>>. Acesso em: 12/11/2016.
- PREBISCH, R.O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária. *Revista de Ciências Econômicas*. 1961. Disponível em:< <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=BIBA.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=002765>>. Acesso em: 07/12/2016.
- SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho-Como entender a aparente contradição? *Estudos avançados*, v. 28, n. 81, p. 115-125, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/scielo>>.

php?pid=S0103-40142014000200008&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15/11/2016.

SALES, Robson. Inflação alcança 10,67% em 2015, a maior desde 2002. Valor Econômico, São Paulo, 08 jan.2016. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/brasil/4383460/inflacao-alcanca-1067-em-2015-maior-desde-2002>>. Acesso em: 28/10/2016.

SICSÚ, J; PAULA, L.F; MICHEL, R. Introdução. In: Novo-Desenvolvimento: um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005.

SIMÃO, Edna; GRANER, Fabio. Meirelles: recessão atual é causada basicamente pela recessão atual. Valor Econômico, São Paulo, 29 jan. 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4685353/meirelles-recessao-atual-e-causada-basicamente-pela-questao-fiscal> >. Acesso em: 05/11/2016.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. Novos Estudos-Cebrap, v. 102, p.39-67, 2015. Disponível em:<<http://ramaral.org/arquivosPDF/CutucandoOncasComVaraCurtas.pdf>>. Acesso em: 15/11/2016.

SVENSSON, L. E. O. Practical monetary policy: examples from Sweden and the United States. Cambridge: NBER, Feb. 2012. (Working Paper, n. 17823).

TREVISAN, Karina. Dólar sobe 48% em 2015, maior alta anual em quase 13 anos. Globo, São Paulo, 30 dez. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/12/dolar-termina-ultima-sessao-do-ano-em-alta.html>>. Acesso em 30/10/2016.

VASCONCELLOS, M.A. S; GARCIA, M.E. Fundamentos de Economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva 2014.

O BRASIL EM UM MINUTO: CULTURA E SOCIEDADE EM UMA ABERTURA DE TELENOVELA DE 1988.

BRAZIL IN A MINUTE: CULTURE AND SOCIETY IN AN OPENING OF BRAZILIAN SOAP OPERA.

Fabiano Pereira de Ramos*

Cláudio Luiz DeNipoti**

RESUMO

A presente obra analisa a abertura da telenovela “Vale Tudo”¹ que foi exibida pela primeira vez na emissora Rede Globo no dia 16 de maio de 1988 até 7 de janeiro de 1989 em rede nacional, no horário das 20 horas. Este período antecedeu a primeira eleição direta que ocorreria em 1989 (fato frustrado em 1984) para presidente depois do Período Militar. Através do diálogo de autores que estudam a telenovela e a mídia, procura-se responder como é representada a sociedade política, social e economicamente no fim da década de 1980 no Brasil em uma abertura de novela que apresenta várias imagens do país à época em menos de um minuto e a importância que a mesma pode ter para o âmbito cultural brasileiro.

Palavras-chaves: Telenovelas. Representação. Identidade. Sociedade. Cultura.

ABSTRACT

This article analyzes the opening of the soap opera “Vale Tudo” which was first displayed at the network Rede Globo on May 16, 1988 until January 7, 1989 on national network, on time of 8:00 pm. This period preceded the first direct election would occur in 1989 (actually frustrated in 1984) for president after the Military Period. Through dialogue of authors who study the Brazilian Soap Operas and the media, seeks to answer how the society is represented politically, socially and economically at the end of the 1980s in Brazil in an opening’s soap opera that features several images of the country in less than the time one minute and the importance it can play in the Brazilian cultural context.

Key words: Brazilian Soap Operas. Representation. Identities. Society. Culture.

* Especialista em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR. Email: fabianopramos@gmail.com

** Doutor em História pela UFPR. Professor Associado do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História da UEPG.

¹ Abertura disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-224151,00.html>

1 INTRODUÇÃO

Aos 16 dias do mês de maio de 1988 ia ao ar pela primeira vez, produzida e transmitida pela Rede Globo, a telenovela intitulada “Vale Tudo”, possuindo uma abertura formada por 128 cenas, sendo a maioria composta por imagens estáticas.

Esta abertura de telenovela foi elaborada por uma equipe composta por quatro pessoas: Hans Donner, Ruth Reis, Capi Ramasini, Ivo Alves, sendo que o primeiro era a pessoa responsável por grande parte da produção da Globo Computação Gráfica que tinha por função criar as aberturas e vinhetas que a emissora necessitasse. Ele é alemão e veio para o Brasil no ano de 1974, desde este ano iniciando seus trabalhos na Rede Globo.²

A primeira telenovela exibida pela Rede Globo foi no ano de 1965. A emissora foi ganhando experiência na produção deste tipo de entretenimento televisivo e na década de 1980 possuía suas próprias receitas para estes programas de modo a assegurar uma boa audiência.

A abertura da telenovela Vale Tudo era exibida no horário das 20 horas, sendo este um “horário dirigido para a mulher madura, para o marido, para a célula familiar em geral, com histórias que enfoquem o dia a dia, os problemas familiares, as grandes questões”³ e nela deveria haver sempre um grande mistério⁴. Ainda quanto à receita de sucesso para a telenovela das oito, Daniel Filho, diretor do núcleo das novelas das oito da Rede Globo do fim da década de 1970 para a década de 1980, definia que as novelas deste horário “têm de ser abrangentes, românticas, conter elementos que permitam a identificação de diferentes classes sociais e diferentes faixas etárias – e também devem ser pseudamente inteligentes.”⁵ Desta forma, verifica-se que este horário buscava audiência na maior parte da sociedade e poderia estar ligada a diversa gama de assuntos que despertassem interesse da população brasileira à época, da classe mais baixa

aos detentores do poder, sem precisar ser realmente algo instrutivo.

Diversos estudiosos se dedicaram à análise da programação de TV e as telenovelas, mas o enfoque nas aberturas é pouco explorado. Este artigo leva em consideração bibliografia acerca de telenovela e analisa a abertura de Vale Tudo procurando responder qual era a mensagem que essa obra poderia transmitir de acordo com o período vivido no Brasil em 1988.

2 PRODUTO CULTURAL ALIENANTE E AGENTE DO DEBATE SOBRE CULTURA BRASILEIRA.

As autoras Ondina Fachel Leal e Esther Hamburgo, em seus estudos, chegam ambas à conclusão de que a telenovela é um produto cultural de todos e ao mesmo tempo de ninguém. Pertence a todos devido à inevitabilidade de se ter contato com ela, mesmo que não seja acompanhada. Quer seja na televisão ou através de outros meios como jornais, rádio, ou outras formas indiretas. Músicas e jargões de personagens passam a ser usados pelas pessoas. Por outro lado, não é de ninguém, pois as pessoas não se veem realmente representadas na telenovela.

Ondina Fachel Leal acompanhou famílias de classes diferentes no cotidiano do horário de uma telenovela e cita integrantes da classe dominante que veem este tipo de programação como veículos desprovidos de legitimidade cultural, sendo “populares ou medíocres ou ainda alienantes (...) sobretudo as novelas.”⁶ Mesmo assim acompanham a telenovela:

Nós ligamos por causa da empregada e a gente acaba acompanhando também (...) como é depois do Jornal Nacional, a TV fica ligada e a gente vai se acostumando a assistir à novela (...) É bom prestar atenção no que está acontecendo na TV brasileira (...) É uma atividade... às vezes as novelas são bobas, mas a gente se distrai.⁷

Mesmo não vendo representação de realidade na telenovela, ou conceituando-a como desprovida de cultura, seus episódios diários são acompanhados por outros motivos.

Como na classe dominante que não se vê representada na novela através de personagens lá presentes,

² <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYP0-5271-278255,00.html>

³ CAMPADELLI, S. Y. A telenovela, instrumento de educação permanente. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 38.

⁴ KHEL, M. R. As novelas, novelinhas, novelões. _____. In: Anos 70: televisão. Rio de Janeiro: Europa, 1980. p. 53.

⁵ KHEL, M. R. Três ensaios sobre a telenovela. Três ensaios sobre a telenovela. _____. In: Um país no ar: história da televisão brasileira em três canais. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 306.

⁶ LEAL, O. F. A leitura social da novela das oito. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 43.

⁷ LEAL, loc. cit.

a classe popular também não se vê pintada na íntegra pela telenovela. O que vê é a ilustração da vida das classes altas.

A novela representa o cotidiano de uma sociedade mais rica e mais branca que a brasileira, mas essa sociedade “ideal” é reconhecida como a sociedade brasileira (...) é como um fio invisível do qual poucos se orgulham, mas que perpassa a sociedade e aponta um universo de segredos íntimos compartilhados. (...) oferece para o público amplo do horário nobre a visão indiscreta do cotidiano de uma certa classe média alta, urbana, moderna, glamourosa e idealizada, tal como vista de fora por um estranho ou excluído. (...) Ao assistir à novela, o público pertencente aos segmentos menos favorecidos da sociedade imagina que está penetrando o universo dos segmentos mais abastados. Este, por sua vez, embora também se inspirem em novelas e assistam a elas, quando o fazem, alegam estar acompanhando o programa predileto das classes baixas. Dessa maneira, a novela, que é vista por muitos, paradoxalmente, é um programa de todos e de ninguém.⁸

Obviamente muitos assistem telenovelas devido a ser algo que mostra não a vida que se tem, mas a vida que se gostaria de ter. Sem problemas financeiros, com a mesa farta e todo o glamour e comodidades as telenovelas apresentam seus personagens com cotidianos que contrastam com a da maioria da população brasileira. As personagens geralmente possuem carros, casas de luxo, piscina, viajam ao exterior. É curioso como se mostram diálogos com personagens em volta da mesa em telenovelas fazendo refeições. Os únicos problemas existentes são os que movem o enredo da novela, pois se não existissem não haveria história e conflitos, já que a pobreza na maioria das vezes não é o problema. Ser pobre na novela não necessariamente significa ter problemas financeiros, falta de saneamento básico ou dificuldade de acesso a tratamento de saúde. As novelas, propagando aquilo que os produtores nos trazem como sendo “o universo glamouroso das classes médias urbanas, com suas inquietações subjetivas, sua anciã de modernização, sua identidade construída em torno de uma atualidade sempre renovada e exibida por meio do consumo”⁹

⁸ HAMBURGER, op. cit, p. 484.

⁹ Ibid., p. 443.

se coloca aos expectadores um Brasil muitas vezes diferente da realidade onde “a desigualdade social se resolve em geral pela ascensão social.”¹⁰

Mesmo que haja padrões estabelecidos pelas telenovelas e um considerável público que acompanha os episódios, senão diariamente, ao menos esporadicamente, isso não implica que telenovelas serão produtos totalmente absorvidos pelos telespectadores, mas servirá como uma referência para o seu posicionamento. O que é apresentado em uma telenovela:

Expressa a presença do social-real, ainda que seja lido pelos receptores mediante múltiplos deslocamentos de sentido. O uso de telenovela depende, assim, da dimensão simbólica configurada por cada grupo e cada sujeito e respondem a demandas próprias do universo psíquico, do gênero, da geração e do perfil ideológico.¹¹

No processo de recepção, visto como uma perspectiva para o estudo do processo de comunicação Lopes e outros analisam a recepção de uma novela a partir de quatro mediações: cotidiano familiar, subjetividade, gênero ficcional e vídeotécnica.

Tomando o gênero do melodrama como matriz cultural de significação, a telenovela é entendida como um construto que ativa na audiência uma competência cultural e técnica em função da construção de um repertório comum, que passa a ser um repertório compartilhado de representações identitárias, seja sobre a realidade social, seja sobre o próprio indivíduo.¹²

O fato de assistir ou não telenovela obviamente influencia na forma do contato com este produto e sua recepção, mas dificilmente alguém consegue ficar fora de seu leque de ação. Isso porque a telenovela adentra na vida e no cotidiano das pessoas por meio “dos consumos musical, de rádio e seus programas, de revistas e de outros programas de TV.”¹³ Não é difícil se deparar com expressões, jargões, tiques e ou outros aspectos tiradas das telenovelas atualmente em exibição por pessoas a nossa volta.

¹⁰ HAMBURGER. Loc. cit.

¹¹ LOPES, M. I. V.; BORELLI, S. H. S. e RESENDE, V. da R. Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002, p. 368.

¹² Ibid, p. 23.

¹³ Ibid., p. 371.

A autora Maria Rita Khel, que estudou as telenovelas e sua implicação na sociedade na década de 1970 e Lopes e outros que estudaram a recepção da telenovela no início dos anos 2000 convergem no mesmo pensamento de que a novela condiciona o telespectador a não se dar “conta de que existem outras opções de vida e investimento de energia”¹⁴, pois “a pessoa cresce se nutrindo e se saciando de informações novelísticas e tem a ilusão de poder participar de um sistema do qual ela se sente excluída.”¹⁵ Mesmo que a representação da classe dominante não seja fiel para aqueles desta classe, ela o é digna de parâmetro do real para os excluídos dela, visto que “diante de um universo culturalmente carente, a apropriação da telenovela ultrapassa a dimensão do lazer, impregna as rotinas de vida de tal maneira que o receptor já não a percebe como uma opção de divertimento”¹⁶, mas como um espelho glamourizado da realidade brasileira.

A sociedade na telenovela é representada “sempre um pouco mais glamourizada, um pouco mais antisséptica, um pouco bem mais (o personagem principal ou aquele que é pobre) sucedido no final, mas de qualquer forma um cotidiano que se supõe familiar ao tal brasileiro médio”¹⁷

Em suma, a receita básica da telenovela é um pouco de realidade, com um tanto a mais de glamour e uma boa dose de fantasia. Se possuir realidade demais ela não terá boa audiência, pois o telespectador possivelmente não irá querer ver uma cópia daquilo que tem na realidade de sua vida. É o “realismo com purpurina”¹⁸ apresentado na televisão com vistas a conseguir audiência.

Khel afirma ainda que a telenovela passou a partir da década de 1970 a “cumprir o papel de oferecer ao brasileiro desenraizado que perdeu sua identidade cultural um espelho glamourizado, mais próximo de seu desejo do que da realidade de sua vida”¹⁹. Assim se tem no Brasil o que pode ser colocado como talvez uma identidade nacional criada pelas telenovelas que unem milhões ao fazer parte do cotidiano dessas pessoas. Khel, ainda sobre telenovela:

A Globo entendeu tudo: a telenovela é o antidepressivo ideal para o povo sorumbático e desesperançado. Sai o dramalhão mexicano, entra o painel bem humorado, a crônica dos costumes da classe média brasileira, devidamente abrilhantado para não deprimir ainda mais o usuário (...) só tem sentido ligar o aparelho se for para sair do cotidiano obscuro e entrar em comunhão com a efervescência geral, sair da solidão e da incompreensão generalizadas para algum lugar central onde o que acontece é perfeitamente compreensível para todos.²⁰

Contrastando com a fantasia e glamour, além de se tratar de uma obra aberta, aonde o autor vai construindo os capítulos através do transcorrer da telenovela, embasado em sua audiência e opinião popular, a abertura da telenovela é um produto exibido diariamente, raramente havendo mudanças nele, caso não registrado na abertura de Vale Tudo em que são mostradas imagens diversas de um Brasil representados por vários fatores sejam eles negativos ou positivos. Assim, quem acompanhou esta telenovela, ou apenas viu partes dela, via cenas reais do cotidiano nas imagens apresentadas pela abertura, uma representação de vários aspectos do Brasil, o que contrasta com o conteúdo de uma telenovela, haja visto a realidade contida nesta abertura de telenovela. Obviamente a realidade nela é a das imagens selecionadas por quem a criou e não estava livre de influências.

3 PERÍODO HISTÓRICO NO BRASIL EM QUE A TELENVELA VALE TUDO FOI TRANSMITIDA PELA PRIMEIRA VEZ.

Desde a metade do século XX, quando da chegada dos primeiros aparelhos de televisão ao Brasil, o uso deste meio de comunicação pôde ser utilizado de diversas maneiras na sociedade. No governo Médici (1969 a 1974), os meios de campanhas promocionais tinham no Brasil um dos mais dinâmicos mercados do Terceiro Mundo em expansão com o eficiente alcance da televisão no território nacional.²¹ A importância do que era exibido na programação era sabido e explorado.

¹⁴ KHEL, op. cit., p. 55.

¹⁵ Ibid., p. 372.

¹⁶ Ibid., p. 373.

¹⁷ KHEL, op. cit., p. 52.

¹⁸ Ibid., p. 67.

¹⁹ KHEL, op. cit., p. 289.

²⁰ Ibid., p. 319.

²¹ SKIDMORE, T.; SILVA, M. S. (trad.). Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 222.

Ao entrar na década de 1980 houve diversas manifestações por mudanças no Governo e greves, mesmo proibidas, em busca de melhoria nos salários e melhores condições de vida. A economia do país entrava em uma crise que se agravava. As estratégias buscadas não surtiam efeito e o poder aquisitivo do brasileiro era cada vez mais diminuído pela inflação que aumentava.

O Governo Militar intensificou o empréstimo externo na década de 1980, não se preocupando de que forma seria paga a dívida por quem assumisse o governo do país anos mais tarde. Escolhendo uma sistemática que mantivesse o crescimento econômico, assim “os formuladores da política econômica simplesmente transferiram para o futuro o momento de enfrentar os encargos crescentes das obrigações internacionais”²². Estes encargos foram sentidos já a partir da segunda metade da mesma década em que o Brasil, além dos problemas sociais que possuía, não conseguiria saldar os juros dos empréstimos naquele momento.

Marli Rodrigues cita uma reportagem da Folha de São Paulo como forma de resumir o cenário nacional do final da década de 80:

Hoje o Brasil está entre os países do Ocidente que têm as piores condições de vida. A pobreza leva as crianças a abandonarem a escola e ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Cerca de 15 milhões de pessoas – 30% da população entre 10 e 17 anos – se ocupam de serviços não qualificados, sem garantias trabalhistas e com salários variando entre 20 e 40% do mínimo estabelecido.²³

Os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1988) foram criados para tentar controlar a inflação e estabilizar a economia no Brasil. Não obtiveram êxito e no ano de exibição da telenovela Vale Tudo, a inflação ultrapassou 900%²⁴. A impunidade de envolvidos em escândalos financeiros e assassinatos de líderes são sugestivos ao título da novela, visto que o termo “vale tudo” era usado para resumir o clima sentido pela população à época, onde as “pessoas se habituaram, por força das pressões, da descrença, do desespero, do

sentimento de impotência, a acreditar que só poderiam agir na sociedade com vistas à própria preservação, à maximização do interesse pessoal.”²⁵

Segundo o autor Venício A. de Lima, a telenovela Vale Tudo ampliou essa ética. E junto com as novelas subsequentes – O salvador da Pátria (09/01 a 12/08/1989) e Que rei sou eu? (13/02 a 16/09/1989) se transformariam em referências fundamentais na construção do Cenário de Representação da Política em que aconteceu a eleição de 1989. Lima defende a hipótese de que a análise dessas três telenovelas é apropriada ao estudo da compreensão da vitória de Collor, levando em consideração o poder de influência da mídia.²⁶

Com a frustrada tentativa de eleições diretas em 1984, os brasileiros tinham expectativas para com o preito de 1989 e o término do Período Militar. Também as dificuldades econômicas afetavam a todos com a inflação e soluções eficazes eram exigidas.

Embora com problemas econômicos e sociais no Brasil, que se aproximava de sua primeira eleição direta após a Ditadura Militar, o número de aparelhos nas casas dos brasileiros aumentava em torno de 20% por década e dava a magnitude da importância que a televisão teria na decisão à presidência.

TABELA 1 – Proporção de domicílios com televisão no Brasil

	1960	1970	1980	1991
Brasil	4,6%	22,8%	56,1%	71,0%
Norte	0,00%	8,0%	33,9%	48,7%
Nordeste	0,26%	6,0%	28,1%	47,2%
Centro-Oeste	0,34%	10,5%	44,7%	69,7%
Sudeste	12,44%	38,4%	74,1%	84,1%
Sul	0,80%	17,3%	60,5%	79,7%

Fonte: Projeto The Social Impact of Television on Reproductive Behavior in Brazil que se baseou nos Sensos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Seguindo a hipótese de Lima, a Rede Globo saberia da importância que possuía a programação da televisão e procurou embutir em suas telenovelas os valores com os quais simpatizava. Sendo assim, a

²² MOURA, A. R. Rumo a entropia: a política econômica de Geisel a Collor. In: De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Sumare, 1990, p. 41.

²³ RODRIGUES, Marly. O Brasil da abertura: de 1974 a Constituinte. São Paulo: Atual, 1997, p. 7.

²⁴ RODRIGUES, loc. cit.

²⁵ LIMA, V. A. de. Televisão e política: Hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. In: Mídia, teoria e política. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 235.

²⁶ Ibid., p. 251.

telenovela Vale Tudo, como a primeira de uma “trilogia”, traça o panorama político nacional e aspectos da situação do povo brasileiro, servindo como uma ampla contextualização. À época de exibição da telenovela, as organizações Globo não tinham seu apoio definido a alguma candidatura, o que coube as duas telenovelas subsequentes (“O salvador da Pátria” 09/01 a 12/08/1989 no horário das 20h e “Que rei sou eu?” 13/02 a 16/09/1989 no horário das 19h) continuar o trabalho após o panorama nacional ser traçado por Vale Tudo. No final de junho de 1989 Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, declarou a preferência por Collor em suas palavras: “jovem, mais assentado, mais ponderado e mais equilibrado, com suas boas ideias privatistas”²⁷. A eleição presidencial ocorreu em 15 de novembro e, por se tratarem de obras abertas, ainda seria possível expressar a posição da emissora nas telenovelas em exibição até a data do preito.

4 AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS E A REPRESENTAÇÃO DE “BRASIS” NA ABERTURA DA TELENOVELA VALE TUDO.

É sabido que o brasileiro é o resultado da mistura de vários povos, gerando assim uma população miscigenada que possui uma pluralidade de identidades. Além da divisão física por Estados e Regiões, nosso país é composto também por culturas e costumes mesclados das nações que aqui aportaram e daqueles que o habitavam quando da chegada dos portugueses.

Levando em consideração que “a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo (...) tudo o que nela se acredita implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos”²⁸, esta abertura, exibindo indicativos da situação do país à época, nos trás várias representações da cultura brasileira em 1988, as identidades presentes no Brasil de norte a sul, exibindo as maneiras próprias de ser (brasileiro) no mundo, a significação simbólica de pertencer à nacionalidade brasileira, problemas sociais e o Brasil moderno; enfim, signos em virtude dos quais somos representantes

²⁷ Ibid, p. 230.

²⁸ HOBBSAWM, E. J.; PAOLI, M. C. (trad.); QUIRINO, A. M. (trad.). Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 20.

(coletivos ou individuais) que “marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.”²⁹

Identificar as imagens da abertura não foi tarefa fácil, visto a velocidade com que as imagens são transmitidas. De uso de um programa de vídeo específico foram capturadas as imagens da abertura da telenovela, identificadas e as divididas em grupos para a catalogação das imagens e análise neste capítulo do artigo divididas em quadros o número de ocorrências do grupo, a sequência (Seq.) em que a imagem aparece na abertura e uma descrição sucinta da imagem. Estão ilustradas algumas das imagens por grupo apenas, haja visto o tamanho que tomariam no artigo.

5 ATORES DA TELENOVELA.

Quadro1- Descrição das imagens que compõem o grupo Atores da telenovela.

	Seq.	Imagem
1	17	Regina Duarte
2	18	Glória Pires
3	19	Antonio Fagundes
4	20	Carlos Alberto Ricelli

Figura 1- Imagens do grupo Atores da telenovela.



²⁹ CHARTIER, R. O mundo como representação. São Paulo: Estud. Av. vol. 5 n°11, 1991.

Quem dá cara aos brasileiros que a abertura representa são quatro atores da telenovela que têm suas fotos colocadas na abertura. Regina Duarte como mãe e Glória Pires como filha exemplificam dois estereótipos de pessoas que estariam presentes na telenovela e no Brasil: a personagem de Regina Duarte, a pessoa

que procura ascender socialmente com seu trabalho de maneira honesta e a de Glória Pires que almeja o mesmo, mas sem medir consequências ou agir com ética para tal.

6 SÍMBOLOS E SIGNOS NACIONAIS.

Quadro 2- Descrição das imagens que compõem o grupo Símbolos e signos nacionais.

	Seq.	Imagem
1	1	Bandeira do Brasil
2	2	Bandeira do Brasil sendo costurada
3	3	Pessoas em um parque balançando bandeiras verdes amarelas
4	4	Bandeira brasileira hasteada
5	5	Bandeira brasileira sendo agitada em meio a uma multidão
6	6	Bandeira pintada numa parede
7	7	Bandeira numa multidão
8	8	Bandeira gigante sendo carregada por pessoas no meio de uma rua
9	9	Criança com uma bandeira pequena
10	10	Pessoas em parque balançando bandeiras verde amarelas como manifestação, protesto
11	11	Título da novela sendo que o “Vale” está em azul e o “Tudo” está em verde amarelo
12	28	Pessoas num parque balançando bandeiras verdes amarelas
13	128	Balões verdes

Figura 2- Imagens do grupo Símbolos e signos nacionais.



A maioria destas imagens aparece no início da abertura, como pode ser verificado pela coluna sequência e têm a bandeira do Brasil ou as cores da bandeira nelas.

Sejam as cores ou a própria bandeira, elas nos remetem a alguns dos fatores que uma nação tem em comum: uma mesma bandeira e território. Levando em conta a definição de nação com viés antropológico

de Benedict Anderson, o Brasil, assim como qualquer nação, é uma comunidade política imaginada, sendo intrinsecamente imaginada e ao mesmo tempo soberana. Imaginada porque é a comunhão de pessoas que não se conhecem, mas têm elementos comuns³⁰: a bandeira, a língua e os demais elementos presentes nas outras divisões desta abertura de telenovela como uma representação das identidades do brasileiro.

A bandeira nacional é um signo comum a todos os brasileiros. As demais categorias analisadas trazem mais signos que ligam grandes parcelas da população do Brasil.

7 FAUNA E FLORA.

Quadro 3- Descrição das imagens que compõem o grupo Fauna e flora.

	Seq.	Imagem
1	12	Frutas tropicais
2	13	Arara Militar
3	15	Vitórias-régias: planta aquática típica da região amazônica
4	26	Tucano
5	27	Planta vermelha
6	32	Pássaro planando. Rosado possivelmente por posição da luz e posição da câmera
7	42	Arara-Vermelha
8	43	Pimentões amarelo e vermelho/verde
9	47	Café torrado em peneira
10	50	Flor azaleia
11	52	Rio Amazonas
12	58	Coqueiros, praia, mar, barracas/tendas
13	93	Penca de bananas verdes
14	94	Borboleta vermelha e preta
15	101	Fruto do guaraná
16	102	Atuns inteiros amontoados
17	103	Ovos de galinha
18	104	Tangerina
19	105	Palmeira-leque com inseto
20	106	Arara-canindé e arara-vermelha
21	107	Penca de bananas verdes
22	108	Onça deitada
23	112	Gaivota
24	113	Borboleta
25	115	Jaburus em árvores no crepúsculo no pantanal
26	117	Melancias
27	118	Boi
28	120	Pimentões amarelo e vermelho/verde
29	121	Árvores cortada
30	122	Pavão
31	123	Cobra
32	124	Cataratas do Iguaçu em Foz do Iguaçu
33	125	Laranjas verde amarelas

³⁰ ANDERSON, B.; BOTTMAN, D. (trad.). Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Figura 3- Imagens do grupo Fauna e flora.



A fauna e a flora são elementos ricamente exibidos nesta abertura, aparecendo em cores ricas. Com trinta e três imagens, representam aproximadamente 25% do total da abertura em número de cenas. Nelas pode ser verificado que se procura ter animais ou plantas com cores da bandeira ou cores coloridas, não obstante o mesmo não habitar o Brasil, como por exemplo a arara-militar que tem seu habitat natural na Colômbia, na Venezuela, no Equador e no Peru,

mas está nesta abertura provavelmente por ser predominantemente verde.

Este é um grupo composto para enaltecer a riqueza de diversidade de fauna e flora como qualidades da terra brasileira rica nestes aspectos, o que destoa dos grandes problemas enfrentados pelo país.

8 TRABALHO.

Quadro 4- Descrição das imagens que compõem o grupo Trabalho.

	Seq.	Imagem
1	57	Feira de rua
2	62	Garimpo de ouro
3	68	Pintura de anúncio de garaparia denominada Santos
4	74	Boia fria cortando cana
5	76	Pessoas puxando barco
6	90	Caminhão carregado
7	96	Placa comercial “Compro Ouro” em uma rua
8	100	Pintura retratando garimpeiros

Figura 4- Imagens do grupo Trabalho.

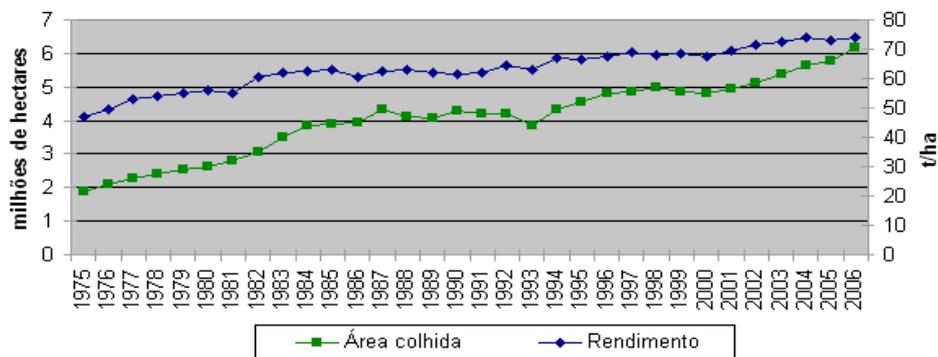


Neste grupo são verificadas duas alusões ao Brasil da época que faziam parte da situação do país. Com as cenas ligadas ao garimpo e ao ouro, pode ter sido feita referência ao Massacre de São Bonifácio, como ficou conhecido o conflito entre garimpeiros que bloquearam a ponte mista de Marabá sobre o rio Tocantins, pedindo a abertura da Serra Pelada para o garimpo, no qual intervieram a polícia do Pará com ajuda do exército em 29 de dezembro de 1987. Não se sabe o número exato de garimpeiros mortos, pois a maioria foi dada ape-

nas como desaparecidos. Este assunto foi repercutido pela mídia por anos no Brasil.

Já a imagem do boia-fria e da garaparia remetem aos trabalhadores rurais no país. Os boias-frias na década de 1980 eram uma das principais categorias de trabalhadores rurais no Brasil e sua rotina de trabalho era cansativa.

GRÁFICO 1 - Evolução da área colhida e do rendimento da cana-de-açúcar no Brasil, de 1975 a 2006.



Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2007).

É verificável no gráfico o aumento da área colhida e o discreto aumento do rendimento nesta tabela. Em 1987 eram colhidos cerca de 55 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, mostrando como o trabalho do boia-fria era expressivo em âmbito nacional, visto que foi aumentando ao longo dos anos. Também não pode deixar de ser

mencionado que nessa época grande parte dos automóveis produzidos no país eram movidos a etanol, sendo o auge deste combustível até o aumento do preço do açúcar, quando passou a ser mais vantajoso produzi-lo ao invés do etanol.

9 FORÇA COERCIVA.

Quadro 5- Descrição das imagens que compõem o grupo Força coerciva.

	Seq.	Imagem
1	22	Guardas
2	23	Guardas em formação
3	24	Desfile militar (formação)
4	45	Policiais com cassetetes na mão
5	66	Fivela do cinto de uniforme militar

Figura 5- Imagens do grupo Força coerciva.



Levando em consideração os protestos, greves, levantes populares que ocorreram na década de 1980 no Brasil e serviram como tentativa de melhorar as condições de vida dos brasileiros ocasionando repressão policial, este grupo representa o poder

coercivo dos detentores do poder, reflexo do período de Governo Militar que ainda era usado sem cerimônias pelos governantes e marca a História do Brasil.

10 ESPORTE E LAZER.

Quadro 6- Descrição das imagens que compõem o grupo Esporte e lazer.

	Seq.	Imagem
1	34	Estádio de futebol Maracanã
2	35	Torcida do Flamengo
3	41	Ferrari Fórmula 1
4	49	Asa delta
5	53	Estádio de futebol Maracanã
6	54	Campo do estágio de futebol
7	55	Multidão assistindo jogo
8	70	Barcos a vela
9	77	Motocross
10	80	Torcedores em estádio com bandeiras do time de futebol Corinthians
11	81	Windsurf no mar
12	89	Praia com banhistas
13	109	Jogador de futebol do time do Flamengo chutando ao gol
14	116	Mulher com biquíni amarelo
15	126	Mulher com biquíni amarelo

Figura 6- Imagens do grupo Esporte e lazer.



Estas práticas são apresentadas na abertura como esporte ou objetos de consumo da população, visto que parte destas atividades está muito aquém das possibilidades da maioria dos brasileiros, como pilotar

seja um carro esporte ou um monoposto de Fórmula 1 ou então praticar windsurf. São mostradas cenas também do futebol, que é uma das preferências dos brasileiros como esporte e lazer. Neste grupo, assim

como em todos, há fatores que ligam a nação, identifi-
ficações nacionais de outros tipos, seguindo uma linha
de pensamento de Hobsbawm, que não são necessa-
riamente relacionadas ao patriotismo, representando
características comuns das quais os brasileiros gostam
ou praticam e nos dá respostas do motivo pelo qual

somos uma comunidade imaginada, uma única nação,
mesmo que com várias identidades.

11 FATORES E RITOS CULTURAIS.

Quadro 7- Descrição das imagens que compõem o grupo Fatores e ritos culturais.

	Seq	Imagem
1	14	Berimbais e suas cabaças: instrumento que acompanha a realização da capoeira
2	16	Bonecos de repentistas
3	25	Desfile popular
4	36	Porta bandeiras em desfile de carnaval
5	37	Pandeiros e mulher fantasiada em desfile de carnaval
6	38	Grupo fantasiado de componentes de escola de samba
7	39	Cintura de mulher desfilando em carnaval
8	40	Carro alegórico desfilando em carnaval
9	44	Roda de capoeira
10	61	Champanhe e prato com comida, arranjo de flor. Possivelmente despacho de umbanda
11	65	Índias com filhos
12	71	Homem tocando sanfona
13	72	Fitas lembrança do Senhor do Bonfim
14	110	Pessoa utilizando o instrumento musical repique
15	30	Igreja no estilo barroco. Possivelmente a Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, Minas Gerais.
16	32	Escultura Ezequiel, um dos doze profetas esculpido em pedra sabão por Aleijadinho entre 1800 a 1805 que se encontram na Igreja do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos localizada em Congonhas do Campo em Minas Gerais
17	33	Igreja Nossa Senhora de Nazaré em Saquarema no Estado do Rio de Janeiro, inaugurada em 1837
18	84	Chalana, barco típico do Pantanal
19	85	Fotógrafo “lambe-lambe” – fotógrafo que se oferece para tira fotos de pessoas ao ar livre, cobrando pelo serviço
20	95	Igreja em estilo barroco, possivelmente a Igreja de São Francisco de Assis em Ouro preto
21	97	Os pés da Escultura Ezequiel onde pode se ler “Ezechiel” no pergaminho de pedra-sabão de que é feita, sendo o mesmo material da escultura
22	98	Meio do corpo da Escultura Ezequiel
23	99	Cabeça da Escultura Ezequiel

Figura 7- Imagens do grupo Fatores e ritos culturais.



Aqui há o grupo de imagens que retrata um Brasil de cultura diversa através dos seus múltiplos costumes. Através das imagens são mostradas práticas populares realizadas pelo povo brasileiro, quer seja de uma região ou da maior parte do país: o carnaval, o repentista, a capoeira, a arte de Aleijadinho, as Igrejas Barrocas como locais de práticas religiosas. Estas imagens trazem representações dos costumes do povo brasileiro com suas identidades que se mesclam na abertura de imagem a imagem, promovendo um levantamento de algumas atividades do brasileiro ligadas ao âmbito cultural, na visão do elaborador da abertura da telenovela Vale Tudo.

12 O BRASIL ATRASADO VERSUS O BRASIL MODERNO.

Aqui são apresentadas as duas últimas divisões das imagens desta abertura. Elas trazem um Brasil que se faz moderno, que ao mesmo tempo, ainda têm problemas a serem sanados. É nestes dois grupos que há o principal panorama da situação do Brasil à época: um país de contrastes, de miséria e riqueza, que vive a expectativa da melhoria dos cenários mais deficientes da nação.

Quadro 8- Descrição das imagens que compõem o grupo Problemas do Brasil.

	Seq.	Imagem
1	21	Pessoas com panfletos escrito greve
2	29	Sombra de duas pessoas em terra árida
3	48	Amontoado de casas possivelmente representando uma favela
4	59	Amontoado de casas possivelmente representando uma favela
5	64	Enchente
6	75	Indústria soltando fumaça
7	87	Fachada de prédio antigo e suas janelas
8	111	Casa simples
9	127	Crianças em terreno árido

Figura 8- Imagens do grupo Problemas do Brasil.



Estas imagens trazem alguns dos problemas que a sociedade enfrentava à época, como as greves que ocorreram na década de 1980, devido ao constante aumento da inflação que fazia com o que o poder aquisitivo da maior parte da população fosse na maioria das

vezes extremamente baixo; a falta de infraestrutura nas grandes cidades e o êxodo rural que provocavam as construções de casas improvisadas em áreas de riscos, as enchentes, a população de parte do país que sofria com a falta de água para si e para a agricultura.

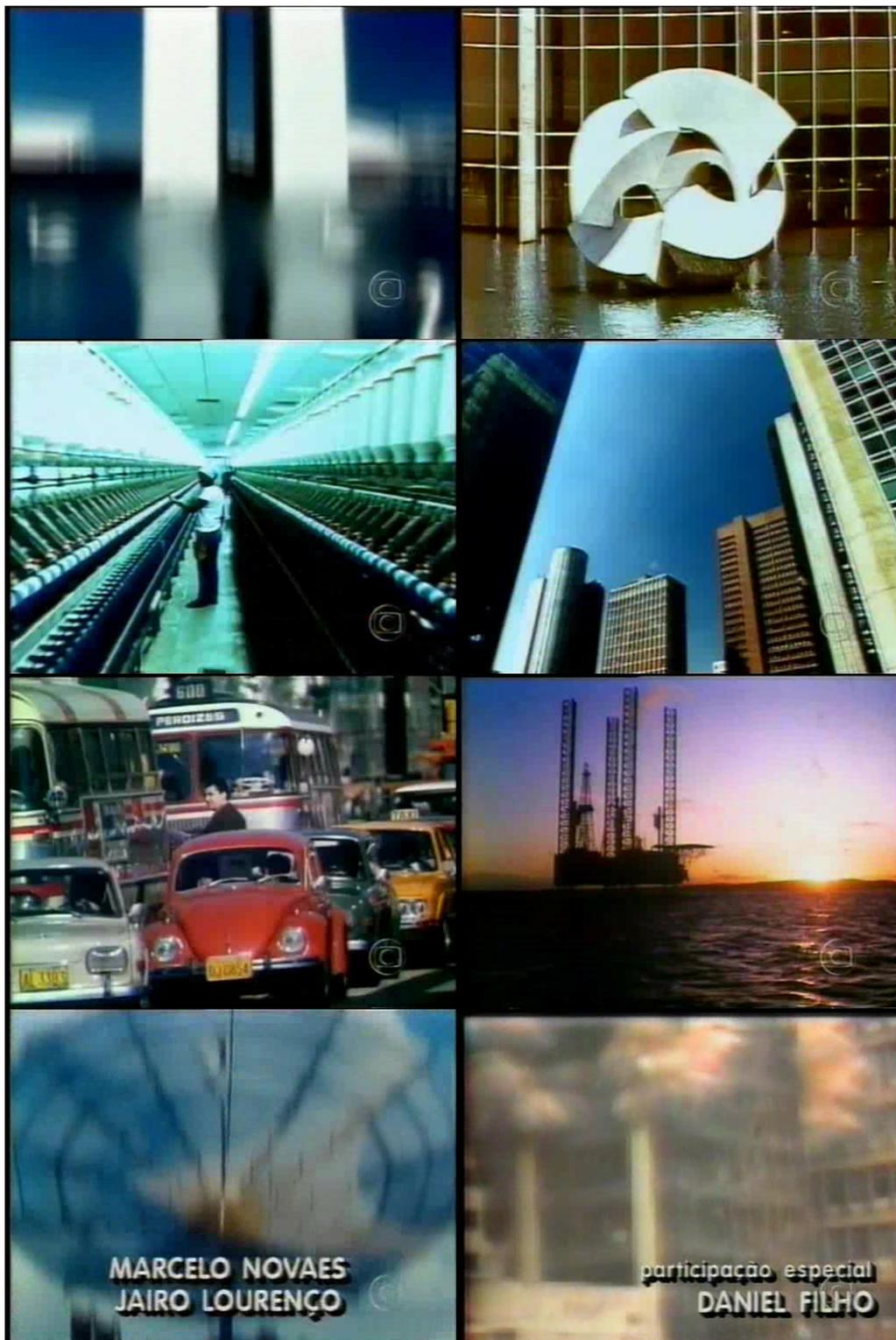
Quadro 9- Descrição das imagens que compõem o grupo Brasil moderno.

	Seq.	Imagem
1	46	Torres dos escritórios do Congresso nacional no Palácio Nereu Ramos em Brasília com cisnes brancos no seu lago. Foi projetado por Oscar Niemayer
2	51	Cidade grande
3	56	Caminhões em um pátio de concessionária ou montadora
4	60	Cidade grande, prédios
5	63	Escultura Meteoro de Bruno Georgi montada em 1968 no espelho d'água do Palácio do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, em Brasília
6	67	Produção de fábrica
7	69	Prédios e céu
8	73	Vista do Rio de Janeiro a noite
9	78	Semáforo verde para pedestres, vermelho para veículos
10	79	Trânsito em avenida, congestionamento e pedestre cruzando no meio
11	82	Frente de avião
12	83	Plataforma petrolífera
13	86	Neons de lojas
14	88	Rampa de acesso ao Congresso Nacional em Brasília
15	91	Parabólica filmada de cima para baixo passa para árvore e para prédio sendo implodido
16	92	Prédio implodindo
17	114	Quina de janela ou porta
18	119	Calçada petit pavê (constituída de basalto)

Contrastando com os problemas, as imagens que reproduzem o Brasil moderno, mesmo que em parte tenha sido a custo de empréstimos internacionais e uma dívida sem precedentes, nos traz um país que está em consonância com tecnologia e arquitetura moderna. As cidades e os prédios, Brasília e as obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer, uma plataforma petrolífera, a produção industrial, estas imagens estão relacionadas com evolução e modernização no Brasil. A antena parabólica simboliza a transmissão da informação que se faz cada vez de forma mais rápida, assim como o prédio sendo implodido, o velho dando espaço para o novo. Nesta divisão pode ser visto o Brasil moderno que se tinha, ou o que se queria mostrar, em 1988, ou seja, mesmo com diversos problemas sociais, políticos e em outros âmbitos da sociedade, o país caminhava para frente.

O número de imagens positivas é maior que o de negativas. Isso corrobora que a abertura fica, mesmo exibindo imagens reais, dentro da receita da telenovela e, mesmo com imagens negativas, as cenas positivas procuram não deprimir o telespectador, conforme Khel sobre o entendimento da Rede Globo quanto às telenovelas. Nas imagens de construções em Brasília, nas obras de Aleijadinho e as igrejas barrocas há o que de extraordinário foi construído no Brasil, sendo um ponto positivo para o país mostrado na abertura.

Figura 9- Imagens do grupo Brasil moderno.



13 A MÚSICA USADA NA ABERTURA.

A música “Brasil”, composta por Cazusa, Nilo Roméro e George Israel, originalmente gravada por

Cazusa em 1988, na abertura da telenovela é usada uma versão de Gal Costa. Uma contradição existente no uso desta canção é o fato de que em uma estrofe, não utilizada na abertura, visto que a música não

é utilizada na íntegra, claramente há crítica à Rede Globo e a mídia.

Segue a letra da música na íntegra:

“Brasil” – Cazuzza.

Não me convidaram
Pra essa festa pobre
Que os homens armaram pra me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada antes de eu nascer

Não me ofereceram
Nem um cigarro
Fiquei na porta estacionando os carros
Não me elegeram
Chefe de nada
O meu cartão de crédito é uma navalha

Brasil
Mostra tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio?
O nome do teu sócio?
Confia em mim

Não me convidaram
Pra essa festa pobre
Que os homens armaram pra me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada antes de eu nascer

Não me sortearam
A garota do Fantástico
Não me subornaram
Será que é o meu fim?
Ver TV a cores
Na taba de um índio
Programada pra só dizer “sim, sim”

Brasil
Mostra a tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio?

O nome do teu sócio?
Confia em mim

Grande pátria desimportante
Em nenhum instante
Eu vou te trair
(Não vou te trair)

Composição: Cazuzza, Nilo Roméro e George Israel.

São utilizadas as três primeiras estrofes da música para a abertura, sendo que a última frase da terceira estrofe é repetida mais duas vezes ao fim.

A não utilização das demais estrofes pode ter sido pelo tempo da abertura de 57 segundos. Na versão da música cantada por Cazuzza as mesmas três primeiras estrofes são concluídas em 1 minuto e 10 segundos.

No ritmo acelerado da abertura é usado samba para acompanhar a letra cantada por Gal Costa, mais um símbolo do Brasil. Sobre a letra ser cantada por ela e não na versão original, é possível levantar quatro hipóteses. A primeira é que Cazuzza, embora tenha revelado publicamente apenas em junho de 1989 que estava com HIV, desde 1985 estava em tratamento de saúde. Este pode ser um motivo que levou a Globo a deixar de lado a versão original da música na abertura; segunda, a duração da abertura ser mais reduzida em relação ao tempo das três estrofes da música original; terceira, a voz de Gal Costa ser semelhante com a da personagem “Raquel Aciolli (Regina Duarte) (...) mãe, simplória e honesta, prospera com seu trabalho erguendo uma rede de restaurantes.”³¹

Sobre a terceira hipótese, há no telespectador “uma identificação reativa com o personagem, e toda a fórmula mágica da novela repousa exatamente neste encantamento da identificação (...) é apenas um desdobramento que se baseia no apelo identitário”.³² A identificação da voz de Gal Costa na abertura com a da personagem deve levar em consideração também a letra cantada na música, questionando a situação de se estar (no caso, o povo) excluído e pedir transparência e honestidade, além da índole da personagem, uma pessoa que consegue ascender socialmente de maneira honesta.

³¹ FERNANDES, I. Memória da telenovela brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 337.

³² LEAL, op. cit, p. 51.

Podia a música trazer a tona o sentimento de exclusão que a população poderia estar sentindo e sua saída estaria na ascensão social da personagem de Regina Duarte por meios honestos.

Há também um processo de comunicação invertido em que “ao invés de o público conhecer a música através da novela, ela o levará à frente da televisão, servindo como um chamariz a mais na promoção do lançamento.”³³ Assim a música sobrepõe-se a abertura e à novela, inicialmente.

A quarta hipótese, para serem usadas as três primeiras estrofes e não outras, é que na quinta parte da música há uma crítica à Rede Globo e mídia em geral que se utiliza dos mais variados recursos (eleger uma garota para a abertura de um programa) para conseguir audiência do público e procura fazer com que as pessoas não pensem (“programada para dizer sim, sim”). O fato da música fazer uma crítica à mídia e mesmo assim a Globo usá-la em uma abertura de telenovela expressa um contradição e ao mesmo tempo um exemplo de como a mídia lida com o que lhe fez objeção: absorveu a música usando-a na abertura da telenovela, deletou a crítica da letra e a colocou para tocar no ritmo de samba regravaado por Gal Costa todos os dias da semana com imagens na representação de um Brasil de semelhanças e contrastes, angústias e alegrias.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A telenovela Vale Tudo foi um dos grandes sucessos da Rede Globo. Quando uma novela tem boa aceitação ela passa a ser um dos assuntos do cotidiano. Programas da televisão e revistas reforçam isso. A abertura se repete dia a dia e “nesses momentos a novela atualiza seu potencial de sintetizar uma comunidade imaginária”³⁴

Nas cenas em flashes apresentadas abrangendo um Brasil real, sem o brilho da fantasia que permeia a receita de sucesso da telenovela, seus produtores captaram e expressaram através das imagens que são exibidas algumas das representações da “comunidade nacional imaginária”³⁵, no caso o Brasil de 1988, ano em que o país se encontrava na expectativa da pri-

meira eleição direta à presidência depois do Período Militar e vivendo uma crise econômica que afetava a maior parte da população.

Em uma nação que possui a população diversa como o Brasil, esta abertura de telenovela, através de símbolos nacionais como a bandeira e signos familiares ao fator de pertencimento à identidades nacionais, consegue através de 57 segundos de imagem mostrar um resumo da nação em 1988. Com uma sociedade heterogênea, “enquanto a segregação social, econômica, e cultural segmenta e divide a sociedade brasileira, a televisão acena a possibilidade de conexão, mesmo que virtual.”³⁶ Assim a abertura da telenovela Vale Tudo escapou dos meandros fantasiosos que padronizam essas obras televisivas e trouxe um Brasil em imagens e sons que representa algumas das faces do ano de 1988, unindo um povo de várias culturas no vasto território do país.

Na abertura é apresentado um Brasil de contrastes, rico em fauna e flora, vasto, buscando por modernização, mas ainda com problemas econômicos e sociais, com uma população que deseja mudanças e acredita no país.

15 REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, H. B. de. **Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2007, vol.15, n.1, pp. 177-192. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a11v15n1.pdf> acessado em 19/07/2012.

_____. **Melodrama comercial: reflexões sobre a feminilização da telenovela.** *Cad. Pagu* [online]. 2002, n.19, pp. 171-194. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a08.pdf> acessado em 20/07/2012.

_____. **Política e nação no drama moral da TV.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2007, vol.22, n.63, pp. 158-160. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a14v2263.pdf> acessado em 19/07/2012.

ANDERSON, B. BOTTMAN, D. (trad.). **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, M. **Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro.** *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 12, p. 13-26, dez. 2006. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1458/922> acessado em 20/07/2012.

BORELLI, S. H. S. **Telenovelas brasileiras: balanços e perspectivas.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.

³³ FERNANDES, op cit.

³⁴ HAMBURGER, op. cit, p. 484.

³⁵ Ibid., p. 441.

³⁶ Ibid., p. 485.

- 3, p. 29-36, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a05v15n3.pdf> acessado em 1/12/2011
- CAMPADELLI, S. Y. **A telenovela, instrumento de educação permanente**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CHARTIER, R. **O mundo como representação**. São Paulo: Estud. av. vol.5 n°11, Jan./Apr. 1991 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> acessado em 2/11/2011
- CORDEIRO, R. dos S. **Análise e interpretação de imagens visuais e relações intersemióticas**. Primera Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación. Disponível em http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/V79/42_Santos_V79.pdf acessado em 20/07/2012
- CRUZ, A. L. R. B. da e outros. **Especialização em História, Arte e Cultura**. Livro II. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009.
- FERNANDES, I. **Memória da telenovela brasileira**. São Paulo : Brasiliense, 1997.
- HAMBURGER, E. **Diluído fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano**. _____ In: História da vida privada no Brasil v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 439- 488.
- HOBSBAWM, E. J.; PAOLI, M. C. (trad.); QUIRINO, A. M. (trad.). **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- KHEL, Maria Rita **As novelas, novelinhas, novelões**. _____ In: Anos 70: televisão. Rio de Janeiro: Europa, 1980. p. 49- 73.
- _____. **Três ensaios sobre a telenovela**. _____ In: Um país no ar: história da televisão brasileira em três canais. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 277- 323.
- LEAL, O. F. **A leitura social da novela das oito**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LIMA JUNIOR, O. B. de. **Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1999, vol.14, n.40, pp. 11-30. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1705.pdf> acessado em 18/07/2012
- LIMA, V. A. de. **Televisão e política: Hipótese sobre a eleição presidencial de 1989**. _____ In: Mídia, teoria e política. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2012. cap.8, p. 217- 253.
- LOPES, M. I. V. **Ficção televisiva e identidade cultural da nação**. Alceu(PUCRJ), v. 10, p. 05-15, 2010. Disponível em http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Lopes.pdf acessado em 02/12/2012
- _____. **Telenovela brasileira: Uma narrativa sobre a nação**. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 17-34, 2003. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/4195/3934> acesso em 1/12/2011 acessado em 02/12/2012
- LOPES, M. I. V.; BORELLI, S. H. S. e RESENDE, V. da R. **Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade**. São Paulo: Summus, 2002.
- MARCONDES FILHO, C. **Telenovela e a lógica do capital**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MATTOS, S. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MELO, J. M. de. **As telenovelas da globo : produção e exportação**. São Paulo: Summus, 1988.
- MENDONÇA, S. R. de. FONTES, Virginia Maria (colab.). **História do Brasil recente: 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2004.
- MICELI, S. **A noite da madrinha – E outros ensaios sobre o éter nacional**. São. Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MIRANDA, R. PEREIRA, C. A. (colab.). **Televisão: as imagens e os sons: no ar, o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MOURA, A. R. **Rumo a entropia: a política econômica de Geisel a Collor**. _____ In: De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Sumare, 1990.
- NAPOLITANO, M. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977 - 1984)**. Curitiba: Juruá, 2002.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, R. **Moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ORTIZ, R.; BORELLI, S. H. S. e RAMOS, J. M. O. **Telenovela: história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RODRIGUES, M. P. **O Brasil da abertura: de 1974 a Constituinte**. São Paulo: Atual, 1997.
- SILVEIRA, M. A. **A volta da democracia no Brasil (1984 - 1992)**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- Souza, M. C. J. **Telenovela e representação social: Benedito Ruy Barbosa e a representação do popular na telenovela Renascer**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- SKIDMORE, T.; SILVA, M. S. (trad.). **Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 - 1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- WEBER, M. H. **As eleições presidenciais de 1989 nas telenovelas da Globo (pedagogias de despolitização e desqualificação da política nacional)**. Revista Comunicação & Política, São Paulo: CBELA-Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, v.9,n.11,p.67-83,abr./jun.1990. Disponível em <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ZE+MIGUEL/As+Eleicoes+Presidenciais+de+1989>

+nas+Telenovelas+da+Globo+%28Pedagogias+de+Despol
itizacao+e+Desqualificacao+da+Politica+Nacional%29.pdf
acessado em 20/07/2012

Publicatio UEPG - Ciências Sociais Aplicadas

NORMAS EDITORIAIS PARA TRABALHOS

A- REGRAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista PUBLICATIO – Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa aceita para publicação artigos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros, resultantes de estudos teóricos, pesquisas, reflexões sobre práticas concretas, discussões, resenhas, traduções, entre outras.

- 1- Serão aceitos originais inéditos para serem submetidos à aprovação da Comissão Editorial ou dos Editores da própria revista.
- 2- À Comissão editorial se reserva o direito de introduzir alterações nos originais, visando a manter a homogeneidade e a qualidade da publicação, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores.
- 3- As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
- 4- A revista classificará as colaborações de acordo com as seguintes seções:
- 5- Artigos, Relatos de Experiência, Resenha, Documento, Resumos de Teses e Dissertações, Dossiê. Todos os tipos de colaborações deverão ser acompanhados de RESUMO/Palavras-Chave e ABSTRACT/Keywords. Mínimo 15 laudas e máximo 25 laudas, com exceção de resenhas. abaixo).

- Normas de Apresentação de Resenhas:

Formato: digitados no editor de texto Microsoft Word; espaço 1,5; no máximo 5 laudas; ortografia oficial; Arial; tamanho 12; com margens direita e esquerda 3 cm e superior e inferior 2,5 cm. É obrigatório informar na primeira página do texto o título do livro e do autor.

- Normas Dossiê:

Os artigos deverão versar sobre um tema indicado pela Revista, que será publicado em um dos números da revista. As normas são as mesmas para os artigos.

B - PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Todas as colaborações devem ser enviadas on line pelo Portal SEER. A fonte sugerida é Arial, tamanho 12. Para citação usar o tamanho 11. Deve-se observar, em ambos os casos, a ortografia oficial e conter, na primeira lauda do original, o título do trabalho (em Arial, fonte 12 e negrito);

Nota: A correção ortográfica é de responsabilidade de cada autor da área temática.

Após o envio do documento, o mesmo será transformado em formato PDF (Formato de Documento Portátil - Acrobat/Adobe).

Os trabalhos devem ser organizados em: Título (Português e Inglês), Resumo e Abstract (máximo de 150 palavras cada), Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussão, Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Depois do Resumo (Abstract) devem ser relacionadas as Palavras-chave (Keywords) que podem incluir palavras constantes no Título.

Destaca-se que o Título do trabalho, acompanhado de sua tradução, deve ser breve e suficientemente específico e descritivo, contendo as Palavras-chave que representem o conteúdo do texto.

Os Agradecimentos a auxílios recebidos para a elaboração do trabalho deverão ser mencionados no final do artigo.

Os Materiais gráficos deverão ser escaneados, sendo estritamente indispensáveis à clareza do texto. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, deve-se mencionar a fonte e a permissão para reprodução.

Os Quadros deverão ser acompanhados de Cabeçalho que permita compreender o significado dos dados reunidos, sem necessidade de referência ao texto.

No caso das Referências bibliográficas devem ser redigidas segundo as normas da ABNT, estando na ordem alfabética de autor/título, no final do trabalho. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são da responsabilidade do autor.

C - ITENS DE VERIFICAÇÃO PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".

- 1- Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word ou OpenOffice.
- 2- URLs para as referências foram informadas quando necessário.
- 3- O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento.
- 4- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
- 5- A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.

D - DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da sua autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Esta revista proporciona acesso público a todo o seu conteúdo, uma vez que isso permite uma maior visibilidade e alcance dos artigos e resenhas publicados. Para maiores informações sobre esta abordagem, visite [Public Knowledge](#)

Project, projeto que desenvolveu este sistema para melhorar a qualidade acadêmica e pública da pesquisa, distribuindo o OJS assim como outros softwares de apoio ao sistema de publicação de acesso público a fontes acadêmicas. Os nomes e endereços de e-mail neste site serão usados exclusivamente para os propósitos da revista, não estando disponíveis para outros fins.

E -POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.